



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

TIAGO PEREIRA MUNIZ

**CONDICIONANTES SOCIAIS NA LOGÍSTICA DE
DISTRIBUIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PELO PLANO NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Salvador
2024

TIAGO PEREIRA MUNIZ

**CONDICIONANTES SOCIAIS NA LOGÍSTICA DE
DISTRIBUIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PELO PLANO NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Linha de Pesquisa: Territorialidade e Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

Salvador
2024

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

M966 Muniz, Tiago Pereira

Condicionantes sociais na logística de distribuição para aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Plano Nacional de Alimentação Escolar / Tiago Pereira Muniz. – Salvador, 2024.

226f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Linha de Pesquisa: Territorialidade e Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

1. Logística 2. PNAE 3. Agricultura Familiar 4. Condicionantes Sociais 5. Alimentação Escolar I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Alencar, Cristina Maria Macêdo de – Orientadora III. Título.

CDU 711.3:631

TERMO DE APROVAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO


TIAGO PEREIRA MUNIZ


"CONDICIONANTES SOCIAIS NA LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR".

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Salvador, 27 de maio de 2024

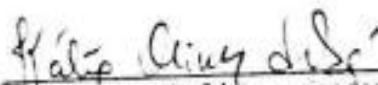
Banca Examinadora

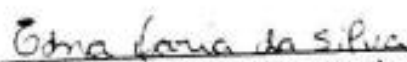

Cristina Maria Macêdo de Alencar (orientadora - UCSAL)


Maina Pirajá Silva (examinadora interna - UCSAL)

Documento assinado digitalmente
gov.br FADIA DOS REIS REBOUCAS
Data: 13/06/2024 08:42:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Fadia Reboucas (examinadora interna - UCSAL)


Kátia Oliver de Sá (examinadora externa - UCSAL)


Edna Maria da Silva (examinadora externa - UFBA)

A

Meu pai Adureo Santana Muniz, mesmo não estando mais fisicamente presente, sinto sua presença em cada conquista. Seu exemplo de integridade e dedicação à família sempre foi e continuará sendo minha inspiração. Seu legado vive em mim, e por isso, agradeço por todo o amor e os valores que você me ensinou.

Minha querida filha Valentina, você é minha luz, minha motivação diária. Sua presença ao meu lado foi um lembrete constante de que vale a pena perseverar e lutar pelos meus sonhos. Suas palavras de incentivo e seu sorriso foram combustíveis essenciais para minha determinação.

Minha mãe, sua força inabalável foi meu pilar durante os momentos mais desafiadores dessa jornada. Sua sabedoria, apoio incondicional e amor inabalável foram fundamentais para que eu não desistisse. Obrigado por ser meu porto seguro, por acreditar em mim e por me encorajar a seguir em frente.

Rita, meu grande amor, sua presença ao meu lado foi o alicerce sobre o qual construí cada página da minha tese. Seu apoio inabalável, sua compreensão e seu amor incondicional foram minha fonte de força nos momentos mais desafiadores. Obrigado por estar sempre ao meu lado, por ser minha parceira e minha maior incentivadora.

A cada um de vocês, meu mais profundo e sincero agradecimento.

Com amor e gratidão,

AGRADECIMENTOS

Expresso minha mais profunda gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Cristina Maria Macêdo de Alencar, pessoa mais importante em minha trajetória acadêmica no *stricto sensu*. Desde 2017, quando dei início ao mestrado, ela tem sido minha guia constante, acompanhando-me até a conclusão do doutorado. Sua orientação perspicaz, dedicação incansável e constante inspiração foram fundamentais para a finalização desta tese. Agradeço sinceramente por sua paciência, apoio inestimável e pela confiança depositada em meu trabalho.

Aos membros da banca examinadora, expressando meu sincero reconhecimento pelo valioso tempo e conhecimento investidos na análise e avaliação da minha tese de doutorado. Agradeço profundamente pela atenção dedicada e pelas percepções preciosas compartilhadas durante a qualificação, as quais indubitavelmente contribuíram para aprimorar ainda mais o meu trabalho.

À Universidade Católica do Salvador, manifesto meu mais profundo agradecimento por proporcionar um ambiente acadêmico inspirador e propício ao desenvolvimento da pesquisa. Reconheço também a colaboração e o apoio constante de toda a equipe administrativa e técnica ao longo dessa jornada acadêmica.

Aos amigos Arlem Brito, Natalício Fonseca e à amiga Lígia Carolina expresso minha sincera gratidão pela amizade, apoio e valiosas trocas de experiências que enriqueceram sobremaneira meu percurso acadêmico. Suas presenças foram um esteio fundamental para manter meu ânimo e determinação, especialmente nos momentos mais desafiadores.

E, em especial, não posso deixar de mencionar minhas queridas irmãs, Thiana Muniz e Thaís Muniz, pelo apoio incondicional, encorajamento constante e carinho sincero, pilares essenciais ao longo desta jornada. Agradeço por estarem sempre ao meu lado, compartilhando comigo as alegrias e os desafios deste percurso acadêmico.

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza de que muito pouco sei
Ou nada sei [...]

Almir Sater e Renato Teixeira (Tocando em frente 1992)

MUNIZ, Tiago Pereira. Condicionantes sociais na logística de distribuição para aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Plano Nacional de Alimentação Escolar. 2024. Orientadora: Cristina Maria Macêdo de Alencar. 220 f. il. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2024.

RESUMO

Esta tese, sob o título *Condicionantes Sociais na Logística de Distribuição para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar*, tem por objetivo demonstrar que a existência de condicionantes sociais na logística de distribuição de alimentos originários da agricultura familiar para alimentação escolar pelo PNAE, reduzem a eficácia da gestão escolar no cumprimento da Lei Federal nº 11.947, em contexto de insegurança alimentar no Brasil. As condições socioeconômicas e políticas que são reiteradas historicamente é o que se denomina de condicionantes. Nesse contexto, o núcleo da questão é a integração da agricultura familiar pela produção de alimentos ao mercado institucional da merenda escolar através da logística de distribuição. Para isso, foi realizado uma revisão bibliográfica sistematizada sobre o tema, onde buscou-se respostas, não só através de teorias, mas também, da possibilidade de refletir, a partir de entrevistas com agricultores familiares, da revisão bibliográfica, documental e dados, sobre o cotidiano de uma escola estadual de educação básica, no caso o Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia (CEEBC), situado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, no bairro de Cajazeiras IV, na Rua Virgílio Motta Leal, Quadra 3, s/nº. Os resultados alcançados evidenciaram que a existência de um mercado estabelecido para a compra de alimentos destinados à merenda escolar nas instituições de ensino público demonstra não apenas a dimensão social das disparidades que resultam em insegurança alimentar entre os alunos, mas também a fragilidade enfrentada pela agricultura familiar. Esta última, em sua capacidade de adaptação dentro da dinâmica do sistema capitalista, tende a se submeter à integração vertical na cadeia de produção por meio da logística de distribuição de alimentos, a qual molda o processo produtivo sem considerar os modos de vida dos diversos contextos rurais envolvidos. Entretanto, nota-se a ineficácia desse sistema de mercado institucional devido à diminuição da oferta direta de produtos provenientes de agricultores familiares para as escolas públicas estaduais de Salvador-BA acarretando impactos institucionais que colocam a administração escolar diante do desafio de cumprir de forma eficaz a obrigação estabelecida pelos artigos 2º e 14 do PNAE.

PALAVRAS-CHAVE: Logística. PNAE. Agricultura Familiar. Condicionantes Sociais. Alimentação Escolar.

MUNIZ, Tiago Pereira. Social conditions in the distribution logistics for the acquisition of family farming products through the National School Meal Plan. 2024. Advisor: Cristina Maria Macêdo de Alencar. 220 f. ill. Thesis (Doctorate in Territorial Planning and Social Development) - Postgraduate Program in Territorial Planning and Social Development, Catholic University of Salvador, Salvador, 2024.

ABSTRACT

This thesis, under the title "Social Conditions in Distribution Logistics for the Acquisition of Family Farming Products by the National School Feeding Program", aims to demonstrate that the existence of social conditions in the distribution logistics of food originating from agriculture family for school meals by PNAE, reduce the effectiveness of school management in complying with Federal Law No. 11,947, in a context of food insecurity in Brazil. The core of the issue is the integration of family farming through food production into the institutional school lunch market through distribution logistics. To this end, a systematic bibliographical review was carried out on the topic, where answers were sought, not only through theories, but also the possibility of reflecting, based on interviews with family farmers, bibliographical, documentary and data reviews, on the daily life of a state basic education school, in this case the Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia (CEEBC), located in the city of Salvador, State of Bahia, in the neighborhood of Cajazeiras IV, on Rua Virgílio Motta Leal, Quadra 3, s/n °. The results achieved showed that the existence of an established market for the purchase of food for school meals in public education institutions highlights not only the social dimension of the disparities that result in food insecurity among students, but also the fragility faced by family farming . The latter, in its ability to adapt within the dynamics of the capitalist system, tends to submit to vertical integration in the production chain through food distribution logistics, which shapes the production process without considering the ways of life in different contexts. rural areas involved. However, the ineffectiveness of this institutional market system is noted due to the decrease in the direct supply of products from family farmers to state public schools in Salvador-BA, causing institutional impacts that place the school administration facing the challenge of effectively fulfilling the obligation established by articles 2 and 14 of the PNAE.

KEYWORDS: Logistics. PNAE. Family farming. Social Conditions. School Meals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Etapas metodológicas adotadas na tese	32
Gráfico 1	Evolução da EBIA PNAD no Brasil entre os anos de 2004 e 2020	53
Figura 2	A evolução da fome no Brasil	54
Figura 3	Dados referentes à Insegurança Alimentar do estado da Bahia da POF dos anos de 2017 e 2018	55
Gráfico 2	Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo a situação de trabalho no Brasil	56
Figura 4	Trajectoria da fome no Brasil 2004 -2023	64
Figura 5	Evolução do pensamento logístico	70
Gráfico 3	Matriz de Transportes (2019) nos países (% de TKU)	78
Figura 6	Tipologia de Circuitos Curtos de Comercialização mediante a presença ou não de um intermediário	85
Quadro 1	Tipologia dos mercados da agricultura familiar	89
Quadro 2	Modais de transporte e principais produtos transportados	93
Figura 7	Vestígios da linha férrea “dormentes” e da estrutura lateral de proteção para a passagem dos trens na Feira de São Joaquim.	95
Gráfico 4	Disponibilidade e uso da infraestrutura de transporte	96
Gráfico 5	Perdas e desperdícios de alimentos em cada fase da cadeia de suprimentos para o grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento	98
Gráfico 6	Relação da capacidade estática dos armazéns em relação a produção agrícola (milhões t)	101
Quadro 3	Desafios à inserção da agricultura familiar no PNAE	116
Figura 8	Quantidade de estabelecimentos rurais por área, agricultura familiar e não familiar: Bahia (2017)	122
Quadro 4	Desafios, eixos, agentes, condicionantes sociais e implicações que influenciam na inserção dos agricultores familiares baianos no PNAE	134
Gráfico 7	Intensidade de influência dos condicionantes sociais nos desafios para efetivar a inserção dos agricultores familiares no PNAE – 2024	139
Gráfico 8	Intensidade de influência dos condicionantes sociais como implicação limitadora da inserção dos agricultores familiares	142

no PNAE – 2024.

Figura 9	Composição e localização dos bairros da Prefeitura-bairro III Cajazeiras, 2016	151
Figura 10	Densidade demográfica dos bairros DAPB-III Cajazeiras, 2016	152
Figura 11	Imagem satélite do CEEBC	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Perdas e desperdícios de alimentos nos diferentes estágios da cadeia de suprimentos para produtos alimentícios (em % de entrada em cada etapa) na América Latina (2011)	99
Tabela 2	Hiatos setoriais em investimento na infraestrutura brasileira (em % do PIB)	102
Tabela 3	Investimento em transporte, por modal (R\$ bilhões)	103
Tabela 4	Quantidade de estabelecimentos agrícolas no Brasil e regiões (2017)	121
Tabela 5	Quantidades de estabelecimentos agrícolas por estados da Região Nordeste (2017)	123
Tabela 6	Valor da Produção (VP) agropecuários, em milhões de reais: Brasil, Nordeste e Bahia (2017)	124
Tabela 7	Quantidade produzida das principais lavouras alimentares e comerciais (toneladas): Bahia (2017)	124

LISTA DE SIGLAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CEEBC	Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia
CLM	Council of Logistics Management
CNT	Confederação Nacional do Transporte
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conder	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
Consea	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Covid	Corona Vírus Disease
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHANA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EEx	Entidade executora
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ-LOG	Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC	International Grains Council
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
Mapa	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
NTE	Núcleo Territorial de Educação

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PCM	Programação e Controle de Materiais
PCP	Programação e Controle da Produção
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
Pnater	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Pronaf	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Rede PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCM	Supply Chain Management
Urbis	Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A INSEGURANÇA ALIMENTAR COMO LEGITIMAMENTE JUSTIFICADORA DO PNAE NO BRASIL	34
2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E INTERVENÇÃO ECONÔMICA PELA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: MARCO HISTÓRICO E LEGAL	36
2.2 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL, INSEGURANÇA ALIMENTAR E A REALIDADE DA FOME	49
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ALIMENTARES E EDUCACIONAIS	56
3 LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	65
3.1 A LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL	66
3.1.1 Os Circuitos agroalimentares de comercialização e seus mercados institucionais no Brasil	80
3.2 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS QUE CONDICIONAM A LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO BRASIL	90
3.2.1 Desafios para inserção do agricultor familiar no PNAE: vistas para a logística de distribuição	104
3.2.2 Agricultores familiares baianos e a logística de distribuição de alimentos para atender ao PNAE: diálogo sobre a realidade	118
4 AQUISIÇÃO DE ALIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PNAE: O CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL LOCALIZADA NO BAIRRO DE CAJAZEIRAS, NA CIDADE DE SALVADOR-BA	148
4.1 O COLÉGIO ESTADUAL EDVALDO BRANDÃO CORREIA	149
4.2 - ILUSTRAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PELO PNAE: ANÁLISE DA REALIDADE DOCUMENTADA DO COLÉGIO ESTADUAL EDVALDO BRANDÃO CORREIA	156
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICE A	188
APÊNDICE B	187
ANEXO A	188
ANEXO B	192

ANEXO C	195
ANEXO D	199
ANEXO E	200
ANEXO F	201
ANEXO G	205
ANEXO H	211

1 INTRODUÇÃO

O direito humano à alimentação está expresso no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988, sendo um direito humano básico, reconhecido pelo Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais. Ratificado por 153 países, inclusive o Brasil, imprime à sociedade:

A realização do Direito Humano à Alimentação Adequada requer a adoção de políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, acesso, consumo de alimentos seguros e de qualidade, promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável em todos os níveis federativos” (Abrandh, 2013, p. 6).

Esse pacto foi ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 226, de 12 de dezembro de 1991 e promulgado pelo Decreto Presidencial nº 591, de 6 de julho de 1992, se tornando um instrumento importante, impondo responsabilidades ao Estado para a efetivação da alimentação adequada de todos os cidadãos.

Nessa perspectiva, em 1985, num documento emitido pelo Ministério da Saúde, aconteceu a primeira referência oficial ao conceito de Segurança Alimentar no Brasil (Silva, 2014). Naquela época, os interessados no assunto clamavam pela implementação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e a criação de um Conselho de Segurança Alimentar. Quatro anos depois, no ano de 1989, foi remetido, por algumas pessoas e organizações, ao governo Fernando Collor de Mello, uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que trata do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Os anos 1980 e o começo da década de 1990 foram períodos significativos para a consolidação do conceito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. Durante esse período, para além das ações governamentais, como a criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) no ano de 1993, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 1994, o país

absorveu a rica história das lutas e conquistas sociais relacionadas ao tema em todo o mundo (Silva, 2014).

Apesar de ter começado a ganhar destaque no Brasil na década de 1980, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) foi efetivamente instituída no ano de 2006, no primeiro mandato (2023-2006) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Esta legislação estabeleceu as bases para a implementação da política no país, visando assegurar o direito humano à alimentação adequada e promover a realização da segurança alimentar e nutricional da população brasileira (Brasil, 2006).

Nesse contexto foi reestruturado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enquanto política pública com objetivo de criar um mercado institucional e com a pretensão de conectar o segmento da produção da agricultura familiar no processo de distribuição de alimentos para segmentos da população em idade escolar, regularmente matriculada em escolas públicas. O PNAE teve sua origem na década de 1940, sofrendo significativa reestruturação no ano de 2009, no segundo mandato (2023-2026) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

O PNAE traz no seu artigo 2º as diretrizes da alimentação escolar (Brasil, 2009), conforme disposto abaixo:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

No art.14, aborda-se como a escola deve utilizar os recursos que lhes são repassados. Segundo este artigo, uma porcentagem mínima de 30% dos recursos financeiros provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, deve ser destinada à compra direta de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Dá-se prioridade aos assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Não há restrição quanto ao limite de aplicação, sendo possível utilizar até 100% dos recursos repassados pelo FNDE para essa finalidade.

Em decorrência da constatação de que aquele direito não está universalmente efetivado no Brasil, embora tenhamos as políticas públicas para propor e colocar em prática os direitos previstos na Constituição Federal e em outras leis, tais políticas são "consequência da percepção de que o mercado falha em promover a produção, ou seja, tendo em conta as demandas atuais e futuras, o mercado adota opções contrárias ao interesse público" (Embrapa, 2019, p. 233). Tais políticas funcionam como uma espécie de regulador de mercado, numa economia em que os dados mostram não se autorregular, de forma que todas as pessoas tenham acesso ao mínimo para sobrevivência diante do direito de existir, tendo a pretensão de provocar os agentes econômicos, de restringir ou

redirecionar, além de proibir determinadas ações.

Segundo Menezes e Motta (2020, p. 6):

[...] desde 2016, e mais fortemente nos dias atuais, as políticas públicas voltadas para o combate a fome no Brasil encontram-se ameaçadas, pois, apesar de toda a trajetória de avanço no conceito e no marco legal da SAN no Brasil, bem como o êxito na execução de iniciativas para abolir a fome, com amplo reconhecimento internacional, isso não garantiu, em nível do Estado, a continuidade, nem impediu o desmonte das políticas sociais, com a redução e/ou extinção de programas. Este quadro acentua a fome, especialmente no Nordeste brasileiro, uma das regiões mais pobres do país. A superação da fome e da insegurança alimentar exigem desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à pobreza e à miséria. Em outras palavras, requerem prioridade por parte dos/as governantes, com compromisso político e social em diferentes níveis, especialmente em nível nacional. Igualmente, demandam permanente mobilização e participação da sociedade com o propósito de garantir o respeito e a efetivação dos direitos alcançados, bem como a conquista de novos direitos, ou seja, fazem desta uma luta contínua.

Nessa mesma perspectiva, em 2020, a ONU publicou um relatório sobre a segurança alimentar no mundo, intitulado de *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo*, no qual destacou que o número de pessoas subnutridas no Brasil aumentou de 10 milhões em 2014 para 19 milhões em 2019. Além disso, apontou que a pandemia da Covid-19 agravou ainda mais a situação, com um aumento no número de pessoas em situação de insegurança alimentar. No relatório, a ONU critica a redução de programas sociais no Brasil, como o Programa Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que são considerados importantes para o combate à fome e à pobreza no país, revelando que a fome voltou a crescer no Brasil, e que o país figura novamente no Mapa da Fome (ONU, 2020).

Com a finalidade de promover a segurança alimentar e nutricional, enfrentar a fome no Brasil e retirar o país do Mapa da Fome até 2030, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, agora no seu terceiro mandato (2023-2026), formalizou, em 31 de agosto de 2023, a assinatura do Decreto nº 11.679, que estabelece o Plano Brasil Sem Fome. Esse plano é composto por um conjunto abrangente de 80 ações e políticas públicas

provenientes de 24 ministérios, tendo como propósito atingir aproximadamente 100 metas delineadas. O plano opera em três principais eixos: proporcionar acesso à renda, reduzir a pobreza e promover a cidadania; garantir segurança alimentar e nutricional, promovendo uma alimentação saudável desde a produção até o consumo; e mobilizar esforços para combater a fome (Brasil, 2023).

Em contrapartida, de acordo com Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2023, apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com base em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a agricultura familiar no Brasil desempenha um papel fundamental no fornecimento de alimentos saudáveis e sustentáveis para o mercado interno. O estudo ainda indica a magnitude da produção nacional, figurando o país como o oitavo maior produtor de alimentos do mundo (CONTAG, 2023). Estudos conduzidos pelo professor Danilo Rolim Dias de Aguiar, pesquisador do Departamento de Economia do Campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos, aponta que a produção nacional de alimentos é suficiente para alimentar os mais de 204 milhões de brasileiros, contudo muitas pessoas ainda passam fome no Brasil principalmente pela dificuldade de acesso à alimentação (Aguiar, 2017). No estudo, Aguiar analisa também o volume de produtos exportados pelo país que poderia, por exemplo, alimentar duas vezes toda a população brasileira.

Nesta direção, tratando da importância da comercialização, mercado e logística, o atual desafio da agricultura familiar brasileira está para além da busca de alternativas tecnológicas adequadas às escalas e possibilidades da produção familiar, pois estudos mostram que a agricultura capitalista no Brasil já produz excedente para alimentar 2 vezes sua população, entretanto, a fome continua a crescer no país tendo como um dos motivos o fato de o alimento não chegar à mesa de parte da população, o que aponta para um problema de distribuição no circuito da economia, possivelmente, na instância da comercialização, mais especificamente na estruturação de mercado e logística. Sendo corroborado que o volume de produção supriria a demanda potencial de

alimentos, entretanto tal demanda não se torna demanda efetiva. Portanto, a problemática extrapola a comercialização autorregulada pelo mercado. Acrescente-se a esta inferência o fato de que, mesmo com intervenção do governo, como será detalhado na seção 2.1, as crianças brasileiras ainda vivenciam insegurança, o que é sugestivo de problemas institucionais de ineficácia.

Nesse sentido, autores como Uchôa *et al.* (2017), Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), e Izumi *et al.* (2010) apontam que existem deficiências na execução do PNAE, como por exemplo, a pouca efetividade na execução orçamentária pelos entes federativos municipais e estaduais – que por motivos variados, não executam a totalidade dos valores repassados pela União –, e dificuldades logísticas, dos agricultores familiares, no escoamento da produção. A logística desempenhada por agricultores familiares para atendimento à demanda do PNAE foi analisada por autores como Saraiva *et al.* (2013), Oliveira *et al.* (2017), Gomes e Bezerra (2019) e Elias *et al.* (2019). Os resultados discutidos por esses autores indicam a existência de lacuna científica para se compreender o lugar que a logística de comercialização pelos agricultores familiares ocupa na ineficácia operacional do PNAE. A pergunta de investigação desta tese está norteada por esta lacuna científica.

Dados da ONU (2020) revelam que entre as principais causas da fome estão a pobreza e a falta de maiores investimentos na agricultura, principalmente no que tange à distribuição e armazenamento; alguns cientistas convergem com esse parecer institucional. Para Izumi *et al.* (2010), os procedimentos logísticos para a compra de alimentos diretamente dos agricultores têm sido relatados como uma das principais preocupações e desafios na aquisição de alimentos locais. Esses autores citam o tempo adicional necessário para identificar os agricultores, negociar os termos e coordenar as entregas.

Péra (2022), Soares e Caixeta Filho (1997), Gaban e Guarnieri (2015) e Batalha (2010) apontam que a ação de distribuir os alimentos apresenta um desafio logístico, que se torna mais complexo quando a infraestrutura logística é inadequada para garantir o escoamento da produção. Ao estudar esses autores, o pesquisador compreende que há desafios persistentes no sistema

logístico brasileiro ao longo de décadas. Tanto para atender à demanda interna quanto externa, o sistema agroalimentar enfrenta dificuldades devido à falta de uma infraestrutura adequada para o escoamento da produção. Os autores apontam que, ao longo de muitos anos, a matriz modal de transportes tem sido inadequada, o que se traduz na carência de uma estrutura apropriada para a distribuição eficiente dos alimentos produzidos.

Nessa perspectiva Uchôa *et al.* (2017, p. 06) aborda que

Apesar desse avanço socioeconômico, o conceito e execução da Logística de distribuição ainda é um dos principais gargalos vivenciados pelos produtores nas Cooperativas, havendo ainda dificuldades para escoamento da sua produção, em especial no atendimento às escolas de forma eficiente e dentro dos prazos estabelecidos uma vez que geralmente seus dirigentes não tem a percepção da importância da implementação de tais conceitos no dia a dia da entidade a qual estão à frente.

Diferentemente do que aponta Uchôa *et al.* (2017, p. 06), nesta tese o autor trabalha na direção de elementos da dimensão política e governamental para problematizar as características sociais que condicionam negativamente a logística de distribuição de alimentos da agricultura familiar para atender as escolas públicas, sem que seja necessário reivindicar conceitos. Nesse sentido, é denominado como condicionantes sociais as características sociais brasileiras, fenômenos ou processos, que se mantêm inalterados ao longo de vários governos, imprimindo marcas na sociedade brasileira em termos de reprodução de desigualdades socioeconômicas devido à ineficácia de intervenção do Estado na economia.

A logística tradicional é a forma sistêmica das atividades relacionadas ao fluxo de materiais, serviços e informações, desde o fornecedor da matéria-prima até o consumidor final, procurando fazer com que os clientes tenham materiais e serviços em quantidades, integridade, custo e prazos desejados (Ching, 2001; Novaes, 2001; Bertaglia, 2003). Além dos conceitos convencionais de logística, surge a abordagem da logística social.

Embora as atividades inerentes à logística social se assemelhem àquelas da logística conforme definido pelos conceitos tradicionais, Carter e Jennings (2002), Svensson e Svensson (2006), Santos (2007), Tenhunen (2008), e

Amaral (2008) apontam que seus propósitos são distintos. Segundo esses autores, ao adotar a terminologia de logística social, a organização assume uma corresponsabilidade pelo desenvolvimento social. Isso implica o reconhecimento da importância de ouvir e considerar os interesses da comunidade em toda a cadeia de suprimentos, envolvendo proprietários, fornecedores, consumidores, governo e meio ambiente.

Sob essa perspectiva, a empresa socialmente responsável busca atender às necessidades de todos (proprietários, fornecedores, consumidores, governo e meio ambiente), não se restringindo apenas aos proprietários, e incorpora uma visão social em seu planejamento de atividades. Nesta tese utiliza como referência de investigação a "logística social".

A logística de distribuição é um ramo da logística, ou seja, parte da logística responsável pelo planejamento e gestão da distribuição física de produtos acabados. Seus canais de distribuição, normalmente, do fornecedor até o cliente, devem assegurar que os pedidos sejam pontualmente entregues, com sua integridade preservada, no prazo acordado e com o menor custo possível (Bertaglia, 2009; Ching, 2001; Novaes, 2001). Nesta delimitação teórica, parte-se da existência do produto disponível, portanto, não está em questão as condições de produção nas quais os produtos foram produzidos, o que remeteria a problemática para a esfera da produção e não da distribuição.

Embora existam problemas de logística para cumprimento dos 30% de aquisição de alimentos originários da agricultura familiar pelo PNAE, a problemática é ampla e envolve todo o circuito econômico, a cultura alimentar, a percepção da sociedade como totalidade, as estruturas institucionais entre outros aspectos que nos coloca diante de inúmeras lacunas científicas, qualquer que seja o recorte do objeto a ser delimitado em torno da efetividade do PNAE. Programas tipo PAA e PNAE surgem como opção de aproximar o agricultor familiar, especialmente os mais descapitalizados, ao consumidor, aumentando sua participação em outros mercados, na direção de distribuir alimentos seguros e saudáveis para grupos de pessoas com insegurança alimentar (Turpin, 2009; Da Silva, 2010; Silva, 2014). Entretanto, para distribuir alimentos preservando sua integridade de forma a chegar no cliente com suas

qualidades nutricionais preservadas, a logística de distribuição é um tema que não pode ser desprezado diante da constatação da existência de crianças na escola que convivem com a insegurança alimentar e nutricional.

O núcleo temático desta tese decorre de reflexões do autor nos 18 anos em que atua como professor de educação básica, e 25 anos de trabalho na área de logística. O pesquisador, na condição de professor do ensino básico de escola pública, professor universitário, profissional da área de logística e pai de uma criança de 11 anos, estudante de escola privada, partiu de inquietações sobre a diferença da condição de competitividade do/a aluno/a da escola pública com o/a aluno/a da escola privada, reconhecendo implicações entre alimentação e desempenho escolar, e, portanto, em relação com a merenda escolar.

A partir dessas inquietações, em abril do ano de 2020, o pesquisador deu início a observações próprias e a realização de entrevistas preliminares, em formato livre, não estruturada, com três dirigentes de escolas públicas estaduais baianas da cidade de Salvador, abordando-os sobre o tema “merenda escolar”. As entrevistas tiveram caráter exploratório, com a intenção apenas de contribuir para a problematização e caracterização do objeto de estudo desta tese.

Nas entrevistas, todos os três diretores escolares apontaram dificuldades na entrega dos produtos alimentares fornecidos pelo produtor familiar e comprados pela escola. Essas dificuldades estão relacionadas com o longo prazo de entrega e transporte feito de forma inadequada, fatos que comprometem a qualidade do alimento recebido. Isso inibe os dirigentes escolares de realizarem compras de produtos saudáveis, tipo frutas e hortaliças, pois possuem alta perecibilidade, substituindo-os por produtos como farinha de milho, broa e farinha de tapioca.

Essa prática permite que parte dos gestores escolares cumpra o requisito de destinar 30% dos recursos federais recebidos à agricultura familiar, mas contraria o que aponta a lei sobre compra de alimentos diversificados e saudáveis. Além disso, também foi percebido, na fala dos dirigentes, que as escolas não possuem condições adequadas para armazenar, processar e transformar os alimentos, assim como os agricultores não teriam recursos para

se adequar às especificações e exigências das unidades escolares. Nessa perspectiva, as entrevistas suscitaram questionamentos sobre as ações desenvolvidas no espaço educacional, quanto à aquisição da alimentação escolar.

Os pesquisadores Triches e Schneider (2010), Triches *et al.* (2016) e Triches e Kilian (2016) vêm tentando entender o papel dos atores sociais na implementação das compras públicas de Agricultura Familiar para o PNAE. Eles têm evidenciado que em locais onde as relações sociais são mais próximas e os atores são mais dialógicos e comprometidos, as aquisições têm mais eficácia, já que os problemas são resolvidos e suplantados mais efetivamente. Um desses agentes é o gestor escolar.

Para Garay (2011), gestão é o processo de dirigir a organização e, a partir daí, tomar decisões levando em consideração as demandas do ambiente e os recursos disponíveis. Bordignon e Gracindo (2000) apontam que gerir uma escola é diferente de gerir outras organizações sociais, devido à sua finalidade, estrutura pedagógica e às relações internas e externas. Luck (2007) aponta que o processo de gestão escolar não consiste apenas em coordenar a dinâmica do sistema de ensino como um todo, mas indo além, discute a importância da articulação das diretrizes e políticas educacionais públicas, e ações para implementação dessas políticas, e ainda a necessidade do gestor escolar apresentar transparência por meio da demonstração pública de seus processos e resultados.

É importante observar que a Constituição Federal prevê a avaliação de resultados quanto à eficácia no seu inciso II. art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Cumprindo esclarecer que o conceito de eficácia considerado nesta investigação refere-se à capacidade de fazer as coisas certas ou de conseguir

resultados, o que inclui a escolha dos objetivos mais adequados e os melhores meios de alcançá-los. Já eficiência é a capacidade de fazer as coisas direito. Ou seja, gestores eficazes selecionam as coisas certas para fazer e os métodos “certos” para alcançá-las (Megginson *et al.*, 1986). Com o gestor escolar não é diferente. Segundo Drucker (2006), o julgamento do desempenho de um gestor se dá por meio dos critérios gêmeos de eficácia – capacidade de fazer as coisas “certas” – e eficiência – capacidade de fazer as coisas “certo”. Desses dois critérios, pelo que aponta Drucker (2006), a eficácia é o mais importante, já que nenhum nível de eficiência, por maior que seja, irá compensar a escolha dos objetivos errados.

A partir das inquietações do pesquisador, de suas observações próprias e da realização de entrevistas preliminares em formato livre com os 3 dirigentes escolares, foi realizada uma revisão bibliográfica sistematizada sobre o tema, onde buscou-se respostas, não só amparado em teorias, mas também, por meio da possibilidade de refletir a título ilustrativo e não como estudo de caso, da revisão bibliográfica, documental e dados, sobre o cotidiano de uma escola estadual de educação básica, no caso o Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia (CEEBC), situado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, no bairro de Cajazeiras IV, na Rua Virgílio Motta Leal, Quadra 3, s/n°. O CEEBC já é conhecido do pesquisador, pois foi um dos objetos de pesquisa de sua dissertação de mestrado, defendida no ano de 2019, onde tratou sobre como, numa escola pública, de bairro popular, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio se insere na dinâmica de formação do aluno para sua inserção social, o que possibilitou conhecer por dentro aquele ambiente escolar.

De acordo com Schwartzman *et al.* (2017), a interligação entre a merenda escolar e a agricultura familiar pode desencadear uma significativa mudança na dinâmica social do país, favorecendo a disponibilidade de alimentos variados, sazonais, com identidade regional e, inclusive, orgânicos. Estes produtos provenientes de agricultores familiares, têm o potencial de integrar a dieta diária dos estudantes nas escolas públicas. A alimentação escolar é um direito do aluno e um dever do Estado, conceituada como todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo, Lei 11.947/2009, artigos 1º e 3º (Brasil, 2009). Atualmente, qualquer aluno

matriculado em escola pública, filantrópica e em entidades comunitárias – conveniadas com o poder público – tem direito à merenda escolar.

É evidente que os processos institucionais não são resultantes apenas de formas regulatórias, heteronômicas, mas também envolvem a participação dos sujeitos que são alvos destes processos institucionais. Entende-se que o PNAE tem uma pretensão enorme e para dar conta não pode se ater somente à questão da logística e de parte de artigos da lei, contudo o recorte desta tese está no objeto Logística de distribuição e nos cumprimentos de forma eficaz dos artigos 2º e 14, do PNAE, pela gestão escolar.

Portanto, não se trata de pesquisa de avaliação de política pública, e sim de compreensão de uma das lacunas já identificadas em um Programa de uma determinada política pública: a logística de distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares e sua aquisição sob a regulação do PNAE. O núcleo da questão é a integração da agricultura familiar pela produção de alimentos ao mercado institucional da merenda escolar por meio da logística de distribuição.

A alimentação escolar em escolas públicas estaduais de ensino básico é, portanto, a questão relevante desta pesquisa; reconhece-se a problemática como uma questão social. Assim, propõe resposta ao seguinte problema de pesquisa: quais condicionantes sociais da logística de distribuição de alimentos originários da agricultura familiar para alimentação escolar pelo PNAE reduzem a eficácia da gestão escolar, frente ao cumprimento da Lei Federal nº11.947, em contexto de insegurança alimentar no Brasil, considerando o período de 2019 a 2022?

O objetivo geral do trabalho de investigação é demonstrar que a existência de condicionantes sociais na logística de distribuição de alimentos originários da agricultura familiar para alimentação escolar pelo PNAE reduzem a eficácia da gestão escolar no cumprimento da Lei Federal nº11.947, em contexto de insegurança alimentar no Brasil, considerando o período de 2019 a 2022. E como objetivos específicos, é proposto:

- a) Demonstrar a insegurança alimentar como legitimamente justificadora do PNAE, a partir de fundamentos históricos e do marco legal;
- b) Apontar como se desenvolve o processo de aquisição de alimentos da

agricultura familiar pelo PNAE;

- c) Sistematizar características sociais brasileiras que condicionam a logística de distribuição de alimentos para aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE.

Como hipótese é apontado que a existência de um mercado instituído para aquisição de alimentos pelas escolas públicas, para merenda escolar, responde à questão social das desigualdades que geram insegurança alimentar na população escolar do ensino público, mas também à vulnerabilidade agrária da agricultura familiar, cuja resiliência na dinâmica do mercado capitalista tende a submeter-se à integração vertical na cadeia produtiva, por meio da logística de distribuição de alimentos. Constata-se a ineficácia dessa dinâmica de mercado pela redução da oferta direta de produtos originados dos agricultores familiares para as escolas públicas estaduais da cidade de Salvador-BA, criando impactos institucionais que desafiam a direção escolar a cumprir, de forma eficaz, a obrigatoriedade de utilizar no mínimo 30% do valor repassado pelo FNDE para o PNAE, na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

A pesquisa assume a perspectiva de que na logística, a gestão técnica de infraestrutura e organização de equipe de trabalho é uma parte da sua responsabilidade social no processo da alimentação escolar, que supõe a compreensão sobre quais tipos de produtos a escola precisa comprar do agricultor familiar, conforme a lei, na direção de contribuir na garantia da alimentação adequada do aluno. Existe um aluno que necessita comer e um produtor familiar que produz esse alimento e existe uma política pública com condicionantes sociais na logística, que precisa fazer com que essa comida chegue na escola.

A partir dessa compreensão da realidade de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE foi realizada uma análise da logística de distribuição envolvida nesse processo, guiada pelas questões abaixo elencadas, que orientaram a discussão do caminho empírico de investigação e análise de resultados, para ampliar a resposta ao problema de pesquisa, a partir da hipótese norteadora da investigação:

- a) Para que o alimento da agricultura familiar chegue ao aluno de escola

pública estadual de Salvador-BA, o agricultor familiar precisa estar integrado com as cadeias agroalimentares?

- b) Caso, necessariamente, os agricultores familiares não precisem estar integrados às cadeias agroalimentares, existe uma outra logística que contribua viabilizando para que as mercadorias cheguem de forma direta, do produtor para escola?
- c) Caso exista uma outra logística que viabilize a relação direta do agricultor com a escola, como esta pode ser viabilizada, diante de dificuldades relacionadas a essa logística?
- d) As dificuldades do aspecto logístico de distribuição para aquisição de produtos da agricultura familiar estão relacionadas a questões diretamente da infraestrutura logística e/ou falta de políticas públicas voltadas para o tema?
- e) Qual dessas dificuldades influencia diretamente no prazo de entrega, na divergência de quantidade da mercadoria entregue e na característica física do produto?
- f) O não cumprimento do prazo acordado de entrega promove divergência de quantidade da mercadoria entregue e gera divergência na característica física do produto? Estas divergências influenciam o não cumprimento, por parte da direção da escola, em atender os artigos 2º e 14 do PNAE?
- g) Os artigos 2º e 14 do PNAE favorecem ou não a integração desse pequeno agricultor em cadeias agroalimentares, que não necessariamente estão alinhados a identidades social que o pequeno agricultor quer ter, contribuindo para que passem a ser um trabalhador formalmente subordinado ao capital através da integração de cadeias?
- h) Na atual estrutura vigente no Brasil, a obrigatoriedade trazida pelos artigos 2º e 14 do PNAE tem implicado em reforçar uma integração vertical da agricultura familiar, que a subordina as diretrizes do grande capital na ponta da cadeia como única forma que a gestão da escola tem conseguido fazer para cumprir o PNAE?

A dinâmica da sociedade tomada como objeto empírico foi o mercado

interno do consumo de alimentos por alunos da escola pública estadual baiana da cidade de Salvador. Para esta pesquisa, inicialmente, após as entrevistas livres, não estruturadas e de caráter exploratório, realizadas em abril do ano de 2020, com os três dirigentes escolares, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática mantendo o método e procedimentos necessários ao rigor desta proposta de investigação. Para garantir a abrangência de captura do objeto, as fontes selecionadas incluíram o Scielo, o Google Acadêmico, bibliotecas de teses e dissertações de universidades Estaduais, Federais, universidades Católicas, PUCs, o Portal de Periódico da Capes e dados estatísticos de órgãos confiáveis para o cenário em questão.

Após a escolha das bases, foi delimitado o período de publicação do material. Para esse levantamento bibliográfico foram elencadas as seguintes palavras-chave: Intervenção estatal na economia, Segurança alimentar e nutricional, Políticas Públicas de segurança alimentar, Produção de alimentos no Brasil, Logística agroalimentar, Logística de distribuição da agricultura familiar.

Quanto aos tipos de artigos, a busca foi focada em artigos completos publicados em periódicos, reconhecidos pela comunidade científica, com alto fator de impacto e reputação respeitável. Os operadores booleanos utilizados foram "and", excluindo os operadores "not" e "or". Por fim, cada artigo relevante para atender aos objetivos específicos da pesquisa foi minuciosamente lido e examinado em detalhes. Como método de abordagem de pesquisa de campo, enquanto procedimento empírico direto foi adotado levantamento de dados oficiais qualitativos, institucionais nos organismos de governo: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Ministério da Educação (MEC), Banco Mundial, International Grains Council (IGC), Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder).

Foi realizada uma entrevista não estruturada, no ano de 2023, com a diretora do CEEBC, situado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, no bairro de Cajazeiras IV, na Rua Virgílio Motta Leal, Quadra 3, s/n°. O tratamento dos dados da entrevista não estruturada, realizada com a gestora do CEEBC, orientou a escolha de dois agricultores familiares e o roteiro de entrevista semiestruturada (ver Apêndice A) que foi aplicada a eles.

A entrevista aplicada aos agricultores familiares foi realizada a partir dos seguintes procedimentos:

- a) Inicialmente foi confeccionado o roteiro de entrevista.
- b) No segundo momento, estabeleceu-se contato com os agricultores, no qual foi apresentando a proposta da tese.
- c) No terceiro momento, após a aceitação dos agricultores para participar da entrevista, foi agendado um encontro, no qual a entrevista seria conduzida, com duração de, aproximadamente, 60 minutos.
- d) No quarto momento, procedeu-se ao tratamento dos dados coletados nas entrevistas.

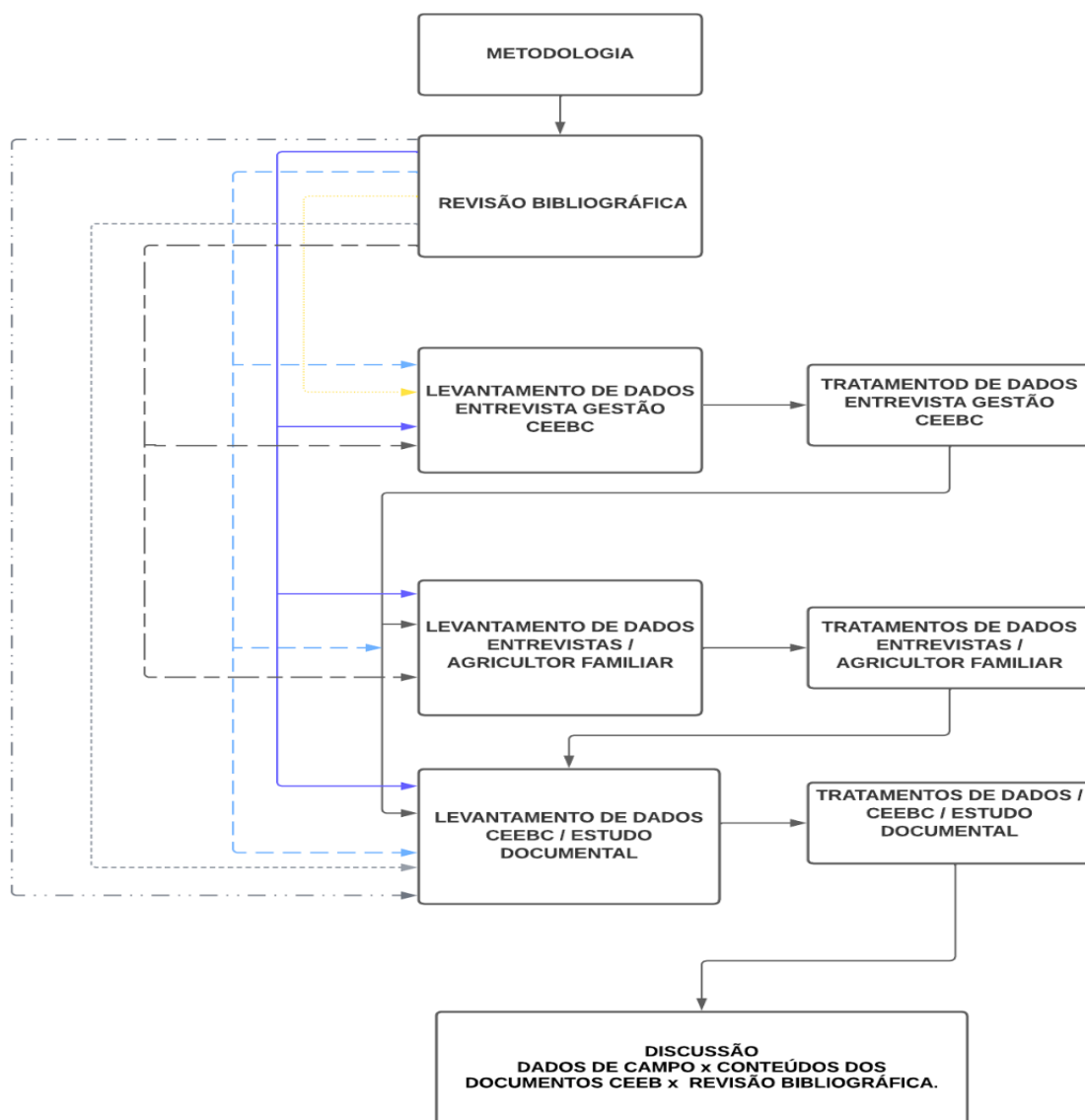
O tema alimentação escolar, bem como a utilização de agricultores familiares e dirigentes escolares, têm implicações no campo da saúde e, em função disso, foram observados os procedimentos exigidos para pesquisa na área da saúde sob a Resolução nº 466, de 12 de dezembro do ano 2012, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde. O Projeto de pesquisa da tese foi submetido ao Comitê de Ética, da Universidade Católica do Salvador, do qual obteve Parecer nº 6.244.106, aprovado por meio da Plataforma Brasil (ver Anexo A).

A entrevista não estruturada com a diretora do CEEBC, também sinalizou aspectos a serem observados no estudo documental do CEEBC, os quais possibilitaram uma discussão sobre os dados de campo em relação aos conteúdos de documentos referentes ao objeto de estudo. Para orientar a pesquisa dos documentos que regulam a aquisição da alimentação escolar pelo PNAE no CEEBC, foi empregado inicialmente um questionário (conforme descrito no Apêndice B) apenas como roteiro junto à diretora da instituição.

Durante os questionamentos, a diretora, ao lidar com cada questão, procedeu à consulta aos documentos pertinentes, fornecendo uma contextualização sobre cada um. Posteriormente, em uma segunda etapa, com base nas explicações da dirigente escolar e no acesso aos conteúdos dos documentos, o autor deste estudo procedeu à análise individual de cada documento, detalhando seu conteúdo, ressaltando sua importância para a administração do PNAE e evidenciando a compreensão da diretora escolar sobre o respectivo documento. Os documentos oficiais analisados foram os relacionados aos critérios de seleção de fornecedores, à definição de alimentos, à elaboração de cardápios, à prestação de contas, ao monitoramento da qualidade dos alimentos e aos canais de comunicação pertinentes.

O fluxograma abaixo (Figura 1) sumariza as etapas metodológicas adotadas nesta tese.

Figura 1 - Etapas metodológicas adotadas na tese



LEGENDA

Segurança alimentar e intervenção econômica pela alimentação



Agricultura Familiar



Políticas Públicas Alimentares



Logística



O Contexto educacional e a alimentação escolar



CEEBC



Fonte: Elaboração própria.

A exposição da tese é apresentada nos seguintes capítulos: para além desta introdução, o segundo capítulo aborda dados históricos relacionados à Segurança Alimentar, analisando as abordagens que destacam a intervenção econômica através da alimentação como justificativa para o PNAE. Esse capítulo também examina dados secundários sobre a produção de alimentos no Brasil, a insegurança alimentar e a realidade da fome.

No terceiro capítulo, a atenção se volta para o estudo da logística de distribuição no Brasil, destacando as características sociais que a condicionam. Além disso, são explorados os circuitos agroalimentares de comercialização e seus mercados institucionais, juntamente com os desafios enfrentados para a integração do agricultor familiar no PNAE. Esse capítulo também incorpora relatos de agricultores familiares baianos sobre a logística de distribuição de alimentos destinados ao atendimento do PNAE, além de abordar aspectos relacionados aos condicionantes sociais desse processo, incluindo a aquisição de alimentos da agricultura familiar pelas escolas estaduais baianas e os condicionantes sociais da logística para atender ao programa.

Por fim, o quarto capítulo conclui com uma análise da realidade documentada pelo CEEBC sobre o processo de aquisição de alimentos pelo PNAE. Nas considerações finais é exposta uma síntese de dados e informações que compõe o alicerce da tese exposta.

2 A INSEGURANÇA ALIMENTAR COMO LEGITIMAMENTE JUSTIFICADORA DO PNAE NO BRASIL

A existência de políticas públicas responde a questões socioeconômicas e ambientais. Mas a constatação de problemas que requeiram esse tipo intervenção do Estado, precisa ser demonstrada, como é o caso da existência de crianças e jovens que devem ser alimentados para que seu direito à vida seja garantido. Esse é um dos primeiros desafios que se impõem para enfrentar o problema da insegurança alimentar, que é a própria quantificação do fenômeno.

Este capítulo tem como objetivo demonstrar a existência da insegurança alimentar e fome no Brasil – mais precisamente na população específica de crianças em idade escolar e no agricultor familiar –, como legitimamente justificadora da política pública PNAE, que integra ações econômicas (criação de mercado institucional para a agricultura familiar) e ações sociais (educação e nutrição para crianças e jovens). Para isso foram caracterizadas as situações alimentares a partir da análise de um conjunto de dados secundários publicados pelas instituições Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), International Grains Council (IGC), Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Vox Populi, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), sobre produção de alimentos e segurança alimentar.

Compreendendo que a economia se organiza por produção e distribuição e que esses não são segmentos independentes, no primeiro momento é apresentada a importância da intervenção do estado numa economia capitalista que não se autorregula, além de um breve histórico sobre SAN no Brasil. No segundo e terceiro momentos serão apresentados, respectivamente, dados de produção de alimentos no Brasil que colocam o país no ranking dos maiores produtores de alimentos do mundo, e dados sobre a insegurança alimentar e o risco de fome na direção de demonstrar o paradoxo da produção brasileira não chegar a todos os consumidores do país nas necessidades de sua própria sobrevivência. Os dados levantados sobre insegurança alimentar

são baseados no uso da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que tem como origem a formulação usada pelo Departamento de Agricultura Americano e que faz uma aferição anual usando essa escala, também conhecida como método de Cornell.

Para os dados sobre produção de alimentos, foi escolhido o trabalho realizado por Cotini e Aragão (2021), a partir da produção de grãos e oleaginosas que, de acordo com os autores, são alimentos básicos de diversas populações no mundo e insumos mais relevantes para a produção de proteína animal. Quantificaram quanto o Brasil colaborou na alimentação de pessoas no Brasil e no mundo, compreendendo que os grãos e as oleaginosas vêm se tornando a base da alimentação humana, para consumo direto das pessoas, alimentos processados ou como insumo para ração e produção das principais carnes.

O autor desta tese, diferentemente do que aponta Cotini e Aragão (2021), defende a perspectiva de que a mera produção de grãos e oleaginosas não é adequada para garantir a segurança alimentar e nutricional da população, especialmente no que se refere às crianças em idade escolar. Esta tese caminha na direção apresentada por Contag (2023), no Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2023 / Ano 2, trabalho realizado com base em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que aponta a agricultura familiar brasileira como uma das principais responsáveis pelo abastecimento do mercado interno, com produtos saudáveis e manejo sustentável dos recursos ambientais.

Nessa perspectiva é entendido que é a agricultura familiar que pode dar conta de atender o PNAE no seu artigo art. 2º, o qual trata sobre o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

A agricultura familiar além de possuir capacidade produtiva, sendo

responsável por 23 % do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), segundo o Censo Agropecuário 2017 do IBGE, é a oitava maior produtora de alimentos do mundo, possuindo multifuncionalidade e multidimensionalidade, estando presente em todas as regiões do Brasil.

A agricultura familiar brasileira, formada por mulheres, homens e pessoas LGBTQIAP+ no campo, floresta e águas, de todas as raças e idades, como assentados(as), reassentados(as), pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, silvicultores(as), aquicultores(as) e extrativistas, a partir de diversas identidades e modos de vida e produção, ocupa 23% das áreas e 3,9 milhões de estabelecimentos e é responsável por 23% do valor bruto da produção agropecuária, 67% das ocupações no campo. O total da sua produção a coloca como a oitava maior produtora de alimentos do mundo. Além da produção de alimentos, contribui com a dinamização econômica do país, pois responde por 40% da renda da população economicamente ativa e a dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, que representam 68% do total. Com sua multifuncionalidade e multidimensionalidade, está presente em todas as regiões do Brasil (Contag, 2023, p. 5).

Dados da agricultura familiar serão tratados com detalhes na seção 3.3.2 desta tese.

O propósito ao apresentar neste capítulo os dados levantados por Cotini e Aragão (2021) sobre produção do agronegócio – que também tem financiamento de política pública, como por exemplo o Plano Safra 2023/2024 com investimentos na ordem de R\$ 364,22 bilhões para o financiamento da agricultura e da pecuária empresarial no país (Brasil, 2023/2024) – é apenas reforçar que o Brasil, detentor de recursos naturais, possui condições para produção de alimentos, mesmo entendendo que esses alimentos não são os adequados para garantir a segurança alimentar e nutricional da população de crianças em idade escolar.

2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E INTERVENÇÃO ECONÔMICA PELA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: MARCO HISTÓRICO E LEGAL

A primeira indicação institucional sobre o termo Segurança Alimentar no Brasil aconteceu no ano de 1985 (Silva, 2014), em um documento do Ministério da Saúde. Na época, havia um movimento em prol de uma Política Nacional de

Segurança Alimentar e pelo desenvolvimento de um Conselho de Segurança Alimentar.

Passada a primeira eleição direta para Presidente da República, em 1989, na qual foi eleito Fernando Collor de Mello, foi remetido por algumas pessoas e organizações uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. A proposta, entretanto, não foi considerada por aquele Governo. Em 1993, com *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello e a posse do seu vice, Itamar Franco, a proposta da política Nacional de Segurança Alimentar foi mais uma vez apresentada, e na época foi disposto um Mapa da Fome, tornando público que mais de 30 milhões de brasileiros não tinham rendimento financeiro necessário para se alimentar. No mesmo ano, foi criado o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Em 1994 foi eleito para presidente da república Fernando Henrique Cardoso, que desativou o CONSEA e aprovou no ano de 1999, por meio do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), com a previsão de diversas ações que definem o Estado brasileiro como reconhecedor do Direito Humano à Alimentação Adequada. Nesse período diferentes intervenções da sociedade civil aconteceram para sensibilizar a população e desenvolver ações concretas de combate à fome.

Em 2003 assume como presidente da república Luiz Inácio da Silva, o Lula, instaurando no mesmo ano o programa Fome Zero como um direcionamento para uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNAN). No primeiro momento o Governo instituiu o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) para responder às demandas de programas nesta área, que depois se transformou em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em seguida, o Consea Nacional foi reativado e passou a ter uma atuação proeminente no sentido de introduzir a SAN na agenda pública nacional e nas políticas públicas.

Ainda no ano de 2003, por meio da Lei Federal nº 10.696, como uma ação estrutural do programa Fome Zero, foi instituído, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), tendo como principal objetivo garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar através de estabelecimentos de preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra, e, ao mesmo tempo, articular essa produção com os mercados institucionais.

De acordo com Grisa (2009), os mercados institucionais podem ser definidos como uma forma específica de mercado, onde as redes de troca adotam uma estrutura particular, previamente estabelecida por meio de normas e convenções negociadas por um grupo de agentes e organizações. Nesse contexto, o Estado geralmente desempenha um papel central, principalmente por meio das compras públicas. A autora destaca que as políticas públicas voltadas para compras institucionais, ao priorizarem a agricultura familiar como ator principal no fornecimento para esses mercados, apresentam-se como uma estratégia viável para estimular uma nova dinâmica de desenvolvimento nos territórios.

Em 2006 a Lei nº 11.326 trouxe o marco legal à agricultura familiar, o que possibilitou a sua entrada nas estatísticas oficiais a partir do Censo Agropecuário de 2006 (Brasil, 2009) e melhor acesso às políticas públicas. O agricultor deve se enquadrar no artigo 3º da lei acima citada, no qual:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Ainda nesta década, no ano de 2009, na intenção de continuar

fomentando possibilidades ao agricultor familiar de acesso a mercados locais e auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos, foi reestruturado o PNAE, a partir da Lei Federal nº 11.947, ressurgindo na perspectiva de atuar pela segurança alimentar e nutricional dos estudantes, com a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, visando fomentar os preceitos do desenvolvimento sustentável, valorização da cultura alimentar, alimentação saudável e alocação dos sistemas agroalimentares, na direção de promover o desenvolvimento local e criar estratégias para a comercialização de produtos não visados pelo mercado convencional. Desse modo, portanto, contribuindo para fomentar possibilidades para desenvolver sistemas agroalimentares alternativos para a agricultura familiar (FNDE, 2017; Grisa, 2014; Gramalina, 2012).

A Lei Federal nº11.947, sancionada em 2009, foi um marco importante na reestruturação do PNAE. A partir dela, o programa passou a ter alguns diferenciais, como:

- a) O aumento do valor per capita para a compra de alimentos – antes da lei, o valor era de R\$ 0,30 por aluno/dia, e com a lei passou a ser de no mínimo R\$ 0,60, podendo chegar a R\$ 1,10 em algumas regiões do país.
- b) A exigência de que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam utilizados na compra de produtos da agricultura familiar – essa medida foi tomada com o objetivo de incentivar a produção local de alimentos, fortalecer a economia regional e oferecer alimentos mais saudáveis e de qualidade para os alunos.
- c) A ampliação da oferta de alimentos saudáveis – a lei determinou que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos orgânicos, que são livres de agrotóxicos e possuem maior valor nutricional (Brasil, 2009).
- d) A inclusão de alimentos regionais e culturais no cardápio – a lei estabeleceu que os cardápios devem ser elaborados levando em consideração as características regionais e culturais de cada região do país, de modo a oferecer uma alimentação mais diversificada e saudável

para os alunos.

Segundo o pesquisador José Graziano da Silva, em seu livro *Geopolítica da Fome*, na sua origem o programa era financiado por doações de alimentos vindos do exterior, pois o Brasil enfrentava uma escassez de alimentos em decorrência de uma política econômica baseada na exportação de produtos primários (Silva, 1996, p. 189). No livro, o autor aponta que ao longo dos anos o PNAE evoluiu para um programa de compras governamentais de alimentos produzidos por agricultores familiares locais, o que permitiu o desenvolvimento do mercado interno de alimentos e a redução da dependência de doações internacionais. Para Silva (1996), esse modelo de compra de alimentos da agricultura familiar tem sido fundamental para fortalecer a economia local e incentivar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. Dessa forma, o Estado Brasileiro assumiu a responsabilidade de estruturar o mercado interno de alimentos e garantir a segurança alimentar da população, especialmente das crianças em idade escolar, ao invés de se manter na condição de país pobre e carente de doações.

Para contribuir com a compreensão da importância de um envolvimento mais proativo do Estado na intervenção econômica, pode-se voltar ao período entre os anos de 1929 e 1933, intervalo em que o mundo evidenciou sua maior crise econômica capitalista que atingiu primeiramente a economia norte-americana, disseminando-se, na sequência, para os países da Europa, da África, Ásia e América Latina.

No ano de 1929 os Estados Unidos sofreram um fenômeno chamado de *crash* da Bolsa de Nova Iorque, quando o valor das ações da Bolsa de Valores de Nova York, à qual a economia mundial estava integrada à época, caiu repentinamente, desencadeando uma das maiores crises econômicas da história do capitalismo, com a falência de aproximadamente 85 mil empresas e 5 mil bancos (De Lima; Sinival, 2005, p. 11). O modelo econômico era o capitalismo liberal clássico onde a economia seria um organismo autorregulamentado, e segundo sua lógica quanto maior a liberdade dada às atividades econômicas, maiores seriam as condições para que determinado país conseguisse ampliar suas fontes de riqueza. Dessa maneira, o liberalismo clássico norte-americano desaprovava qualquer esforço governamental com o

objetivo de regular os costumes e práticas econômicas de sua sociedade.

Em 1932 é eleito o presidente Franklin Delano Roosevelt que tinha como maior desafio reerguer a maior economia da época; para isso foi inspirado pelos princípios do economista John Maynard Keynes, propondo um plano econômico denominado *New Deal*. Esse plano econômico abriu portas para que o Estado tivesse participação direta na economia nacional. John Keynes, em um artigo intitulado *O fim do laissez-faire*, publicado originalmente em 1926, já fazia uma série de críticas às doutrinas liberais, e dez anos depois, em 1936, Keynes lança a obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, onde são montados os elementos de análise que vão questionar os pressupostos neoclássicos e gerar uma nova era no pensamento econômico, (De Lima; Sinival, 2005, p. 12). Neste trabalho Keynes reúne todas as respostas à grave depressão econômica da Bolsa de Nova Iorque de 1929, o que legitimou o uso da sua proposição teórica como ciência aplicada e o colocou entre as grandes referências do pensamento econômico. Para Keynes (1982 [1936]), o Estado deveria intervir na economia sempre que fosse necessário, a fim de evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego, tendo em vista que economia liberal-capitalista não disponibiliza mecanismos e ferramentas capazes de garantir a estabilidade empregatícia de um país e que o poder público deveria investir em áreas em que as empresas privadas negligenciaram.

A partir da década de 1970, aparecem outras correntes de pensamento econômico contrários aos princípios keynesianos, e nesse período a redução dos elevados índices de desenvolvimento atingidos nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, colocou em dúvida a teoria de Keynes e deu ensejo às ideias liberais dos teóricos da escola monetarista do pensamento econômico capitalista (Sousa, 2021). Entretanto, no ano de 2008, as ideias defendidas por Keynes voltaram aos debates devido à crise iniciada em razão da especulação imobiliária nos Estados Unidos, ocasionada por um aumento abusivo nos valores dos imóveis, atingindo as principais economias do mundo, que tiveram a necessidade de enfrentar uma situação semelhante à recessão americana de 1929.

Teoricamente fundamentado pelo materialismo histórico, o livro *Teoria da dinâmica econômica* de Michal Kalecki, publicado originalmente em 1954,

discute a dinâmica do capitalismo e apresenta uma abordagem alternativa à teoria econômica neoclássica. Kalecki parte da premissa de que o capitalismo é um modo de produção com tendência inerente à instabilidade e à crise, devido a uma série de contradições internas, como a desigualdade na distribuição de renda e a tendência à queda da taxa de lucro, como formulada por Karl Marx. Para ele, a demanda agregada é o principal motor da economia, e as flutuações na demanda são responsáveis por suas flutuações cíclicas. Kalecki argumenta que a intervenção governamental pode ser usada para estabilizar o sistema e minimizar as flutuações cíclicas, por meio de políticas fiscais e monetárias. O autor também discute a relação entre os salários e os lucros na economia capitalista. Ele argumenta que a tendência histórica de aumento dos salários e da participação dos trabalhadores na renda é uma força estabilizadora no sistema, já que aumenta a demanda agregada e reduz a concentração de renda, necessárias à existência de consumidores dos bens de consumo do trabalhador.

Kalecki discute a dinâmica das empresas e a relação entre investimento e lucro apontando que as empresas têm um incentivo para investir apenas quando há expectativa de aumento de lucro, o que pode levar a uma situação na qual a demanda efetiva fica abaixo da capacidade produtiva da economia. Em suma, *Teoria da dinâmica econômica*, de Michal Kalecki, apresenta uma teoria alternativa ao pensamento neoclássico, enfatizando a importância da demanda agregada e da intervenção governamental na estabilização do capitalismo.

A alternância entre momentos de maior e menor intervenção estatal na economia é tratada pelo economista Luiz Carlos Bresser Pereira em sua obra *O caráter cíclico da intervenção estatal*, publicada em 1989. Para o autor, a intervenção estatal na economia segue um padrão cíclico, alternando entre momentos de maior intervenção e momentos de menor intervenção, abrangendo três fases desse ciclo: a primeira é a fase liberal, em que há pouca intervenção estatal na economia; a segunda é a fase desenvolvimentista, em que o Estado assume um papel mais ativo na promoção do desenvolvimento econômico; e a terceira é a fase neoliberal, em que há uma retomada do liberalismo econômico e uma redução da intervenção estatal. Bresser Pereira

(1989) aponta que esse ciclo se deve a fatores políticos e econômicos, como a alternância de poder entre partidos políticos com visões diferentes sobre o papel do Estado na economia e a necessidade de ajustes fiscais em momentos de crise econômica. O autor discute as implicações dessa alternância de fases para a economia, argumentando que a fase desenvolvimentista pode ser mais eficaz em promover o desenvolvimento econômico, mas também pode levar a um aumento da corrupção e da burocracia estatal. Para Bresser Pereira é importante reconhecer o caráter cíclico da intervenção estatal e trabalhar para que as políticas econômicas sejam mais consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, de modo a evitar as discontinuidades e incertezas que podem resultar nessas mudanças de fase.

O artigo *Enriquecimento e Produção: Keynes e a Dupla Natureza do Capitalismo*, escrito por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e José Serra Gomes de Almeida, publicado no ano de 1989, discute a visão de John Maynard Keynes sobre o capitalismo e sua dinâmica econômica. Os autores argumentam que Keynes via o capitalismo como um sistema que, ao mesmo tempo, permitia o enriquecimento de alguns indivíduos e a produção de bens e serviços para a sociedade. No entanto, ele reconhecia que essas duas dimensões do capitalismo nem sempre caminhavam juntas, e que o sistema poderia falhar em equilibrá-las.

Segundo os autores, para Keynes a falta de demanda efetiva por parte dos consumidores poderia levar a uma queda na produção e no emprego, criando um ciclo vicioso de recessão econômica defendendo a necessidade de intervenção governamental para estimular a demanda, por meio de políticas fiscais e monetárias expansionistas. Os autores também discutem a crítica de Keynes à visão clássica de que a oferta criaria sua própria demanda. Segundo eles, Keynes argumentava que a demanda efetiva era um elemento crucial para a estabilidade do sistema econômico. Belluzzo e Almeida (1989) destacam a atualidade (final da chamada década perdida em relação ao comportamento da economia) das ideias de Keynes para a compreensão dos desafios econômicos contemporâneos, como o baixo crescimento e o desemprego estrutural. Eles afirmam que as políticas keynesianas de estímulo à demanda podem ser uma resposta para esses problemas.

Ainda em relação à presença do Estado na economia privada, o artigo *Economia, estado e democracia*, de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, publicado em 1993, traz a discussão da relação entre economia, estado e democracia no contexto da globalização e do neoliberalismo. O autor aponta que a globalização, marcada pela liberalização dos mercados e pela supremacia dos interesses financeiros, tem gerado desigualdades sociais e econômicas cada vez maiores, colocando em risco a própria democracia. Nesse sentido, Belluzzo (1993) defende a necessidade de um papel mais ativo do estado na regulação da economia, a fim de garantir a justiça social e a proteção dos direitos dos cidadãos. O autor critica a ideologia neoliberal, que defende a diminuição do papel do Estado na economia em prol do livre mercado, argumentando que essa abordagem leva a uma concentração de poder econômico e a uma maior vulnerabilidade dos cidadãos às crises financeiras. Além disso, Belluzzo discute a importância da democracia como um valor fundamental a ser protegido, alertando para os riscos da supressão dos direitos democráticos em nome da eficiência econômica, na direção de que é preciso repensar a relação entre economia, estado e democracia, a fim de criar um modelo econômico mais justo e equilibrado, que leve em conta as necessidades e direitos dos cidadãos.

Enfim, percebe-se que ao longo da história, as relações entre o Estado e a sociedade têm sido marcadas por diferentes dinâmicas, influenciadas por fatores políticos, econômicos e sociais. Nas últimas décadas, observa-se uma tendência na qual as grandes empresas capitalistas têm assumido um papel de destaque na gestão dos interesses que permeiam essa relação. Essas empresas, por possuírem grandes recursos financeiros e capacidade de influência política, têm se tornado agentes importantes no processo de tomada de decisões governamentais. Com isso, os interesses desses grupos muitas vezes prevalecem sobre os interesses da sociedade como um todo, especialmente daqueles que possuem menos poder econômico e político.

O economista Joseph Stiglitz, vencedor do prêmio Nobel de economia, do ano de 2001, em seu livro publicado no ano de 2010 de título *Freefall: America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy* analisa as causas e consequências da crise financeira global de 2008, com foco especial na

economia dos Estados Unidos. Stiglitz (2010) argumenta que a crise foi causada por uma combinação de fatores, incluindo a especulação imobiliária, a desregulamentação do setor financeiro, a falta de transparência em relação a produtos financeiros complexos e a ausência de uma rede de segurança financeira adequada. Na obra, o economista critica a ideologia do "livre mercado" que dominava a política econômica dos Estados Unidos na época, argumentando que ela foi responsável por incentivar a tomada de riscos excessivos e a adoção de políticas econômicas que favoreciam os mais ricos em detrimento da maioria da população. O autor defende uma regulamentação mais forte do setor financeiro, a criação de uma rede de segurança financeira mais robusta e a adoção de políticas econômicas mais inclusivas, que beneficiem a maioria da população.

Os autores Maria Isabel Busato, Ana Cristina Reif e Mario Luiz Possas no artigo de título *Uma tentativa de integração entre Keynes e Kalecki: investimento e dinâmica*, publicado no ano de 2019, aborda a relação entre as teorias de Keynes e Kalecki em relação ao papel do investimento na dinâmica econômica, argumentando que as duas teorias apresentam pontos em comum que podem ser integrados em uma abordagem mais abrangente e coerente para a análise da economia capitalista. Os autores defendem que a abordagem integrada de Keynes e Kalecki pode ser útil para a compreensão da dinâmica do ciclo econômico e para a formulação de políticas econômicas que promovam a estabilidade e o crescimento econômico. O artigo propõe uma integração das teorias de Keynes e Kalecki em relação ao papel do investimento na dinâmica econômica, com o objetivo de desenvolver uma abordagem mais abrangente e coerente para a análise da economia capitalista (Busato, 2019).

No ano de 2020, surge a pandemia da Covid-19, problema de saúde pública em diversos países do mundo, imprimindo uma nova dinâmica à economia mundial e forçando o Estado a intervir para além dos interesses empresariais sem os descuidar. A acelerada propagação da doença e o uso do distanciamento como forma de prevenção colocaram em evidência as exacerbadas desigualdades sociais e urbanas das cidades capitalistas (Costa, 2020, p. 969). A pandemia intensificou a fome no Brasil, de acordo com

Penssan (2021), 55,2% dos domicílios brasileiros se encontravam, no ano de 2020, com alguma insegurança alimentar, destes 9% conviviam com insegurança alimentar grave, ou seja, a fome, fato que exige do Estado uma forte intervenção na economia. Em um cenário com forte presença do neoliberalismo na economia e participação ativa da sociedade civil no que se refere aos direitos humanos, o direito à alimentação passa a ser discutido no âmbito nacional.

Na perspectiva de defender a necessidade de um papel mais ativo do estado na regulação da economia, a fim de garantir a justiça social e a proteção dos direitos dos cidadãos, é introduzida, no Brasil, em 1989, a SAN. O conceito de SAN emerge dos debates e discussões em fóruns nacionais e internacionais sobre a necessidade de garantir o acesso à alimentação adequada como um direito humano fundamental. A SAN no Brasil é uma política pública que visa garantir a alimentação adequada e promover a soberania alimentar, por meio de programas e ações que envolvem a produção, distribuição e acesso aos alimentos.

O conceito de SAN está em constante construção e evolui à medida que avança a história da humanidade e modifica a organização social e as relações de poder em uma sociedade (Abrandh, 2013, p.11). Sua concepção ainda é debatida por diferentes segmentos sociais dando origem a uma variedade de interpretações ligadas a diferentes interesses de diversos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. O conceito de Segurança Alimentar veio à luz a partir da 2ª Grande Guerra com mais da metade da Europa devastada e sem condições de produzir o seu próprio alimento. Tal conceito leva em conta três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos (Belik, 2003, p.14).

Belik (2003) aborda a questão do acesso aos alimentos de maneira distinta da disponibilidade de alimentos. Ele se refere àquilo que está prontamente disponível e à qualidade dos alimentos destinados ao consumo pela população. Belik destaca que esses alimentos não podem estar sujeitos a riscos de contaminação, problemas de deterioração ou quaisquer outros decorrentes de prazos de validade expirados. Ele relaciona essa disponibilidade à capacidade das pessoas de consumir alimentos de maneira

digna, onde a dignidade implica a oportunidade de se alimentar em um ambiente limpo, e seguindo as normas tradicionais de higiene. Para o autor é necessário que as pessoas tenham acesso constante à alimentação, alimentando-se ao menos com uma frequência de três vezes ao dia.

Hoffmann (2013) entende que é analiticamente inconveniente misturar tudo em um único conceito e aponta que além de Belik, no Brasil, existem diversos autores que pesquisam sobre a origem do conceito e das normas e as declarações e leis sobre a SAN como, por exemplo, Maluf *et al.* (1996). Para Hoffmann (2013, p. 221),

Cientificamente, é conveniente distinguir os seguintes conceitos: "a segurança alimentar" (food security), no sentido de acesso a alimentos; a "segurança dos alimentos (food safety), que trata da qualidade dos alimentos disponíveis; e o estado nutricional das pessoas", que depende da segurança alimentar e da segurança dos alimentos, mas envolve também a saúde de quem ingere os alimentos.

Belik (2012) destaca que a Segurança Alimentar e Nutricional desempenhou um papel fundamental na política social brasileira, sendo catalisada pelo Programa Fome Zero. O Fome Zero foi concebido como uma verdadeira política de Segurança Alimentar, incorporando os aspectos mais modernos desse conceito e buscando universalizar a ação do Estado para reconhecer direitos (Belik, 2012, p. 96). O programa adotou uma abordagem baseada em princípios econômicos keynesianos, argumentando que as políticas sociais podem impulsionar o desenvolvimento econômico, em vez de depender dele, como historicamente ocorreu no Brasil. O autor destaca que o aumento do consumo de alimentos pode contribuir para a inclusão social e produtiva de setores marginalizados da sociedade (Belik, 2003). A iniciativa Fome Zero instituiu políticas públicas alimentares e educacionais, como o PAA e o PNAE, focando no agricultor familiar e nas crianças em idade escolar de classes sociais populares.

Neste trabalho o autor converge com Belik, guardando coerência com a concepção econômica de integração entre os circuitos de produção e distribuição. Entende-se que produção se realiza economicamente como processo produtivo, e tecnicamente sob relações sociais de produção e

consumo (distribuição); portanto, atende à segurança alimentar, mas também supõe a efetividade da satisfação da necessidade a ser suprida pelo consumo de alimento que é garantir a sobrevivência saudável do consumidor, o que faz da segurança dos alimentos condição prévia à segurança alimentar, tornando-as indissociáveis embora passíveis de decomposição analítica.

Objetivando fomentar possibilidades ao agricultor familiar de acesso a mercados locais e auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos, em consonância com a SAN dos estudantes, foram realizadas adequações no PNAE, a partir da Lei Federal nº 11.947, integrando o segmento da agricultura familiar. Foi criada uma relação institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional; e de acordo com o artigo 14 desta lei, está postulado que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, aos Estados e municípios para a compra de alimentos para o PNAE deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

A lei permitiu a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, visando fomentar os preceitos do desenvolvimento sustentável, valorização da cultura alimentar, alimentação saudável e alocação dos sistemas agroalimentares, na direção de promover o desenvolvimento local e criar estratégias para a comercialização de produtos não visados pelo mercado convencional, contribuindo para fomentar possibilidades para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares alternativos para a agricultura familiar (FNDE, 2017; Grisa, 2014; Gramalina, 2012).

A inclusão de agricultores familiares locais e a indução da construção do mercado institucional na perspectiva da SAN dos estudantes, assim como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, são ações dessa nova versão do programa, que os resultados sistematizados neste capítulo demonstram ser ações legítimas.

É inegável que o Brasil enfrenta desafios significativos em relação à segurança alimentar; no entanto, é importante ressaltar que esses desafios não decorrem da escassez de produtos alimentícios. Na próxima seção serão

apresentadas informações acerca da produção alimentar no Brasil. As informações apresentadas colocam o país entre os maiores produtores globais, no entanto, dados sobre insegurança alimentar e o risco de fome revelam que, apesar da expressiva produção, os alimentos não chegam a todos os consumidores brasileiros, comprometendo suas necessidades básicas de sobrevivência.

2.2 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL, INSEGURANÇA ALIMENTAR E A REALIDADE DA FOME

Nos últimos 40 anos, o Brasil saiu da condição de importador de alimentos para se tornar um grande provedor para o mundo, em que pese continuar existindo brasileiros que passam fome, com números que colocaram o país de volta ao Mapa da Fome.

Ao debater sobre a relevância do Agro Brasileiro para a segurança alimentar mundial, surgem divergências quanto ao número de pessoas que o Brasil alimenta no mundo. Para tratar destas informações é usado como aporte parte do estudo feito com dados secundários publicado no ano de 2021, de autoria de Elísio Contini e Adalberto Aragão, da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas da Embrapa, cujo título é *O Agro brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas*. As informações apresentadas nos próximos parágrafos são sobre a produção de alimentos no Brasil e o número de pessoas alimentadas no Brasil e no mundo por essa produção. Os dados foram quantificados pelo International Grains Council (IGC), Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Banco Mundial, e foram aqui sistematizados, apresentando números muito próximos entre eles.

Cotini e Aragão (2021, p. 1) apontam que a escolha metodológica se deu “a partir da produção de grãos e oleaginosas, alimentos básicos de amplas populações no mundo e insumos mais importantes para a produção de proteína animal, quantificar quanto o Brasil contribuiu na alimentação de pessoas no Brasil e no mundo”. Completam afirmando que esses dados seguem a perspectiva de que os grãos e as oleaginosas vêm se tornando

lastro da alimentação humana, para consumo direto das pessoas, alimentos processados ou como insumo para ração para a produção das principais carnes.

Foram realizados cálculos de duas formas distintas de modo a encontrar a quantidade de pessoas que o Brasil pode alimentar no mundo. Inicialmente, levou-se em consideração a produção física de grãos e no segundo momento agregou-se a esta produção física o seu respectivo valor monetário, a partir de preços internacionais. O segundo cálculo foi a transformação da carne bovina exportada para equivalência em grãos sendo dimensionado quantas pessoas são alimentadas por esta carne.

Como resposta deste primeiro cálculo foi concluído que no período em questão, a participação do Brasil na produção mundial de grãos saiu de 6% em 2011 para 8% em 2020, chegando aos números de pessoas alimentadas no ano de 2020 correspondente a 212,235 milhões de pessoas, as quais poderiam estar na população brasileira, e mais 424,687 milhões de pessoas em outros países, isso ao considerar suas exportações de grãos, oleaginosas e carnes de aves e suínos.

Segundo o levantamento, os autores consideram a quantidade de pessoas alimentada pelo Brasil, não na quantidade de produção, mas a partir dos valores internacionais dos produtos, determinados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), multiplicados pela produção física, a cada ano. Para esta opção, converteu-se a carne bovina exportada para grãos. Logo após, fez-se a sua proporção em relação ao total, como realizado anteriormente.

Cotini e Aragão (2021) apontam que o país, em 2020, produziu alimentos para 772,600 milhões de pessoas, o que alimentaria os 212,235 brasileiros e mais 560,365 milhões de pessoas de outros países, através da exportação de grãos e da carne bovina convertida em grãos. A variação da população total alimentada pelo Brasil em 2019 foi de mais de 800 milhões em comparação a 2020, o que se deve à variação de preços dos produtos nos dois anos considerados. Esses números colocam o país no ranking dos maiores produtores de alimentos do mundo.

É importante ratificar, como apontado no início deste capítulo, a intenção

ao expor os dados referentes à produção do agronegócio, conforme delineado por Cotini e Aragão (2021), reside primordialmente em sublinhar que o Brasil, enquanto detentor de abundantes recursos naturais, ostenta capacidades para a produção de alimentos. Isso, não obstante, é ponderado sob a consideração de que tais alimentos, embora viáveis em termos de produção, não se revelam capacitados para assegurar a plenitude da segurança alimentar e nutricional da população.

Nesse contexto das discussões científicas é percebido que a segurança alimentar não se restringe a uma relação quantitativa entre volume de produção e população. Se por um lado o coeficiente entre oferta e demanda estaria resolvido, por outro se evidencia que a categoria população é inadequada para analisar o fenômeno considerando que se o coeficiente indica eficiência em termos de oferta, a problemática persiste em termos de efetividade da demanda. A perspectiva desta tese para discutir a segurança alimentar tem como referência a demanda efetiva de alimentos pelas crianças em escola pública.

Nessa linha, a eficiência produtiva entre quantitativos de oferta e demanda é insuficiente para afirmar a inexistência de fome na medida em que não considera as desigualdades sociais e econômicas no eixo da demanda. Apesar de excelentes números de produção de alimentos, agricultura familiar e agronegócio, dados sobre a Insegurança alimentar e fome no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Vox Populi e da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) demonstram que essa produção não chega a todos os consumidores brasileiros nas necessidades de sua própria sobrevivência.

Esses Institutos trazem dados dos últimos anos que demonstram milhões de brasileiros com insegurança alimentar e fome, sendo um número significativo de pessoas no estado da Bahia, apontando maior vulnerabilidade à restrição alimentar nas casas em que há crianças ou adolescentes. De modo paradoxal, o agricultor familiar, apesar de ser um produtor de alimentos, também vivencia situações de fome, e os referidos Institutos trazem dados alarmantes entre trabalhadores deste segmento social. Evidencia-se que os

cálculos populacionais requerem que as populações as quais se referem sejam identificadas em suas condições de classe ou condições socioeconômicas com que se inserem na sociedade. O equívoco metodológico de considerar a população como um todo, como indicado em *O Método da Economia Política* (Marx, 1857) decorre de se considerar abstrações apenas quantificáveis genericamente e, desse modo, nos distanciar das condições de tornar possível efetivar o direito de todos à alimentação.

Os dados sobre Segurança Alimentar levantados pelos Institutos são baseados no uso da EBIA, que tem como origem a formulação usada pelo Departamento de Agricultura Americano e que faz uma aferição anual usando essa escala, também conhecida como método de Cornell. A FAO admite o uso da EBIA como o mais adequado para criar um Mapa da Fome no Brasil. (Penssan, 2021).

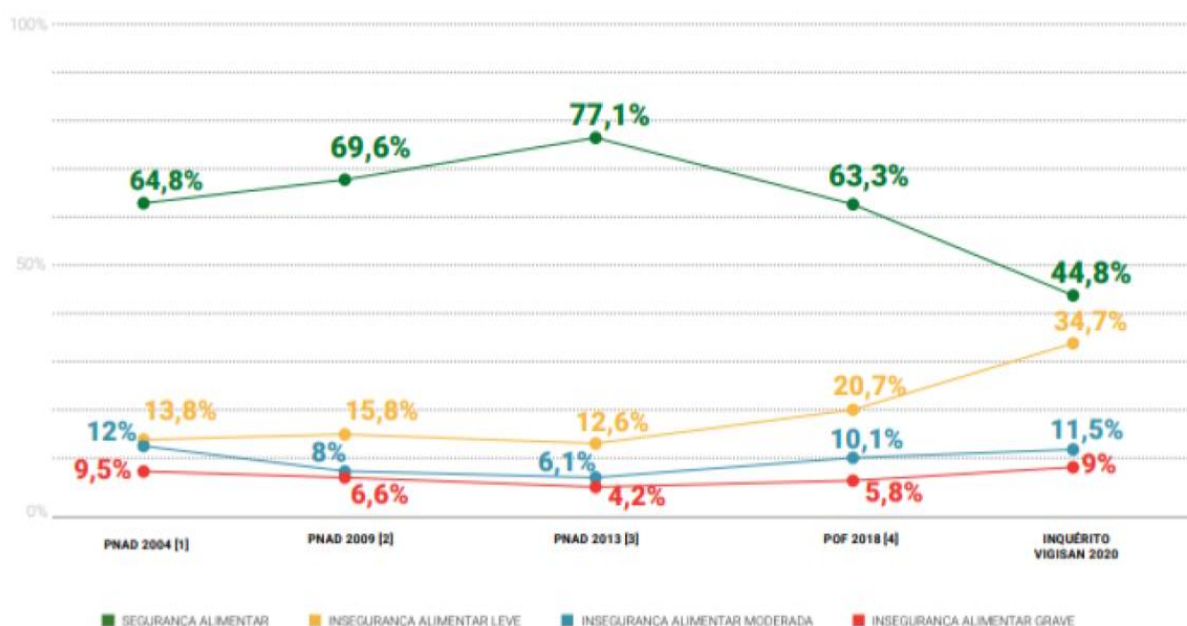
A EBIA aponta a existência de segurança alimentar quando o padrão alimentar da família está assegurado inclusive numa perspectiva de futuro imediato e divide a Insegurança Alimentar em três graus, descritos a seguir (PENSSAN, 2021):

1. Insegurança Alimentar Leve - quando o padrão alimentar da família é rompido no aspecto da qualidade da alimentação habitual; não passa fome mas come pior.

2. Insegurança Alimentar Moderada - quando o padrão alimentar da família é rompido no aspecto da qualidade da alimentação habitual incluindo a redução da quantidade; não tem fome, mas come pior e menos.

3. Insegurança Alimentar Grave - quando nos últimos três meses, pelo menos, um membro da família passou fome, ou seja, teve fome e passou o dia sem comer.

O Gráfico 1 demonstra que no ano de 2020 menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%) tinham seus moradores em Segurança Alimentar. Dos demais, 55,2% dos domicílios se encontravam com alguma insegurança alimentar, destes 9% convivem com insegurança alimentar grave, ou seja, a fome.

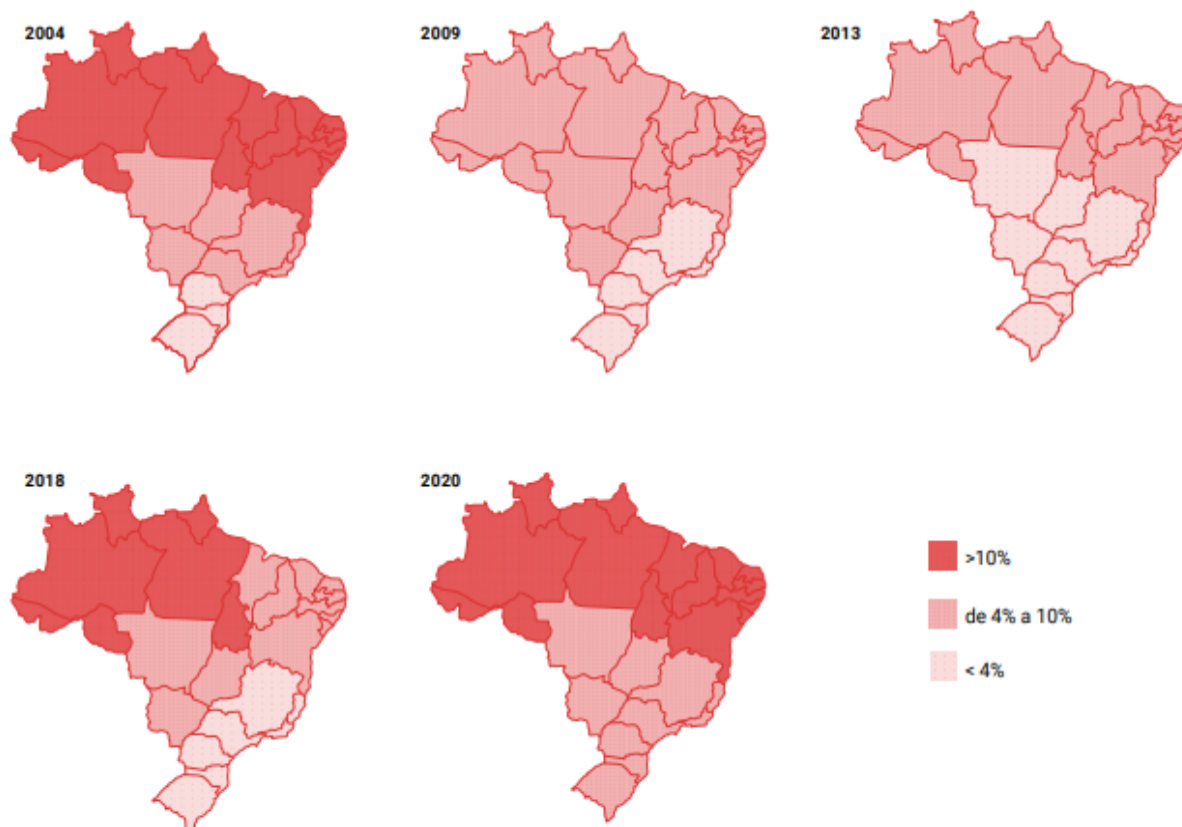
Gráfico 1 - Evolução da EBIA PNAD no Brasil entre os anos de 2004 e 2020

Fonte: Elaboração própria. Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: (1) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); (2) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); (3) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); (4) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2017-2018 (IBGE).

Segundo a Rede PENSSAN (2021), em 2004 o país tinha 64,8% da população em segurança alimentar, em 2020 esses índices despencaram para 44,8%. A POF 2017-2018 do IBGE, também evidenciou o aumento da insegurança alimentar no Brasil.

A Figura 2 ilustra cartograficamente que houve no Brasil um retrocesso de 15 anos em apenas cinco; retrocesso ainda mais acentuado nos últimos anos.

Figura 2 - A evolução da fome no Brasil



Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE); [5] VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2020.

Ainda observando a Figura 2 é possível identificar que no estado da Bahia não é diferente e segue índices semelhantes ao nacional. Na Figura 3 são apresentados dados específicos do estado da Bahia sobre a Insegurança Alimentar.

Figura 3 - Dados referentes à Insegurança Alimentar do estado da Bahia da POF dos anos de

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares		TABELA	SÉRIE HISTÓRICA	CARTOGRAMAS	RANKING
Ano: 2017-2018		Bahia			
Selecionar local Panorama Pesquisas História & Fotos Mapas					
v SEGURANÇA ALIMENTAR v DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES		4.897			(x 1000) domicílios
v Situação de segurança alimentar COM SEGURANÇA ALIMENTAR		54,7			%
COM INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE		26,5			%
COM INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA		12,5			%
COM INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE		6,3			%
v AQUISIÇÃO ALIMENTAR DOMICILIAR PER CAPITA ANUAL					

2017 e 2018

Fonte: IBGE (Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>, 2023).

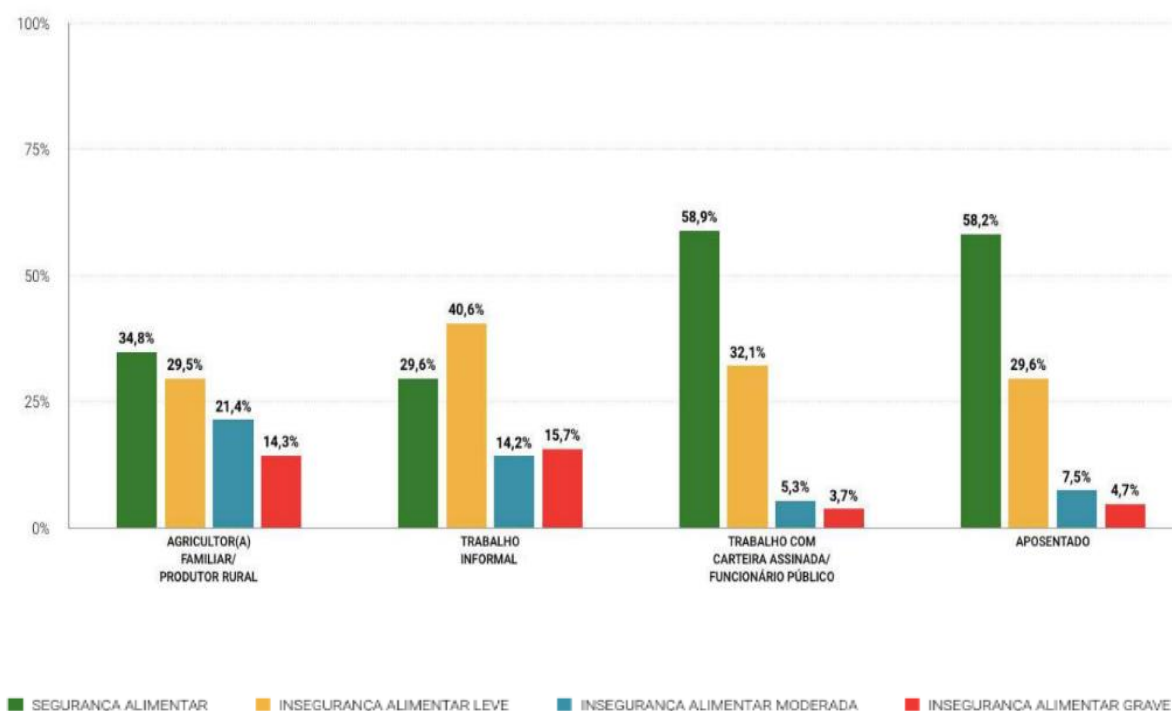
A Figura 3 mostra que 45,3% do total de residências baianas possuem algum tipo de Insegurança Alimentar (leve, moderada ou grave), segundo POF de 2017 e 2018, atingindo 4 em cada 10 domicílios baianos. Em números absolutos isso significa 2,221 milhões de residências baianas com preocupação ou incerteza quanto à regularidade da alimentação na quantidade necessária (insegurança leve) até a efetiva redução e falta de comida (insegurança moderada), podendo chegar à fome (insegurança grave).

A POF 2017-2018 aponta que o total de residências com insegurança alimentar cresceu 21,8% no estado da Bahia no período de 2004 a 2018 e um total de 612 mil domicílios na Bahia enfrenta insegurança alimentar moderada, o que representava pouco mais de 1 em cada 10 lares do estado (12,5%), onde vivem 1,986 milhão de pessoas (13,4% da população). Para os autores da

pesquisa, domicílios com insegurança alimentar moderada apontavam uma tendência de possível redução na quantidade de alimentos podendo até faltar comida.

Ademais, dado relevante trazido pelo POF 2017 e 2018 é que 5,1% das crianças com menos de 5 anos e 7,3% com idade entre 5 e 17 anos, público em idade escolar, viviam em domicílios com insegurança alimentar grave. Há a indicação, portanto, de maior vulnerabilidade à restrição alimentar nas casas em que há crianças ou adolescentes. Ao tratar do agricultor familiar, a PENSSAN (2021) traz que 14,3% de brasileiros que trabalham nesse segmento possuem insegurança alimentar grave, ou seja, fome, conforme aponta o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo a situação de trabalho no Brasil.



Fonte: Rede PENSSAN, 2021.

A concepção de segurança alimentar assumida nesta tese converge com aquela que fundamenta a pesquisa PENSSAN sobre o tema e que fundamentou a análise comparativa que demonstrou a existência de insegurança alimentar e fome no Brasil, dando destaque à população de

crianças em idade escolar, nas classes sociais populares, legitimando a justificativa da existência do PNAE. Os resultados trazidos pela pesquisa PENSSAN surpreenderam ao apontar que o agricultor familiar, previsto como fornecedor de 30% do alimento adquirido pelo PNAE, como mercado institucional, também registra insegurança alimentar. Este dado, referindo-se ao segmento da população produtora de alimentos sob relações sociais de produção familiares, indica que, embora a quantificação da produção alimentar tenha situado o Brasil em posição de destaque no ranking internacional, pois dados da produção da agricultura familiar o coloca como o oitavo maior produtor de alimentos do mundo (conforme apontado no início do Capítulo 2), a questão agrária persiste.

Em outra perspectiva, as informações apresentadas sobre a produção de alimentos no Brasil (Agricultura familiar e Agronegócio) e a quantidade de pessoas que essa produção alimenta no mundo, ao serem confrontadas com os dados sobre insegurança alimentar apresentam uma dissociação entre o segmento de produção e distribuição. Isso é evidenciado quando os números apresentados mostram que o Brasil está no ranking dos maiores em produção de alimentos do mundo, mas em contrapartida a produção não chega a todos os consumidores do país nas necessidades de sua própria sobrevivência. Nesta dinâmica econômica os dados mostram que não há autorregulação quando se pensa em pessoas, ao ver demonstrado que um segmento produtivo requer intervenção pública que funcione como regulador de mercado na direção de reduzir as assimetrias e garantir o direito, previsto na Constituição Federal, de toda pessoa ter acesso à alimentação, que é o mínimo para existir na vida.

A importância do PNAE se evidencia na grandeza dos seus números e na quantidade de beneficiados direta e indiretamente. Em 2019, por meio do repasse de R\$ 4 bilhões a 147,7 mil escolas, o PNAE atingiu um universo de 40,2 milhões de alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) Considerando-se a efetivação da compra mínima de 30% de produtos advindos da agricultura familiar, o montante repassado em 2019 a esses produtores, que abrange mais de 3,89 milhões de famílias (e 10,1 milhões de ocupados), seria de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão (DIEESE, 2020, p. 4)

Nesses termos, a insegurança alimentar no Brasil legitima a criação de políticas públicas voltadas para segurança alimentar. A existência do PNAE se justifica no enfrentamento do problema junto à população em idade escolar nas classes sociais populares e junto ao agricultor familiar, integrando parcialmente os circuitos de produção e distribuição/consumo da produção de alimentos.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ALIMENTARES E EDUCACIONAIS

A correlação entre as políticas públicas alimentares e educacionais com a mitigação da fome tem sido objeto de investigação e discussão em diversos contextos globais. Como apontado na seção anterior, os dados divulgados pela EBIA, obtidos por meio da POF no período de 2017/2018, apresentam um alerta em relação ao aumento da insegurança alimentar entre a população brasileira, mesmo antes de vivenciarmos os impactos atuais da pandemia da Covid-19. O problema da insegurança alimentar ainda acomete os brasileiros, no entanto, as necessidades alimentares de seus habitantes poderiam ser atendidas pela sua atual produção de alimentos. Percebe-se que a existência da fome vincula-se principalmente à falta de acesso ao alimento e não à sua insuficiência de produção.

A constatação de que a limitação no acesso é o fator preponderante na determinação da insegurança alimentar no contexto brasileiro fortalece a necessidade de direcionar as políticas públicas de abastecimento e promoção da SAN, prioritariamente ao acesso dos segmentos populacionais de baixa renda aos alimentos (Schmitt, 2005; Maluf; Menezes; Valente, 1996). A SAN abrange iniciativas e estratégias governamentais vinculadas aos alimentos e à alimentação. As diferentes interpretações e conflitos nesse âmbito envolvem governos, entidades internacionais, representantes de setores produtivos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais (Maluf, 2009)

Reconhecendo a preponderância da alimentação como um direito humano fundamental e seu impacto no desenvolvimento educacional, esta seção trará quatro importantes programas: Fome Zero, PAA, PNAE e Brasil Sem Fome, que compõem junto com outros programas, a Política Nacional SAN, e serão empreendidas reflexões acerca dos seus princípios, estratégias e

impactos na promoção da segurança alimentar e nutricional.

O Programa Fome Zero foi lançado pelo governo brasileiro em 2003, com o propósito de erradicar a fome e a miséria no país. Desde então, tem se destacado como uma abordagem integrada e abrangente para a contenção da fome. O Programa adotou uma abordagem fundamentada em uma lógica keynesiana, sustentando que a implementação de políticas sociais tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico, ao contrário do que ocorria historicamente (Belik, 2003).

Baseia-se em princípios basilares, estabelecidos desde o seu início, que visam assegurar a efetividade de suas ações. Um desses princípios é a concepção de que o direito à alimentação constitui um direito humano fundamental, cabendo ao Estado garantir sua efetivação. Esse princípio foi estabelecido como base para a promoção da inclusão social e da autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade. Argumentava-se que o consumo de alimentos em si poderia promover a inclusão social e produtiva dos segmentos marginalizados (Belik, 2003).

O Programa passou por um processo de reestruturação com o propósito de aprimorar sua eficiência e impacto social, por meio da correção e aperfeiçoamento de aspectos considerados necessários. O objetivo era conferir maior racionalidade à concessão dos benefícios, além de estabelecer condições para um controle mais efetivo. Como resultado dessa reestruturação, houve a consolidação dos quatro programas de transferência de renda – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação – por meio da promulgação da Lei nº 10.836, em janeiro de 2004, instituindo o Programa Bolsa Família, que manteve as condicionalidades previstas nos programas anteriores, como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. (Arruda; Arruda, 2007). Em resumo, o programa enfatiza a necessidade de abordar as causas estruturais da fome e da pobreza, buscando não apenas o acesso imediato à alimentação, mas também a geração de emprego e renda, a inclusão produtiva e a educação alimentar.

Como uma ação estrutural do programa Fome Zero, foi instituído o PAA e a reestruturação do PNAE, ambos objetivam assegurar o direito à alimentação adequada combatendo a desnutrição e a insegurança alimentar. O PAA é uma

iniciativa que tem como objetivo fomentar a estruturação de novas cadeias de abastecimento de alimentos, estabelecendo conexões entre agricultores familiares (produtores) e grupos sociais em situação de vulnerabilidade alimentar (consumidores) (Hespanhol, 2013; Schmitt, 2005).

Para alcançar seus objetivos, o PAA utiliza algumas estratégias. Pode-se citar a compra direta de alimentos da agricultura familiar, realizada por meio de chamadas públicas. Essa modalidade tem a pretensão de garantir que os agricultores familiares possam vender seus produtos diretamente para o Programa, recebendo um preço justo e contribuindo para a geração de renda no campo. Outra estratégia adotada é a aquisição de alimentos por meio de cooperativas e associações de agricultores familiares, com a pretensão de ampliar o acesso ao programa e fortalecer a representatividade desses grupos. Essas medidas configuram a constituição de mercado institucional, que é parte daquilo que é atribuído à logística de distribuição. Além disso, o PAA promove ações de capacitação e assistência técnica aos agricultores familiares, visando o aprimoramento das técnicas de produção, o estímulo à agroecologia e a garantia da qualidade dos alimentos, desta vez, focalizando a soberania alimentar.

Em resumo o PAA é uma iniciativa do governo brasileiro, implementado em 2003, como ação estrutural do Programa Fome Zero, visando promover a segurança alimentar e nutricional, por meio da aquisição direta de alimentos provenientes da agricultura. Fundamentado em uma série de princípios, reconhece a importância da agricultura familiar como forma de fortalecer a economia local, promover a inclusão social e garantir a produção de alimentos saudáveis e de qualidade. Busca assegurar o acesso regular e permanente a alimentos, promovendo a segurança alimentar e nutricional da população. Trata-se de uma ação que busca fortalecer a cidadania e promover o desenvolvimento por meio da articulação entre políticas de apoio à agricultura familiar e os objetivos estratégicos do governo no âmbito do combate à fome e à desnutrição (Schmitt, 2005).

Igualmente ao PAA, o PNAE é uma ação estrutural do programa Fome Zero. O PNAE, que visa assegurar o direito à alimentação adequada e saudável dos estudantes da educação básica, teve sua origem no ano de 1940,

contudo só foi implementado no ano de 1955, sofrendo uma reformulação estrutural no ano de 2009.

O Programa é regido por princípios que direcionam suas ações e objetivos. Um dos seus princípios fundamentais é o direito humano à alimentação adequada, reconhecido internacionalmente. Desde sua criação, o PNAE busca garantir o acesso a alimentos de qualidade, variados e nutritivos, com a perspectiva de contribuir para o pleno desenvolvimento físico, cognitivo e social dos estudantes, valorizando a alimentação saudável e a promoção da cultura alimentar. Adotando estratégias diversas para promover a alimentação escolar adequada, desde 1994, o programa realiza a transferência de recursos financeiros aos estados e municípios para a aquisição de alimentos e a gestão dos programas de alimentação escolar. Esta descentralização permite a adaptação do Programa à realidade local e o fortalecimento da participação das comunidades escolares.

Nessa perspectiva os autores Belik e Chaim (2009), Marques *et al.* (2017), Peixinho (2013), Schwartzman *et al.* (2017) e Triches e Schneider (2010) apontam que a descentralização das compras é considerada um dos marcos significativos do PNAE, apesar de suas limitações, pois propiciou o fortalecimento das cadeias produtivas e comerciais locais por meio da aquisição de alimentos de origem local, promovendo assim a aderência dos cardápios às preferências alimentares regionais. Adicionalmente, esse processo viabilizou uma maior participação da sociedade civil na gestão do programa, bem como a inclusão de novos segmentos, como os agricultores familiares locais, no mercado institucional.

A partir de 1995, o Programa passou a incentivar a oferta de alimentos regionais e da agricultura familiar, promovendo a diversificação da alimentação escolar e valorizando a produção local. Contudo, só no ano de 2009, isso se deu de forma legal, por meio da Lei nº 11.947/2009, estabelecendo a articulação entre diferentes setores, como educação, saúde, agricultura e assistência social. Essa abordagem intersetorial visa o fortalecimento das ações que contribuem para a melhoria da alimentação escolar, a promoção da saúde e a educação integral dos estudantes. Foi nesse ano, com a Lei nº 11.947/2009, que ficou estabelecido que no mínimo 30% dos recursos

financeiros destinados à alimentação escolar devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (Brasil, 2009).

Essa exigência tem o objetivo de fomentar de forma legal a participação dos agricultores familiares no fornecimento de alimentos para as escolas, na direção de fortalecer a produção local e contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade no meio rural. A aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar pelo PNAE representa uma iniciativa abrangente, tanto do ponto de vista conceitual quanto da sua implementação e dos resultados obtidos. Essa prática se configura como uma estratégia de SAN, contribuindo para o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHANA) e para a promoção do desenvolvimento sustentável a longo prazo (Schwartzman *et al.*, 2017).

Ao valorizar a agricultura familiar, o PNAE caminha na direção de contribuir para a diversificação da produção agrícola e para a preservação da cultura alimentar regional. O Programa pretende estimular a oferta de alimentos típicos de cada região, valorizando a culinária local e promovendo a valorização da identidade cultural. Essa lei estabeleceu a compra direta dos agricultores familiares, na direção de proporcionar uma fonte estável de demanda para esses produtores, gerando oportunidades de comercialização e contribuindo para o desenvolvimento econômico das famílias rurais.

Essa relação entre o PNAE e a agricultura familiar fortalece a produção local, estimula a economia rural e contribui para a promoção da sustentabilidade e da segurança alimentar no país. A valorização da agricultura familiar como fornecedora de alimentos para a alimentação escolar é uma estratégia com potencial de efetividade de desenvolvimento rural e de promoção de uma alimentação adequada e saudável para os estudantes.

A implementação do mercado de Alimentação Escolar PNAE, estabeleceu-se como um instrumento de grande potencial para impulsionar a agricultura familiar e garantir o abastecimento alimentar das populações mais vulneráveis. Essas iniciativas não apenas promovem o desenvolvimento local, mas também proporcionam a oportunidade de harmonizar a promoção da saúde com a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural. (Pedraza *et al.*, 2018; Schabarum; Triches, 2019; Schmitt, 2005).

O mais recente programa é o Plano Brasil Sem Fome, instituído pela assinatura do Decreto nº 11.679, em 31 de agosto de 2023, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelecendo objetivos claros no enfrentamento da fome e na promoção da segurança alimentar e nutricional no país, delineando pontos fundamentais para orientar as iniciativas de diversas esferas do governo e da sociedade, visando a erradicação da fome e o aprimoramento da produção e do acesso a alimentos saudáveis de maneira sustentável. A iniciativa compreende 80 medidas e propõe a colaboração entre a União, os estados e os municípios, visando a retirada do Brasil do Mapa da Fome até 2030. Além disso, busca reduzir a menos de 5% o índice de lares em condição de insegurança alimentar grave.

O plano, organizado em três partes principais, visa abordar:

- a) Acesso à renda e combate à pobreza: procura encontrar métodos para assegurar que as pessoas disponham de renda suficiente para adquirir alimentos, contribuindo assim para a redução da pobreza.
- b) Alimentação adequada: propõe aprimorar a produção e o acesso a alimentos saudáveis, desde a etapa de plantio até a chegada à mesa, garantindo que todos possam desfrutar de uma alimentação de qualidade.
- c) Mobilização contra a fome: estimula a participação ativa tanto do governo quanto da sociedade na luta contra a fome por meio de estratégias colaborativas.

A figura 4 evidencia que o Plano Brasil Sem Fome caminha no rumo certo no enfrentamento à fome, trazendo dados significativos. No ano de 2023 a proporção da população brasileira enfrentando insegurança alimentar grave caiu de 15,5% para 4,1%, resultando em uma diminuição de 11,4 pontos percentuais da população que enfrentava privação quantitativa de alimentos. Estes dados foram obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada pelo IBGE em abril de 2024. As informações correspondem ao quarto trimestre de 2023 e foram coletadas por meio do EBIA, que demonstrou uma redução significativa no percentual de indivíduos experienciando privação quantitativa de alimentos. Em números

absolutos, o Brasil apresentava 33,1 milhões de indivíduos enfrentando insegurança alimentar grave no ano de 2022, sendo esse número reduzido para 8,7 milhões em 2023, ou seja, 24,4 milhões de pessoas saem da situação de fome no Brasil em 2023.

Figura 4 -Trajetória da fome no Brasil 2004 -2023



Fonte: PNAD contínua IBGE, 2024.

Os custos associados às ações e políticas do Plano Brasil Sem Fome são financiados por meio da alocação orçamentária da União, através dos órgãos envolvidos. Além disso, os estados, o Distrito Federal e os municípios terão a opção de custear as despesas por meio de seus próprios orçamentos, e também serão considerados recursos provenientes de doações tanto nacionais quanto internacionais. O Consea, órgão colegiado reestruturado em 1993 e desativado durante a gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro em 2019, foi reativado no início do governo de Lula em 2023 e será a instância na qual a sociedade fará o controle e avaliação do Plano, conforme previsto na lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para além dessas políticas públicas, no contexto brasileiro foram oficializadas outras iniciativas que compõem um arcabouço institucional que fomenta as formas de produção de natureza familiar. Além do Fome Zero, PAA, PNAE e Brasil Sem Fome destacam-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a Política Nacional de Assistência Técnica e

Extensão Rural (Pnater), juntamente com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Essas iniciativas constituem elementos fundamentais que visam a promoção e o fortalecimento das atividades agrícolas conduzidas por famílias, assim como a segurança alimentar e nutricional da população (Grisa; Porto, 2015; Hespanhol, 2013; Oliveira; Jaime, 2016; Schmitt, 2005; Triches; Schneider, 2010).

Embora essa combinação de políticas e programas que respondem às demandas das camadas populares tenham produzido resultados relevantes, ainda se faz necessário compreender a logística de distribuição de alimentos provenientes da agricultura familiar e seus impactos na gestão escolar.

3 LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Dados do DIEESE (2020) sobre o PNAE apontam que, em 2019, 1,2 bilhões de reais foram para a compra de alimentos provenientes do agricultor familiar brasileiro, envolvendo um quantitativo que supera 3,89 milhões de famílias de agricultores. Ao examinar esses dados, observa-se que uma quantidade substancial de alimentos está sendo movimentada por meio do Programa. Trata-se de uma política pública que requer uma logística sistemática e cuidadosa para fortalecer sua implementação.

A logística convencional representa o sistema abrangente de atividades associadas ao movimento de materiais, serviços e informações, desde o fornecedor de matéria-prima até o consumidor final (Ching, 2001; Novaes, 2001; Bertaglia, 2003). Além dos conceitos tradicionais de logística, surge a abordagem da logística social. Embora as atividades relacionadas à logística social compartilhem semelhanças com aquelas da logística conforme definido pelos conceitos tradicionais, autores como Carter e Jennings (2002), Svensson e Svensson (2006), Santos (2007), Tenhunen (2008) e Amaral (2008) destacam que seus propósitos são singulares. De acordo com esses estudiosos, ao adotar a terminologia de logística social, uma organização assume uma corresponsabilidade pelo desenvolvimento social. O autor desta tese caminha na perspectiva da logística social.

A logística de distribuição representa uma subdivisão da logística, encarregada do planejamento e gerenciamento da distribuição física de produtos acabados e seus canais de distribuição. Essa área trata da movimentação dos produtos do fornecedor até o cliente, garantindo a entrega pontual, a preservação da integridade, o cumprimento dos prazos acordados e a minimização dos custos envolvidos (Bertaglia, 2009; Ching, 2001; Novaes, 2001). Nesta tese, o autor segmenta o tópico da distribuição em dois elementos distintos: os canais de distribuição, também referidos como canais de comercialização ou canais de marketing; e a distribuição física, que abrange as atividades de transporte e armazenamento de produtos. O canal de distribuição refere-se à intermediação do produto, enquanto a distribuição física está relacionada ao movimento concreto do produto.

A pretensão desta tese é demonstrar que a existência de condicionantes sociais na logística de distribuição de alimentos originários da agricultura familiar para alimentação escolar pelo PNAE, reduz a eficácia da gestão escolar no cumprimento da Lei Federal nº 11.947, em contexto de insegurança alimentar. Delimita-se, então, o objeto desta tese na fração da logística relacionada com a distribuição do alimento, entendendo como "condicionantes sociais" as características sociais, fenômenos ou processos no Brasil que permanecem inalterados ao longo de diversos governos, deixando marcas na sociedade brasileira em termos de reprodução de desigualdades socioeconômicas, entendendo ainda que isso ocorre devido à ineficácia da intervenção do Estado na economia.

Ao tratar de agricultura familiar, o autor desta tese trabalha na perspectiva de que é esse segmento que pode dar conta de atender o PNAE no seu artigo art. 2º, que trata sobre o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo que o uso de alimentos variados contribui para garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, pois possui capacidade produtiva e características de multifuncionalidade e multidimensionalidade, estando presente em todas as regiões do Brasil. Contudo, existem características sociais que condicionam negativamente a logística de distribuição dos alimentos do agricultor familiar para as escolas, reduzindo a eficácia do Programa, no art. 2º e art. 14. Esse último dispõe que pelo menos 30% dos recursos do FNDE, no âmbito do PNAE, devem ser destinados à aquisição direta de alimentos da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Este capítulo tem a pretensão de demonstrar a parte do percurso realizado pelo alimento, que vai do seu ponto de origem, o agricultor familiar, até seu ponto final, a escola, em sua fração relacionada com a logística de distribuição, ou seja, delinea como a logística de distribuição desse alimento está acontecendo no Brasil.

3.1 A LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL

Para tratar de distribuição primeiramente é necessário um caminhar na história sobre logística e sua evolução, entender a construção funcional do

pensamento logístico e como ele vem predominantemente se constituindo.

O termo “logística” tem origem do vocábulo francês “loger”, com o sentido de alocar. Segundo Gomes e Ribeiro (2004), as atividades logísticas teriam início na Grécia Antiga, nas operações militares, visando o abastecimento dos exércitos com gêneros alimentícios, armas e munições, medicamentos, nas quantidades devidas e no momento apropriado. Entretanto para Fleury e Fleury (2003), as atividades logísticas têm sua origem intimamente ligada ao surgimento das atividades econômicas estruturadas. Para os autores, desde o momento em que o homem passou a realizar a troca dos excedentes resultantes de produções especializadas, tornou-se necessário introduzir o armazenamento, gestão de estoques e transporte, pois os produtos que não eram vendidos no mesmo dia eram destinados ao estoque, onde eram armazenados até serem transportados para o local de consumo. Nesse contexto, já era evidente a importância de conservar e controlar esses itens de maneira adequada, garantindo sua preservação até o momento do consumo ou utilização final.

Os estudos sistemáticos sobre a temática se iniciam nos Estados Unidos da América no século XVIII, mas a primeira obra sobre o assunto foi publicada apenas em 1917, com o título *Logística pura: a ciência da preparação para a guerra*. Por volta de 1960, o tema logística ganha destaque tanto no meio acadêmico quanto no meio empresarial (Bowersox; Closs, 2009; Musetti, 2000) e, desde então, seu conceito vem sendo modificado ao longo do tempo. De acordo com Bowersox e Closs (2001), em sua concepção inicial a logística tinha como centro das atenções o ato de entregar o produto adquirido pelo cliente, no lugar solicitado, dentro de um determinado intervalo de tempo.

Esta seção se inicia com reflexões das atividades logísticas a partir do início do século XX, período em que aparecem as primeiras obras sobre a temática. Na direção de entender a construção funcional do pensamento logístico, é trazido um estudo de Kent e Flint (1997), realizado junto às maiores autoridades em logística nas universidades americanas, conforme destaca Figueiredo e Arkader (1998).

A cada momento, a prática da logística reflete e ao mesmo tempo alimenta o pensamento logístico, em uma criativa

interação entre o meio acadêmico e o meio empresarial. E o que é o pensamento logístico? São os conceitos e teorias que orientam o estudo e a pesquisa em Logística, influenciando o que se considera relevante e justificando as soluções propostas para os problemas logísticos (Figueiredo; Arkader, 1998, p. 2).

Figueiredo e Arkader (1998) apontam que Kent e Flint (1997), dividem o pensamento logístico em cinco etapas principais, delimitadas ao longo do tempo e detalhadas a seguir.

A primeira etapa surgiu no início do século XX seguindo até início dos anos 1940, e ficou conhecida como “Do campo ao mercado”, com ênfase na economia agrária – sua principal influência teórica –, tendo como função o escoamento da produção agrícola. Nessa primeira etapa, as atividades logísticas desenvolvidas até então limitavam-se ao transporte e à distribuição física da produção agrícola e foi marcada pela mudança nas relações sociais de produção e dos sistemas de produção decorrentes da industrialização na formação econômica brasileira.

No segundo momento, que vai de 1940 ao início da década de 1960, chamado de “Era das especializações”, o pensamento logístico estava voltado para os desempenhos funcionais ou movimentação de materiais, armamentos e transporte de bens e a logística foi segmentada em dois grupos: distribuição física e suprimentos. É no início dessa era, marcada pelo término da II Guerra Mundial, que surge nos EUA, o termo logística empresarial, tendo como maior preocupação o fornecimento de armamentos e munições às missões militares.

A terceira era, período de 1960 ao início da década de 1970, centrou-se nas funções integradas de custo total, transportes, distribuição, armazenagem, estoque e manuseio de materiais, ficando conhecida como “Integração interna”. A ênfase deixa de estar centrada apenas na distribuição física para abranger um conjunto mais amplo de funções, impulsionado pela influência da economia industrial. É nesse período que ocorre o surgimento, tanto no ensino quanto na aplicação da logística, de uma gestão consolidada das atividades.

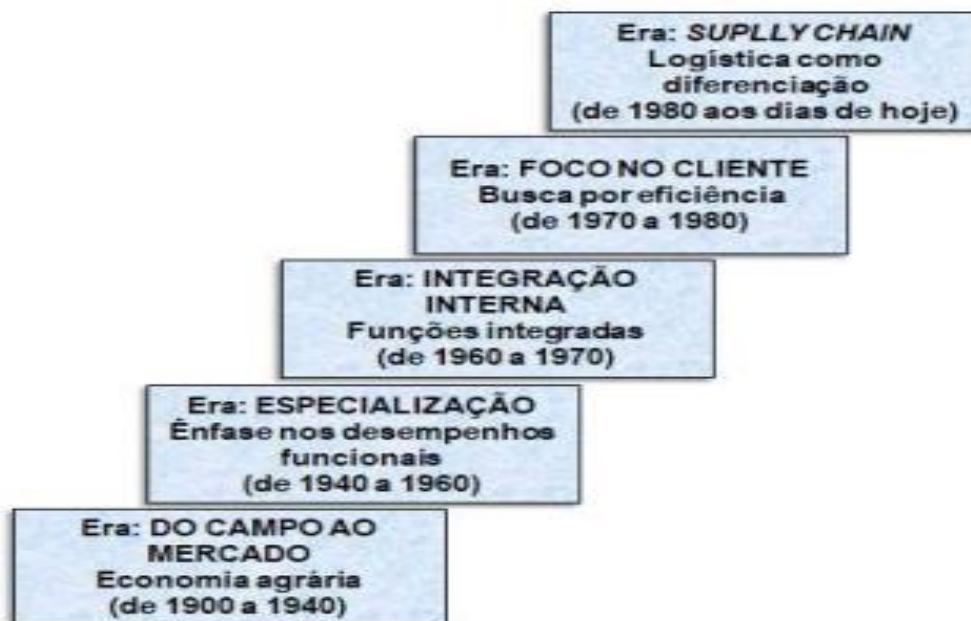
A quarta era durou da década de 1970 a meados dos anos 1980 e focava na produtividade, custos de estoques e eficiência. Nesse período, é fortalecida a ideia de agregação de valor ao produto por meio da prestação de

serviços ao cliente e as instituições passam a incorporar conceitos de desempenho ligados à prestação de serviços. Assim, a logística é valorizada integrando as atividades de manufatura e de marketing, com foco no cliente. Foi nesse período que o tema Logística surgiu como um componente curricular nos cursos de Administração de empresas (Bowersox; Closs, 2011)

De 1980 até os dias atuais, quinta e última era, a logística aparece como “elemento diferenciador”, centrada na globalização, tecnologia da informação, responsabilidade social e ecologia. É nessa era que surge o termo Supply Chain.

A Figura 5 traz, de forma ilustrativa, tais eras, seus focos e os respectivos períodos de aplicação.

Figura 5 - Evolução do pensamento logístico



Fonte: Figueiredo; Arkader (1998) (adaptado).

Cabe ressaltar que a pesquisa relacionada à Figura 4 remonta a 1998, pois a frase "aos dias de hoje" mencionada na última era da figura refere-se ao final do século XX. Isso implica que a situação atual difere, nas duas primeiras décadas do século XXI, consideravelmente devido ao rápido progresso da tecnologia aplicada à logística.

Ainda segundo Figueiredo e Arkader (1998, p. 2), o conceito de Supply

Chain Management (SCM) ou Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos:

[...] surgiu como uma evolução natural do conceito de Logística Integrada. Enquanto a Logística Integrada representa uma integração interna de atividades, o Supply Chain Management representa sua integração externa, pois estende a coordenação dos fluxos de materiais e de informações aos fornecedores e ao cliente final. A gestão da cadeia como um todo pode proporcionar uma série de maneiras pelas quais é possível aumentar a produtividade e, em consequência, contribuir significativamente para a redução de custos, assim como identificar formas de agregar valor aos produtos. No primeiro plano estariam a redução de estoques, compras mais vantajosas, a racionalização de transportes, a eliminação de desperdícios, etc. O valor, por outro lado, seria criado mediante prazos confiáveis, atendimento no caso de emergências, facilidade de colocação de pedidos, serviço pós-venda, etc.

A evolução do pensamento logístico, como de qualquer outro campo do conhecimento e da técnica, não é linear, é um processo dinâmico, que envolve uma série de concepções diferentes e, às vezes, até antagônicas. Ao longo do tempo, diversas abordagens e teorias foram desenvolvidas, cada uma com sua própria ênfase e perspectiva, o que significa dizer que não se trata de uma “evolução natural” como propõe Figueiredo e Arkader, na citação anterior, e sim um processo histórico direcionado ao aperfeiçoamento do sistema logístico na perspectiva do sistema capitalista.

Na mesma direção de Figueiredo e Arkader, a definição proposta pelo Council of Logistics Management - CLM (2015) aponta que a gestão da cadeia de suprimentos compõe a gestão e o planejamento da oferta e demanda de insumos e produtos dentro e entre empresas, relacionados a atividades como fornecimento, aquisição, conversão e logística. Em especial a logística, a qual é parte da cadeia de suprimentos, envolve o planejamento e operações de sistemas físicos, informacionais e gerenciais para que os fluxos e armazenagem de mercadorias (insumos e produtos) e serviços superem os condicionantes espaciais e temporais de forma econômica e eficiente desde o ponto de origem até o consumo, na direção de atender às exigências dos clientes (CLM, 2015; Daskin, 1985; Ballou, 2005).

Nessa direção, Caixeta Filho (2010, p.19) defende que “O termo logística, no sentido em que é conhecido hoje, procura principalmente transmitir a ideia de otimização global do sistema como um todo, envolvendo a dinamização dos

procedimentos e a redução dos custos ao longo da cadeia logística”. Uma das definições para “logística” mais aceita, dentre as diversas encontradas na literatura, foi proposta por Daskin (1985). O autor define logística como o planejamento e operação de sistemas físicos, de gerenciamento e de informação necessários para permitir que insumos e produtos vençam condicionantes espaciais e temporais de forma econômica.

Além dos conceitos tradicionais de logística, aqui apresentados, Carter e Jennings (2002), Svensson e Svensson (2006), Santos (2007) e Tenhunen (2008), Amaral (2008) apresentam a logística social. Com a chegada da Revolução Industrial e, conseqüentemente, o estabelecimento da industrialização como concepção organizadora do sistema econômico capitalista, a sociedade humana entrou em uma nova era em que a força de trabalho humana foi substituída por máquinas. Essa mudança teve um impacto significativo na forma como o trabalho era realizado e marcou uma nova fase na história da humanidade, acompanhada de uma série de desafios sociais. Nesse contexto, a logística emergiu como uma ferramenta indispensável para ajudar a minimizar esses problemas sociais. Para Carter e Jennings (2002), embora as atividades envolvidas na logística social sejam semelhantes às da logística empresarial, definidas por conceitos tradicionais, seus objetivos são distintos. Para tais autores a logística social é uma espécie de ferramenta para implementar a logística, integrando-a com as questões relacionadas ao meio ambiente, diversidade, segurança, filantropia e direitos humanos.

Santos (2007) reforça essa ideia, afirmando que a logística social é o processo de planejamento, implementação e controle de ações que visam melhorar a eficiência dos fluxos de bens, materiais de consumo, serviços e informações para atender às necessidades básicas e direitos legais e humanos da sociedade civil, sem considerar o lucro. Nessa perspectiva Tenhunen (2008) aponta que a logística social abrange uma série de processos que visam fornecer condições básicas para a prestação de serviços comunitários e filantrópicos que possam melhorar a vida dos cidadãos.

Os autores Svensson e Svensson (2006) ressaltam a importância da aplicação de estratégias logísticas em diferentes campos, destacando que essa prática não se restringe apenas às empresas privadas com fins lucrativos. Para

os autores a logística também é fundamental para os órgãos públicos, já que muitas das atividades que eles desempenham são logísticas e visam o benefício da sociedade como um todo. Por isso definem esse tipo de logística como "Logística Social".

Em uma abordagem distinta, o autor Amaral (2008) utiliza o conceito de Logística Social para enfatizar a importância da responsabilidade social empresarial. Ao aplicar essa terminologia, a organização passa a ser corresponsável pelo desenvolvimento social, reconhecendo a necessidade de ouvir e considerar os interesses da comunidade envolvida em toda a cadeia de suprimentos (proprietários, fornecedores, consumidores, governo e meio ambiente). Com essa abordagem, a empresa socialmente responsável tem como objetivo atender às necessidades de todos (proprietários, fornecedores, consumidores, governo e meio ambiente), não apenas dos proprietários; integrando a perspectiva social ao planejamento de suas atividades. Isso torna a logística uma ferramenta crucial não somente para o lucro, mas também para promover o bem-estar da sociedade como um todo. Assim, as atividades da logística empresarial adaptadas ao contexto social são cruciais para controlar e planejar ações destinadas a mitigar problemas sociais existentes.

Neste trabalho o autor converge com o conceito da logística social, principalmente a apresentada por Amaral (2008) na perspectiva da necessidade de ouvir e considerar os interesses da comunidade envolvida em toda a cadeia de suprimentos (proprietários, fornecedores, consumidores, governo e meio ambiente). Defende que a abordagem da Cadeia de Suprimentos não deve ser limitada apenas à perspectiva funcionalista da logística, já que, ao contrário do que afirmam Figueiredo e Arkader (1998), a Cadeia de Suprimentos não surgiu naturalmente a partir da logística integrada e não evoluiu apesar do restante das relações econômicas. A linha seguida nesta tese é a necessidade de intervenção nessa ordem econômica quando o que está em questão são os direitos básicos das pessoas e não apenas a produtividade e a lucratividade.

Historicamente, a logística evoluiu para atender aos interesses empresariais e clientelistas, deixando de ser apenas um campo restrito de distribuição física de materiais e bens e expandindo para incluir todas as

atividades relacionadas ao Supply Chain. Com o desenvolvimento do conceito de Supply Chain, as organizações incorporaram suas atividades em três áreas maiores na logística: Logística de suprimentos: direcionada à aquisição e captação de suprimentos, realizando o abastecimento de matérias-primas e componentes, controle de fornecedores, recebimento de materiais, qualidade de recebimento, controle dos estoques e almoxarifados de matérias-primas e componentes, gerenciamento de estoques; Logística de distribuição: relacionada à distribuição e entrega dos produtos acabados, cuja principal responsabilidade compreende os depósitos de produtos acabados, faturamento, transporte e distribuição; e Logística de Produção: está entre a logística de suprimentos e a logística de distribuição, atuando no apoio à produção, envolvendo a Programação e Controle da Produção (PCP) e a Programação e Controle de Materiais (PCM).

Portanto, a Cadeia de Suprimentos surgiu historicamente como parte do desenvolvimento do capitalismo como sistema de produção, com o objetivo final de gerar lucro e expandi-lo de forma concentrada, e não de forma natural a partir do conceito de Logística Integrada, como defendido por alguns autores. Tais características históricas são as condições estruturantes da Cadeia de Suprimentos, correspondente aos condicionantes na sociedade capitalista, portanto, sociais, que dão forma e conteúdo à logística. Contudo, não se pode pensar em logística sem considerar pessoas, territórios e desenvolvimento social.

O objetivo desta tese é demonstrar que a existência de condicionantes sociais na logística de distribuição de alimentos originários da agricultura familiar, para alimentação escolar pelo PNAE, reduz a eficácia da gestão escolar no cumprimento da Lei Federal nº 11.947, em contexto de insegurança alimentar. Então delimita-se o objeto desta tese na fração da logística relacionada com a distribuição do alimento, conforme apontado anteriormente.

Para Bertaglia (2003, p. 30) “A distribuição é um processo que está normalmente associado ao movimento de material de um ponto de produção ou armazenagem até o cliente”. Sua definição engloba os métodos operacionais e de controle que permitem deslocar os produtos desde o momento anterior ao início da produção, até o momento em que eles são

entregues ao consumidor, podendo ser considerada como um pedaço relevante da logística. O autor divide o tema distribuição em canais de distribuição, também conhecido como canais de comercialização ou canais de marketing e distribuição física, que envolve o transporte e armazenagem de produtos. O canal de distribuição é a intermediação do produto enquanto a distribuição física está ligada à movimentação do produto.

Os canais de distribuição ou de comercialização, de acordo com Cronin *et al.* (2008), são organizações interdependentes envolvidas no processo de tornar disponível um produto ou serviço para uso ou consumo, no lugar adequado, no tempo certo e no nível de satisfação dentro das expectativas. Os canais de distribuição se constituem de um sistema complexo marcado pelo relacionamento entre o fabricante, seus intermediários e consumidores finais do produto.

Segundo Almeida (1999, p. 53):

Aqueles canais de distribuição que possuem um só elo entre a empresa e o consumidor são chamados de canais diretos ou canais de nível zero. Os principais tipos de canais de nível zero são: a venda porta a porta, reuniões domiciliares, mala direta, telemarketing, venda por televisão ou venda por lojas de fabricantes. Nesse caso, é de responsabilidade do produtor ou do consumidor o desempenho das funções concernentes ao canal. Os indiretos, por sua vez, são aqueles que possuem entre a empresa e o consumidor vários atacadistas e/ou varejistas. E, por fim, os semidiretos caracterizam-se por serem compostos apenas por um intermediário. Não existe, portanto, uma separação conceitual relevante entre o canal indireto e o semidireto. Na maioria das vezes, quanto maior o número de unidades intermediárias mais difícil se torna a atuação do fabricante sobre o canal e menos oportunidade ele tem de conseguir informações fidedignas sobre os consumidores finais de seus produtos.

Segundo Kotler (1996), os objetivos dos canais variam de acordo com as especificidades do produto e com as habilidades e fraquezas dos vários tipos possíveis de intermediários; a distribuição física relaciona-se diretamente com o conceito de canal de distribuição. Para Bertaglia (2003), é fundamental para uma instituição realizar a gestão da distribuição. É necessário decidir a forma como organizar e controlar, escolhendo canais de distribuição apropriados para trazer seus produtos ao mercado, decidindo o nível de cobertura de estoque a

ser fornecido, gerenciando seu sistema de estoque e definindo como alocar os estoques dos itens na linha de produtos na planta, na região ou nos armazéns (Dornier *et al.*, 2000, p. 97).

Toda operação de manufatura, seja ela de bens ou serviços, precisa definir quem será o responsável por fazer esses produtos ou serviços chegarem ao consumidor final, pois o cliente não pode obter um produto acabado a não ser que o mesmo seja transportado para onde ele possa ser acessado, armazenado até que sejam demandados e trocados por dinheiro ou outros produtos/serviços que permitam a posse. Tal processo constitui-se em escolher um canal de distribuição, seja ela direta, indireta ou semidireta. Os canais de distribuição do sistema agroalimentar são conhecidos como circuitos ou cadeias alimentares e serão abordados de forma significativa na próxima seção.

Sobre distribuição, no que tange a distribuição física, Novaes (2015) aponta que é uma expressão empregada na manufatura e no comércio para definir as atividades relacionadas com o movimento de produtos acabados. Pode-se dizer que são todos os processos operacionais de transporte e armazenagem que possibilitam a transferência de produtos a partir do fabricante até chegar ao cliente final.

Ao tratar do transporte de mercadorias, Caixeta Filho (2010) aponta que o Brasil apresenta quatro principais modalidades: a rodoviária, ferroviária, hidroviária e a aeroviária. Sobre os modais, Caixeta Filho (2010) esclarece:

- a) O modal Rodoviário é utilizado normalmente para curtas distâncias, para produtos com elevado valor agregado e produtos perecíveis, permitindo criar rotas mais flexíveis, possibilitando diversificados tipos de cargas. Possui vantagens de acesso, pois a malha rodoviária abrange a maioria dos lugares do território brasileiro, apresentando baixa burocracia quanto à documentação necessária para o transporte. Contudo, possuem elevado custo de carregamento, principalmente impacto direto no que se refere a pedágios e alto valor do combustível, trazem pouca capacidade de carga, menor distância alcançada com relação ao tempo utilizado para o transporte, elevada possibilidade da carga ser extraviada, por causa de roubos e acidentes, além da possibilidade das

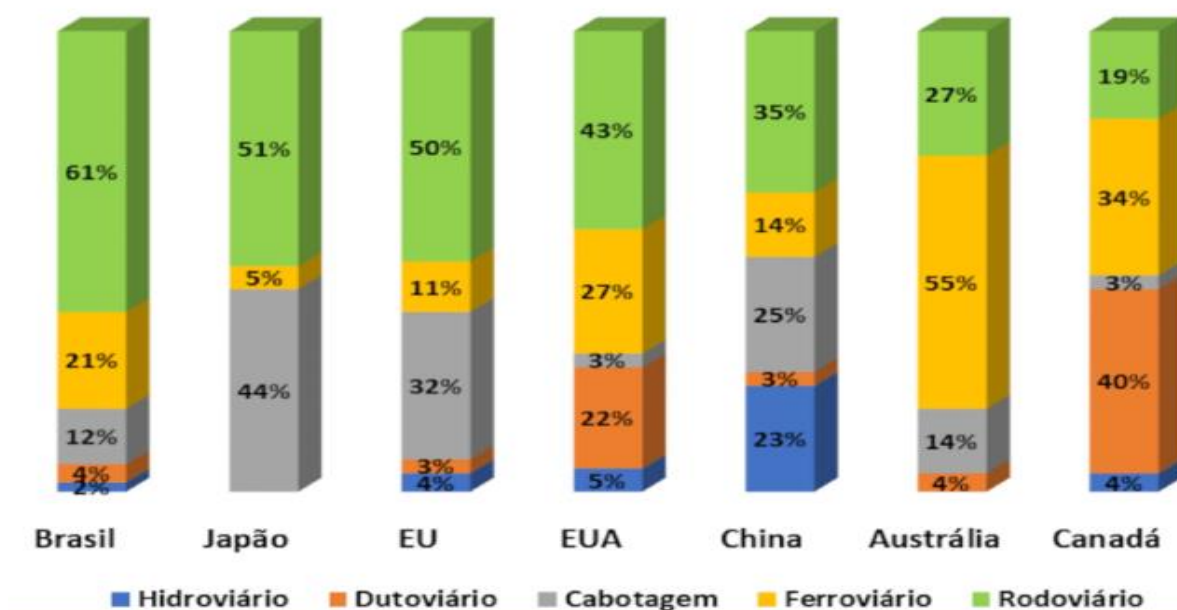
condições de tráfego afetar diretamente a malha rodoviária.

b) O modal ferroviário, diferentemente do rodoviário, é uma alternativa indicada para cargas de grandes volumes, percorrendo longas distâncias e com um destino fixo. Não possui a mesma flexibilidade de rota que o rodoviário apresenta, tem baixo custo se confrontado com outros modais de transporte, sendo indicado para commodities em alta quantidade. Possui baixo risco de acidentes e roubo de carga, além de utilizar combustíveis mais baratos, entretanto normalmente depende de outros modais de transporte para fazer com os produtos cheguem de fato aos seus destinos.

c) O modal hidroviário, igualmente ao ferroviário, é uma opção indicada para cargas de grandes volumes e para produtos com baixo valor agregado. Este modal tem a capacidade de transportar longas distâncias apresentando pouco risco de avarias nos produtos, ainda que rapidez e agilidade não sejam pontos fortes. Necessita de terminais especializados para embarque e desembarque, possuindo burocracia na documentação de desembaraço da carga e custo elevado de seguro.

d) O modal aéreo cujas principais características são a agilidade e a facilidade em percorrer longas distâncias, é a principal opção quando os fatores tempo de entrega e segurança são prioridades para o cliente. Contudo, possui limitações no volume de carga, tamanho, peso e quantidade a ser transportada e maiores custos que os demais modais de transporte citados.

Desta forma, é percebido que os produtos podem chegar até o seu consumidor final por caminhos diversos, seja ele por rodovia, ferrovia, água ou ar. No Gráfico 3, é apresentado a matriz de transportes do Brasil e alguns outros países.

Gráfico 3 - Matriz de Transportes (2019) nos países (% de TKU)

Fontes: ILOS (Brasil); National Bureau of Statistics of China, Bureau of Transportation Statistics (EUA), Eurostat (UE), North American Transportation Statistics (Canadá), Department of Infrastructure, Transport, Cities and Regional Development (Austrália), Statistics Bureau (Japão).

Conforme gráfico 3, em 2019, o Brasil movimentou 61% de suas cargas através das rodovias, considerando os TKUs (tonelada-quilômetro útil) movimentados. No mesmo período, ainda de acordo com o gráfico 3, 21% das cargas seguiram pelo modal ferroviário, 14% pelo modal hidroviário (2% por cabotagem + 2% por hidrovias). Ao comparar a matriz de transportes brasileira, de 2019, com as de outros países, fica nítido como é desequilibrada a utilização dos modais para transporte de cargas no Brasil e sua baixa intermodalidade, pois concentra em quase dois terços tudo que é transportado em seu território em apenas um modal, o rodoviário.

A intermodalidade implica em utilizar diferentes meios de transporte em uma única rota, com a gestão sendo feita através de múltiplos documentos fiscais. Por outro lado, a multimodalidade também envolve o uso de diversos meios de transporte em uma mesma rota, mas com toda a operação sendo documentada em apenas um único documento fiscal, ao contrário da intermodalidade. Ambas estratégias, intermodalidade e multimodalidade, têm o potencial de reduzir os custos relacionados ao transporte e armazenamento (Rodrigues, 2007). Décadas se passaram e a matriz de transporte de carga

brasileira pouco mudou, tendo em 2019, o transporte rodoviário, ainda, com a maior representatividade, e elevado desequilíbrio entre os modais.

Além dos circuitos de comercialização e transporte da produção, uma outra atividade que compõe a logística de distribuição e também condiciona a chegada da produção até o consumidor final é a armazenagem. A armazenagem é de suma importância para a logística, funcionando de forma complementar para as etapas de transporte e comercialização, pois as unidades de armazenamento proporcionam racionalização dos custos do transporte, a alocação estratégica de estoques e facilitam o comércio inter-regional (Biazi; Bertol; Carneiro, 2002). Os autores apontam que a proximidade das estruturas de armazenamento aos locais de produção e também aos mercados consumidores é fundamental para alcançar os objetivos logísticos.

Realizar a gestão da distribuição física (transporte e armazenagem) dos produtos acabados e seus canais de distribuição é apontado pelos autores Bertaglia (2003); Ching (2001); Novaes (2001) como definição de logística de distribuição. Os autores abordam que quando a logística de distribuição é executada de forma adequada contribui para assegurar que os pedidos sejam pontualmente entregues, com sua integridade preservada, no prazo acordado e com o menor custo possível.

A concepção de logística de distribuição assumida nesta tese converge com posicionamentos, sobre o tema, dos autores Bertaglia (2003); Ching (2001); Novaes (2001), os quais compreendem como definição de logística de distribuição a gestão da distribuição física (transporte e armazenagem) dos produtos acabados e seus canais de distribuição. Em tempos atuais, logística de distribuição tem um significativo valor agregado para as operações de manufatura, principalmente no que diz respeito aos consumidores, pois muitas vezes é o único meio de avaliação percebida pelos clientes. A configuração do sistema de logística de distribuição depende do modelo comercial que foi estabelecido pela organização, depende das características dos seus produtos e dos canais apropriados para sua destinação.

Ao tratar de logística do alimento, igualmente a outros segmentos, a cadeia de suprimento agroalimentar compreende as organizações responsáveis pela produção (agricultores), processamento (indústria) e

distribuição (prestadores de serviços e comerciantes) de produtos de origem animal ou vegetal (Vorst *al.*, 2007). A agrologística pode ser entendida como um subconjunto das atividades fins envolvendo operações de insumos e produtos do agro, ou seja, a agrologística diz respeito a fazer com que os produtos e insumos da cadeia agroalimentar cheguem no lugar certo, na hora certa em condições adequadas (Caixeta Filho; Gameiro, 2001; Vorst *et al.*, 2007).

Dentro da conjuntura existente na agricultura familiar a logística poderia ser implantada como um instrumento que servisse de apoio ao produtor familiar aos seus principais fornecedores, aos seus centros de armazenamento e clientela, uma vez que sua cadeia de produção seja inicialmente estabelecida. Esta organização poderia contribuir para a gestão da cadeia em si, agregar valor aos produtos agrícolas e reduzir os custos condicionados a todo o processo produtivo. (Trombini; Takenaka, 2015, p. 3).

Nesta direção Caixeta Filho (2010, p.19) aponta que

Para cadeias agroalimentares, isso tem significado, na prática, que as atividades de transporte e de armazenamento (ainda consideradas como as principais funções logísticas), se planejadas e operadas de maneira integrada, podem resultar em benefícios claros e contabilizáveis.

Nesta seção foi possível compreender que o pensamento logístico evoluiu de forma dinâmica, envolvendo várias concepções e teorias diferentes. Foram trazidas as diversas abordagens desenvolvidas ao longo do tempo, cada uma com sua ênfase e perspectiva próprias. É importante sinalizar que essa evolução trata de um processo histórico voltado para aprimorar o sistema logístico sob a perspectiva do sistema capitalista e que a origem histórica da Cadeia de Suprimentos remonta ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção, tendo como sua principal finalidade a geração concentrada e expansão do lucro, não emergindo de maneira natural a partir do conceito de Logística Integrada. Nesse sentido, a Cadeia de Suprimentos não deve se restringir unicamente à perspectiva funcionalista da logística e sua evolução não ocorre independentemente das demais relações econômicas, existindo, sim, a necessidade de intervenção nessa ordem econômica, pois o que está

em questão são os direitos básicos dos seres humanos e não apenas a produtividade e a lucratividade.

Apesar de concordar que o cerne da logística é responsável pelo planejamento e controle de ações e fluxos informacionais desde a transformação da matéria-prima até o cliente final, é necessário que se ouça e se considere os interesses da comunidade envolvida em toda a cadeia de suprimentos (proprietários, fornecedores, consumidores, governo e meio ambiente), buscando o bem-estar social e ambiental, convergindo com os conceitos de Logística Social. Não se deve pensar em logística sem considerar pessoas, territórios e desenvolvimento social.

É nessa perspectiva que se deve pensar a logística na agricultura familiar, como um relevante instrumento de suporte não só para o produtor, mas também seus fornecedores, centros de armazenamento e clientes, beneficiando a gestão da cadeia, agregando valor aos produtos agrícolas e diminuindo os custos associados a todo o processo produtivo.

Na próxima seção será tratada a logística de distribuição na sua parte relacionada aos canais de distribuição, só que direcionada ao sistema agroalimentar. Os canais de distribuição no segmento alimentar são conhecidos como circuitos ou cadeias alimentares e possuem características próprias que as diferenciam dos canais de distribuição dos outros segmentos econômicos brasileiros.

3.1.1 Os Circuitos agroalimentares de comercialização e seus mercados institucionais no Brasil

Circuitos são alternativas dos agricultores para comercializar seus produtos, (Renting; Marsden; Banks, 2003; Marsden; Banks, Bristow, 2000; François, 2000). Os diferentes níveis de distância existente entre agricultor e consumidor, a saber são: circuito longo, circuito curto com venda direta e circuito curto com venda indireta. Os circuitos longos incluem etapas de intermediação, ou seja, aquelas que têm mais de um intermediário entre produtores e consumidores podendo incluir ou não processadores e

atacadistas. Os circuitos curtos com venda direta são o nível mais próximo do consumidor, não existindo intermediário entre produção e o consumo. Já os circuitos curtos com venda indireta possuem apenas um intermediário. Sonnino e Marsden (2006) já apontavam, em meados dos anos 2000, que as cadeias curtas e longas, em muitos casos, são integradas no atual sistema agroalimentar.

De acordo com Leão (2013), os trabalhos no Brasil direcionam os circuitos longos para o agronegócio, grandes propriedades, monocultura com uso intensivo de insumos industriais e pouco uso de mão de obra. Diferentemente das cadeias longas, as cadeias curtas são direcionadas para o modelo da agricultura familiar, baseado em pequenas propriedades com produção diversificada, uso intensivo de mão de obra familiar e circuitos mais curtos de comercialização.

Nas cadeias longas os produtos percorrem grandes distâncias, para os quais a distância entre produção e consumo não parece ser problema, possuindo uma robusta logística de distribuição e existindo pouca conexão entre produtores, comerciantes e consumidores finais, sendo baseada em relações mecanizadas. São destinados a atender basicamente compradores intermediários, indústrias e atacadistas que redistribuem a produção. Gazolla e Schneider (2017) afirmam que com a globalização do sistema agroalimentar, a alimentação perdeu as suas raízes e a conexão com a sua base natural. Com isso, “a procedência geográfica dos alimentos e a cultura alimentar das pessoas deixaram de ser importantes” (Gazolla; Schneider, 2017, p. 10).

O artigo *A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar* dos autores Paula *et al.*, (2015), converge com esta perspectiva. Neste trabalho os autores abordam o fenômeno da financeirização das commodities agrícolas, que se refere ao crescente papel dos mercados financeiros na determinação dos preços, das condições de produção e comercialização dessas *commodities*. Para eles esse processo tem impactos significativos no sistema agroalimentar, afetando tanto os agricultores e trabalhadores rurais como os consumidores finais. Os autores apontam as diferentes formas nas quais a financeirização afeta o mercado de *commodities* agrícolas, principalmente a especulação financeira, a criação de novos

instrumentos financeiros e a crescente concentração do mercado em poucas empresas multinacionais.

De acordo com Paula *et al.*, (2015) é necessário repensar o papel dos mercados financeiros na determinação dos preços e das condições de produção e comercialização das *commodities* agrícolas, de modo a garantir uma maior justiça e sustentabilidade no sistema agroalimentar. Isso pode incluir medidas como a regulação mais forte dos mercados financeiros, o apoio a sistemas agroecológicos e a promoção de práticas comerciais mais justas e transparentes. Para o que interessa a esta tese, a chamada de atenção está no alerta para garantir uma maior justiça e sustentabilidade no sistema agroalimentar, tendo em vista que sistemas agroecológicos e comércio justo são importantes para a segurança e soberania alimentar, que dialogam com políticas públicas, mas não integram os interesses da produção de *commodities* pelo sistema agroalimentar nem se vinculam territorialmente a partir dos sujeitos territoriais, e sim à expansão e concentração do capital associadas à financeirização do sistema. Isto é, o fato de que a regulação, nesses moldes, implica em produzir alimentos com conteúdos de soberania alimentar, o que vai na contramão da produção de *commodities*

Nessa perspectiva, para Amaral (2020) as cadeias produtivas de longa distância, tendem a explorar recursos naturais e riquezas geradas pela produção local, transferindo esses benefícios para centros financeiros internacionais. Tais cadeias não são orientadas para o desenvolvimento territorial nem para a proteção ambiental. Além disso, não costumam absorver mão de obra local, como ocorre em exportações de *commodities*, como a soja brasileira.

Nos circuitos alimentares longos os alimentos são produtos de uma indústria, sendo vendidos com marcas específicas e tendo como características para sua compra critérios de preço ou valor nutricional, conforme as preferências e/ou o poder aquisitivo. Nessa perspectiva, Bava (2012) aborda que as cadeias longas de comercialização contribuem com a exclusão da agricultura familiar. Ainda de acordo com Bava (2012) às Cadeias Curtas, ao contrário da longa, utilizam uma maior mão de obra local, aproxima a produção do consumo, fortalecendo a conexão entre eles ao reduzir a distância

percorrida pelo produto e diminuir a complexidade da logística de distribuição.

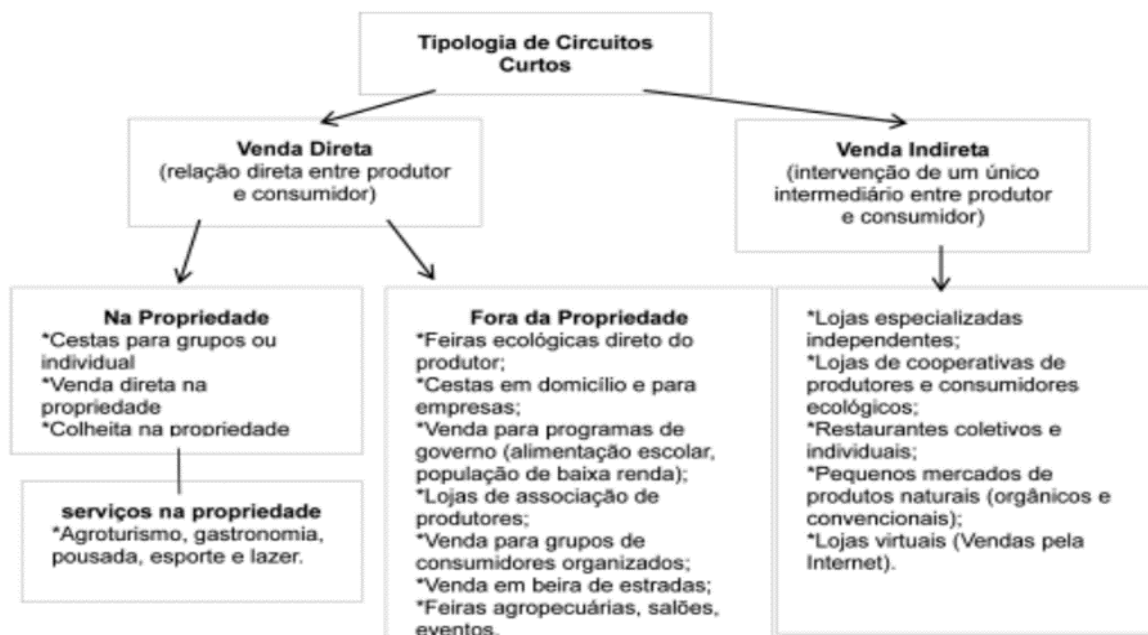
O termo Circuito Curto tem origem na França, onde é utilizado para caracterizar os que possuem até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor (Chaffote, Chiffolleau, 2007). Para Bava (2012) esse tipo de circuito possui um maior cuidado com o meio ambiente do lugar em que vivem, fazendo o produto chegar ao seu destino final com todas as informações, de maneira que o consumidor tenha conhecimento sobre a origem do alimento, como ele foi produzido e transportado. Nessa perspectiva, Bava (2012) ainda aponta que esse tipo de circuito contribui para a inserção da produção de unidades de pequeno porte, onde interatua a mão de obra familiar em suas diferentes categorias (homens, mulheres, crianças, idosos), além da variação dos sistemas de produção, dando maior independência para as famílias agricultoras desenvolverem a pluriatividade de suas unidades de produção.

Para Perez-Cassarino e Ferreira:

Os Circuitos curtos estão orientados pela busca fundamental da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, para o qual considera-se que, atrelada a uma busca permanente pela aproximação geográfica entre produção e consumo, encontra-se a busca pela proximidade social entre seus integrantes e a adequação cultural e ambiental à sua realidade e história de vida. A construção de Circuitos de Proximidade visa à geração de processos autônomos e socialmente enraizados de produção, beneficiamento e circulação de alimentos, que se orientem pela construção coletiva de processos de emancipação social no âmbito dos sistemas agroalimentares, baseados na solidariedade, transparência, horizontalidade e confiança (Perez-Cassarino; Ferreira, 2013, p. 23).

O artigo *Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Ecológicos: Reconectando Produtores e Consumidores*, de autoria de Darolt (2013), traz a tipologia que se fundamenta na presença ou não de um intermediário e seus principais canais de comercialização, conforme Figura 6.

Figura 6 - Tipologia de Circuitos Curtos de Comercialização mediante a presença ou não de um intermediário



Fonte: Darolt (2013).

Para Darolt (2013) o agricultor que está inserido no circuito curto é mais independente do que aquele que está inserido nas cadeias longas. No circuito longo, o produtor familiar tem uma autonomia limitada na gestão, planejamento de produção e comercialização dos seus produtos.

A concepção de circuito alimentar assumida nesta tese converge com posicionamentos, sobre o tema, dos autores Gazolla (2017), Schneider (2017), Amaral (2020), Bava (2012), Perez-Cassarino, Ferreira (2013) e Darolt (2013). O pesquisador entende como ideal que o agricultor familiar tenha independência, emancipação, ou seja, tenha mais espaço de autonomia relativa na sua relação de produção e quanto mais curta for a cadeia mais autônomo é o agricultor. Submeter o agricultor a uma cadeia alimentar longa é subalternizá-lo aos interesses do grande capital da agroindustrialização. A agricultura familiar é originalmente pluriativa, quando entra na cadeia produtiva das grandes indústrias, o capitalismo condiciona o que será produzido e de que forma.

Um exemplo é a avicultura no recôncavo baiano, onde a maior parte dos agricultores familiares, possuidora de um tipo de encadeamento e dependência

das grandes indústrias, se submete às suas regras, que a impede de desenvolver outros cultivos e/ou atividades (Lima, 2015). Diferentemente, podemos citar a mesma avicultura, contudo dos agricultores familiares do estado da Paraíba. Esses não se submetem a cadeia capitalista, mantendo a pluriatividade em sua plenitude. Sobre pluriatividade na agricultura familiar, Fuller (1990) *apud* Schneider (2009, p. 79) comenta que:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (home-based farming). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

A temática acerca da distribuição e da circulação dos produtos oriundos da agricultura familiar foi ignorada pelos estudiosos da logística em quase todas as linhas teóricas examinadas nesta pesquisa (Caixeta Filho; Gameiro, 2001; Vorst *et al.*, 2007; Gaban e Guarnieri, 2015). A discussão estava focada nas *commodities* e na mercantilização da agricultura, inserindo os agricultores familiares em circuitos longos da cadeia agroindustrial e nos mercados de insumos e produtos (Conterato *et al.*, 2011). Diversos agricultores, diante do desafio de ter que desenvolver caminhos que os orientem para escolhas de reprodução social, enxergam nos circuitos curtos uma estratégia para a construção de mercados em que a ação de intermediários é minimizada (Maia; Sousa, 2015).

Tratando de mercado, Schneider (2015, p. 96) em seu artigo *Mercados e Agricultura Familiar* defende que “no senso comum, o mercado(s) é uma situação que expressa competição entre dois ou mais agentes econômicos (empresas, lojas, produtores, etc.) que estabelecem uma disputa para vender ou trocar um produto determinado, tendo como alvo um outro agente (consumidor)”. O autor aponta que a entrada ou envolvimento dos agricultores

nos mercados é um fato que acontece cotidianamente; dificilmente um agricultor vive de forma autóctone sem realizar trocas simples, e pode até se relacionar com mercados mais complexos. Ainda sobre mercados Schneider traz que:

Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, os seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivo para conflitos, protestos e disputas. Na medida em que os mercados assumem estas características sociais, eles reúnem as condições para serem interpretados como um fato social, que é toda a manifestação de caráter coletivo e coercitivo que influencia as atitudes, os valores e a ação dos indivíduos (2015, p. 95).

No artigo *Mercados e Agricultura Familiar*, Schneider explica as dinâmicas de interação e processos de diferenciação da categoria social dos agricultores familiares recorrendo a três formas de definição, que são:

- a) o mercado como um *locus*, um espaço físico determinado em que se realizam trocas materiais de produtos e mercadorias;
- b) o mercado como princípio ordenador da sociedade e da economia, tal como funciona o capitalismo;
- c) o mercado como uma construção social, que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais.

Em seu trabalho, Schneider (2015) classifica as distintas formas de interação dos agricultores com os mercados, reunindo a heterogeneidade da realidade em quatro tipos genéricos que são: os mercados de proximidade, os mercados locais e territoriais, os mercados convencionais e os mercados públicos e institucionais, conforme tratado a seguir:

No mercado de proximidade a predominância é de relacionamento baseado em trocas entre os indivíduos; priorizando aspectos valorativos e a qualidade dos produtos em detrimento do lucro. Nesse tipo de mercado os agricultores possuem maior autonomia, em função dos recursos que eles possuem e da natureza das relações de troca, sendo socialmente construídas e imersas as relações sociais de reciprocidade e interconhecimento. Exemplo

desse tipo de mercado é a economia solidária.

Nos mercados locais e territoriais, o papel do intermediário torna-se mais relevante e tem como característica fundamental uma economia mercantil simples. O território de atuação desses mercados cresce para fora, elevando a demanda desses produtos. Os produtos que caminham nessas relações mercantis são até ocasionalmente identificados através de mecanismos oficiais, como as indicações geográficas e/ou indicações de procedência; também a reciprocidade e o interconhecimento passam a coexistir de um lado e do outro encontramos os preços e concorrência. Exemplos desse tipo de mercado são as feiras locais e os espaços públicos de venda.

Nos mercados convencionais, os produtos são comandados por grandes e poderosos agentes privados e os agricultores nele envolvidos são fortemente dependentes de contratos à montante e à jusante, especialmente para os que produzem *commodities*. Para Schneider (2015, p. 124) “a principal diferença dos mercados convencionais em relação aos territoriais está no fato de dispensar um locus físico, são mercados *placeless* (sem lugar)”. Seu campo de atuação são as esferas da distribuição e da circulação nacionais e globais, especialmente onde houver oferta e demanda e onde se puder “fazer dinheiro”.

Por fim, Schneider aponta que os mercados públicos e institucionais, um dos aspectos do objeto de estudo desta tese, é caracterizado, sobretudo, por ter como agente algum organismo público ou alguma organização pública não-governamental e na maioria das vezes são criados para atender demandas da sociedade, sendo resultante de construção social e política. Como exemplo desses mercados há o PNAE, PAA, entre outros. No Quadro 1 é apresentada a tipologia dos mercados da agricultura familiar criada por Schneider (2015).

Quadro 1 - Tipologia dos mercados da agricultura familiar

	Tipo de agricultor familiar	Locus e/ou alcance espacial	Natureza das trocas e modelos de negócios	Forma de regulação	Canais de comercialização
Mercados de proximidade	Camponês; produtor de excedentes	<i>Spot</i> ; Venda direta; Somente local	Interpessoal + Solidário	Confiança + Amizade	- Na propriedade (colhe-pague); - No domicílio/casa; - Beira estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos consumo
Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar; Produtor simples de mercadoria	<i>Spot</i> ; Local, regional e territorial	Diversificado + Complementaridade	Reputação/ Confiança + Procedência + Preços	- Feira regional; - Feira nacional; - Redes de venda; - Eventos; - Loja especializada; - Restaurantes; - Associação de vendas; - Sacolão
Mercados convencionais	Produtor de mercadorias	Sem lugar definido; <i>Placeless/ Unbond</i>	Concorrencial	Contratos + Preços	- Atravessadores; - Cooperativa; - Agroindústria; - Empresa privada; - Internet; - Supermercados
Mercados públicos e institucionais	Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	Licitatório, Seleção pública	Contratos Públicos + Leis	- Alimentação escolar - <i>Fair trade</i> ; - Órgãos internacionais (FAO; PMA); - ONGs, hospitais, universidades, forças armadas; Entidade assistencial; Estoques governo

Fonte: Schneider (2015, p. 127).

Desta forma, nota-se que a tipologia dos mercados da agricultura familiar, trazida por Schneider, deságua nos circuitos/canais de comercialização. No Quadro 1 são ilustradas oferta e demanda, regulação e espacialidade como componentes formadores dos mercados.

É percebido que o agricultor familiar com as exigências tecnológicas impostas pelo avanço da agroindústria, se viu obrigado a desenvolver novas estratégias e alternativas, a fim de sobreviver e conseguir se manter como produtor na agricultura. A agricultura familiar é uma das principais protagonistas, se não a principal, na constituição dos circuitos curtos de comercialização e dos mercados públicos e institucionais.

É, também, através dos circuitos de comercialização, dos mercados públicos institucionais, do agricultor familiar e da logística de distribuição, no que tange armazenamento e transporte, que, por intermédio do programa

governamental PNAE, elemento central do objeto de estudo desta tese, os alimentos podem chegar até à unidade escola na quantidade solicitada, no prazo acordado e com suas características preservadas. Os artigos 2º e 14 do PNAE trazem, em essência, a obrigatoriedade de utilizar no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros repassados pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios diversificados diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Isso na perspectiva de fomentar os preceitos do desenvolvimento sustentável, valorização da cultura alimentar, alimentação saudável e alocação dos sistemas agroalimentares, promovendo o desenvolvimento local e criando estratégias para a comercialização de produtos não visados pelo mercado convencional.

Contudo, como apontado na introdução deste trabalho, em entrevistas preliminares com dirigentes escolares, realizadas para problematização do objeto desta pesquisa, constatou-se que na maior parte das compras que são realizadas para atender o PNAE, os alimentos chegam na escola, em quantidade diferente da solicitada, após o prazo acordado e com suas características não preservadas. Isso cria implicações negativas para a direção escolar cumprir, de forma eficaz, a obrigatoriedade de utilizar no mínimo 30% do valor repassado pelo FNDE para o PNAE, na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Fica comprometida, principalmente, a diversidade de produtos e alimentos saudáveis, que são substituídos por alimentos que possuem prazo de validade longo e baixa perecibilidade, que na maioria das vezes são alimentos menos saudáveis, ricos em gorduras e açúcares, fato que reduz a eficácia da lei. A escola é um agente fundamental a ser integrado nesse sistema que envolve agricultor familiar, logística e mercado público institucional, constituindo-se como subsistema formativo de padrão nutricional saudável, para além da retroalimentação dos circuitos de produção e comercialização da agricultura familiar.

Na próxima seção serão tratadas as características sociais brasileiras que condicionam a logística de distribuição da produção agrícola familiar no Brasil.

3.2 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS QUE CONDICIONAM A LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO BRASIL

Como visto nas seções 3.1 e 3.1.1 deste capítulo, estudiosos sobre o tema “logística” dividem a logística de distribuição em distribuição física e canais de distribuição. Canais de distribuição dizem respeito à intermediação do produto, que no caso de sistema agroalimentar é chamada de circuitos ou cadeias alimentares, enquanto a distribuição física está ligada à movimentação do produto (transporte e armazenagem). O autor desta tese converge com esse conceito.

Esta seção tem a pretensão de tratar o lugar da logística de distribuição, fração transporte e armazenagem, que atende o sistema agroalimentar, na dinâmica do desenvolvimento macroeconômico. Ou seja, fazer uma análise macroeconômica, na perspectiva dos economistas Keynes e Kalecki, conforme apontado na seção 2.1 desta tese, para situar a problemática em termos de características sociais brasileiras a fim de delinear quais dessas características interferem no caso específico da escola e seus fornecedores. Para isso são trazidos autores que discutem o lugar da logística na macroeconomia, em escala de país em desenvolvimento, sendo que dentro do país estão os pequenos agricultores. São chamadas de características condicionantes sociais, no âmbito logístico, os elementos sociais brasileiros que persistem ao longo de diversos governos, deixando uma marca na sociedade nacional em relação à reprodução de desigualdades socioeconômicas e que ocorre devido à falta de eficácia nas intervenções do Estado na economia.

De acordo com Bresser (1968 [2003], p. 16)

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações.

O economista afirma que a norma geral do desenvolvimento costuma ter como elemento principal o processo de transformação econômica, resultando

no crescimento do padrão de vida da população da região onde ocorre o desenvolvimento. O crescimento econômico, em si, não seria sinônimo de desenvolvimento, “contudo, pode disparar um processo de transformação de uma sociedade tradicional em direção ao desenvolvimento” (Bresser, 1968 [2003], p.19).

Soares e Caixeta Filho (1997) afirmaram que o Brasil vivia problemas no escoamento da produção agrícola, e que “no Brasil, país caracterizado pelas grandes dimensões, o escoamento da produção repercute significativamente no preço final das *commodities* agrícolas e, finalmente, no preço dos alimentos” (Soares; Caixeta Filho, 1997. p. 187). Castilho (2007), na segunda metade dos anos 2000, afirmava que os problemas de logística afetavam o Brasil, tanto internamente quanto para exportação e que o país vivenciava sérios problemas nos sistemas de transportes, armazenagem e portuários. De acordo com Caixeta Filho (2010,1997. p. 20):

O suprimento inadequado de alimentos em países em desenvolvimento tem sido reconhecido há tempos como um dos principais problemas que necessitam de atenção no Terceiro Mundo. Bourne (1977) considerava que havia três vias principais pelas quais o suprimento de alimentos poderia ser aperfeiçoado: aumentar a área de produção, aumentar a produtividade ou definir um número maior de colheitas por ano. No entanto, aumentar a quantidade da produção de alimentos não é o real objetivo dessas atividades. A verdadeira meta é colocar mais comida na boca das pessoas, e isso requer não só um aumento na produção de alimentos, mas também que o alimento se movimente através de um sistema de distribuição até chegar ao ponto de consumo.

Gaban e Guarnieri (2015) apontam que existem fatores internos de infraestrutura e organização, que devem ser aperfeiçoados e prejudicam o desenvolvimento do país, principalmente gargalos logísticos de distribuição e desbalanceamento na matriz de transporte. Estudando Gaban e Guarnieri (2015), Castilho, Soares e Caixeta Filho (1997) este pesquisador compreende que existem problemas no sistema logísticos brasileiro que acompanham o país há décadas e que o sistema agroalimentar, seja para abastecer o mercado interno ou externo, sofre com a ausência de estrutura adequada para escoar a produção. Esse entendimento nos coloca diante da constatação de que há décadas existe inadequação da matriz modal de transportes, o que é

reconhecido como ausência de estrutura adequada para escoar a produção de alimentos.

Belluzzo (1989) aponta para a necessidade de um papel ativo do Estado na regulação da economia, a fim de garantir a justiça social e a proteção dos direitos dos cidadãos. Nessa perspectiva de que o Estado é legítimo garantidor dos direitos essenciais e do mínimo necessário para a dignidade humana e que políticas públicas são utilizadas para garantir e efetivar tais direitos fundamentais sociais, visando a redução das disparidades e a promoção da justiça e harmonia na vida da coletividade, é importante provocar os governantes a planejar como uma política de Estado, os investimentos em infraestrutura logística.

Batalha (2010) aponta que uma forma de avaliar a economia dos países desenvolvidos é confrontar sua matriz de transporte e o papel que essa desempenha nas atividades, sendo muito difícil ter uma nação desenvolvida com um sistema de transporte ineficaz e/ou uma nação em desenvolvimento com um sistema de transporte eficaz, como, por exemplo, o Brasil. Ainda de acordo com Batalha (2010), pode-se traçar uma relação entre a característica dos produtos e a modalidade de transporte ideal (assunto introduzido no item 3.1 desta tese). A Quadro 2 apresenta a relação entre modais de transporte e principais produtos transportados elaborada por Batalha (2010).

Quadro 2 - Modais de transporte e principais produtos transportados

Modal	Principais produtos transportados
Ferroviário	<i>Commodities</i> agrícolas, Minerais, Matéria-prima de valor agregado.
Hidroviário	<i>Commodities</i> agrícolas, Veículos automotores, Produtos químicos.
Rodoviário	Produtos agrícolas perecíveis, Produtos refrigerados, Produtos de alto valor agregado, Carga fracionada.
Aeroviário	Produtos de alto valor agregado, Produtos perecíveis e produtos urgentes.

Dutoviário	Petróleo, Gás natural, Combustíveis em geral, Água, Minérios.
------------	---

Fonte: Batalha (2010).

Tratando de carga agrícola, a modalidade de transporte mais utilizada para escoar a produção brasileira, igualmente aos outros tipos de carga, também é a rodoviária, representando 61,1% (CNT, 2016). Para Martins *et al.*(2014) os produtos agrícolas possuem baixo valor agregado e o modal rodoviário não é o mais indicado pois têm custos altos. Este modal apresenta preços de fretes mais elevados do que os do modal ferroviário, além de possuir custos fixos baixos (salários, depreciação de frota, compra de equipamentos etc.) e os custos variáveis altos (combustível, manutenção etc.) (Bowersox; Closs 2001).

Ojima e Yamakami (2006) defendem que o transporte por ferrovias, é o tipo de modal mais indicado para o escoamento de produtos agrícolas no Brasil, pois apresenta reduzido custo variável e é capaz de movimentar alto volume de carga, características desejáveis para produtos de baixo valor agregado. Contudo, a pouca extensão da malha ferroviária, a reduzida velocidade, a pouca flexibilidade na operação e o custo total elevado, são os fatores que explicam o motivo pelo qual essa modalidade ainda não é a mais utilizada no país, cujo uso é limitado a grandes regiões produtoras de grãos, pois as ferrovias não chegam ao local da produção.

Abordando transporte ferroviário de carga agrícola na cidade de Salvador-BA, esse modal foi um dos principais meios utilizados pelos agricultores familiares baianos para levar seus produtos até a Feira de São Joaquim. Conforme elucida Souza (2010), a Feira de São Joaquim, até o início da década de noventa, era servida por um trem de carga. Ainda de acordo com o autor, a denominação "Rua da Linha da Máquina" faz alusão a essa história, evidenciada pela presença de trilhos embutidos no pavimento, que anteriormente suportavam a passagem dos trens pertencentes à Linha Férrea Federal. Essa linha ferroviária conectava o Terminal de São Joaquim, através de ferry-boats, ao porto de Salvador.

A existência de ferrovias permitia um transporte mais eficiente e em

maior quantidade, o que contribuía para o abastecimento constante da feira e para que os agricultores conseguissem escoar suas produções. Porém, ao longo do século XX, o sistema ferroviário brasileiro sofreu um declínio significativo, e diversas linhas foram desativadas ou abandonadas. Em Salvador, não foi diferente, e a malha ferroviária que antes facilitava o transporte de produtos agrícolas para a feira de São Joaquim foi gradualmente sendo precarizada pelo poder público. A Figura 7 apresenta os vestígios da linha férrea que foi desativada e da estrutura lateral de proteção para a passagem dos trens na Feira de São Joaquim.

Figura 7 - Vestígios da linha férrea “dormentes” e da estrutura lateral de proteção para a passagem dos trens na Feira de São Joaquim.



Fonte: Souza (2010).

Com a desativação do transporte ferroviário, os agricultores familiares baianos passaram a depender mais de outros meios de transporte, como caminhões e veículos utilitários, para levar suas mercadorias até a Feira de São Joaquim. Tal processo trouxe desafios logísticos e aumentou os custos de transporte para os agricultores, uma vez que esses tipos de veículos não oferecem a mesma eficiência de transporte em massa que as ferrovias proporcionaram.

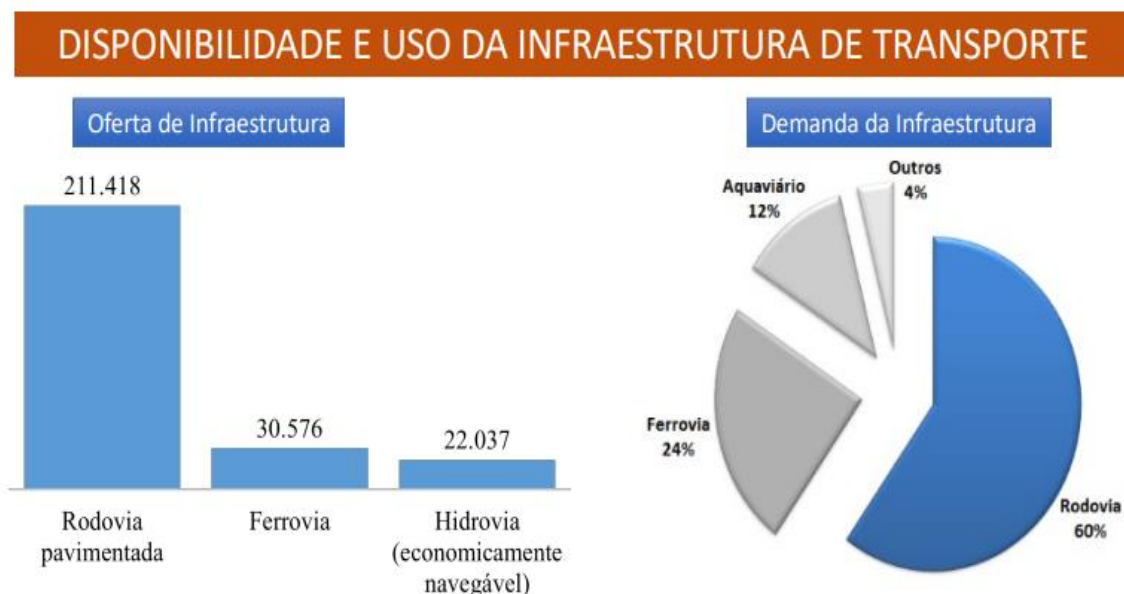
A tarefa de movimentar o alimento representa um desafio logístico e esse desafio aumenta quando a infraestrutura logística é insuficiente para escoar a produção. Em entrevista para o site da Insper, no ano de 2022, Thiago Guilherme Péra, coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística

Agroindustrial - ESALQ-LOG, institucionalmente ligado ao Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP ressalta que:

Temos por volta de 210 mil quilômetros de rodovias pavimentadas, frente a 30 mil quilômetros de ferrovias, sendo que apenas um terço tem, de fato, operação comercial. E são apenas 20 mil quilômetros de hidrovias. A nossa matriz de transporte desbalanceada é fruto dessa oferta de infraestrutura desequilibrada. Ter mais ferrovias e hidrovias não significa que precisemos deixar de investir em rodovias. Pelo contrário, elas são fundamentais para o país, mas sua qualidade, em geral, não é boa, principalmente em regiões de fronteira agrícola. Temos uma série de desafios relacionados às estradas em condições precárias, muitas vezes não pavimentadas, que conectam os produtores com os grandes eixos. Temos muita oportunidade para melhorar a produtividade do transporte nas rodovias, incluindo a velocidade média, o tempo gasto nas operações de carregamento e descarregamento e o consumo de combustível. Aumentar a eficiência levaria a reduzir custos. (Pèra, 2022, p.1)

No Gráfico 4 é possível compreender a disponibilidade e uso da infraestrutura de transporte no Brasil no ano de 2021.

Gráfico 4 - Disponibilidade e uso da infraestrutura de transporte



Fonte: CNT (2021)

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a matriz de transporte brasileira,

para movimentar a produção de alimentos, não é favorável, pois apresenta pontos negativos significativos, o que causa um aumento substancial dos custos logísticos. Dentre os pontos negativos se destacam a baixa intermodalidade e a excessiva utilização do modal rodoviário. Para o agricultor familiar esse ponto negativo fica mais acentuado, pois a análise sai das longas distâncias e observa as pequenas distâncias associadas às características geográficas e às escalas produtivas. Essas características específicas tornam o acesso aos principais centros de distribuição e mercados mais desafiador, dificultando a inserção desses agricultores nos fluxos comerciais e aumentando seus custos logísticos locais. Além disso, a escala produtiva das atividades do agricultor familiar muitas vezes é menor em comparação com grandes produtores, o que pode impactar ainda mais seus custos de transporte e distribuição.

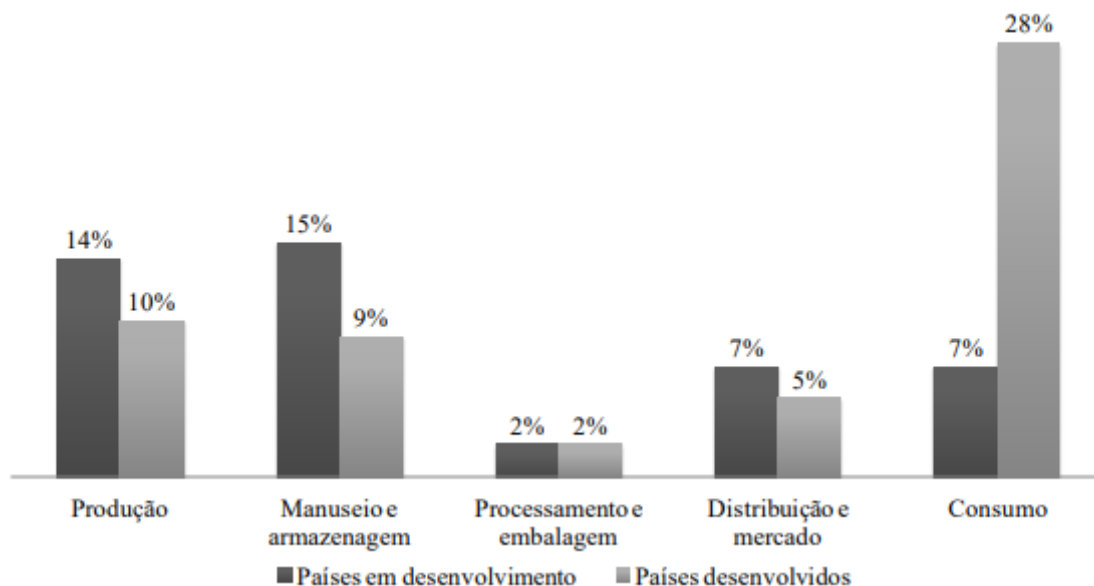
Ao tratar de transporte de *commodities* agrícola, Corrêa e Ramos (2010), afirmam que o uso da intermodalidade intercalando os modais rodoviário, ferroviário ou hidroviário apresenta redução de custos entre 15% e 20%, se comparado ao uso de apenas uma modalidade de transporte. Os autores defendem que a intermodalidade contribui para o aumento da eficácia no transporte de cargas, inclusive a agrícola, ao intercalar a opção rodoviária com ferroviária ou rodoviária com hidroviária, chamada de conexão multimodal.

Dubke (2006), ao tratar da modalidade hidroviária, aborda que a falta de investimentos na ampliação de instalações portuárias provoca filas de caminhões e navios nos portos e que a limitação de profundidade impede a atracação de navios de maior porte, em alguns portos brasileiros, prejudica a competitividade para as exportações e contribui para elevar custo das tarifas portuárias. Erhart e Palmeira (2006) apontam que problemas logísticos estão diretamente associados à falta de linhas aéreas, nos contêineres, no elevado gasto com deslocamento da produção agrícola, nas distorções da matriz de transporte, na sobrecarga que ocorre no modal rodoviário e nas perdas evitáveis que ocorrem em toda cadeia de suprimentos.

Dentro desse contexto de perdas, em sua dissertação de mestrado defendida em 2017, Péra (2017) traz o Gráfico 5, que mostra a correlação existente entre o nível de desenvolvimento da região geográfica e a

participação da perda ou desperdício em cada fase da cadeia de suprimentos.

Gráfico 5 - Perdas e desperdícios de alimentos em cada fase da cadeia de suprimentos para o grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento



Fonte: Péra (2017)

Ao discutir os dados trazidos pelo Gráfico 5, Péra (2017, p. 30) aborda que :

É interessante notar a correlação existente entre o nível de desenvolvimento da região geográfica e a participação da perda ou desperdício em cada fase da cadeia de suprimentos. Para os países desenvolvidos, as perdas/desperdícios de alimentos se concentram mais proximamente ao consumidor, enquanto que em países em desenvolvimento tais indicadores se concentram mais próximos à produção.

Um outro dado interessante tratado por Péra (2017), em sua dissertação, é a apresentação dos indicadores de perdas e desperdícios de alimentos em diferentes estágios na cadeia de suprimentos para os diversos grupos de alimentos, baseados na quantidade de entradas em cada etapa, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Perdas e desperdícios de alimentos nos diferentes estágios da cadeia de suprimentos para produtos alimentícios (em % de entrada em cada etapa) na América Latina (2011)

Alimentos	Produção agropecuária	Manuseio e armazenagem	Processamento e embalagem	Distribuição	Consumo doméstico
Cereais	6,0%	4,0%	2 a 7,0%	4,0%	10,0%
Raízes e tubérculos	14,0%	14,0%	12,0%	3,0%	4,0%
Oleaginosos e leguminosas	6,0%	3,0%	8,0%	2,0%	2,0%
Frutas e vegetais	20,0%	10,0%	20,0%	12,0%	10,0%
Carne	5,3%	1,1%	5,0%	5,0%	6,0%
Peixes e frutos do mar	5,7%	5,0%	9,0%	10,0%	4,0%
Leite	3,5%	6,0%	2,0%	8,0%	4,0%

Fonte: Péra (2017)

Péra (2017, p. 29) ao discutir os dados da tabela 1 aponta que :

Especificamente para oleaginosas e leguminosas (incluindo, soja) as perdas nos estágios da logística (distribuição, manuseio e armazenagem) chegam a 5% enquanto que para cereais (por exemplo, milho) chega a 8% na América Latina de acordo com FAO (2011). Tais valores foram obtidos a partir de um modelo de fluxo de massa que contabiliza as perdas e os desperdícios em cada etapa da cadeia de suprimentos para cada produto.

De acordo com Péra (2022), durante o ano de 2020, ao longo da cadeia logística, desde as fazendas até os portos e centros de processamento, houve um total de 2,9 milhões de toneladas de grãos perdidos fisicamente, abrangendo a soja e o milho. Essa quantidade representa aproximadamente 1,2% da produção brasileira desses grãos durante o mesmo período. Em termos econômicos, essas perdas físicas acarretaram prejuízos financeiros significativos, somando um montante de R\$ 4,5 bilhões. Especificamente, o milho registrou perdas econômicas de R\$1,3 bilhão, enquanto a soja alcançou R\$3,2 bilhões em perdas econômicas nesse período.

Segundo Caixeta Filho (2010, p. 21)

Para as atividades da agroindústria, os benefícios de um sistema logístico aperfeiçoado podem advir não apenas de um

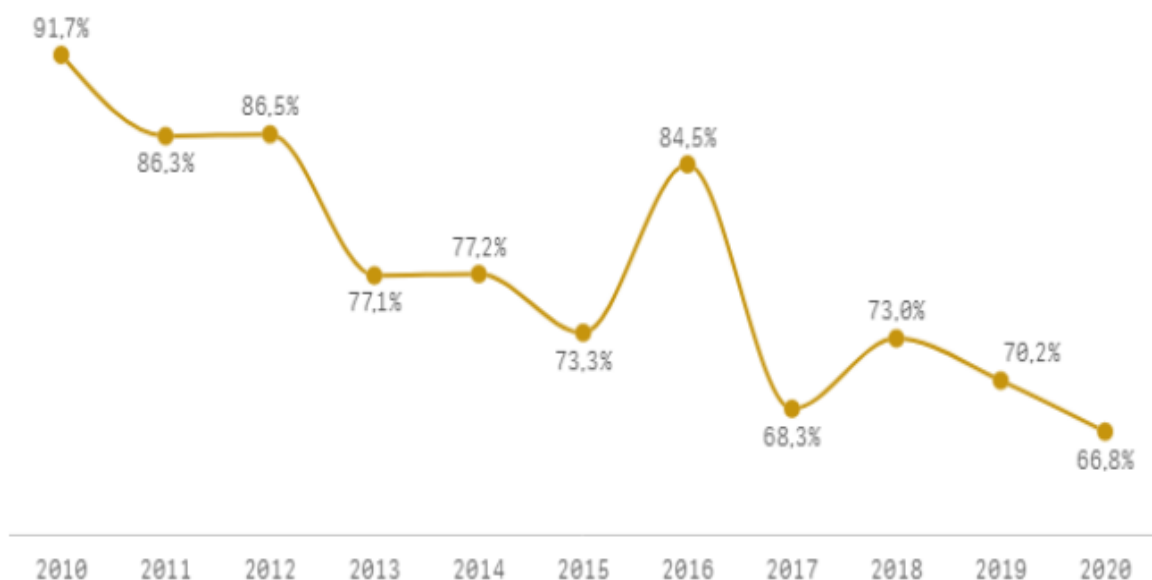
aumento da produção, mas também de uma perda evitada. Mais especificamente, a existência de melhores rodovias, por exemplo, além de reduzir os custos de movimentar a produção agrícola da fazenda até o consumidor, pode também minimizar eventuais perdas que ocorrem devido às más condições das estradas. Os benefícios resultantes podem ser distribuídos entre produtores, transportadores e consumidores.

Com décadas de reduzido investimento no setor de transportes, a malha rodoviária no Brasil cresceu pouco e é responsável por grandes perdas, atrasos e aumento no custo final das mercadorias. Na mesma direção da malha rodoviária, a malha ferroviária, insuficiente, também se deteriorou e ainda é pouco utilizada. Os portos brasileiros também demonstram diversas fragilidades, ainda sendo necessário avançar para que eles se adequem aos padrões de qualidade e produtividade dos principais centros exportadores do mundo.

Além dos circuitos de comercialização e transporte da produção, uma outra atividade que compõe a logística de distribuição é a armazenagem. De acordo com o IBGE (2014), no segundo semestre de 2014 a capacidade para estoque de grãos era de 159,3 milhões de toneladas. Nesse mesmo período havia 7.927 estabelecimentos ativos para armazenamento. Entretanto, de acordo com dados Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra de 2013/2014 foi de 193,62 milhões de toneladas, ou seja, maior que a capacidade de armazenamento no país (Conab, 2015). O ideal era que a estrutura com armazenagem fosse pelo menos 20% maior que a produção e não o inverso, como no Brasil. O Gráfico 6 apresenta a relação entre a capacidade dos armazéns com a produção agrícola entre os anos de 2010 e 2020. É possível perceber que neste período em nenhum momento a capacidade de armazenamento superou a produção.

Gráfico 6 - Relação da capacidade estática dos armazéns em relação a produção agrícola (milhões t)

Relação da capacidade estática dos armazéns x produção agrícola
milhões t.



Fonte: CONAB, 2021

É notório que a capacidade de armazenamento no Brasil, uma infraestrutura que requer investimentos substanciais, não acompanhou adequadamente o crescimento das safras ao longo dos anos. A falta de instalações de armazenamento adequadas, em muitos casos inexistentes ou distantes das áreas produtoras, leva os produtores rurais a negociarem suas colheitas durante a safra, período em que os preços estão em baixa devido à oferta elevada. Isso resulta na perda de oportunidades de aproveitar oscilações de preços favoráveis no mercado e inflaciona o valor do frete para o transporte das mercadorias. A inadequação da infraestrutura logística, já mencionada em relação ao transporte, também se repete no que tange ao armazenamento, o que reforça a compreensão de que a assimetria entre o crescimento e a implementação e operação de infraestruturas apropriadas, sob responsabilidade do Estado, é uma característica social que permeia a problemática da logística no Brasil, principalmente no setor de abastecimento alimentar, levando em consideração a produção agropecuária em sua

totalidade.

Péra (2022) aponta que a chave para avançarmos é a integração efetiva dos diferentes meios de transporte. É essencial que a infraestrutura logística cresça de forma mais expressiva do que a produção. Os benefícios são significativos, abrangendo a redução dos custos logísticos, das emissões de gases poluentes e dos acidentes nas estradas. Para alcançar esse objetivo, é crucial realizar investimentos substanciais. Contudo, no ano de 2021, é observado que o Brasil destinou cerca de 0,5% do PIB em infraestrutura de transporte, o que é considerado um percentual relativamente baixo. Para impulsionar o crescimento do país, é imprescindível aumentar os investimentos em infraestrutura, seja por meio de aportes diretos do governo, concessões ou envolvendo a participação ativa do setor privado. Na Tabela 2 é possível compreender os percentuais de investimentos aplicados em infraestrutura no Brasil, e seus hiatos, aberto por setor, no ano de 2021.

Tabela 2 - Hiatos setoriais em investimento na infraestrutura brasileira (em % do PIB)

	Investimento anual		
	Em 2021	Necessidade	Hiato
Transportes	0,55	1,75	1,2
Energias	0,62	0,87	0,25
Saneamento	0,19	0,37	0,18
Telecom	0,37	0,65	0,28
Total	1,73	3,64	1,91

Fonte: Pessot e Pessot (2022) (adaptado).

De acordo com a Tabela 2, o maior hiato entre as infraestruturas se encontra em transportes, representando mais de 60% do total do hiato do

investimento em infra. Na Tabela 3 é possível verificar os valores investidos, em bilhões de reais, na infraestrutura de transporte aberto por modal.

Tabela 3 - Investimento em transporte, por modal (R\$ bilhões)

	Média-anual	
	2010-20	2021
Rodovia	28,95	28,64
Ferrovia	7,49	9,43
Aeroporto	2,94	1
Porto	3,83	3,67
Hidrovia	0,98	1,09
Mobilidade urbana	6,65	4,29
Total	50,84	48,11

Fonte: Pessot e Pessot (2022) (adaptado).

Os dados da Tabela 3 mostram uma redução de 2,73 bilhões de reais nos valores investidos na infraestrutura com logística se comparamos 2021 com a média de 2010-2020. Em termos percentuais isso significa uma redução de 5,3%.

Refletindo sobre a natureza dos investimentos em infraestrutura e retornando ao capítulo em análise, é pertinente recorrer às contribuições teóricas de dois renomados economistas, a saber, Keynes e Kalecki. Ambos reconheciam a relevância dos investimentos para a economia de um país, contudo, seus posicionamentos divergiam em relação à sua natureza. Enquanto Keynes (1982) enfatizava a importância dos investimentos privados e das expectativas empresariais, Kalecki (1997) advogava pela imprescindibilidade dos investimentos públicos na manutenção da demanda

efetiva e na prevenção de recessões. Convém destacar que o consumo é o componente que realiza a demanda efetiva e representa uma etapa crucial da cadeia de suprimentos. Consoante ilustrado no Gráfico 5, é no âmbito do consumo que se verificam os maiores percentuais de perdas e desperdícios de alimentos. Em síntese, as teorias de Keynes e Kalecki sobre os investimentos destacam a importância de políticas públicas e econômicas que possam fomentar e garantir a concretização de investimentos privados e públicos, a fim de impulsionar a economia e prevenir crises.

De acordo com o que foi apresentado, até este momento, chega-se à conclusão de que a atividade de levar o alimento do produtor até o consumidor final não é uma tarefa simples de ser executada com eficácia, tendo em vista tratar-se de uma dimensão da vida em sociedade que conecta diversas dimensões, projetos civilizatórios rurais e urbanos, segmentos, agentes sintagmáticos, setor privado da economia capitalista e os sujeitos sociais; sujeitos de classe, gênero e idade em toda a dinâmica demográfica. Sua ineficácia estrutural é um condicionante social que impacta fortemente a logística de distribuição. E, sob uma ótica macroeconômica, considerando os resultados da pesquisa bibliográfica sistematizada, é possível aferir que uma via eficaz para a mitigação dos entraves das infraestruturas de logística de distribuição, as quais suprem os sistemas agroalimentares tanto para o abastecimento interno quanto externo, é a intensificação da intervenção do setor público, na perspectiva dos economistas Keynes (1982) e Kalecki (1997).

Cumprido destacar que se torna premente o fomento a investimentos mais robustos voltados à expansão e modernização, notadamente dos sistemas rodoviário, ferroviário e hidroviário do país, envolvendo a conservação e aprimoramento das vias e da infraestrutura de armazenagem, com ênfase na promoção de estratégias que possibilitem maior interligação entre os modais de transportes e sua integração com as estruturas de armazenamento, fato este que concorrerá para facilitar o uso estratégico do sistema, conectando, com efeito, as regiões do país, e conferindo eficácia ao escoamento da produção agrícola.

É fundamental enfatizar a importância das políticas públicas que assegurem os meios necessários para a operação e coordenação eficiente da

cadeia agroalimentar. Essas políticas devem ser projetadas de forma a garantir a inclusão de todos os agricultores, inclusive os familiares, dentro desses sistemas. Ao conceber e implementar essas políticas, é crucial considerar e respeitar a diversidade e singularidade dos diversos grupos envolvidos na agricultura. Cada região e comunidade agrícola possui suas próprias particularidades, desafios e potenciais, e, portanto, as políticas públicas devem ser flexíveis o suficiente para atender a essas diferentes realidades.

Na próxima seção será tratada a logística de distribuição da agricultura familiar e os principais desafios para sua inserção na alimentação escolar.

3.2.1 Desafios para inserção do agricultor familiar no PNAE: vistas para a logística de distribuição

A falta de infraestrutura logística tem se mostrado um dos gargalos para o desenvolvimento brasileiro; a seção anterior apresentou diferentes problemas estruturais dessa área, que se configuram como condicionantes sociais da logística. Esses gargalos têm inibido o crescimento nacional em diversas esferas produtivas, inclusive a agrícola, no que diz respeito à agricultura familiar. É inegável a relevância do investimento em infraestrutura logística, entretanto, por si só, tal medida não é capaz de assegurar o desenvolvimento de determinada região, comunidade ou sociedade, mesmo porque o desenvolvimento social e econômico não se restringe à infraestrutura.

Nessa perspectiva, Costa, Amorim e Silva (2015) apontam que existem dificuldades relacionadas à logística, enfrentadas pela agricultura familiar para atendimento ao PNAE. Para esses autores, o PNAE aparece como oportunidade para o agricultor familiar comercializar sua produção, e apesar da relevante quantidade de recursos destinados aos grandes centros para aquisição de alimentos, no que tange à alimentação escolar, a logística de distribuição dos alimentos para as escolas é repleta de desafios. Ademais, os padrões exigidos dos produtos impossibilitam ou dificultam o acesso pelos empreendimentos de agricultura familiar.

O autor desta tese compreende que as assertivas proferidas por Costa, Amorim e Silva (2015) não são desprovidas de veracidade. Entretanto, é

incontestável que a produção advinda da agricultura familiar se depara com obstáculos de ordem mais substancial ao se relacionar com a criação de um mercado institucional destinado a compor o escoamento de sua produção. Sob esta perspectiva, o PNAE, conforme exposto pelos autores em questão, representa uma valiosa oportunidade.

Esta seção tem a pretensão de demonstrar como a logística de distribuição desse alimento está funcionando e expor seus principais desafios, seja na direção de explicar que o alimento não chega para o aluno, embora a logística tenha elementos para efetivar a demanda de alimento para o aluno, ainda assim não a efetiva. A partir do entendimento que existem dificuldades logísticas encontradas pelo agricultor familiar para atender o PNAE, o pesquisador foi em busca de relatos na literatura sobre quais são os desafios enfrentados pelo agricultor familiar para sua inserção no PNAE. Além de tentar compreender esses desafios por meio da literatura, o pesquisador também foi em busca de respostas de forma empírica, por meio de um roteiro de entrevistas semiestruturadas para dialogar com agricultores familiares, as quais serão apresentadas nas próximas seções.

Com intenção de reduzir dificuldades relacionadas à logística dos agricultores familiares para o PNAE, o governo federal através da Resolução CD/FNDE nº 4/2015, estabeleceu que os custos com embalagem e transportes podem ser contemplados na definição do preço do produto (Brasil, 2015). Entretanto, para Téó, Mossmann e Lamonatto (2017, p. 43) “isso parece não estar sendo suficiente, pois a maioria dos agricultores familiares não dispõe de capital de giro para arcar com essas despesas até receber o valor correspondente à venda para o PNAE”. Para tais autores, são diversos os desafios enfrentados na busca por acesso a esse mercado, que vão além de dificuldades logísticas, estando relacionadas também a temas como regularidade de produção, quantidade de alimentos produzidos, qualidade e questões sanitárias, burocracia e falta de planejamento, dentre outros.

Da pesquisa bibliográfica realizada para esta seção, quinze artigos serão comentados a seguir. A busca foi realizada na plataforma Portal de Periódico da Capes, utilizando os termos “agricultura familiar” e “alimentação escolar” como palavras-chave.

A pesquisa intitulada *Desafios e mecanismos de enfrentamento na relação entre agricultura familiar e alimentação escolar*, Téo, Mossmann e Lamonatto (2017), teve papel norteador. Seu objetivo foi reconhecer os desafios que têm sido relatados na literatura, quanto à inserção da agricultura familiar no PNAE. Para isso, os autores realizaram uma profunda revisão de literatura sobre a temática.

A segunda pesquisa foi a de título *As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais* Costa, Amorim e Silva (2015), que teve como pretensão traçar o perfil das cooperativas de agricultura familiar em Minas Gerais e pesquisar as principais dificuldades para acessar esse mercado institucional. Para tanto, foram analisados diagnósticos realizados em 19 cooperativas de agricultura familiar em diferentes regiões de Minas Gerais.

O terceiro estudo, Gomes e Bezerra (2019), intitulado *Alimentação escolar e desenvolvimento social local: o caso da aquisição de gêneros da agricultura familiar*, teve como objetivo analisar a relação entre a logística empregada pelos agricultores familiares do estado do Ceará e o propósito do PNAE, por meio de entrevistas com agricultores familiares que fornecem gêneros alimentícios para alimentação escolar.

Foi a partir destas três obras, consultando as referências bibliográficas utilizadas nesses trabalhos, que o autor desta tese chegou às pesquisas de Triches e Schneider (2010); Baccarin *et al.* (2011); Bavaresco e Mauro (2012); Baccarin *et al.* (2012); Souza (2012); Prado (2013); Marques *et al.* (2014); Cavalheiro, Senna e Ribeiro (2016); Gregolin *et al.* (2016); Triches; Baccari (2016); Baccarin *et al.* (2017); Mossmann *et al.* (2017). Os principais entendimentos dessas obras também serão apresentados nos próximos parágrafos, na pretensão de alcançar o objetivo desta seção.

Em pesquisas realizadas por Bavaresco e Mauro (2012), os autores apontam que as compras institucionais constituem uma das mais relevantes políticas públicas para a agricultura familiar. Entretanto, é necessário considerar que os agricultores se deparam com desafios diversificados relacionados ao fornecimento de alimentos para o PNAE, sendo a logística um desses desafios. Os autores apontam que são poucas as prefeituras que

dispõem ou têm condições de disponibilizar transporte para as mercadorias ou arcar com o seu frete e que os agricultores, de modo geral, não têm estrutura financeira para terceirizar este serviço ou para adquirir um veículo de porte adequado.

Costa, Amorim e Silva (2015) realizaram um estudo com 19 cooperativas de agricultura familiar em diferentes regiões de Minas Gerais. Das cooperativas analisadas muitas apresentaram limitações logísticas relacionadas com estoque, distribuição e transporte. Nessa dinâmica, os autores apontam que:

O transporte é realizado desde a propriedade do cooperado até a cooperativa, enfrentando estradas de terra, às vezes, em condições ruins. Outra perspectiva é o transporte dos produtos processados que podem exigir condições especiais (refrigeração, entre outras) para serem transportados. Das cooperativas estudadas, apenas 50% possuem caminhões que auxiliam na coleta e distribuição dos produtos. As outras 50% terceirizam e os cooperados assumem o transporte dos produtos ou buscam alguma forma para realizarem suas entregas. A necessidade de local para armazenagem também é apontada como limitação. Os estoques não se limitam apenas aos produtos acabados, mas também à necessidade de local para armazenar em condições adequadas os produtos (Costa; Amorim; Silva, 2015, p. 122).

Para os autores, cooperativas de porte grande levam vantagem em relação às de porte menor, pois muitas conseguem se organizar e formar alianças estratégicas com outras cooperativas ou empresas para superar as restrições associadas à logística, tanto no mercado governamental em outros municípios, quanto no mercado convencional. Os autores ainda defendem que as cooperativas de menor porte se vêem excluídas da oportunidade de acesso a tais mercados.

Ainda neste trabalho, Costa, Amorim e Silva (2015), além de problemas logísticos relacionados com estoque, distribuição e transporte, identificaram, também entre os cooperados, problemas logísticos de outras naturezas, principalmente relacionados com a produção, no que tange à contabilidade da organização familiar de produção, que se tornou uma dificuldade clássica nos estudos sobre campesinato

A ausência de registro dos custos e demais informações, também pode ser definida como um problema de logística. A

organização da produção pode ser agrupada neste tópico, pois, se não há registros atualizados sobre a produção, fica inviável a cooperativa assumir compromissos com novos clientes e conseguir manter entregas regulares de seus produtos. É importante ressaltar que, a partir do planejamento da produção, é menor a chance de gerar expectativa nos cooperados para produzirem determinados produtos que se sobreponham à demanda, o que pode gerar riscos aos cooperados em relação à produção excedente. Isso pode desgastar a relação entre cooperado e cooperativa (Costa; Amorim; Silva, 2015, p.122)

Prado (2013) realizou estudos em dois municípios do estado de Minas Gerais: Contagem e Betim. O trabalho apontou que as dificuldades com logística decorrente de uma alta demanda de produtos, a qual os agricultores familiares locais não estavam aptos para atender, contribuíram para afetar a questão da aquisição mínima da agricultura familiar, como prevê o PNAE. Além de problemas logísticos, carência de assistência técnica, capacitação aos agricultores, e sua baixa escolaridade, também foram apontadas como dificuldades para o atendimento do percentual mínimo determinado pela legislação. Ainda nesta direção Triches e Baccari (2016), demonstram, em seus estudos, que gastos com embalagens, logística, custos com a participação em associações e cooperativas também podem contribuir para que muitos deles, e suas organizações, deixem de participar do PNAE, mesmo aqueles que teriam capacidade produtiva para atender a demanda.

Em pesquisas sobre reflexões de agricultores familiares acerca da sua participação no PNAE, desenvolvida por Marques *et al.* (2014), na cidade de Araripe (CE), foram apontados como desafios relevantes, questões relacionadas ao pagamento da estrutura física, transporte adequado, armazenamento e distribuição dos alimentos. Nessa perspectiva, dificuldades relativas à logística de distribuição, burocracia dos processos e organização dos agricultores também foram abordadas em pesquisas realizadas por Triches e Schneider (2010) e por Baccarin *et al.* (2011). Esses autores entendem tais dificuldades como desafios que ainda precisam ser superados para que os agricultores familiares possam participar de modo efetivo do PNAE. Nesta tese o autor trabalha a burocracia na perspectiva de dificuldade do agente Estado e organização dos agricultores como dificuldade de classe social que é também política e cultural, mas que extrapola as questões técnicas de produção.

Baccarin *et al.* (2017), ao investigarem o tema nos estados de São Paulo (241 municípios), Paraná (37 municípios) e Santa Catarina (75 municípios), identificaram que em parte relevante das chamadas públicas, informações fundamentais relacionadas à logística de distribuição, como a periodicidade das entregas, o número de locais para entrega, assim como os preços a serem pagos, não constavam no edital. Para os autores isso desestimula a participação dos agricultores familiares no PNAE, já que eles não conseguem avaliar se participar do Programa é compensatório em termos financeiros. Para o autor desta tese este é um clássico problema de dificuldade burocrática de responsabilidade do Estado.

Em trabalho apresentado por Gregolin *et al.* (2016), cuja pesquisa foi realizada em 42 cidades do Território Sudoeste do Paraná, foram identificados que para 18 municípios as dificuldades mais relevantes, relacionadas ao PNAE, foram a falta de interesse dos agricultores e a falta de articulação entre as Cooperativas da Agricultura Familiar e a Municipalidade. Os autores identificaram problemas como a baixa qualidade e variedade dos produtos, a falta de padronização de embalagens e rótulos e inadequações no transporte dos alimentos para as escolas. Além das inadequações relacionadas ao transporte dos produtos, outras intercorrências relativas à logística de distribuição também foram apontadas, sendo a mais relevante delas o não cumprimento do cronograma de entregas de alimentos, por parte do agricultor familiar para com a unidade escolar. Resultados deste estudo demonstraram que os desafios para consolidação da agricultura familiar como principal fornecedora de alimentos para a alimentação escolar não se restringem apenas às Entidades executoras (EEEx), e que os agricultores familiares também precisam desenvolver estratégias de fortalecimento para atender às demandas administrativas e de produção (Gregolin *et al.*, 2016).

O autor desta tese expressa sua divergência em relação a Gregolin *et al.* (2016), argumentando que as questões mencionadas não são necessariamente indicativas de "falta de interesse dos agricultores familiares". Além disso, o autor ressalta que a exigência do PNAE de que 30% da merenda escolar seja adquirida da agricultura familiar não implica que esse grupo seja o principal fornecedor, uma vez que essa parcela é relativamente pequena se

comparada aos 70% que são destinados aos grandes produtores, sendo esses os principais fornecedores. Por conseguinte, caso os agricultores familiares optem por não vender sua produção para o mercado institucional, em virtude de já ter garantido um canal de escoamento de seus produtos, isto não seria um problema; ao contrário, o funcionamento do mercado estaria sendo eficaz. O autor reconhece que possíveis inadequações na dinâmica de comercialização são os verdadeiros problemas, representando enormes desafios para o setor.

Téo, Mossmann e Lamonatto (2017) defendem que os desafios para inserção do agricultor familiar na alimentação escolar, em sua essência, são semelhantes, nas diferentes regiões do Brasil, dentre eles a logística. Para os autores, além dos desafios logísticos, a consolidação da agricultura familiar como fornecedora de alimentação escolar enfrenta problemas como:

[...] a falta de assistência técnica e de interesse dos agricultores e/ou prefeituras, a burocracia para a habilitação dos agricultores e sua adequação às normas sanitárias para fornecimento de alimentos, as fragilidades na elaboração das chamadas públicas, as dificuldades financeiras (custos de produção, preços não vantajosos, atrasos nos pagamentos) e estruturais (precárias condições das escolas para o preparo de alimentos menos processados), assim como de organização dos atores envolvidos na execução do PNAE, sua compreensão sobre o Programa e resistências às inovações implementadas no processo de compras públicas. Estes desafios emergiram de forma recorrente, da literatura sobre a temática, como os principais entraves para a consolidação da agricultura familiar como fornecedora de alimentos saudáveis para a alimentação escolar (Cavalheiro; Senna; Ribeiro, 2016, p. 56)

Para Souza (2012), em relato sobre pesquisa desenvolvida pelo Projeto SP Nutre em três regiões do estado de São Paulo – Vale do Ribeira, Bragança Paulista e Sudoeste Paulista – sobre o tema fornecimento da agricultura familiar para o PNAE, um dos principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares está relacionado à adequação à legislação para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); baixa diversidade de produtos, pois o agricultor tende a priorizar a produção em gêneros para os quais tenha garantia de comercialização; organização das operações logísticas, envolvendo principalmente o sistema de entrega e as embalagens dos produtos, além da

gestão do empreendimento e planejamento das ações.

O trabalho de Mossmann *et al.* (2017) estudou 8 municípios catarinenses de diferentes portes populacionais e situados em diferentes regiões do estado e concluiu que as principais dificuldades para fortalecer a inserção da agricultura familiar no PNAE estão associadas ao custo dos produtos da agricultura familiar, à burocracia para que os agricultores sejam habilitados ao fornecimento, à insuficiência de assistência técnica em relação às demandas dos agricultores, à resistência a mudanças e a fragilidades na organização, tanto por parte dos agricultores quanto dos gestores (MOSSMANN *et al.*, 2017). Já em estudo realizado por Cavalheiro, Senna e Ribeiro (2016) foi analisado o fornecimento de produtos da agricultura familiar para o PNAE em São Gabriel/RS. Os autores identificaram que para os agricultores familiares os maiores obstáculos encontrados referem-se ao atendimento dos requisitos de higiene e sanidade. Ao tratar de logística, os desafios estavam no elevado custo com combustíveis, transportes e máquinas.

Na pesquisa de Gomes e Bezerra (2019) foram realizadas entrevistas com agricultores familiares individuais e agricultores integrantes de cooperativas, sobre a logística da agricultura familiar para suprimento do PNAE, no estado do Ceará. Nesse estudo, os autores identificaram que os agricultores familiares do estado do Ceará não produzem o suficiente para abastecer o PNAE durante todo o ano. Para os estudiosos, devido a maior organização e capital de giro, as cooperativas e associações apresentam estrutura de transporte e armazenamento mais adequada se comparada com os agricultores familiares individuais. Ao tratar da operacionalização da logística dos agricultores familiares dos cooperativados, os autores apontam que:

Há depósitos onde são armazenados gêneros alimentícios não perecíveis, como feijão, milho, farinha de mandioca, dentre outros. A partir desse depósito, começa o processo de fornecimento desses gêneros diretamente para as escolas ou para o depósito central da alimentação escolar no município. A distribuição para esses locais é feita por meio de pequenos caminhões ou camionetes convencionais, uma vez que esses gêneros não necessitam de transporte refrigerado. A periodicidade de entrega é acertada no contrato de compra, podendo ocorrer de uma só vez, quando a Entidade executora (EEx) possui condições de armazenamento de toda a compra,

ou no formato de entrega segmentada, semanal ou mensal, quando o município ou a escola não possuem um amplo depósito para a guarda dos gêneros até a redistribuição e elaboração do alimento. No caso dos gêneros entregues às EEx, estas se constituem como um fornecedor intermediário, já que redistribuem os gêneros para as escolas locais, urbanas e rurais, onde são transformados em alimentos, chegando ao consumidor final, os alunos beneficiários do PNAE (Gomes; Bezerra, 2019, p. 109).

No trabalho, Gomes e Bezerra (2019) não identificaram obstáculos, de maior relevância, que dificultem ou impeçam o funcionamento da cadeia de suprimentos para fornecimento de alimentos não perecíveis. As dificuldades, para esse tipo de gênero alimentar, estão relacionadas a aspectos burocráticos, podendo citar a não inclusão, pela EEx, do valor referente ao acondicionamento, embalagem, transporte e armazenamento no custo dos alimentos definido pelo contrato de compra, o que impacta de forma considerável o lucro do agricultor familiar. Contudo, ao tratar de alimento perecível o estudo apresentou dificuldades que afetam “sobremaneira o adequado suprimento do PNAE com produtos in natura por parte de cooperativas, associações, grupos de agricultores ou agricultores isolados” (Gomes; Bezerra, 2019, p. 113). Problemas logísticos, como baixa capacidade para armazenamento refrigerado e transporte inadequado, foram os que mais apareceram entres os agricultores familiares.

A maioria dos fornecedores não possui câmaras de refrigeração para depósito dos produtos in natura, que necessitam de refrigeração na etapa inicial de suprimento, que se inicia imediatamente após a coleta dos gêneros. Isso afeta o ritmo e o volume de trabalho do agricultor, pois exige que a colheita seja feita de forma segmentada e de forma imediata à entrega dos gêneros à EEx ou às escolas. Tende a comprometer a qualidade orgânica dos gêneros por meio da colheita em estado de pós-maturação, por vezes gerando prejuízos causados pela recusa de recebimento pela escola ou EEx. Esse problema ocorre também no âmbito da rede de suprimentos de responsabilidade das EEx, porque alguns municípios não possuem depósito central dotado de refrigeração para a guarda dos alimentos até o momento de redistribuição para as escolas ou preparação do alimento (Gomes; Bezerra, 2019, p. 113).

No que tange à logística, os problemas que emergiram de forma recorrente na literatura são os relacionados à logística de distribuição nas

frações armazenagem e transporte. Apesar da Resolução CD/FNDE nº 4/2015 estabelecer que os custos com embalagem e transportes podem ser contemplados na definição do preço do produto, as EEx e escolas não costumam contemplar esses valores no contrato de compra, impactando de forma significativa o lucro do agricultor familiar, isso quando o agricultor tem capital de giro para arcar com essas despesas até receber o valor correspondente à venda para o PNAE, sendo que apenas a pequena parte dos agricultores possui esse lastro financeiro.

Estradas em condições ruins, elevada frequência de entrega, elevado custo com combustíveis, baixa capacidade para armazenamento e transporte adequado, principalmente relacionado a acondicionamento e tipo de veículo utilizado para a condução da carga de gêneros alimentícios perecíveis, são desafios que contribuem para afetar o adequado suprimento para o PNAE, sobretudo, os relacionados com produtos in natura, uma vez que há inadequação às regras mínimas de logística exigida pelo Programa. Esses problemas afetam de forma mais incisiva o agricultor familiar não integrado a organizações de classe ou de produção e comercialização, contribuindo para que tenha que formar alianças estratégicas, principalmente com as cooperativas de grande porte, associações ou empresas, pois tais grupos possuem estrutura operacional mais robusta para superar as restrições associadas à logística.

Após revisão bibliográfica, sobre o tema, é possível concluir que grande parte das demandas que impedem os agricultores familiares de acessarem o PNAE, são de cunho operacional e natureza diversificada, balizadas principalmente em 4 eixos: logística; gestão; assistência técnica e adequação sanitária. A seguir são definidos cada um desses eixos e identificados os agentes que os compõem.

- Logística: este eixo envolve a organização do transporte, armazenamento e distribuição dos produtos da agricultura familiar para as instituições compradoras. Para isso, são necessários os seguintes agentes: órgãos governamentais, para garantir a infraestrutura logística; empresas de logística, que possam transportar os produtos dos agricultores familiares; fornecedores de equipamentos de

armazenamento e cooperativas de agricultores familiares, que possam contribuir com o agricultor familiar para realizar a organização da produção e a negociação com os compradores.

- **Gestão:** neste eixo estão envolvidas questões relacionadas à gestão dos recursos públicos destinados ao PNAE, bem como à gestão dos programas de apoio à agricultura familiar. Os agentes envolvidos são: os órgãos governamentais responsáveis pela implementação e coordenação do programa e as organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos agricultores familiares, como sindicatos e associações.
- **Assistência técnica:** este eixo se refere à oferta de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, visando à melhoria da qualidade e produtividade de suas produções. Os principais agentes envolvidos são as cooperativas de agricultores familiares e os órgãos governamentais responsáveis pela oferta de assistência técnica. Também podem ser incluídas neste eixo as organizações não governamentais que atuam na capacitação de agricultores familiares.
- **Adequação sanitária:** neste eixo estão envolvidas questões relacionadas à garantia da qualidade e segurança sanitária dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, visando a sua comercialização para as escolas. Os agentes envolvidos são os órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização sanitária que podem realizar inspeções e auditorias para garantir a segurança dos alimentos, além de instituições de pesquisa e universidades que atuam na área de segurança alimentar, podendo contribuir com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias que garantam a qualidade e segurança dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares.

O Quadro 3 traz um resumo sobre os principais desafios encontrados pelos agricultores familiares e sua interface com a alimentação escolar, seus eixos e agentes, não só relacionado à logística, mas também a outros temas.

Quadro 3 - Desafios à inserção da agricultura familiar no PNAE

DESAFIOS	EIXO	AGENTES
Baixa capacidade para armazenamento e transporte adequado, principalmente relacionado a acondicionamento e tipo de veículo utilizado para a condução da carga de gêneros alimentícios perecíveis.	Logística	Governo, empresas de logística, fornecedores de equipamentos de armazenamento e cooperativas de agricultores familiares.
Elevada frequência de entrega; elevado custo com combustíveis; Falta de padronização de embalagens e rótulos	Logística	Governo, empresas de logística, fornecedores de equipamentos de armazenamento e cooperativas de agricultores familiares.
Condições inadequadas das estradas e de armazenamento e preparo nas escolas; Pouco pessoal para manipulação e preparo de alimentos menos processados.	Logística	Governo, empresas de logística, fornecedores de equipamentos de armazenamento e cooperativas de agricultores familiares.
Chamadas públicas pouco divulgadas: ausência de informações importantes e publicadas com pouca antecedência.	Gestão	Governo, organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos agricultores familiares, como sindicatos e associações.
Falta de interesse dos agricultores: falta de organização para o atendimento das demandas; Falhas no cumprimento dos projetos e contratos de venda	Gestão	Governo, organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos agricultores familiares, como sindicatos e associações.

Burocracia (falta de documentação dos agricultores; dificuldades de formalização das agroindústrias familiares; de habilitação e certificação dos agricultores).	Gestão	Governo, organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos agricultores familiares, como sindicatos e associações.
Financeiros (atrasos no pagamento pelas prefeituras; custos de produção e adequação/transporte/certificação/associação em cooperativas; preços não vantajosos).	Gestão	Governo, organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos agricultores familiares, como sindicatos e associações.
Pouca articulação entre demanda e oferta: demanda maior do que a oferta; Descompasso entre cardápios escolares e disponibilidade de produtos e entre o calendário letivo e a disponibilidade de produtos.	Gestão	Governo, organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos agricultores familiares, como sindicatos e associações.
Assistência técnica (insuficiente, pouco focada na agricultura familiar).	Assistência técnica	Governo, cooperativas de agricultores familiares, além de universidades e organizações não governamentais que atuam na capacitação de agricultores familiares.
Problemas com a qualidade, regularidade, variedade e padrão dos produtos.	Assistência técnica	Governo, cooperativas de agricultores familiares, além de universidades e organizações não governamentais que atuam na capacitação de agricultores familiares.
Resistências dos agricultores às adequações necessárias para o atendimento ao PNAE e dos gestores à dispensa de licitação.	Assistência técnica	Governo, cooperativas de agricultores familiares, além de universidades e organizações não governamentais que atuam na capacitação de agricultores familiares.

<p>Pouca compreensão dos diferentes atores sobre o PNAE;</p> <p>Falta de capacitação para os atores sobre o processo de compras públicas;</p> <p>Conflitos entre os atores;</p> <p>Pouco diálogo entre os atores e setores envolvidos.</p>	<p>Assistência técnica</p>	<p>Governo, cooperativas de agricultores familiares, além de universidades e organizações não governamentais que atuam na capacitação de agricultores familiares.</p>
<p>Dificuldades no atendimento das normativas sanitárias para comercialização para as escolas.</p>	<p>Adequação sanitária</p>	<p>Governo e instituições de pesquisa e universidades que atuam na área de segurança alimentar, podendo contribuir com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias que garantam a qualidade e segurança dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Ao analisar o Quadro 3 intitulado "Desafios à inserção da agricultura familiar no PNAE", à luz do problema de pesquisa desta tese, que investiga quais condicionantes sociais na logística de distribuição impactam a eficácia da aquisição de alimentos da agricultura familiar no PNAE em escolas públicas estaduais de Salvador-BA, é identificado que as características sociais brasileiras são marcadas por desigualdades socioeconômicas devido, também, à ineficácia da intervenção estatal na economia, e que têm um papel significativo nos desafios enfrentados pelo agricultor familiar no âmbito da logística, onde o Estado (Governo) é um agente-chave. Nessa perspectiva, de que o Estado é o garantidor dos direitos fundamentais da dignidade humana, é necessário intensificar a intervenção pública para fomentar e garantir investimentos na logística de distribuição da agricultura familiar para atender o PNAE. Vale destacar que políticas públicas são essenciais para garantir e efetivar esses direitos fundamentais.

Pensar na logística da agricultura familiar, na direção dos conceitos da

logística social, como um instrumento de suporte não apenas para o produtor, mas também para todos os integrantes da cadeia de suprimentos, contribui para agregar valor aos produtos agrícolas e reduzir custos no processo produtivo. A fim de assegurar a operação e coordenação eficiente da cadeia agroalimentar e garantir a inclusão de todos os agricultores, incluindo os familiares, é imprescindível projetar sistemas logísticos flexíveis, que respeitem a diversidade e singularidade dos diferentes grupos envolvidos na agricultura. Essa abordagem favorece a concretização dos objetivos propostos, contribuindo para a promoção de uma logística sustentável e inclusiva para a agricultura familiar no contexto do PNAE.

Para tentar continuar a compreender os principais desafios, relacionados com a logística de distribuição, enfrentados pelo agricultor familiar para atender o PNAE, além de ter ido buscar na literatura, conforme apresentado nesta seção, o pesquisador foi em busca de respostas de forma empírica, por meio de um roteiro de entrevistas semiestruturadas para dialogar com agricultores familiares baianos individuais e integrantes de cooperativas, cooperados e dirigentes, participantes do processo de aquisição de alimentos pelo Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia, base empírica desta pesquisa (vide Roteiro de Entrevista em Apêndice A).

Na entrevista, buscou-se investigar se o agricultor familiar realiza vendas de alimentos para o PNAE, identificar para qual escola ocorre essa venda e se enfrenta alguma dificuldade na entrega dos produtos na instituição educacional. Além dessas informações, a entrevista procurou compreender se o agricultor necessita de parcerias para viabilizar o transporte dos alimentos até a escola, identificar quem são esses parceiros (caso existam) e detalhar o processo logístico desde a propriedade do agricultor até a unidade escolar. Os dados coletados com as entrevistas foram analisados e tratados e seus resultados serão apresentados na próxima sessão.

3.2.2 Agricultores familiares baianos e a logística de distribuição de alimentos para atender ao PNAE: diálogo sobre a realidade

Em estudos realizados em 2017, pelo IBGE, de um total de 5.073.324

estabelecimentos rurais no território brasileiro, a agricultura familiar abrange 3.897.408 estabelecimentos, representando 76,82% do total dos estabelecimentos (IBGE, 2019).

A definição de agricultura familiar, conforme a Lei nº 11.326 de 24/07/2006 e regulamentada pelo Decreto nº 9.064 de 31/05/2017, é utilizada como referência para o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, do qual a maioria dos dados desta seção foi obtida. Para ser considerado um agricultor familiar ou um empreendedor familiar rural, de acordo com a referida legislação (Brasil, 2006), é necessário atender a quatro requisitos: a) não possuir área superior a quatro módulos fiscais; b) fazer uso predominantemente da mão de obra da família; c) o rendimento familiar deve ser originado predominantemente na unidade de produção familiar; e d) a gestão da unidade produtiva deve ser desenvolvida pela família. O Decreto nº 9.064/2017, que regulamenta a referida lei, determina que no mínimo metade da força de trabalho familiar deve ser utilizada no processo de produção e geração de rendimentos, e que no mínimo metade do rendimento familiar deve ser obtido das atividades desenvolvidas no estabelecimento (Brasil, 2017).

Inicialmente esta seção trará uma análise de dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE que se relacionam com a agricultura familiar no Estado da Bahia, realizando comparações com o cenário nacional e a Região Nordeste.

Na Tabela 4 é possível verificar o número de estabelecimentos agrícolas no Brasil e regiões.

Tabela 4 - Quantidade de estabelecimentos agrícolas no Brasil e regiões (2017)

Brasil grande Região	Tipologia		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Brasil	5.073.324	1.175.916	3.897.408
Norte	580.613	100.038	480.575
Nordeste	2.322.719	483.837	1.838.846
Sudeste	969.415	280.470	688.945
Sul	853.314	187.547	665.767
Centro-Oeste	347.263	123.988	223.275

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Trazendo o olhar para a Região Nordeste, é possível verificar que os dados apresentados na Tabela 4 que do total de 5.073.324 estabelecimentos agrícolas no Brasil, 2.322.719 estão na região nordestina, ou seja, 45,78%. Sendo que deste 2.322.719 estabelecimentos, 1.838.846, ou seja, 79,17% são de agricultura familiar. Do total de estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil, 34,65% estão na Região Nordeste. Em todas as macrorregiões brasileiras, o número de estabelecimentos de agricultura familiar representa, em média, 75% dos estabelecimentos.

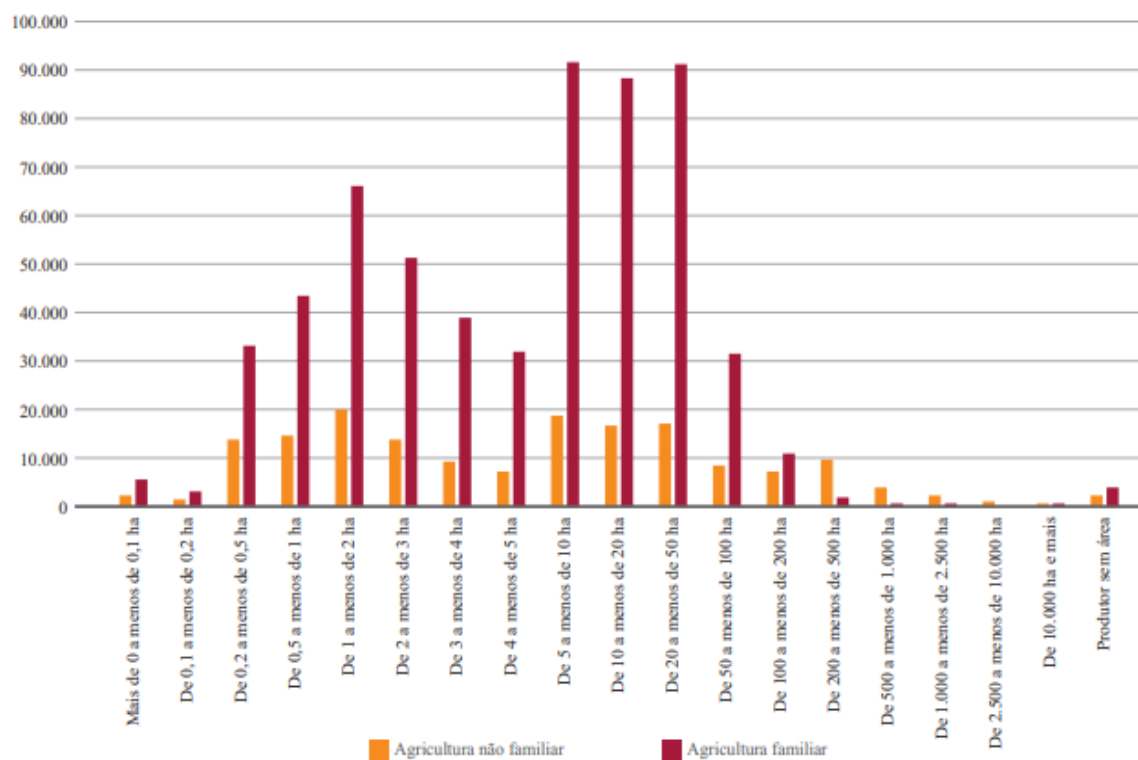
Trazendo o olhar para o estado da Bahia, este ocupa uma área de 564.733 km², o que representa 6,6% da área total do Brasil de 8.515.767 km² (Pessoti; Pessoti, 2019). No ranking das 27 unidades da federação, a Bahia detém a quinta posição em extensão territorial. Com uma população de 14.016.906 habitantes, distribuídos em 417 municípios, em 2010 era o quarto estado mais populoso do país. Dentre seus municípios, 240 ou 57,5% têm menos de 20 mil habitantes (Pessoti; Pessoti, 2019)

O estado possui 762.848 estabelecimentos rurais, ocupando uma área

total de 28.020.859 ha. Desses, 762.848 estabelecimentos, 466.685 representam 61,18% do total de estabelecimentos com áreas menores que 10 ha, totalizando 1.401.333 ha. Em percentual, 61,18% representam cerca de 5% da área total. Estendendo-se o estrato para até 20 ha, têm-se 571.913 com área total de 2.826.664 ha. Em percentual, 74,97% representam apenas 10,09% da área total (IBGE, 2019).

A Figura 8 apresenta o número de estabelecimentos rurais por área, agricultura familiar e não familiar na Bahia.

Figura 8 – Quantidade de estabelecimentos rurais por área, agricultura familiar e não familiar: Bahia (2017)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Na Figura 6 é possível perceber que os estabelecimentos que possuem a categoria de agricultura familiar ocupam pequenas áreas e que no Brasil 5.593 estabelecimentos familiares ocupam menos de 0,1 ha, cada um. Nota-se que 59,52% dos estabelecimentos da agricultura familiar (454.059) ocupam menos de 20 ha. E apenas 0,23% dos estabelecimentos da agricultura familiar (1.819) estão no intervalo 200 ha a menos de 500 ha.

A Tabela 5 traz os números de estabelecimentos agrícolas abertos por estados da região nordeste.

Tabela 5 - Quantidades de estabelecimentos agrícolas por estados da Região Nordeste (2017)

Estados do Nordeste	Tipologia		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Maranhão	219.765	32.647	187.118
Piauí	245.601	48.355	197.246
Ceará	394.330	96.468	297.862
Rio Grande do Norte	63.452	12.772	50.680
Paraíba	163.218	37.729	125.489
Pernambuco	281.688	49.077	232.611
Alagoas	98.542	16.173	82.369
Sergipe	93.275	21.215	72.060
Bahia	762.848	169.437	593.411

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Por meio da análise da Tabela 5, constata-se que, ao cotejar o estado da Bahia com a Região Nordeste, o estado se destaca como o ente federativo com o maior contingente de estabelecimentos familiares dentre os estados nordestinos, totalizando 593.411 unidades. Tais números representam 77,80% do conjunto de 762.848 estabelecimentos rurais baianos, bem como 32,27% quando confrontados com os 1.838,48 estabelecimentos rurais familiares da Região Nordeste e 15,23% quando comparados com o total de 3.897.408 estabelecimentos rurais familiares em território nacional.

De tal sorte, os índices apresentados demonstram a notável relevância da agricultura familiar baiana para a Região Nordeste do país. A Tabela 6 apresenta os valores da produção em milhões de reais, nas escalas Brasil, Nordeste e Bahia. A discrepância entre o número de estabelecimentos e o valor da produção é evidenciada pelas informações destacadas, abrangendo as três escalas de análise.

Tabela 6 – Valor da Produção (VP) agropecuários, em milhões de reais: Brasil, Nordeste e Bahia (2017)

	Brasil	Nordeste	Bahia
Tipos de Agricultores	VP	VP	VP
Não Familiar	358.617	37.674	15.874
Familiar	106.489	15.880	5.170
<u>TOTAL</u>	<u>465.106</u>	<u>53.554</u>	<u>21.044</u>

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019) (adaptado).

É possível perceber na Tabela 6 que em 2017 a agricultura familiar foi responsável por aproximadamente 23% do valor da produção agropecuária brasileira. É possível notar também que a Bahia produziu em 2017, 21.044 milhões de reais, o que representa 39,29% de tudo que foi produzido no Nordeste, e 4,52% do que foi produzido no Brasil. Na Tabela 7 é apresentado a quantidade (toneladas) produzida das principais lavouras alimentares e comerciais na Bahia em 2017, em estabelecimentos agropecuários.

Tabela 7 - Quantidade produzida das principais lavouras alimentares e comerciais (toneladas): Bahia (2017)

Principais lavouras	<u>Não Familiar</u>		<u>Familiar</u>		Total
	Qtde.	%	Qtde.	%	

Arroz	209	30,29	481	69,71	690
Feijão*	79.521	59,76	53.533	40,24	133.054
Milho	2.033.430	93,47	142.168	6,53	2.175.597
Algodão	903.254	99,89	1.016	0,11	904.270
Manga	137.272	60,11	77.434	30,89	250.706
Soja	4.951.390	99,94	3.023	0,06	4.954.412

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019)

* Feijão preto, de cor, fradinho e verde.

No que diz respeito à quantidade produzida em toneladas nas lavouras temporárias (arroz, feijão, milho, algodão e soja) e nas permanentes (manga), em estabelecimentos agropecuários, os dados da Tabela 7 evidenciam a significativa contribuição da agricultura familiar nas plantações destinadas ao consumo humano no mercado interno. Destacam-se a produção de arroz em casca, representando 69,71%, e a produção de feijão, contribuindo com 40,24% da produção total na Bahia. No caso da produção de manga, o montante total é de 250.706 toneladas, com a agricultura familiar representando 30,88%.

Os dados sobre agricultura familiar, aqui apresentados, demonstram forte representatividade do tema no Brasil, principalmente para a Bahia, e como apresentado em seções anteriores, o PNAE aparece como um programa de importância significativa para o fortalecimento deste segmento.

Para tentar compreender as principais dificuldades, relacionadas com a logística de distribuição, enfrentadas pelo agricultor familiar para atender o PNAE, além de ter ido buscar na literatura, conforme apresentado na seção anterior, o pesquisador foi em busca de respostas de forma empírica, por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada para dialogar com agricultores familiares baianos (vide Roteiro de entrevista em Apêndice 1).

Foram entrevistados dois agricultores familiares baianos que, atualmente, fornecem alimentação para escolas públicas estaduais de Salvador e região metropolitana, inclusive para o CEEB, e acumulam, temporariamente, a atividade de agricultor familiar com a atividade de dirigente de uma cooperativa

voltada para o segmento da agricultura familiar. O questionário aplicado, contudo, foi conduzido na perspectiva de obter a fala apenas na condição de agricultor familiar.

Foi a partir de uma entrevista não estruturada conduzida com a diretora do CEEBC, em 2023, que foi identificada a perspectiva do envolvimento desses dois agricultores familiares na pesquisa em questão. Posteriormente, esses agricultores foram contatados e aceitaram participar do estudo, concordando em serem entrevistados.

No máximo possível de aproveitamento da entrevista aos dois agricultores familiares, procurou-se entender como eles vendem alimentos para o PNAE, considerando as dificuldades para entregar os alimentos nas unidades escolares e buscando identificar quais são essas dificuldades, as quais se tornam desafios e implicações que influenciam em todo o processo. De modo a graduar as intensidades dos desafios e implicações, as influências foram classificadas como simples, moderada ou forte. Além dessas informações, a entrevista teve a intenção de compreender se os agricultores necessitam de alguma parceria para fazer o alimento chegar à escola, quais são estes parceiros e, caso existam, definir porque é necessária a parceria. Ainda foi perguntado como a mercadoria é transportada das suas propriedades até a unidade escolar. Destaca-se nessas entrevistas somente o caráter de fornecimento de alimentos da agricultura familiar.

Os registros provenientes das entrevistas conduzidas com os dois agricultores foram submetidos a processos de tratamento, sistematização e análise. O emprego das mesmas categorias de análise adotadas na seção precedente (3.2.1) permitiu investigar os problemas preponderantes que dificultam o acesso dos agricultores familiares ao PNAE, conforme delineado pela revisão bibliográfica e concisamente apresentado no Quadro 3. Esse quadro fundamentou os desafios enquanto adversidades enfrentadas pelos dois agricultores, cuja proposta se encontra definida em quatro eixos principais: 1. Gestão; 2. Logística; 3. Assistência Técnica; e 4. Adequação Sanitária.

Para preservar a identidade dos entrevistados, os agricultores serão chamados por nomes fictícios. Na categoria de gestão, tanto Carlos quanto Luciana evidenciaram, durante a entrevista, as complexidades enfrentadas

pelos gestores escolares e merendeiras ao interpretarem o conceito dos produtos fornecidos pela agricultura familiar. A agricultora familiar, Luciana, ilustrou essa problemática utilizando o exemplo da batata proveniente da sua modalidade agrícola. Ela ressaltou o tamanho reduzido do fruto, atribuindo tal característica à ausência de insumos químicos no processo de cultivo, ou seja o não uso de agrotóxico devido a exigências do PNAE, em contraposição à batata fornecida por grandes atacadistas, apresenta dimensões superiores devido ao emprego de agrotóxicos. Ademais, destacou-se a maior durabilidade da última, em decorrência de sua capacidade de conservação prolongada, o que gera perplexidade entre as merendeiras e dirigentes escolares. Esta discrepância de dimensões e tempo de conservação ocasionam uma confusão recorrente, principalmente entre indivíduos carentes do conhecimento especializado para discernir que o fato do produto ter dimensões reduzidas e tempo de conservação reduzido não significa que seja de qualidade inferior.

O agricultor Carlos, por sua vez, ilustrou a mesma situação com outro produto agrícola, que foi a cenoura. Segundo o agricultor, a cenoura fornecida pela agricultura familiar é menor que a fornecida pelos grandes distribuidores, devido também à ausência de insumos químicos no processo de cultivo. Para ele, essa diferença de tamanho confunde os dirigentes escolares e merendeiras que acham a cenoura maior melhor, pois facilita no preparo dando menos trabalho para raspar.

Um outro ponto enfatizado por Carlos foi que muitas vezes, a qualidade não é priorizada pela merendeira, que se orienta mais pelo paladar, citando o exemplo do café Maratá, dominante na preferência das manipuladoras de alimentos. Ele argumentou que quebrar o paradigma das preferências por marcas específicas das merendeiras, exigirá um esforço contínuo da gestão escolar em traduzir para sua equipe a relevância das exigências do PNAE, além do esforço contínuo do próprio agricultor, que precisa manter diálogos constantes de esclarecimentos sobre o a importância do PNAE com os dirigentes escolares.

Ainda, na categoria de gestão, ambos agricultores também mencionaram as dificuldades na compreensão dos processos licitatórios, tanto os realizados pelas escolas quanto pela Secretaria de Educação, para a aquisição da

merenda escolar. Destacaram que quando a chamada pública é conduzida diretamente pela direção da escola, a venda se torna ainda mais complexa, dependendo da relação construída ao longo do tempo entre o agricultor familiar e o dirigente escolar. Carlos enfatizou a necessidade de conquistar o gestor escolar no dia a dia, realizando visitas frequentes às escolas para estreitar os laços, o que demanda tempo, mas que é necessário, embora tal articulação possa ser mais bem desenvolvida pelo trabalho das cooperativas, as quais os agricultores estão vinculados. Foi destacado nas falas que os agricultores possuem maior conhecimento do PNAE do que os gestores escolares e ressaltam: “que eles não têm paciência e nem vontade para tratar com os agricultores”.

Quanto à logística, Carlos ressaltou a falta de uma frequência padronizada nos pedidos de alimentos das escolas para os agricultores. Isso impacta diretamente no transporte, especialmente de alimentos *in natura*, aumentando os custos do frete, já que os transportadores parceiros, sem uma programação fixa, cobram valores mais elevados nas tabelas de serviços.

Ele mencionou que, além da ausência de uma frequência padronizada, as escolas desejam receber os alimentos de forma fracionada, o que torna inviável para o agricultor contratar um caminhão para transportar uma quantidade pequena de produtos. O agricultor precisa aguardar o transportador parceiro completar a carga com outros clientes, atrasando o prazo de entrega acordado com a escola. Sobre essa questão é preciso considerar que as escolas precisam ter meios adequados de armazenamento para preservação de maior quantidade de alimentos para reduzir os custos no processo de gestão, considerando menos entrega e menos custo de transporte.

Luciana adicionou à categoria de logística a observação de que o cardápio da merenda escolar, desenvolvido pela nutricionista da Secretaria de Educação, inclui alimentos que não fazem parte da cultura local. Essa prática reduz a quantidade de fornecedores regionais familiares, obrigando os dirigentes escolares a adquirirem alimentos de fornecedores familiares em localidades mais distantes, aumentando o tempo de entrega e o custo do frete ou optar por comprar nos grandes atacadistas em detrimento ao agricultor familiar.

Ambos, Luciana e Carlos, expressaram indignação com as condições inadequadas das estradas rurais e o elevado custo do combustível. Luciana ressaltou que a inadequação ao transporte apropriado, especialmente no que diz respeito ao acondicionamento e ao tipo de veículo utilizado para o transporte de gêneros alimentícios perecíveis, são desafios que comprometem o fornecimento adequado ao PNAE, principalmente no que se refere aos produtos in natura.

Para o agricultor Carlos, o custo com logística reduz significativamente a margem de lucro do agricultor. Segundo a agricultora Luciana, para tentar minimizar as dificuldades, o governo estadual vem realizando significativos investimentos, mencionando especificamente a disponibilização de um armazém central em Salvador para que os agricultores familiares possam guardar sua produção. Esse armazém visa proporcionar aos agricultores uma maior proximidade com as escolas da capital baiana, diminuindo o tempo de entrega e contribuindo para garantir a qualidade do produto ao chegar à escola.

Carlos observa que o governo estadual da Bahia tem concedido doações de caminhões refrigerados aos agricultores familiares. No entanto, ressalta que persiste uma significativa discrepância entre a quantidade disponibilizada e a efetiva necessidade de atendimento aos agricultores familiares. Para ele, apesar do interesse do agricultor familiar em fornecer para o PNAE e dos investimentos realizados pelo governo estadual da Bahia, o agricultor enfrenta desafios, especialmente se não estiver vinculado a organizações representativas (cooperativas e outras entidades) que geram redes de produção e comercialização.

Mediante esta questão, o agricultor Carlos destacou a necessidade de estabelecer parcerias estratégicas com cooperativas, associações ou empresas que possuem uma infraestrutura operacional mais robusta, capaz de superar as limitações, especialmente aquelas relacionadas à venda e logística. Sobre a sua realidade, explicou que: “como o agricultor não tem o veículo e a cooperativa ou associação tem o caminhão que vai buscar esse produto na sua propriedade em grande quantidade e deixa armazenado no armazém da cooperativa, que vai entregar em porções fracionadas para a escola” (informação verbal).

Nessa perspectiva, a agricultora Luciana enfatizou que a cooperativa desempenha um papel crucial na venda e logística, permitindo que o agricultor familiar se concentre na produção. Ela argumentou que “fornecer alimentos para as escolas de Salvador sem a parceria com as cooperativas representa um grande desafio para a agricultura familiar” e, portanto, essas entidades necessitam ser fortalecidas por políticas de Estado.

Além do suporte na venda e logística, a cooperativa também oferece assistência técnica e suporte na adequação sanitária aos agricultores. Ambos, Luciana e Carlos, são cooperados da Coopercarga, que conta com aproximadamente 180 membros, que estão na sua maioria localizados nas cidades próximas de Salvador, como Camaçari, Dias D'ávila, Mata de São João e São Sebastião do Passé. Os agricultores também ressaltaram que contam com um apoio do governo estadual da Bahia, no que diz respeito à assistência técnica e às adequações sanitárias.

Esse suporte é evidenciado principalmente pela implementação de “programas de qualidade”, direcionados especialmente nas adaptações necessárias para atender ao PNAE e às normas sanitárias requeridas para a comercialização junto às escolas. No entanto, destacaram que há necessidade de oferta para ampliar as condições, sobretudo no que se refere às exigências de adequação às normas sanitárias e problemas com a qualidade, regularidade, variedade e padrão dos produtos.

Após revisão bibliográfica e a condução das entrevistas com os dois agricultores familiares, foi possível montar um novo quadro, o Quadro 4 - Desafios, condicionantes sociais e implicações que influenciam na inserção dos agricultores familiares baianos no PNAE, que é um complemento das informações constantes no Quadro 3. No Quadro 4 é fornecida uma síntese dos principais obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares na Bahia em sua relação com a alimentação escolar. Os desafios, seus eixos e os agentes envolvidos foram extraídos do Quadro 3, pois foi constatado nas entrevistas que parte dos desafios encontrados pelos agricultores familiares baianos já havia sido identificada previamente durante a revisão bibliográfica sobre o tema.

No Quadro 4 foram incluídas apenas as colunas referentes aos

condicionantes sociais e suas implicações, entendendo como "condicionantes sociais" as características sociais, fenômenos ou processos no Brasil que permanecem inalterados ao longo de diversos governos, deixando marcas na sociedade brasileira em termos de reprodução de desigualdades socioeconômicas, e que isso ocorre devido à ineficácia da intervenção do Estado na economia (como demonstrado pelo autor desta tese nas seções 3.2 e 3.2.1). O conceito de "implicações", por seu turno, diz respeito a situações limitadoras à inserção da agricultura familiar no PNAE. É entendido que os condicionantes sociais contribuem para a geração dos desafios, e as implicações decorrem destes desafios, considerando que os condicionantes sociais exercem influência direta de intensidade diversificada tanto no desafio quanto nas implicações

No âmbito do eixo Gestão, seus desafios são gerados por duas condicionantes sociais: 1) ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE pelos segmentos sociais envolvidos no referido programa; 2) enredamentos administrativos e regulamentares, associados à necessidade de estabelecer relações interpessoais com gestores de escolas para viabilizar os processos na prática.

A primeira condicionante está intrinsecamente ligada à falta de participação efetiva no planejamento do PNAE por parte dos segmentos sociais envolvidos no Programa, o que contribui para a disparidade de informações entre esses segmentos, resultando, por conseguinte, no desconhecimento abrangente do plano em sua essência. Esse desconhecimento evidencia a persistência de uma abordagem tecnocrática no desenho do plano de ação dos processos, apesar desse processo ser contraditoriamente chamado de planejamento participativo.

É possível perceber tal disparidade entre os segmentos sociais envolvidos no PNAE na entrevista realizada com a agricultora familiar Luciana, quando ela ressalta que a seleção de itens presentes no cardápio da merenda escolar, desenvolvido pela nutricionista da Secretaria de Educação, incorpora produtos que não fazem parte da cultura local. E que esta prática resulta na diminuição da participação de fornecedores regionais de cunho familiar, compelindo os gestores escolares a recorrerem a fontes distantes geograficamente para a

obtenção de alimentos, acarretando em um prolongamento do prazo de entrega e no aumento dos encargos logísticos, ou simplesmente a optarem pela aquisição de alimentos junto a grandes distribuidores em detrimento dos agricultores familiares. O fato da composição do cardápio da merenda escolar englobar alimentos que divergem da esfera da cultura local contraria o que trata o artigo 2º na diretriz V do PNAE. Essa diretriz aponta que a alimentação escolar, além de saudável deve respeitar as diferenças regionais e culturais, com cardápios que considerem a disponibilidade de produtos produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais.

A imperatividade de atualização e aprimoramento dos gestores públicos municipais, englobando secretários, nutricionistas, técnicos administrativos, membros do setor de compras e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), não pode ser subestimada, dada a sua posição como agentes direcionadores na condução do Programa (Nogueira *et al.*, 2020). Paralelamente, os gestores escolares ainda enfrentam deficiências quantitativas na efetivação da disponibilização de alimentos aos estudantes (Pauli *et al.*, 2020). Ademais, a escassez de profissionais qualificados no corpo técnico do setor de alimentação escolar e a falta de familiaridade por parte dos municípios com aspectos cruciais da legislação referente à aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE têm impactos adversos em sua implementação, resultando em aquisições abaixo do patamar mínimo de 30% estabelecido (Machado *et al.*, 2021).

A lacuna entre a concepção do plano, sua modelagem e a realidade prática é uma característica arraigada desde o período do golpe empresarial militar de 1964, quando as forças que legitimam as relações de participação da sociedade civil foram impedidas de serem praticadas e isso se pode observar quando há incorporação de elementos de planejamento participativo e a mentalidade subjacente ao processo de planejamento continua a ser predominantemente tecnocrática, com a participação dos segmentos sociais limitada à execução prática do plano, sem efetiva influência na concepção estratégica do planejamento.

A carência de participação efetiva dos segmentos sociais envolvidos

configura-se como um condicionante social de significativa relevância, uma vez que tais segmentos não estão plenamente cientes das exigências e propósitos do PNAE. O fato dos interesses dos agricultores familiares não terem sido efetivamente considerados contribui para uma segunda condicionante caracterizada pela complexidade administrativa e regulamentar, conforme apontado, em entrevista, pelos agricultores familiares Carlos e Luciana – quando relatam suas dificuldades na compreensão dos processos licitatórios –, e, na revisão bibliográfica, por Souza (2012); Cavalheiro, Senna e Ribeiro (2016); Mossmann *et al.* (2017); Gomes e Bezerra (2019). Ademais, há a imperatividade de estabelecer relações interpessoais entre os segmentos mais diretos dos processos, conforme sinalizado pelo agricultor Carlos na sua entrevista.

A necessidade imperiosa de os agricultores familiares desenvolverem relações pessoais com a gestão escolar, para além dos fluxos normativos de programação e execução, emerge como um desdobramento desse condicionante. Esta abordagem interpessoal se revela crucial para otimizar a eficácia da execução do PNAE. A existência de canais setoriais para operacionalizar a presença do Estado também é uma característica que se constitui numa faceta fundamental desse processo, indicando que a eficiência na implementação está intrinsecamente vinculada à capacidade do agricultor familiar em estabelecer relacionamentos pessoais eficazes com a gestão escolar.

No âmbito logístico, os desafios enfrentados derivam, igualmente, de duas condicionantes sociais: 1) a falta de participação efetiva no planejamento do PNAE por parte dos segmentos sociais envolvidos, questão previamente discutida nos parágrafos anteriores, relacionados ao eixo de Gestão; 2) Decisão governamental de adotar como prioridade a infraestrutura de logística de transporte o modal rodoviário, enquanto modalidade que não atende à produção popular.

Essa condicionante se conecta diretamente à seleção do tipo de infraestrutura, notadamente no contexto da modalidade de transporte. No Brasil, historicamente dotado de uma malha ferroviária, a opção predominante pelo transporte intermodal, ao longo dos anos, foi cedendo lugar à priorização

do modal rodoviário como forma do desenvolvimento do sistema de transporte. Tal direcionamento sobre infraestrutura repercute de maneira distinta para os diferentes segmentos, grande capital, médio ou pequeno capital.

À medida que o pequeno capital, representado nesse contexto pelos agricultores familiares, ao longo dos anos, não é contemplado na determinação do modal de transporte, essa característica social assume status de condicionante social relevante. Em outras palavras, a maneira pela qual o Estado trata o segmento da produção popular quando toma decisões de infraestrutura, emerge como uma variável determinante nas condicionantes sociais, influenciando diretamente os desafios logísticos enfrentados por esse estrato da sociedade.

No contexto dos eixos de Assistência Técnica e Adequação Sanitária, os desafios enfrentados são intrínsecos às condicionantes sociais, previamente abordados nos eixos de Gestão e Logística, que diz respeito à falta de participação efetiva no planejamento do PNAE por parte dos segmentos sociais envolvidos.

O Quadro 4 apresenta uma síntese dos principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares baianos em sua interação com a alimentação escolar, seus eixos e agentes, que decorrem do Quadro 3 “Desafios à inserção da agricultura familiar no PNAE”. Além dos desafios, eixos e agentes, foram incluídos os condicionantes sociais e as implicações que exercem uma influência restritiva sobre a inserção do agricultor familiar no âmbito do PNAE.

Quadro 4 - Desafios, eixos, agentes, condicionantes sociais e implicações que influenciam na inserção dos agricultores familiares baianos no PNAE

DESAFIOS	EIXO	AGENTES	CONDICIONANTES SOCIAIS	IMPLICAÇÕES DE INFLUÊNCIA LIMITADORAS DA INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE
Falta de uma frequência padronizada nos pedidos de alimentos das escolas para os agricultores.	Logística	Governo, empresas de logística, fornecedores de equipamentos de armazenamento e cooperativas de agricultores familiares.	Ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE dos segmentos sociais envolvidos no Programa.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento no custo com frete de transporte para a escola. • Dificuldade de planejamento para atender à demanda do PNAE.
Escolas desejam receber os alimentos de forma fracionada	Logística	Governo, empresas de logística, fornecedores de equipamentos de armazenamento e cooperativas de agricultores familiares.	Ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE dos segmentos sociais envolvidos no Programa	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento no custo com frete de transporte para a escola.
Cardápio da merenda escolar inclui alimentos que não fazem parte da cultura local.	Logística	Governo, empresas de logística, fornecedores de equipamentos de armazenamento e cooperativas de agricultores familiares.	Ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE dos segmentos sociais envolvidos no Programa	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento no custo com frete de transporte para a escola. • Comprometimento do prazo de entrega acordado junto à escola.
Condições inadequadas das estradas e o elevado custo do combustível.	Logística	Governo, empresas de logística, fornecedores de equipamentos de armazenamento e cooperativas de agricultores familiares.	Decisão governamental de adotar como prioridade a infraestrutura de logística de transporte o modal rodoviário, enquanto modalidade que não atende à produção popular.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento no custo com frete de transporte para a escola.




<p>Baixa capacidade de transporte adequado, principalmente relacionado a acondicionamento e tipo de veículo utilizado para a condução da carga de gêneros alimentícios perecíveis.</p>	<p>Logística</p>	<p>Governo, empresas de logística, fornecedores de equipamentos de armazenamento e cooperativas de agricultores familiares.</p>	<p>Decisão governamental de adotar como prioridade a infraestrutura de logística de transporte o modal rodoviário, enquanto modalidade que não atende à produção popular.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento na qualidade do produto entregue na escola.
<p>Dificuldades enfrentadas pelos dirigentes escolares e merendeiras em compreender o conceito de alimento deteriorado e saudável sem agrotóxico.</p>	<p>Gestão</p>	<p>Governo, organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos agricultores familiares, como sindicatos e associações.</p>	<p>Ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE dos segmentos sociais envolvidos no Programa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência dos dirigentes escolares e merendeiras com alimentos provenientes da agricultura familiar.
<p>Complexidade para a habilitação dos agricultores familiares nos processos licitatórios / chamada pública para fornecimento ao PNAE.</p>	<p>Gestão</p>	<p>Governo, organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos agricultores familiares, como sindicatos e associações.</p>	<p>Enredamentos administrativos e regulamentares, associados à necessidade de estabelecer relações interpessoais para viabilizar a presença do Estado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desestímulo do agricultor familiar para participar do chamamento público para o PNAE.
<p>Problemas com a qualidade, regularidade, variedade e padrão dos produtos.</p>	<p>Assistência técnica</p>	<p>Governo, cooperativas de agricultores familiares, além de universidades e organizações não governamentais que atuam na capacitação de agricultores familiares.</p>	<p>Ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE dos segmentos sociais envolvidos no programa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento na qualidade do produto entregue na escola

<p>Dificuldades dos agricultores familiares no atendimento das normativas sanitárias para comercialização para as escolas.</p>	<p>Adequação sanitária</p>	<p>Governo e instituições de pesquisa e universidades que atuam na área de segurança alimentar podendo contribuir com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias que garantam a qualidade e segurança dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares.</p>	<p>Ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE dos segmentos sociais envolvidos no Programa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento na qualidade do produto entregue na escola.
--	----------------------------	---	---	---

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Para melhor visualização das condicionantes sociais, considerando as condicionantes sociais e implicações que influenciam para a inserção dos agricultores familiares baianos no PNAE, apresentados no Quadro 4, foram produzidos dois gráficos que retratam a intensidade de como tais condicionantes sociais são influenciadores para a gestão do PNAE.

Para classificar essa intensidade de influência, este pesquisador adota, a partir das entrevistas e revisão bibliográfica, leituras e estudos, as seguintes legendas:

-  Cor Azul Claro - Desafios, condicionantes sociais e implicações - influência de intensidade simples (podem ser superadas por ações simples de serem realizadas);
-  Cor Azul meio claro - Desafios, condicionantes sociais e implicações - influência de intensidade moderada (podem ser superadas por ações que envolvem robustez do PNAE);
-  Cor Azul escuro - Desafios, condicionantes sociais e implicações - influência de intensidade forte (podem ser superadas por ações que envolvem articulação de políticas governamentais).

Para os condicionantes sociais chamaremos de:

- Condicionante 1 - Ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE dos segmentos sociais envolvidos no Programa.
- Condicionante 2 - Decisão governamental de adotar como prioridade a infraestrutura de logística de transporte o modal rodoviário, enquanto modalidade que não atende à produção popular.
- Condicionante 3 - Enredamentos administrativos e regulamentares, associados à necessidade de estabelecer relações interpessoais para viabilizar a presença do Estado.

Para os desafios chamaremos de:

- Desafio 1 - Falta de uma frequência padronizada nos pedidos de alimentos das escolas para os agricultores.

- Desafio 2 - Escolas desejam receber os alimentos de forma fracionada.
- Desafio 3 - Cardápio da merenda escolar inclui alimentos que não fazem parte da cultura local.
- Desafio 4 - Condições inadequadas das estradas e o elevado custo do combustível
- Desafio 5 - Baixa capacidade de transporte adequado, principalmente relacionado a acondicionamento e tipo de veículo utilizado para a condução da carga de gêneros alimentícios perecíveis.
- Desafio 6 - Dificuldades enfrentadas pelos dirigentes escolares e merendeiras em compreender o conceito de alimento deteriorado e saudável sem agrotóxico.
- Desafio 7 - Complexidade para a habilitação dos agricultores familiares nos processos licitatórios / chamada pública para fornecimento ao PNAE.
- Desafio 8 - Problemas com a qualidade, regularidade, variedade e padrão dos produtos.
- Desafio 9 - Dificuldades dos agricultores familiares no atendimento das normativas sanitárias para comercialização para as escolas.

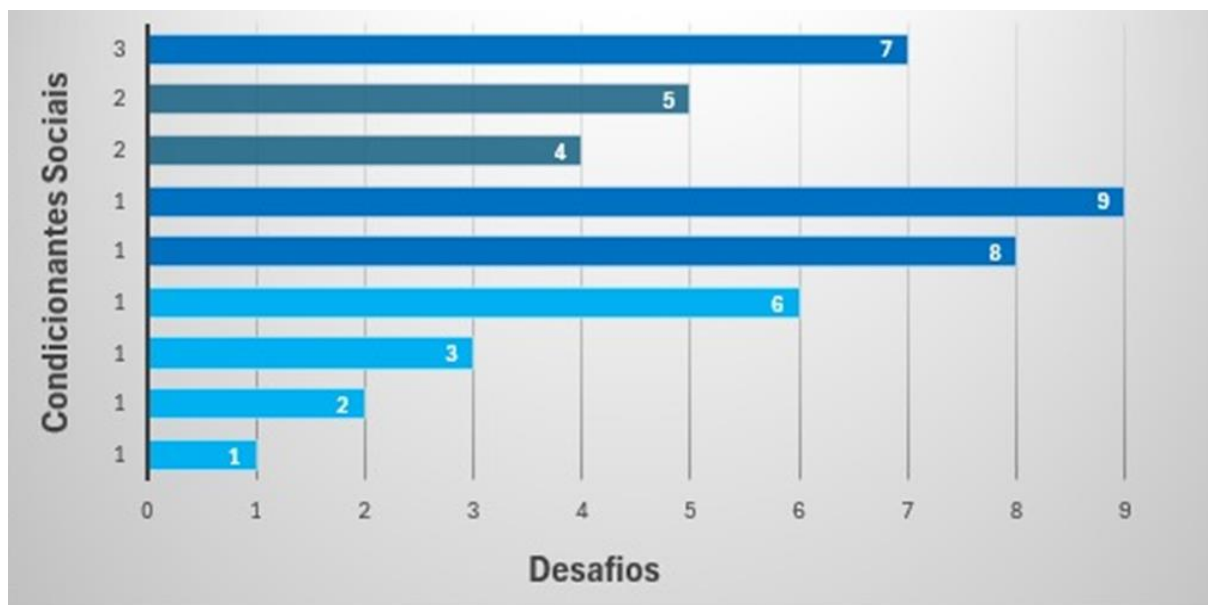
Para as implicações chamaremos de:

- Implicação 1 - Aumento no custo com frete de transporte para a escola.
- Implicação 2 - Dificuldade de planejamento para atender à demanda do PNAE.
- Implicação 3 - Comprometimento do prazo de entrega acordado junto à escola
- Implicação 4 - Comprometimento na qualidade do produto entregue na escola.
- Implicação 5 - Resistência dos dirigentes escolares e merendeiras com alimentos provenientes da agricultura familiar
- Implicação 6 - Desestímulo do agricultor familiar para participar do chamamento público para o PNAE.

O Gráfico 7 ilustra qual ou quais desafios são influenciados por cada condicionante social em termos da intensidade das limitações para inserção da

agricultura Familiar no PNAE.

Gráfico 7 - Intensidade de influência dos condicionantes sociais nos desafios para efetivar a inserção dos agricultores familiares no PNAE - 2024



Fonte: Elaboração própria, 2024.

No Gráfico 7 observa-se que a Condicionante 1, relacionado à falta de participação efetiva no planejamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dos segmentos sociais envolvidos, é o mais significativo em termos de variedade de desafios que influencia: 6 dos 9 diferentes desafios enfrentados pelos agricultores familiares baianos recebem sua influência. Entre esses desafios, destacam-se a falta de uma frequência padronizada nos pedidos de alimentos das escolas aos agricultores (Desafio 1); a preferência das escolas por receber os alimentos de forma fracionada (Desafio 2); a inclusão de alimentos no cardápio da merenda escolar que não fazem parte da cultura local (Desafio 3); e as dificuldades enfrentadas pelos dirigentes escolares e merendeiras em compreender o conceito de alimento deteriorado (Desafio 6). Contudo, a Condicionante 1 exerce uma influência de intensidade simples sobre esses desafios, que podem ser superados por ações simples de serem realizadas, mas cuja permanência compromete o alcance dos objetivos do PNAE em termos de segurança e de soberania alimentar. Todavia, nos Desafios 8 e 9, que envolvem problemas com a qualidade, regularidade, variedade e padrão dos produtos, bem como as dificuldades dos agricultores familiares em cumprir as normativas sanitárias para comercialização

junto às escolas e a ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE dos segmentos sociais envolvidos no Programa (Condicionante 1), exerce influência de intensidade moderada sobre esses desafios.

Esses dados indicam que, embora o Condicionante 1 seja responsável por 66,6% dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares baianos para sua integração no PNAE, quatro dos seis desafios influenciados por esse condicionante (Desafios 1, 2, 3 e 6) podem ser superados por meio de ações relativamente simples de serem implementadas e os outros dois podem ser superados por ações que envolvem robustez do PNAE. É importante ressaltar que apesar do Condicionante 1 ser o mais representativo para geração dos desafios, nenhum desses desafios sofrem influência de intensidade forte, indicando que para serem superados não necessitam de ações complexas que envolvam articulação de políticas governamentais. Mas, é imprescindível superar o modelo de planejamento tecnocrático ampliando e efetivando os canais de participação cidadã.

Ao abordar a segunda condicionante, referente à decisão governamental de priorizar a infraestrutura de transporte rodoviário, em detrimento de modalidades mais adequadas à produção popular, diferentemente da Condicionante 1, constata-se que esta condicionante influencia apenas 22,2% dos desafios identificados, ou seja dois dos nove desafios. Contudo, essa influência é de intensidade forte. Esses desafios incluem a inadequação das estradas e os altos custos do combustível (Desafio 4), além da limitada capacidade de transporte adequado, especialmente no que diz respeito ao armazenamento e ao tipo de veículo utilizado para o transporte de gêneros alimentícios perecíveis (Desafio 5).

Superar esses desafios requer ações que envolvam a articulação de políticas governamentais na escolha da infraestrutura no contexto da modalidade de transporte a ser adotada. A complexidade dessas ações evidencia que os Desafios 4 e 5 não são facilmente superáveis, pois não se trata apenas de resolver questões técnicas, como a melhoria das estradas ou a redução dos custos de combustível. Trata-se da importância de uma abordagem sistêmica e colaborativa na formulação e implementação de políticas governamentais relacionadas ao transporte de alimentos da agricultura familiar para o PNAE. Essa abordagem não apenas aumenta a eficácia das medidas adotadas, mas também contribui para a promoção da inclusão social dos agricultores familiares e estudantes do ensino básico, público-

alvo do PNAE e, portanto, os segmentos sociais mais vulnerabilizados.

Por último, o fator Condicionante 3, que diz respeito aos complicados trâmites administrativos e regulamentares, juntamente com a necessidade de estabelecer conexões interpessoais para garantir a presença efetiva do Estado, influencia apenas 11,1% dos desafios identificados. Isso equivale a um desafio, o Desafio 7 - A complexidade enfrentada pelos agricultores familiares para se habilitarem nos processos licitatórios/chamadas públicas para fornecimento ao PNAE. Essa influência é de intensidade moderada e superar esse desafio não é uma tarefa simples, mas também não é extremamente complexa; não depende de articulação de políticas governamentais, como os Desafios 4 e 5, podendo ser resolvido por meio de ações que promovam apenas a robustez do PNAE, igualmente os Desafios 8 e 9.

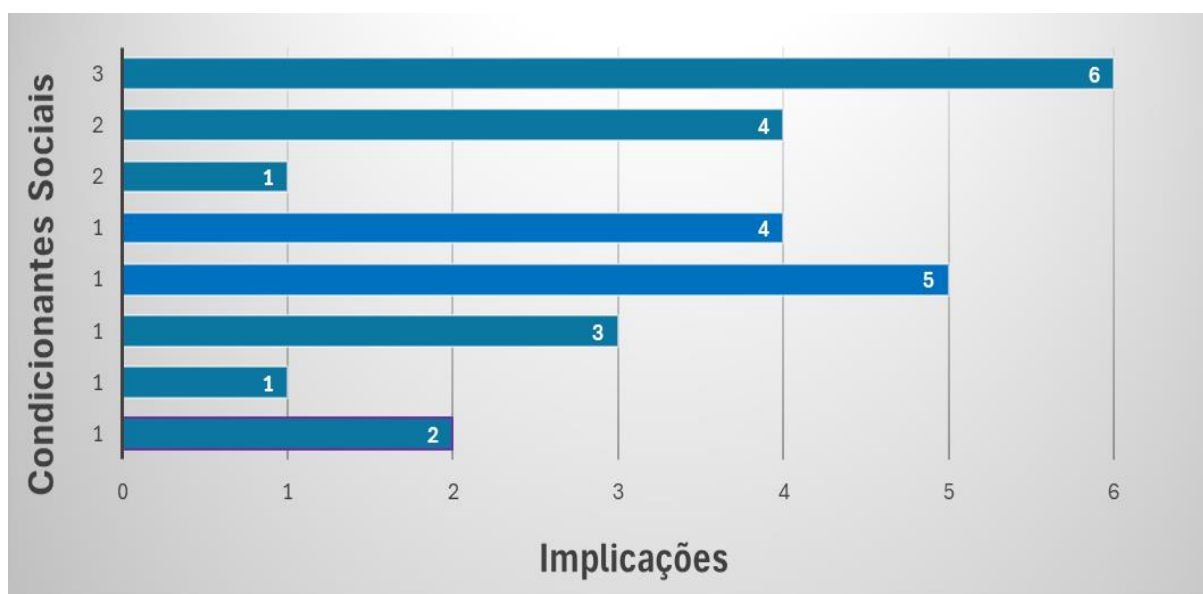
Ao analisar o Gráfico 7 confrontando com o Quadro 4, é possível inferir que os desafios relacionados à inadequação das estradas e ao alto custo do combustível (Desafio 4) e à capacidade insuficiente de transporte adequado para gêneros alimentícios perecíveis (Desafio 5), que são influenciados com intensidade forte pela decisão governamental de priorizar a infraestrutura de transporte rodoviário, mesmo que esse modal não seja adequado para atender às necessidades da produção popular (Condicionante 2), apresentam-se como os mais complexos de serem superados, dos quatro desafios enquadrados no Eixo Logística. É possível perceber a relevância da logística na problemática de distribuição não apenas como estrutura de engenharia, mas principalmente com os nexos que vinculam entre si os agentes do processo em dada configuração de sociedade e de planejamento.

Dos dois desafios classificados no Eixo Gestão, o Desafio 7 (Complexidade para a habilitação dos agricultores familiares nos processos licitatórios / chamada pública para fornecimento ao PNAE), influenciado em intensidade moderada pelo Condicionante 3 (Enredamentos administrativos e regulamentares, associados à necessidade de estabelecer relações interpessoais para viabilizar a presença do Estado), é o mais complexo de ser vencido. A sociedade como um todo e não apenas os condicionantes sociais específicos que foram identificados, o que inclui o funcionamento do aparelho de Estado, são indicativos de que a Gestão é insuficiente para dar conta dos múltiplos agentes que compõem problemáticas de políticas públicas, um dos cerne da relação entre sociedade e Estado.

O eixo Assistência Técnica e o eixo Adequação Sanitária, só possuem um desafio cada, mas são desafios que sintetizam os demais. O Desafio 8 (Problemas com a qualidade, regularidade, variedade e padrão dos produtos) e o Desafio 9 (Dificuldades dos agricultores familiares no atendimento das normativas sanitárias para comercialização para as escolas), ambos influenciados de forma moderada pelo Condicionante 1 (Ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE), apontam para sintonização e resiliência dos agentes em relação à política pública. Contudo, por serem síntese, cada um deles figura como o mais complexo de superação para seus eixos, ao tempo em que ambos evidenciam o lugar decisivo da intervenção do Estado na economia para a efetividade ou não da política pública.

No Gráfico 8 é demonstrado qual ou quais implicações são influenciadas por cada condicionante e a sua intensidade a esses desafios.

Gráfico 8 - Intensidade de influência dos condicionantes sociais como implicação limitadora da inserção dos agricultores familiares no PNAE – 2024.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

No Gráfico 8, pode-se observar que, de forma análoga ao Gráfico 7, o fator Condicionante 1 (Ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE por parte dos segmentos sociais envolvidos) emerge como o mais significativo em termos de frequência; influenciando cinco das seis implicações limitadoras na integração do agricultor familiar baiano ao Programa. Essas implicações

representam conjuntamente 83,3% das implicações identificadas entre os agricultores familiares baianos, ou seja, consequências cujo ônus atinge em primeira instância, diretamente os agricultores familiares, e em segunda instância, as crianças a serem alimentadas.

Nas implicações 1 (Aumento no custo do transporte para a escola), 2 (Dificuldade de planejamento para atender à demanda do PNAE) e 3 (Comprometimento do prazo de entrega acordado com a escola), a não participação dos agentes no processo de planejamento do PNAE (fator condicionante 1) exerce influência de intensidade forte, indicando que superar tais implicações, requer a implementação de ações que envolvam a articulação de políticas governamentais, sendo que a complexidade carrega a eficiência, a ineficiência ou a efetividade do Estado, como vimos anteriormente. O comprometimento na qualidade do produto entregue na escola (Implicação 4) e a resistência do dirigente escolar e da merendeira com alimentos provenientes da agricultura familiar (Implicação 5) recebem influência de intensidade moderada da Condicionante 1 (não participação no processo de planejamento), a qual pode ser superada por ações que envolvam robustez do PNAE.

Abordando a segunda condicionante, referente à decisão governamental de priorizar a infraestrutura de transporte rodoviário, em detrimento de modalidades mais adequadas à produção popular, observa-se sua influência em duas implicações: 1 e 4 (aumento no custo com frete de transporte para a escola e comprometimento na qualidade do produto entregue na escola, respectivamente). Vale ressaltar que estas implicações são consequências que decorrem da influência das decisões governamentais – Condicionante 2 –, mas também da influência do Condicionante 1, própria de planejamento tecnocrático, conforme demonstrado no parágrafo anterior. Ambas implicações são influenciadas pelo Condicionante 2 numa intensidade forte, indicando que superá-las requer a implementação de ações que envolvam a articulação de políticas governamentais e que são complexas de serem implementadas.

Por fim, temos o fator Condicionante 3, que diz respeito aos complicados trâmites administrativos e regulamentares, juntamente com a necessidade de estabelecer conexões interpessoais para garantir a presença efetiva do Estado, que influencia com intensidade forte a Implicação 6 (Desestímulo do agricultor familiar

para participar do chamamento público para o PNAE). A complexidade burocrática e os requisitos normativos rigorosos aliados à necessidade de estabelecer conexões pessoais sólidas representam obstáculos significativos para os pequenos produtores rurais, aumentando seus desafios para participar dos chamamentos públicos realizados pelas escolas e Secretaria de Educação. Isso resulta na percepção de que a adesão ao PNAE é desencorajadora, prejudicando sua participação no Programa e afetando os objetivos de segurança alimentar, pois compromete o cumprimento do art. 14 da referida lei, que traz a exigência de ampliação da oferta de alimentos saudáveis, apontando que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos orgânicos, livres de agrotóxicos e com maior valor nutricional (Brasil, 2009).

Ao analisar o Gráfico 8 confrontando com o Quadro 4, é possível inferir que a Implicação 1 (Aumento no custo com frete de transporte para a escola, enquadrado no eixo Logística), é uma consequência da organização da sociedade que incide diretamente no agricultor familiar, agravando vários desafios. O custo de transporte é um item de logística recorrente diante dos desafios: aparece em 4 dos 9 desafios identificados, sendo influenciado de forma simultânea na intensidade forte pela ausência dos agentes do processo no planejamento do PNAE (Condicionante 1), e pelas decisões adotadas pelo Estado as quais, por suposto, não equacionam os interesses dos diferentes agentes.

Em seguida vem a Implicação 4 (Comprometimento na qualidade do produto entregue na escola), aparecendo em 3 dos desafios, figurando em três eixos de forma simultânea (Logística, Assistência Técnica e Adequação sanitária) e também sendo influenciada, de forma simultânea, na intensidade forte pelas Condicionantes 1 e 2. Está-se diante do cerne da Política Pública PNAE, cuja diversidade de desafios e condicionantes articulados evidenciam a absoluta impossibilidade de planejar com eficácia uma intervenção do Estado na economia como uma solução linear. No que se refere à alimentação dos estudantes na merenda escolar, é importante sinalizar que, caso tal produto tenha sido recebido pela unidade escolar com sua qualidade comprometida, isso atingirá diretamente às crianças e aos jovens. O público-alvo dessa política pública, o agricultor familiar, como já demonstrado, e os estudantes, portanto, os segmentos sociais mais vulnerabilizados, são também os mais atingidos pela ineficácia da política.

Diante da argumentação exposta nesta seção, é plausível inferir que os condicionantes sociais (ausência de participação efetiva no planejamento do PNAE por parte dos segmentos sociais envolvidos e a decisão governamental de priorizar a infraestrutura logística de transporte rodoviário em detrimento de modalidades mais condizentes com as necessidades da produção popular) emergem como elementos destacados ao influenciar negativamente a logística de distribuição de alimentos, provenientes da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar pelo PNAE. Esta influência é particularmente evidente nos desafios associados às inadequações das condições viárias, ao custo significativamente elevado do combustível e à insuficiente capacidade de transporte adequado, sobretudo em relação ao acondicionamento e ao tipo de veículo utilizado para o transporte de gêneros alimentícios perecíveis. Tais desafios reverberam em implicações concernentes ao aumento dos encargos financeiros referentes ao frete de transporte até as escolas e à comprometida qualidade dos produtos fornecidos às instituições de ensino, resultando em uma diminuição da eficácia da gestão escolar na observância dos ditames estabelecidos pela Lei Federal nº 11.947.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que, no contexto da logística, a gestão técnica da infraestrutura e a organização da equipe de trabalho constituem uma parcela de sua responsabilidade social, no âmbito do fornecimento de alimentação escolar. Essa responsabilidade, quando enxergada à luz da Logística Social, implica em compreender quais tipos de produtos são necessários para que a escola adquira do agricultor familiar, em conformidade com a legislação, assegurando a preservação da qualidade dos produtos, o cumprimento dos prazos acordados e a redução dos custos associados a essa operação. Existe a necessidade do governo ouvir e considerar os interesses da comunidade envolvida em toda a cadeia de suprimentos (proprietários, fornecedores, consumidores, governo e meio ambiente), não devendo a logística ser limitada apenas à perspectiva funcionalista e desta forma contribuir de modo efetivo para assegurar uma alimentação adequada aos alunos.

Ao término deste capítulo, emerge uma clara compreensão de que a disponibilidade de alimentos oriundos da agricultura familiar para os estudantes das instituições públicas de ensino do âmbito estadual em Salvador, Bahia, é significativamente facilitada pela integração do produtor rural com, ao menos, uma

cooperativa. No entanto, é imperativo ressaltar que diante das adversidades logísticas que se apresentam, de deficiências infraestruturais e a escassez de políticas públicas planejadas com participação dos segmentos envolvidos e direcionadas à logística social, emerge uma dificuldade na empreitada rumo ao estabelecimento de uma conexão direta entre agricultor familiar e a escola.

Essa lacuna coloca em relevo a submissão às diretrizes dos conglomerados capitalistas na extremidade da cadeia, configurando-se como a única alternativa pela qual a gestão escolar tem logrado cumprir as determinações do PNAE. Nessa constatação evidencia-se que os interesses desses conglomerados, ao serem beneficiados na implementação da política pública em detrimento dos segmentos populares, retroalimentam a concentração de capital. Há um estudante que requer alimentação e um produtor familiar capaz de fornecer essa comida, e existe uma política pública com condicionantes sociais na logística de distribuição, que precisa fazer com que essa comida produzida pela agricultura familiar chegue à escola.

A pesquisa confirma a hipótese deste autor que a presença de um mercado estabelecido para a aquisição de alimentos destinados à merenda escolar nas escolas públicas evidencia não apenas a questão social das desigualdades que resultam em insegurança alimentar entre os alunos, mas também a vulnerabilidade enfrentada pela agricultura familiar. Esta última, em sua resiliência dentro da dinâmica do mercado capitalista, tende a se submeter à integração vertical na cadeia produtiva por meio da logística de distribuição de alimentos, a qual modela o processo produtivo sem contemplar os modos de vida dos diferentes mundos rurais envolvidos.

No entanto, observa-se a ineficácia dessa dinâmica de mercado devido à redução da oferta direta de produtos provenientes dos agricultores familiares para as escolas públicas estaduais de Salvador-BA. Isso gera impactos institucionais que desafiam a administração escolar a cumprir de forma eficaz a obrigatoriedade estabelecida pelos artigos 2º e 14 do PNAE, que trazem, em essência, a obrigatoriedade de utilizar no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros repassados pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios diversificados diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. O alcance dessa obrigatoriedade carrega a perspectiva de fomentar os preceitos do desenvolvimento sustentável, valorização da cultura alimentar,

alimentação saudável e alocação dos sistemas agroalimentares, promovendo o desenvolvimento local e criando estratégias para a comercialização de produtos não visados pelo mercado convencional.

4 AQUISIÇÃO DE ALIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PNAE: O CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL LOCALIZADA NO BAIRRO DE CAJAZEIRAS, NA CIDADE DE SALVADOR-BA

No ano de 2020, no mês de março, período de início do curso de doutorado deste pesquisador, como apresentado no Capítulo 1 desta tese, foram realizadas observações próprias incluindo entrevistas livres, não estruturadas, de caráter exploratório, com dirigentes de escolas públicas estaduais baianas da cidade de Salvador, abordando-os sobre o tema alimentação escolar, com a intenção apenas de contribuir para a problematização e caracterização do objeto de estudo desta tese. Na ocasião foram entrevistadas três diretoras de escolas públicas estaduais de Salvador, Bahia, sendo constatado que todas as diretoras escolares enfrentam obstáculos na aquisição de alimentos destinados à merenda escolar.

Essas dificuldades estão diretamente relacionadas à necessidade de destinar, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) à compra de produtos provenientes da agricultura familiar. As gestoras enfrentam desafios semelhantes relacionados à entrega e transporte dos alimentos fornecidos pelos produtores familiares e adquiridos pelas escolas. Essas dificuldades foram atribuídas ao longo prazo de entrega e à inadequada forma de transporte, que, segundo as gestoras, resultam no comprometimento da qualidade dos alimentos recebidos.

Como consequência, duas das gestoras escolares sentem-se impedidas de adquirir produtos saudáveis, como frutas, verduras e hortaliças, devido à sua alta perecibilidade. Em vez disso, substituem esses alimentos por produtos menos perecíveis, como farinha de milho, broa e farinha de tapioca. Essa prática permite o cumprimento do requisito de destinar 30% dos recursos federais recebidos à agricultura familiar. No entanto, essa abordagem contraria o que é estabelecido pela legislação, que preconiza a compra de alimentos diversificados e saudáveis.

Uma das diretoras escolares mencionou que utiliza os recursos destinados à aquisição de alimentos junto aos agricultores familiares para comprar de atacadistas locais, a fim de atender às necessidades imediatas dos alunos. Ela justificou essa ação com a urgência de suprir as demandas dos estudantes, não podendo esperar os longos prazos de entrega do agricultor familiar, destacando que posteriormente justifica tal situação com a Secretaria de Educação do Estado.

Adicionalmente, as três diretoras também destacaram que as escolas não possuem condições adequadas para o armazenamento, processamento e transformação dos alimentos. Além disso, as dirigentes citaram que os agricultores não dispõem dos recursos necessários para se adequarem às especificações e exigências das unidades escolares. As entrevistas realizadas possibilitaram, de maneira inicial, uma análise crítica das práticas em vigor no que se refere à alimentação nas escolas públicas estaduais localizadas em Salvador, contribuindo para que o pesquisador pudesse começar suas revisões bibliográficas sobre o tema.

Neste capítulo o pesquisador tem a pretensão de continuar referendando a demonstração da tese de que o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE encontra desafios que são estruturais, os quais nesta tese são denominados condicionantes sociais, e também desafios que são do processo conjuntural. Para tanto, será trazida uma ilustração de toda argumentação construída bibliograficamente a partir do caso do CEEBC, situado na cidade de Salvador, estado da Bahia, no bairro de Cajazeiras IV, na Rua Virgílio Motta Leal, Quadra 3, s/n°.

O CEEBC já é conhecido do pesquisador, pois foi um dos objetos de pesquisa de sua dissertação de mestrado, defendida no ano de 2019, onde tratou sobre como, numa escola pública de bairro popular, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio se insere na dinâmica de formação do aluno para sua inserção social, o que possibilitou conhecer “por dentro” aquele ambiente escolar.

4.1 O COLÉGIO ESTADUAL EDVALDO BRANDÃO CORREIA

O CEEB, objeto empírico a título ilustrativo desta tese, é reconhecido por seu ensino médio de qualidade e é a única escola estadual na área que oferece cursos técnicos, ocupando uma área de 10.000 m² do bairro de Cajazeiras IV. Foi estabelecido pelo Ato nº714, em 31 de janeiro de 1979, e inaugurado em 13 de junho do mesmo ano, originalmente como Escola de Segundo Grau Edvaldo Brandão Correia. Atualmente, o CEEB atrai alunos de diversos bairros da região, contando em março de 2024 com 1.405 estudantes, que recebem merenda escolar, parte da qual é adquirida de agricultores familiares.

A história do bairro de Cajazeiras, em Salvador, teve início em 1975 quando o Governo do Estado desapropriou quatro grandes propriedades: Fazenda Jaguaripe de Cima (Fazenda Grande), Fazenda Cajazeiras, Fazenda Boa União e Chácara Nogueira. Essas áreas foram destinadas à construção de habitações populares para servidores públicos estaduais (Tourinho; Antonino, 2019). As fazendas ocupavam cerca de 16 milhões de metros quadrados, abrangendo trechos da atual BR-324 e da Estrada Velha do Aeroporto, além dos atuais bairros de Castelo Branco e Nova Brasília, incluindo o Golfe Clube.

O projeto da construção de habitações populares para servidores públicos estaduais resultou na construção de Cajazeiras como um conjunto habitacional durante a gestão do Governador João Durval Carneiro (1983-1987), inaugurado oficialmente em 1985 com 18.523 casas. Os conjuntos habitacionais foram desenvolvidos pela empresa Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (Urbis), visando criar um subcentro regional e reduzir a sobrecarga na área central de Salvador. Cajazeiras era composta por várias localidades, incluindo Cajazeiras 2 a 8, 10 e 11, Fazenda Grande 1 a 4, Águas Claras, Boca da Mata e Palestina.

Em 2017, o Prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto sancionou a Lei Ordinária nº 9.278/17, que aumentou o número de bairros de Salvador de 32 para 163, desmembrando áreas que haviam crescido dentro de Cajazeiras devido a ocupações ilegais. Cajazeiras IV foi um desses bairros desmembrados, passando a ter status independente. A delimitação dos novos bairros foi estabelecida pela Prefeitura Municipal de Salvador conforme a Lei nº 9.217/2017. Utilizando a referência do trabalho de SANTOS *et al.* (2010), *O caminho das águas*, entende-se

O conceito de bairro nesse trabalho, fruto de uma construção coletiva, reporta-nos a um conjunto de relações socioambientais com as seguintes características: unidade territorial, com densidade histórica e relativa autonomia no contexto urbano-ambiental, que incorpora as noções de identidade e pertencimento dos moradores que o constituem; que utilizam os mesmos equipamentos e serviços comunitários; que mantêm relações de vizinhança e que reconhecem seus limites pelo mesmo nome. Assim circunscrito, esse conceito articula elementos de natureza objetiva e subjetiva – sendo a expressão das relações instituídas no cotidiano da vida da cidade, como das relações entre sociedade e natureza. Por localidade compreendemos uma porção menor do território, inserida parcial ou totalmente em um bairro, sem centralidade definida e que apresenta características socioeconômicas similares. A localidade possui

elementos específicos da estruturação e complexidade urbana, podendo ser um loteamento ou um conjunto habitacional de pequeno ou médio porte que se tornou referência; uma pequena ocupação informal ou uma ocupação ao longo de uma avenida (SANTOS *et al.*, 2010, p. 8.).

O bairro de Cajazeiras IV faz parte da área administrativa da Prefeitura-Bairro III (PB-III) de Cajazeiras, que abarca um conjunto de 17 bairros com uma extensão total de 22.159.606,09 metros quadrados. “Essas localidades deixaram de ser território, do referido bairro e ganharam status de bairro. Cajazeiras IV foi um deles, desmembrado dos demais bairros que compõem Cajazeiras.” (Muniz; TP, 2019, p.15).

Figura 9- Composição e localização dos bairros da Prefeitura-bairro III Cajazeiras, 2016.



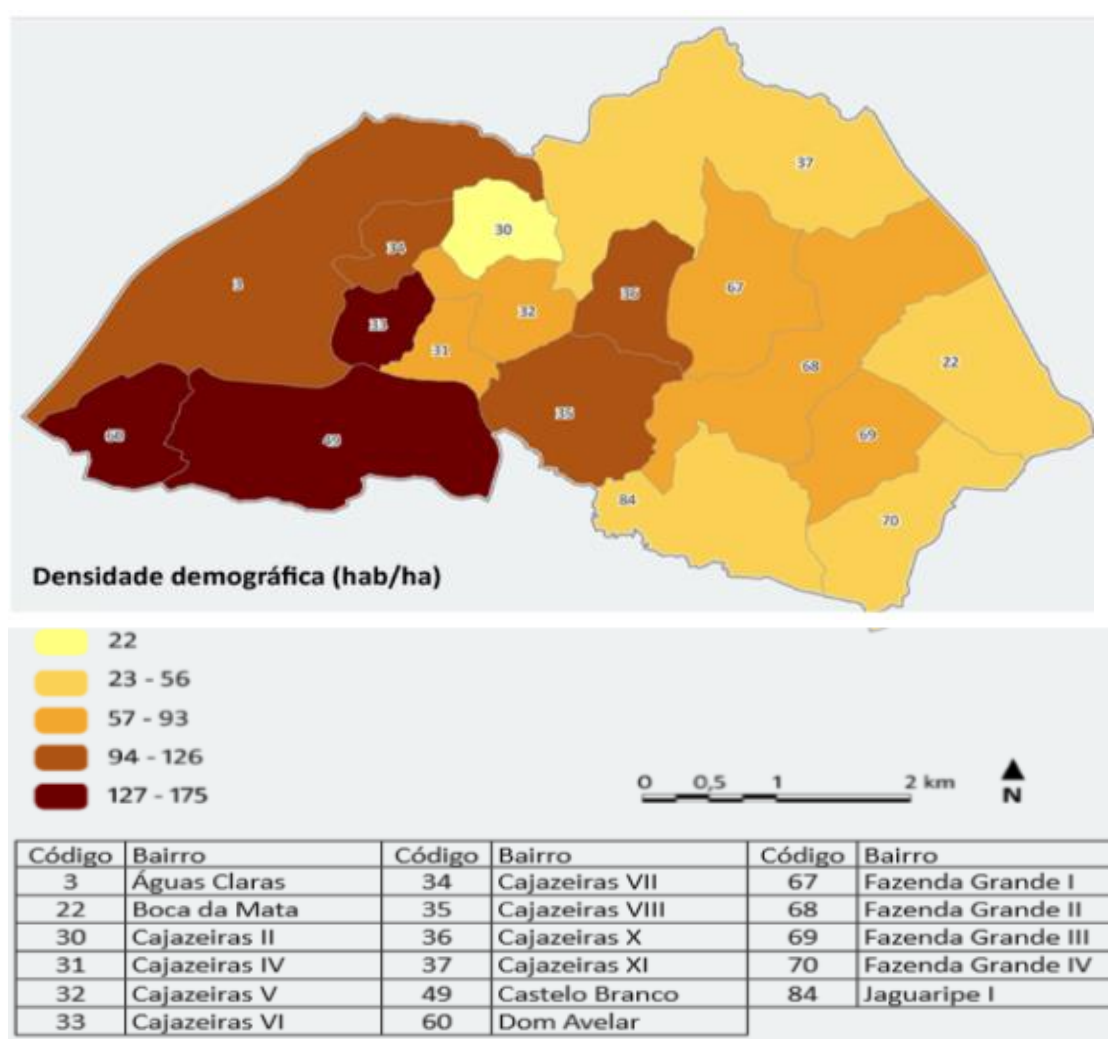
Fonte: Muniz, TP, 2019 (extraído em: 10 maio 2022).

Segundo os dados do censo demográfico de 2010, essa região apresentava uma população de 198.005 residentes, dos quais 47,40% eram homens e 52,60% mulheres (Muniz, 2019). Em relação à área específica de Cajazeiras IV, esta ocupa uma extensão de 373.514,37 metros quadrados, sendo a menor entre todos os

bairros que compõem a PB-III de Cajazeiras. Suas fronteiras limitam-se aos bairros de Castelo Branco, Cajazeiras V, VI, VIII e X.

Segundo o mesmo censo de 2010, a população de Cajazeiras IV era de 3.364 habitantes, representando 1,68% da área total e 1,70% da população da PB-III de Cajazeiras. Desse total, 47,4% eram homens e 52,76% mulheres (Conder, 2016). A densidade demográfica bruta da PB-III de Cajazeiras, bem como a de Cajazeiras IV (Figura 10), conforme o censo demográfico de 2010, foi estimada em 89,36 hab./ha e 90,06 hab./ha, respectivamente (Muniz, 2019).

Figura10 - Densidade demográfica dos bairros DAPB-III Cajazeiras, 2016.



Fonte: Muniz, TP, 2019 (extraído em: 10 maio 2022).

Para realização da dissertação de mestrado, o autor desta tese realizou visitas sistemáticas aos bairros que integram a PB-III de Cajazeiras, com o propósito de identificar suas peculiaridades. Nas visitas foram observadas características

relevantes, como um comércio expressivo, agências bancárias, correios, escolas e instituições de ensino superior, como a Vasco da Gama e Universidade Norte do Paraná, igrejas, hospitais e delegacias de polícia. Além disso, constatou-se a presença de conjuntos habitacionais, bem como ruas, quadras e praças. Vale ressaltar a existência de ocupações, com a construção de casas em áreas de difícil acesso. No que diz respeito à infraestrutura, foi constatada a presença de locais com acúmulo de lixo a céu aberto, áreas com entulhos provenientes de obras e resíduos espalhados pelas calçadas, além da falta de lixeiras nas diversas ruas.

Em conversas informais com três residentes de Cajazeiras IV, ao serem indagados sobre a coleta de resíduos realizada pela prefeitura, através do órgão responsável pela limpeza urbana, todos concordaram que havia ocasiões em que o caminhão de coleta não passava regularmente. Quanto às atividades de lazer para crianças e jovens, estas se limitavam à utilização das praças ou quadras de futebol, porém, devido à crescente violência urbana, o acesso desses jovens a essas áreas ficou restrito. Nesse mesmo território está localizado o CEEBC.

O edifício da escola foi construído simultaneamente ao bairro de Cajazeiras, sendo nomeado em homenagem a Edvaldo Brandão Correia, médico, pecuarista e vice-governador do Estado durante o governo de Roberto Santos (1975-1979). Sua concepção inicial era abrigar uma escola técnica, com 12 salas de aula estruturadas como as escolas politécnicas (Bahia. CEEBC, 2011). Em 1987, por meio da Resolução nº 13, publicada no Diário Oficial de 29 de janeiro de 1988, e do Parecer nº 455/87, foi autorizado o funcionamento da escola nos níveis de 1º e 2º graus profissionalizantes, com as seguintes habilitações: Técnico em Contabilidade, Assistente de Administração e Formação para o Magistério de 1º Grau, da 1ª a 4ª séries (Bahia, CEEBC, 2011).

A partir do ano 2000, a escola passou a atender exclusivamente candidatos ao novo Ensino Médio, implantado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (BRASIL. DOU, 23 dez. 1996, p. 27839), por meio do Curso de Formação Geral, regulamentado pelo Decreto nº 208/97.

Figura 11 - Imagem satélite do CEEBC



Fonte: Muniz, TP, 2019 (extraído em:10 maio 2022).

Atualmente, o CEEBC possui 25 salas de aula, e mais uma sala multifuncional, biblioteca, duas salas de vídeo, laboratório de ciências, laboratório de informática, quatro quadras descobertas, pátio descoberto, sala de direção, sala de vice-direção, sala de coordenação, sala de secretaria, sala de um arquivo, sala de depósito, cozinha e auditório. O quadro de pessoal é, atualmente, composto por um diretor, três vice-diretores – um para cada turno –, um coordenador pedagógico, 76 professores e 32 funcionários.

O Projeto Político Pedagógico de 2018, ano de sua última atualização, em avaliação, apontou traços de baixa-estima nos estudantes do ensino médio, falta de interesse e conhecimentos básicos inadequados, o que resulta no desinteresse em dar continuidade aos estudos

. Apontou também, como fragilidade do CEEBC, o ensino de Educação Ambiental e as discussões de gênero e sexualidade, que constituem temas transversais.

Em março de 2024, o CEEBC possuía 1.405 alunos, oferecendo cursos nos três turnos nas modalidades de Ensino Médio abaixo:

- Formação Geral turno parcial (matutino ou vespertino), com 676 alunos;
- Formação Geral turno integral, com 117 alunos;

- Educação de Jovens e Adultos (EJA), com 296 alunos;
- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), com 36 alunos;
- Educação Profissional, com 280 alunos.

Os discentes do CEEBC, no turno matutino, recebem o café da manhã e o almoço, enquanto os do turno parcial vespertino têm à disposição o almoço e o lanche da tarde. Aqueles que frequentam o turno integral são contemplados com o café da manhã, o almoço e o lanche da tarde, e os estudantes do turno noturno têm acesso à ceia.

A estrutura de alimentação escolar é concebida pelo autor desta tese como um componente significativo da rotina dos estudantes do CEEBC. Na subseqüente seção, será conduzida uma análise documental detalhada sobre como a gestão do CEEBC conduz o processo de aquisição de gêneros alimentícios destinados a compor essa alimentação.

4.2 ILUSTRAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PELO PNAE: ANÁLISE DA REALIDADE DOCUMENTADA DO COLÉGIO ESTADUAL EDVALDO BRANDÃO CORREIA

No ano de 2020, no mês de março, período de início do curso de doutorado deste pesquisador, como apresentado no Capítulo 1 desta tese e no início deste capítulo, foram realizadas observações próprias incluindo entrevistas livres, não estruturadas, de caráter exploratório, com dirigentes de escolas públicas estaduais baianas da cidade de Salvador, abordando-os sobre o tema alimentação escolar, com a intenção apenas de contribuir para a problematização e caracterização do objeto de estudo desta tese.

Tais observações foram motivadas na condição do pesquisador ser professor do ensino básico de escola pública, professor universitário, profissional da área de logística e pai de uma criança de 11 anos, estudante de escola privada, partindo de inquietações sobre a diferença da condição de competitividade do/a aluno/a da escola pública com o/a aluno/a da escola privada, reconhecendo implicações entre alimentação e desempenho escolar, e, portanto, em relação com a merenda escolar.

Em março de 2023, o pesquisador empreendeu sua primeira visita ao CEEBC com vistas ao doutorado. Nessa ocasião, foi realizado um encontro preliminar com a diretora da instituição escolar, a mesma que ocupava o cargo durante a fase da dissertação de mestrado, deste autor, que teve o CEEBC como um de seus objetos de pesquisa.

Durante a entrevista não estruturada, no formato livre de caráter exploratório, a diretora do CEEBC compartilhou desafios semelhantes aos enfrentados pelas gestoras entrevistadas em 2020, os quais estavam relacionados à entrega e transporte dos alimentos provenientes dos produtores familiares e adquiridos pelas escolas. Essas dificuldades também foram atribuídas aos prazos de entrega prolongados e aos métodos inadequados de transporte, resultando no comprometimento da qualidade dos alimentos recebidos.

No entanto, o pesquisador constatou que, diferentemente das outras gestoras, a diretora do CEEBC adotou abordagens distintas para solucionar o problema. Ela optou por não mais adquirir diretamente dos agricultores familiares, nem mesmo produtos de baixa perecibilidade e nem atacadistas locais passando a fazer compras por meio de cooperativas que possuem pontos de armazenagem na cidade de Salvador ou região metropolitana.

Foi apontado pela gestora escolar que é realizado um pedido por semana a essas cooperativas e que o alimento chega 48 horas após solicitação. Quando questionada sobre quantas cooperativas fornecem, atualmente, alimentos para o CEEBC, a resposta foi: “Duas, sendo que uma cooperativa atende às necessidades de produtos perecíveis, como frutas, verduras e hortaliças, enquanto a outra lida com produtos de menor perecibilidade, como farinha de milho, farinha de tapioca, broa, polpa, entre outros”. As informações relativas aos agricultores familiares que fornecem alimentos para o CEEBC foram obtidas por meio desta entrevista com a gestora da referida instituição, constituindo uma etapa crucial da pesquisa conduzida pelo investigador, pois os dados coletados foram posteriormente submetidos a procedimentos de tratamento, sistematização e análise, como descrito na seção 3.2.2 deste estudo, contribuindo para confirmação da hipótese da tese deste autor.

Após um ano da primeira visita ao CEEB com vistas no doutorado, em março de 2024, o pesquisador volta a visitar o Colégio, desta vez para fazer uma imersão na perspectiva de realizar uma análise documental de como a gestão da escola adquire

produtos para alimentação escolar por meio do PNAE.

Para poder guiar a condução da busca pelos documentos que regem a compra da alimentação escolar pelo PNAE no CEEBC, no primeiro momento o autor desta tese utilizou o questionário (conforme Apêndice B) como roteiro junto à diretora da instituição, que ao lidar com cada questão, procedia à abertura do documento correspondente, oferecendo uma explicação contextual sobre o mesmo. Em um segundo momento, com base na explanação da dirigente escolar e no acesso ao conteúdo dos documentos, o autor desta tese analisou cada um deles, detalhando seu conteúdo, destacando sua relevância para a gestão do PNAE e evidenciando o entendimento da diretora escolar sobre o respectivo documento.

Ao ser inquirida sobre os principais documentos que orientam o procedimento de aquisição da merenda escolar, e quais critérios são considerados na seleção dos fornecedores de alimentos, a diretora do CEEBC primeiramente indicou que, para o ano de 2024, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia instruiu a adesão ao documento intitulado "Orientação Alimentação Escolar" (DISUP 001/2024, de 31/01/2024), conforme detalhado no Anexo B. De acordo com a gestora escolar, este documento oferece diretrizes às unidades escolares acerca de todos os procedimentos a serem seguidos para aquisição de produtos alimentícios destinados à provisão de alimentação escolar ao longo do exercício de 2024, inclusive orientações sobre critérios para seleção dos fornecedores.

Uma análise do conteúdo do mencionado documento "Orientação Alimentação Escolar" (DISUP 001/2024, de 31/01/2024) revela ao autor desta tese que este se configura como um compêndio orientativo que aborda a frequência das refeições dos estudantes por turno, os montantes dos recursos financeiros disponibilizados por aluno para as instituições de ensino, a origem desses recursos governamentais (federal ou estadual), os valores a serem investidos em produtos provenientes da agricultura familiar e não familiar, bem como os procedimentos para efetuar os pagamentos aos fornecedores. Além dessas orientações, o documento também delinea o processo de seleção dos fornecedores.

Em relação à frequência das refeições dos estudantes por turno, o documento aponta que deverá ser ofertada a todos os alunos da rede, pelo menos duas refeições, sendo que os discentes do turno matutino, devem receber o café da manhã e o almoço, enquanto os do turno parcial vespertino têm à disposição o almoço e o

lanche da tarde, fazendo a ressalva de que o lanche da tarde precisa ser reforçado. Aqueles que frequentam o turno integral são contemplados com o café da manhã, o almoço e o lanche da tarde, já os estudantes do turno noturno à ceia.

Em relação aos montantes dos recursos financeiros disponibilizados por aluno para as instituições de ensino e sua origem, no ano de 2024, o documento aponta que:

- Recurso - Per capita federal:
 - a. R\$ 0,50 (Discente do turno matutino ou vespertino);
 - b. R\$ 1,37 (Discente do tempo integral);
 - c. R\$ 0,41 (Discente do EJA-PROEJA-Educação Profissional);
 - d. R\$ 0,86 (Discente indígena e quilombola).

- Recurso - Per capita estadual:
 - a. R\$ 2,14 (Discente do turno matutino ou vespertino);
 - b. R\$ 3,93 (Discente do tempo integral);
 - c. R\$ 2,23 (Discente do EJA-PROEJA-Educação Profissional);
 - d. R\$ 1,78 (Discente indígena e quilombolas).

No que diz respeito aos montantes destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar e convencional, o documento prescreve a manutenção da orientação estabelecida pela Portaria nº 11/2023, a qual determina que 100% dos recursos provenientes do governo federal sejam alocados no âmbito do PNAE, implicando, portanto, que devem ser investidos exclusivamente em produtos provenientes da agricultura familiar. Quanto aos recursos estaduais, estes são designados para a aquisição de produtos convencionais, embora não se restrinjam à proibição de investimentos em produtos da agricultura familiar.

Conforme declarado pela Gestora do CEEBC, para o ano de 2024 houve uma modificação na normativa referente às compras efetuadas pelo PNAE ao comparar com o ano de 2023, quando o pesquisador desta tese empreendeu sua primeira visita

ao CEEBC com vistas ao doutorado. Anteriormente, as aquisições de produtos da agricultura familiar eram realizadas de forma mensal e podiam envolver múltiplos agricultores familiares ou cooperativas. No entanto, no contexto do ano de 2024, as aquisições foram reestruturadas para ocorrerem apenas duas vezes ao longo do ano, com um sistema de recebimento parcelado mensalmente, e uma política de exclusividade estabelecida com um único fornecedor.

No tocante ao procedimento de seleção dos fornecedores, o documento "Orientação Alimentação Escolar" (DISUP 001/2024, de 31/01/2024) menciona que a aquisição de produtos da agricultura familiar deve ser conduzida mediante o emprego do instrumento conhecido como chamada pública, no qual a própria instituição escolar desempenha o papel de gestão do processo, precisando sempre enviar toda a documentação das chamadas para a Secretaria de Educação para publicação no Diário Oficial. Essa chamada pública é guiada pelo documento denominado de "Termo de Referência" (referenciado no Anexo C) e, segundo a diretora do CEEBC, é constituída uma comissão de licitação (Caixa escolar), composta por 3 funcionários, para realização de todo o processo.

Ainda de acordo com as diretrizes fornecidas pela administradora escolar, o processo da chamada pública se inicia com a remessa do documento designado "Ofício Motivador" (referência em Anexo D) à Comissão Permanente de Credenciamento da Secretaria de Educação do Estado. Após examinar o referido documento, o pesquisador observa que ele insta a mencionada comissão a iniciar o procedimento de convocação de fornecedores para o abastecimento de alimentos ao longo do ano de 2024, a fim de que possam apresentar suas propostas de preço à escola, caso manifestem interesse em participar da chamada pública. Para a análise dos preços dos gêneros alimentícios enviados pelos agricultores e cooperativas, a comissão de licitação (Caixa escolar) da escola utiliza o documento intitulado de "Mapa comparativo de preços" (referência em Anexo E), ou seja, uma planilha eletrônica que auxilia na chamada pública realizando a comparação dos preços entre os fornecedores.

Conforme destacado pela diretora do CEEBC, após o processo seletivo conduzido pela comissão de licitação da escola para determinar o selecionado entre agricultores familiares ou cooperativas da Chamada Pública, "estes devem estar previamente cadastrados junto à Secretaria de Educação do Estado, possuindo a

Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)", é efetuada a contratação com o respectivo vencedor, por meio do Contrato (referência em Anexo F). Esse instrumento define as condições acordadas entre as partes interessadas.

Em contrapartida, para a aquisição de itens convencionais, é preconizado o método de credenciamento, no qual são solicitados exclusivamente fornecedores previamente selecionados e credenciados na Secretaria de Educação, dispensando a utilização da chamada pública. O processo de seleção dos fornecedores é conduzido integralmente pela Secretaria de Educação do Estado, cabendo à escola tão somente a aceitação das escolhas realizadas. Para a diretora do CEEBC

[...] o fato da própria Secretaria de Educação realizar o credenciamento dos fornecedores, seja de itens convencionais ou da agricultura familiar, facilitou muito a rotina do gestor escolar, pois antigamente essa responsabilidade era nossa e tomava um tempo enorme. Hoje já recebemos os fornecedores participantes da chamada pública aptos e credenciados, nos cabendo apenas escolher entre o que oferecer as melhores condições (informação oral).

É relevante ressaltar que o documento "Orientação Alimentação Escolar" (DISUP 001/2024, de 31/01/2024) dispõe que os produtos alimentícios identificados como pertencentes à agricultura familiar e inclusos na listagem dos fornecedores credenciados devem ser adquiridos mediante processo de chamada pública. A obtenção desses produtos em estado natural por meio do credenciamento é autorizada apenas nos municípios onde não estão disponíveis através de cooperativas, associações ou agricultores individuais.

Além disso, é imprescindível que os procedimentos de credenciamento de fornecedores de itens convencionais sejam formalmente registrados, abrangendo um período correspondente a 200 dias letivos, equivalente a 10 parcelas, ou seja, os alimentos serão recebidos pela escola mensalmente ao longo de um período de 10 meses (fevereiro a novembro). A elaboração da chamada pública, por sua vez, é realizada pela escola em duas etapas distintas: a primeira fase abrange um período de 70 dias letivos, seguida pela segunda fase, que compreende os 130 dias letivos restantes e os alimentos também devem ser recebidos de forma mensal.

Conforme indicado pela diretora escolar, para a solicitação dos itens junto aos fornecedores é empregado um documento interno denominado "Solicitação Mensal de Gênero Alimentício por Código" (referenciado no Anexo G), que deve ser enviado

à Secretaria de Educação do Estado. Essa ferramenta consiste em uma planilha eletrônica fornecida pela Secretaria de Educação do Estado às escolas pertencentes ao Núcleo Territorial de Educação (NTE) 26, que abrange as instituições localizadas na cidade de Salvador e sua região metropolitana. Na referida planilha, é possível identificar a descrição dos alimentos, seus códigos de cadastro junto à Secretaria de Educação da Bahia, a unidade de medida padrão e os valores correspondentes a cada alimento. Cabe ao gestor escolar inserir as quantidades de cada produto a serem consumidas durante o mês, ao passo que o cálculo dos valores individuais gastos por produto e o valor total, são gerados automaticamente na planilha.

É importante destacar que, conforme indicado pela diretora do CEEBC, embora os recebimentos estejam programados de forma mensal, a gestão escolar tem a prerrogativa de negociar com o fornecedor a possibilidade de receber as entregas em quantidades menores e de forma semanal, especialmente se a escola não dispuser de estrutura adequada para o armazenamento por períodos prolongados, e se o fornecedor tiver capacidade logística para realizar entregas fracionadas em intervalos semanais. No contexto do CEEBC, durante as chamadas públicas, a capacidade de realizar entregas fracionadas em base semanal representa um aspecto significativo na seleção do vencedor devido à escala em que operam a comercialização, sendo que, geralmente, as cooperativas são favorecidas nesse processo devido à sua capacidade logística. Isso se deve ao fato de que agricultores individuais frequentemente carecem de estrutura logística adequada para realizar entregas semanais.

Quanto ao processo de pagamento aos fornecedores, este é conduzido pela gestão escolar em conformidade com o recebimento do alimento na unidade escolar, por meio do cartão PNAE, um instrumento de crédito que opera com recursos federais, e pelo FAED ALIMENTAÇÃO, um cartão de crédito que dispõe dos recursos provenientes do governo estadual da Bahia. Tais informações podem ser verificadas no documento intitulado "Orientação Alimentação Escolar" (DISUP 001/2024, datado de 31/01/2024). Segundo a gestora escolar, "a inserção dos pagamentos através de cartão de créditos facilitou muito sua vida, principalmente no momento da prestação de contas, pois em 2023 os valores para pagamentos dos fornecedores eram depositados numa conta bancária, fato que dificultava o controle dos valores".

De acordo com as informações fornecidas pela gestora do CEEBC, no ano de

2023 a escola recebeu um crédito de R\$ 10.220,00 destinado à aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar pelo PNAE, e R\$ 58.600,00 para a compra de gêneros alimentícios convencionais, junto aos fornecedores credenciados que não são agricultores familiares, sendo destacado que este último valor era proibido de ser utilizado para aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar. Para o ano de 2024, o montante destinado à aquisição de gêneros alimentícios convencionais pelos credenciados, permanecerá o mesmo, ou seja, R\$ 58.600,00. Entretanto, o valor destinado à aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (PNAE) sofreu um pequeno reajuste, atingindo o montante de R\$ 15.000,00.

Uma mudança relevante destacada pela gestora escolar é que, em 2024, o valor destinado à aquisição de gêneros alimentícios convencionais pelos credenciados poderá ser investido na compra de produtos provenientes da agricultura familiar, caso o gestor assim julgue necessário. Contudo, segundo a gestora, “esses valores ainda são insuficientes para garantir uma alimentação de acordo com o que rege o PNAE, tendo que a gestão escolar fazer milagre”. A questão do recurso público limitado em relação aos preços de mercado para atender à necessidade de merenda escolar é um desafio crítico enfrentado por muitas comunidades. Com os recursos financeiros disponíveis frequentemente abaixo do ideal, os responsáveis pela gestão das escolas e programas de alimentação escolar enfrentam dificuldades significativas para garantir uma alimentação adequada e nutritiva para os estudantes, conforme apontado pelos cardápios escolares.

O repasse de valor padrão por aluno pelo PNAE é diferenciado apenas por modalidade ou etapa de ensino, sem considerar as particularidades de cada cidade e região “É uma falha grave tratar homogeneamente municípios desiguais, pois isso implica prejudicar os estudantes dos municípios mais pobres, que são os alunos para os quais a merenda escolar traz maior impacto em termos de segurança alimentar” (Braga *apud* Senado, 2023). Com os recursos financeiros disponíveis abaixo do ideal, o desafio se torna duplo: os orçamentos das escolas e programas de alimentação escolar muitas vezes são restritos, enquanto os preços dos alimentos no mercado podem ser voláteis e, por vezes, incompatíveis com esses orçamentos limitados. Isso pode resultar em uma lacuna entre a necessidade de fornecer uma dieta balanceada e os recursos disponíveis para fazê-lo.

Essa lacuna pode ter várias consequências negativas. Primeiro, a qualidade nutricional da comida servida pode ser comprometida, o que afeta diretamente a saúde e o bem-estar dos alunos. Em segundo lugar, pode criar um ambiente onde as escolas precisam fazer escolhas difíceis sobre quais alimentos priorizar e quais deixar de fora, muitas vezes sacrificando a variedade e a qualidade dos alimentos oferecidos. Por fim, pode perpetuar desigualdades, já que as escolas com menos recursos podem ser incapazes de fornecer uma nutrição adequada, deixando os alunos em desvantagem.

A partir da análise do documento intitulado "Orientação Alimentação Escolar" (DISUP 001/2024, datado de 31/01/2024), constatou-se que se trata de um recurso substancial para orientar a gestão escolar no processo de aquisição de alimentos destinados à composição da merenda escolar e principalmente para redução da carga burocrática enfrentada pela gestão escolar. O documento aborda as diretrizes relacionadas à frequência das refeições, à origem dos recursos governamentais, à distribuição de investimentos em produtos agrícolas de origem familiar e não familiar, e aos procedimentos de seleção de fornecedores na esfera da alimentação escolar.

Essas diretrizes refletem uma preocupação em atender às demandas de diferentes agentes inseridos na cadeia de suprimentos desse setor, conforme delineado pela abordagem da logística social, e discutido no Capítulo 3 desta pesquisa. Autores como Carter e Jennings (2002), Svensson e Svensson (2006), Santos (2007), Tenhunen (2008) e Amaral (2008) destacam a importância da logística social, na qual as organizações assumem uma corresponsabilidade pelo desenvolvimento social, o que implica reconhecer a relevância de ouvir e considerar os interesses da comunidade em toda a cadeia de suprimentos, envolvendo proprietários, fornecedores, consumidores, governo e meio ambiente. Sob essa perspectiva, uma instituição de ensino socialmente responsável busca atender às necessidades de todos (escola, fornecedores, consumidores, governo e meio ambiente), incorporando uma visão social em seu planejamento de atividades.

Ao adotar uma abordagem de logística social, as instituições de ensino e os órgãos responsáveis pela gestão da alimentação escolar reconhecem sua corresponsabilidade pelo desenvolvimento social. Isso implica em considerar os interesses e necessidades não apenas dos estudantes, mas também dos produtores agrícolas locais (agricultura familiar), fornecedores de alimentos convencionais,

comunidades envolvidas, governo e meio ambiente. Ao priorizar o investimento em produtos da agricultura familiar, as instituições não apenas promovem o desenvolvimento econômico das comunidades rurais, mas também incentivam práticas sustentáveis de produção agrícola e contribuem para a segurança alimentar local.

Além disso, os procedimentos de seleção de fornecedores, quando conduzidos de maneira transparente e inclusiva, garantem a participação e o envolvimento da comunidade na tomada de decisões relacionadas à alimentação escolar. Dessa forma, a abordagem de logística social aplicada ao contexto da alimentação escolar implica em uma visão mais ampla e integrada, que busca atender às necessidades de todos os envolvidos na cadeia de suprimentos, incorporando preocupações sociais e ambientais em todas as etapas do processo. Para a gestora escolar esse documento representa o principal guia orientador para o ano de 2024 no que concerne à aquisição dos gêneros alimentícios que integram a alimentação escolar, principalmente no que tange às compras de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Ao ser questionada sobre os critérios de seleção dos alimentos destinados à composição da merenda escolar, bem como o processo de elaboração do cardápio da merenda considerando as diretrizes nutricionais, a diretora do CEEBC explicou que segue as orientações presentes nos cardápios padronizados contidos nos documentos intitulados "Cardápio 2024 - NTE 26" (referência em Anexo H), disponíveis no portal da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Essas orientações são aplicáveis a todas as escolas pertencentes à NTE 26. Conforme descrito pela dirigente, o referido documento desempenha um papel crucial na gestão alimentar adequada, pois associa o tipo de ensino oferecido juntamente com os turnos de atividades na escola às refeições necessárias, estipulando quais alimentos cada refeição deve conter, além de detalhar sua composição nutricional.

Efetivamente, o documento intitulado Cardápio 2024 - NTE 26, estabelece:

- Formação Geral turno parcial (matutino): estudantes devem ter acesso ao café da manhã e ao almoço;
- Formação Geral turno parcial (vespertino): estudantes devem ter acesso ao almoço e ao lanche da tarde;

- Formação Geral turno integral: estudantes devem ter acesso ao café da manhã, ao almoço e ao lanche da tarde;
- EJA (noturno): estudantes devem ter acesso à ceia;
- Proeja (noturno): estudantes devem ter acesso à ceia;
- Educação Profissional (Noturno): estudantes devem ter acesso à ceia.

Adicionalmente aos dados relativos aos tipos de turnos e às refeições oferecidas, foi constatado que os cardápios são elaborados por uma equipe composta por quatro profissionais nutricionistas e são orientados a permanecer fixados na área da cozinha da escola, estando também disponíveis para consulta pela comunidade escolar, conforme estipulado pela Resolução FNDE nº 06/2020. Esses cardápios representam uma ferramenta fundamental para a gestão escolar, pois apresentam de forma clara e detalhada a composição de cada refeição, simplificando o trabalho das responsáveis pela preparação das refeições e assegurando, ao menos de modo documentado, a cobertura de 70% das necessidades nutricionais diárias dos estudantes.

Sobre os procedimentos utilizados para prestar contas dos recursos destinados à aquisição da merenda escolar, a diretora do CEEBC aponta que quando realiza o pagamento no ato do recebimento dos alimentos, seja por meio do cartão PNAE ou pelo cartão FAED ALIMENTAÇÃO, o fornecedor precisa entregar junto com os alimentos a nota fiscal referente ao que está sendo entregue; a gestão escolar, por sua vez, precisa realizar o lançamento da nota fiscal e informações do fornecedor no sistema "Transparência na Escola", por meio do link <http://www.sec.ba.gov.br/transparencia/app/acesso.asp?acao=4&operacao=1>.

Segundo a diretora escolar, o sistema "Transparência na Escola" foi desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia com o objetivo principal de promover maior transparência e prestação de contas nas escolas públicas estaduais.

Trata-se de uma plataforma on-line que permite o acesso público a informações relevantes sobre as instituições de ensino, tais como dados financeiros, orçamentários e de gestão. A iniciativa visa fortalecer a participação da comunidade escolar e da sociedade civil no acompanhamento das atividades escolares, bem

como na fiscalização do uso dos recursos públicos destinados à educação. Por meio do sistema "Transparência na Escola", os cidadãos podem verificar informações sobre despesas, investimentos, projetos pedagógicos, infraestrutura escolar, quadro de funcionários, entre outros aspectos relacionados à gestão escolar. Além disso, o sistema contribui para a promoção da responsabilização e prestação de contas por parte das autoridades educacionais, incentivando a transparência na aplicação dos recursos e o alcance de uma gestão mais eficiente e eficaz nas escolas.

No contexto mais amplo da educação pública, o "Transparência na Escola" representa um importante instrumento para o fortalecimento da governança e da democracia participativa, ao permitir que a comunidade tenha acesso a informações relevantes e possa colaborar ativamente no processo de melhoria da qualidade da educação oferecida nas escolas estaduais da Bahia.

Após a inserção da nota fiscal no sistema "Transparência na Escola", o documento físico é associado à cópia do comprovante de pagamento, o qual é gerado a partir da transação realizada na máquina de cartão do fornecedor. Em seguida, essa documentação é juntada a um formulário com informações sobre a compra e agrupada com outras notas fiscais e arquivadas para serem encaminhadas, ao final do exercício, à Secretaria de Educação do Estado.

Questionada sobre os métodos de monitoramento e fiscalização da qualidade dos alimentos adquiridos para a merenda escolar, em conformidade com as exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a dirigente escolar informou que tal responsabilidade recai sobre as próprias merendeiras. Elas realizam inspeções e, ao identificarem alimentos deteriorados, documentam o ocorrido por meio de fotografias e informam à gestão escolar, que por sua vez entra em contato imediato com o fornecedor para comunicar o incidente e providenciar a substituição do alimento. A gestora acrescentou que não existe uma normativa específica que estipule critérios para determinar se um produto está deteriorado, nem como deve ser conduzida essa análise; tudo é decidido com base no discernimento das merendeiras.

Por fim, foi questionado à diretora do CEEBC se há um meio de comunicação disponível para os gestores escolares esclarecerem dúvidas ou obterem informações adicionais sobre as diretrizes do PNAE relacionadas à aquisição da merenda escolar. A gestora mencionou a existência de um ponto de contato na Secretaria de Educação do Estado designado para atender às demandas de esclarecimento das escolas

afiliadas ao NTE 26. Ela ressaltou que sempre que surgem dúvidas, busca esse ponto de contato, que está sempre disponível para prestar assistência.

Nesta seção, o autor desta tese buscou fornecer uma análise documental a partir do depoimento de gestão do processo de aquisição de alimentos como mercado institucional pelo PNAE no contexto do CEEBC. Esta análise foi delineada com especial atenção aos documentos oficiais, aos critérios de seleção de fornecedores, à definição de alimentos, à elaboração de cardápios, à prestação de contas, ao monitoramento da qualidade dos alimentos e aos canais de comunicação pertinentes.

A análise documental conjuntamente com as informações obtidas durante a entrevista com a gestora escolar do CEEBC revelou a intrincada natureza da realidade enfrentada pela gestora educacional. A dirigente delineou um procedimento complexo e burocrático para aquisição de alimentos destinados à merenda escolar, contudo, destacou sua eficácia na garantia do cumprimento da exigência da lei em destinar no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE ao PNAE para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar. Apesar da complexidade e burocracia inerentes ao processo de aquisição, é discernível uma tendência de aprimoramento do sistema quando comparado ao período recente, resultando em uma redução da carga burocrática enfrentada pela gestão escolar.

A análise dos documentos e a fala da gestora do CEEBC também evidenciam que o agricultor familiar enfrenta dificuldades burocráticas, assim como foi apontado por diferentes autores, Souza (2012); Cavalheiro, Senna e Ribeiro (2016); Mossmann *et al.* (2017); Gomes e Bezerra (2019) no Capítulo 3 desta tese, e na entrevista com os agricultores familiares, quando relataram suas dificuldades na compreensão dos processos licitatórios, tanto realizados pelas escolas quanto pela Secretaria de Educação, para a aquisição da merenda escolar. Esta complexidade administrativa quando aliada ao fato da escola ter preferência em receber as entregas dos alimentos em quantidades menores e de forma semanal, especialmente quando a instituição de ensino não dispõe de estrutura adequada para o armazenamento por períodos prolongados, e a baixa capacidade logística do agricultor familiar para realizar entregas fracionadas em intervalos semanais, leva à percepção de que a entrada no PNAE é desestimulante, o que afeta negativamente o envolvimento dos agricultores no Programa, contribuindo para integração do produtor rural com, ao menos, uma

cooperativa, pois só realizando esse tipo de parceria consegue aderir ao programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, intitulada *Condicionantes Sociais na Logística de Distribuição para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar*, teve como objetivo geral demonstrar que a existência de condicionantes sociais na logística de distribuição de alimentos originários da agricultura familiar para alimentação escolar pelo PNAE, reduz a eficácia da gestão escolar no cumprimento da Lei Federal nº 11.947, em contexto de insegurança alimentar no Brasil. Ao longo deste trabalho, foram investigados aspectos relacionados à legislação do PNAE, à dinâmica da distribuição de alimentos, às teorias econômicas de Keynes e Kalecki, à organização cooperativa dos agricultores familiares, e à logística social como um elemento fundamental para a compreensão e abordagem dos problemas enfrentados nesse contexto.

No caminhar investigativo para atingir o objetivo geral desta pesquisa, foram revelados alguns pontos considerados relevantes e que serão abordados nessas considerações finais. Uma dessas constatações é que os condicionantes sociais desempenham papel central na eficácia da gestão escolar no cumprimento da legislação vigente, especialmente em face da insegurança alimentar que assola a população brasileira em idade escolar. Os condicionantes atuam como limitadores das possibilidades de garantia do fornecimento/ aquisição dos alimentos oriundos da agricultura familiar, onde a insegurança alimentar também foi identificada. No entanto, é importante ressaltar que ficou demonstrado, no Capítulo 2 da tese, que essa insegurança alimentar não decorre da escassez de produtos alimentícios, tendo em vista que o Brasil ocupa lugar de destaque internacional como fornecedor de alimentos que se transformam em matéria prima para diferentes indústrias.

Embora seja, por si só evidente, cabe salientar que embora o PNAE estipule que 30% da merenda escolar seja adquirida da agricultura familiar, essa exigência não implica necessariamente que este grupo seja o principal fornecedor, visto que essa parcela representa uma proporção relativamente pequena em comparação com os 70% destinados aos grandes produtores, os quais são os principais fornecedores. Assim, caso os agricultores familiares optem por não direcionar sua produção para o mercado institucional devido à garantia de um canal de escoamento de seus produtos, isso não constituiria um problema; ao contrário, indicaria a eficácia

do funcionamento do mercado. Inadequações na dinâmica de comercialização, sim, representam os verdadeiros desafios enfrentados pelo setor.

A exigência legal de que parte da merenda escolar seja proveniente da agricultura familiar representa um avanço normativo importante, mas esbarra em dificuldades estruturais e organizacionais que limitam a participação efetiva dos agricultores familiares nesse processo. O estudo identificou desafios a serem superados relacionados à infraestrutura de transporte e armazenamento, aos processos licitatórios complexos, à dependência dos grandes produtores na cadeia de suprimentos, bem como à falta de uma abordagem inclusiva e participativa que leve em consideração os aspectos sociais envolvidos na distribuição de alimentos.

Com a pesquisa também foi possível apontar que o repasse de recursos financeiros padronizados por aluno, conforme estabelecido pelo PNAE, não leva em consideração as especificidades de cada cidade e região. A alocação de recursos financeiros é diferenciada apenas com base na modalidade ou etapa de ensino, podendo, assim, implicar prejuízo aos estudantes dos municípios mais pobres, que são os alunos para os quais a merenda escolar traz maior impacto em termos de segurança alimentar. Diante da disponibilidade de recursos financeiros muitas vezes abaixo do ideal, surge um desafio duplo: os orçamentos das escolas e programas de alimentação escolar frequentemente são limitados, enquanto os preços dos alimentos no mercado podem ser voláteis e, por vezes, incompatíveis com tais orçamentos restritos. Isso pode gerar uma lacuna entre a necessidade de oferecer uma dieta equilibrada e os recursos disponíveis para tal.

Essa lacuna pode acarretar diversas consequências negativas. A qualidade nutricional das refeições servidas pode ser comprometida, o que impacta diretamente na saúde e bem-estar dos alunos. Pode ser criado um cenário no qual as escolas precisam tomar decisões difíceis sobre quais alimentos priorizar e quais deixar de fora, muitas vezes sacrificando a variedade e qualidade dos alimentos oferecidos. Por fim, essa situação pode perpetuar desigualdades, uma vez que as escolas com recursos financeiros mais limitados podem não ser capazes de prover uma nutrição adequada, colocando os alunos em situação de desvantagem.

A análise das teorias econômicas de Keynes e Kalecki proporcionou percepções importantes sobre a relevância dos investimentos, tanto públicos quanto privados, principalmente a teoria de Keynes que aponta a importância do Estado

intervir na economia sempre que necessário, a fim de evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego, tendo em vista que economia liberal-capitalista não disponibiliza mecanismos e ferramentas capazes de garantir a estabilidade empregatícia de um país e que o poder público deveria investir em áreas que as empresas privadas negligenciaram. Tem-se na ação do Estado, um dos condicionantes de restrição à eficácia da própria Política Pública.

Constatação específica desta pesquisa é justamente a ineficácia estrutural da logística de distribuição no Brasil, que impacta diretamente a qualidade dos produtos fornecidos às instituições de ensino público, trazendo desafios relacionados à infraestrutura viária, aos custos de transporte e ao acondicionamento dos alimentos. É imperativo internalizar no pensar e intervir de Estado, abordagem integrada que considere não apenas aspectos técnicos, mas também sociais e econômicos. Nessa perspectiva, observa-se que as desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade brasileira são influenciadas, em parte, pela falta de efetividade da intervenção do Estado que objetive redução das desigualdades entre os agentes econômicos na dinâmica da economia, o que contribui para manter e reproduzir, como condicionantes sociais, os desafios enfrentados pelos agricultores familiares na área da logística.

O Estado, enquanto agente central, desempenha um papel crucial nesse contexto, sendo responsável por garantir os direitos fundamentais da dignidade humana. É imprescindível que haja uma intensificação da intervenção pública para promover e assegurar investimentos na logística de distribuição da agricultura familiar, especialmente no contexto do PNAE. Destaca-se, portanto, a importância das políticas públicas como ferramentas essenciais para garantir e efetivar tais direitos fundamentais.

Outrossim, os investimentos realizados na logística de distribuição devem ser orientados por uma abordagem da logística social, que leve em consideração não apenas os aspectos econômicos, mas também os aspectos sociais e ambientais envolvidos na distribuição de alimentos. É nesse sentido Keynesiano e da logística social que as políticas públicas podem desempenhar um papel fundamental na promoção de uma distribuição mais eficaz e inclusiva, garantindo a participação de todos os agricultores, inclusive os familiares. No entanto, é essencial que essas políticas sejam flexíveis o suficiente para atender às diferentes realidades e

necessidades das comunidades agrícolas em todo o país. Portanto, a abordagem da logística social emerge como uma alternativa promissora para enfrentar os desafios da distribuição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE. Ao considerar não apenas os aspectos técnicos, mas também as dimensões sociais e ambientais, essa abordagem pode contribuir para uma distribuição mais justa e sustentável, que promova não apenas o acesso à alimentação, mas também o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais.

Com base nos dados e análises apresentados, conclui-se que a atividade de transporte de alimentos do produtor ao consumidor final configura-se como um processo complexo, cuja execução eficaz enfrenta desafios consideráveis. Essa complexidade advém do fato de que tal atividade não se limita à esfera logística, mas envolve a interseção de múltiplas dimensões da vida social, abrangendo projetos civilizatórios urbanos e rurais, diferentes segmentos econômicos, agentes sociais, o setor privado capitalista, além de sujeitos sociais definidos por classe, gênero e idade no contexto da dinâmica demográfica. A ineficiência estrutural dessa atividade constitui um importante condicionante social, impactando de maneira significativa a logística de distribuição. Sob uma perspectiva macroeconômica, e considerando os achados da pesquisa bibliográfica sistemática realizada, verifica-se que uma solução potencial para mitigar os obstáculos enfrentados pelas infraestruturas logísticas que atendem aos sistemas agroalimentares, tanto para abastecimento interno quanto externo, reside na intensificação da intervenção do setor público. Essa estratégia está em consonância com as perspectivas teóricas de Keynes (1982) e Kalecki (1997), que fundamentam o papel do Estado na regulação e estímulo da economia, especialmente em áreas críticas como a distribuição e logística.

Com os estudos é possível concluir que as características sociais de desigualdade da sociedade brasileira são notáveis; em parte, devido ao modo de intervenção governamental na esfera econômica, o que acarreta implicações significativas nos desafios enfrentados pelos agricultores familiares no contexto logístico. Nessa ótica, em que o Estado figura como um agente primordial, incumbido de salvaguardar os direitos básicos da dignidade humana, torna-se imperativo o aprimoramento da intervenção pública com vistas a fomentar e viabilizar investimentos na logística de distribuição da agricultura familiar, especialmente em

conformidade com os requisitos do PNAE. Destaca-se, portanto, a essencialidade das políticas públicas como instrumentos fundamentais para a garantia e efetivação desses direitos fundamentais.

A pesquisa também evidenciou o papel crucial da organização cooperativa para os agricultores familiares na promoção de uma logística de distribuição mais eficiente e inclusiva. A integração do produtor rural com cooperativas facilita a distribuição de alimentos para as escolas e reduz as dificuldades burocráticas administrativas enfrentadas pelo agricultor familiar, fortalecendo sua posição na cadeia de suprimentos e sua participação no PNAE. Ou seja, a acessibilidade dos alimentos provenientes da agricultura familiar para os alunos das instituições públicas de ensino no âmbito estadual em Salvador, Bahia, é consideravelmente facilitada pela cooperação do produtor rural familiar com, no mínimo, uma cooperativa. É relevante ressaltar a falta de políticas públicas elaboradas com a participação dos diversos segmentos envolvidos e voltadas para a logística social, um relevante condicionante social da ineficácia. Esta ausência emergiu na pesquisa como dificuldade significativa na consecução de uma ligação direta entre o agricultor familiar e a escola.

O estudo também demonstra que na logística, a gestão técnica de infraestrutura e organização de equipe de trabalho é uma parte da sua responsabilidade social no processo da alimentação escolar, que supõe a compreensão sobre quais tipos de produtos a escola precisa comprar do agricultor familiar, conforme a lei, na direção de contribuir na garantia da alimentação adequada do aluno. Nesse sentido, há a interseção entre a necessidade do aluno de se alimentar, a capacidade do produtor familiar de fornecer esse alimento e a implementação de uma política pública com implicações sociais na logística de distribuição, cujo objetivo é viabilizar a chegada desses alimentos à escola no prazo acordado com a gestão escolar, em condições adequadas para consumo e no preço justo.

A pesquisa corrobora a hipótese deste autor de que a existência de um mercado estabelecido para a compra de alimentos destinados à merenda escolar nas instituições de ensino público evidencia não apenas a dimensão social das disparidades que resultam em insegurança alimentar entre os alunos, mas também a fragilidade enfrentada pela agricultura familiar. Esta última, em sua capacidade de

adaptação dentro da dinâmica do sistema capitalista, tende a se submeter à integração vertical na cadeia de produção por meio da logística de distribuição de alimentos, a qual molda o processo produtivo sem considerar os modos de vida dos diversos contextos rurais envolvidos. Entretanto, nota-se a ineficácia desse sistema de mercado devido à diminuição da oferta direta de produtos provenientes de agricultores familiares para as escolas públicas estaduais de Salvador-BA. Isso acarreta impactos institucionais que colocam a administração escolar diante do desafio de cumprir de forma eficaz a obrigação estabelecida pelos artigos 2º e 14 do PNAE.

Esta pesquisa lança luz sobre os desafios e oportunidades da logística de distribuição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE. Ao reconhecer a complexidade dessa questão e a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar para a problemática como um todo, fundamenta-se na logística social. A superação dos entraves de eficácia na efetivação do PNAE balizam subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de intervenção que promovam uma distribuição mais eficaz, inclusiva e sustentável, de alimentos, contribuindo para o alcance dos objetivos do PNAE, nos artigos 2º e 14, e, conseqüentemente, para o bem-estar da população brasileira em idade escolar e do produtor rural familiar.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. R. D. de; Costa, G. N. da. (2019). Avaliação da Situação Nutricional no Brasil: Efeitos Regionais e da Renda. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 17, n. 1, p. 8-29. Disponível em: <https://doi.org/10.25070/rea.v17i1.7944>. Acesso em: 06 abr. 2023
- AGUIAR, D.R.D.; COSTA, G.N. The impacts of the food-feed-fuel competition on Brazilian food supply. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 15, n. 2, p. 163-182, 2017.
- ALMEIDA, Ana Márcia Pádua. Sistema de Canais de Distribuição: Um Estudo de Caso na Indústria Alimentícia Mineira. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n. 8, 1. trim. 1999.
- AMARAL, João Antônio da Cunha. **A logística internacional como diferencial competitivo para as empresas envolvidas nas importações e exportações brasileiras**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- AMARAL, L. de S. *et al.* O papel das Cadeias Curtas de Comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: o caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES). **Desenvolvimento Meio Ambiente**, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 494-516, dez. 2020.
- ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruse Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n. 3, p. 319–326, 2007. DOI: 10.1590/S1519-38292007000300011.
- BACCARIN, J. G. Alimentação Escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo. *In*: CONGRESSO DA SOBER, 49, 2011, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: SOBER, 2011.
- BACCARIN, J. G. ; TRICHES, R. M. ; TEO, C. R. P. A. ; SILVA, D. B. P. Indicadores de Avaliação de compras da agricultura familiar para alimentação escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba, v. 55, n. 1, p. 103-122, jan./mar. 2017.
- BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia logística** – Logística Empresarial. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2005.
- BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão agroindustrial**. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. v. 1.
- BAVA, S. C. Circuitos curtos de produção e consumo. *In*: FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL. **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro, 2012, p.178-187.
- BAHIA. CEEBC. Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia: quem somos, 2011. Disponível em: <http://edvaldobrandaocorreia.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

- BAVARESCO, Pedro Antônio; MAURO, Fabiana. Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino. *In: Fórum de Especialistas: Programas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe*, 2012, Santiago. **Anais** [...] Santiago: FAO, 2012. p. 1-7. Disponível em: http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/documentos/Foro_expertos/Articulos/Artigo_Pedro_Bavaresco.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil, Saúde e Sociedade v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Carta de Olinda. *In: II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Consea; 2004.
- BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595–607, 2009. DOI: 10.1590/S1415-52732009000500001.
- BELLUZZO, L.G. DE M; ALMEIDA, J. S. G. Enriquecimento e Produção: Keynes e a Dupla Natureza do Capitalismo. *In: PAULA, L. F. e SICSÚ, J. (org.). Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 247 – 257.
- BELLUZZO, L.G. DE M; ALMEIDA. **Economia, estado e democracia**. Lua Nova [Internet]. 1993 Apr;(28-29):201–8. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0102-6445199300010000>
- BERTAGLIA, Paulo R. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.
- BIAZI, J.D.; BERTOL, R.; CARNEIRO, M.C. Armazéns em unidades centrais de armazenamento. *In: LORINI, I.; MILKE, L.H.; SCUSSEL, V.M. (ed.). Armazenagem de grãos*. Campinas: Instituto Bio Geneziz, 2002. cap. 3, p. 157-174.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. *In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 147-176.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística Empresarial: o Processo de Integração da Cadeia de Suprimento**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística Empresarial: o Processo de Integração da Cadeia de Suprimento**. São Paulo: Atlas, 2011.
- BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística empresarial: o Processo de Integração da Cadeia de Suprimento**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2o do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5154-23-julho-2004-533121publicacaooriginal-16200-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 1 jun. 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19141207/do1-2017-06-01-decreto-n-9-064-de-31-de-maio-de-2017-19141197 . Acesso em: 20 maio. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.679, de 2 de agosto de 2023. Estabelece o Plano Brasil Sem Fome. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2023. Disponível em: <link>. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Decreto/D11679.htm. Acesso em: 17 maio. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Safra 2023/2024**. [Brasília]: Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2023-2024/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

BRASIL. Planalto. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 10 set. 2021.

Brasil. Planalto. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006. [internet]. [acesso em 21 de dez 2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm .

BRASIL. Resolução CD/FNDE n. 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE no 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 abr. 2015. Seção 1, p. 10.

Brasileiro para o escoamento da Produção de Soja do Centro-Oeste: situação e **perspectivas**. Rev. Econ. Sociol. Rural. Brasília, vol. 48, n.2, p. 447-472, abr./jun. 2010. ISSN 0103-2003. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032010000200009>.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**, 1930-1964. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968 [5ª edição. São Paulo: Ed. 34, 2003].

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O caráter cíclico da intervenção estatal. **Revista Brasileira de Economia Política**. Centro de Economia Política, v. 9, n. 3, 1989.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a. 34, nº 133, jan.-mar. 1997, p. 90. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198/r133-10.PDF?sequence=4>. Acesso em: 12 mar. 2023

BUSATO, M. I.; REIF, A. C.; Possas, M. L. Uma tentativa de integração entre Keynes e Kalecki: investimento e dinâmica. **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 3 (156), p. 509-526, jul-set, 2019.

CAIXETA FILHO, J.V.; GAMEIRO, A.H. Transporte e Logística em Sistemas

- Agroindustriais. *In*: CAIXETA FILHO, J.V.; GAMEIRO, A.H (org.). **Particularidades das Modalidades de Transporte**. São Paulo, Atlas, 1 ed., cap. 03, p. 62-133, 2001.
- CAIXETA FILHO, J. V. Logística para a agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 103, p. 18-30, 2010.
- CARTER, Craig R.; JENNINGS, Marianne M. Logistics social responsibility: an integrative framework. **Journal of business logistics**, v. 23, n. 1, p. 145-180, 2002.
- CASTILLO, R. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v.3, p. 33-43, 2007.
- CAVALHEIRO, Alex Cesar Marques; SENNA, Ana Júlia Sarmiento Barata; RIBEIRO, Ricardo Alves. Análise de fornecimento de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de São Gabriel-RS. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 38, n. 2, p. 906-912, maio/ago. 2016.
- CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, Montpellier, n. 1-2, fev./mar. 2007.
- CHING, Hong Yuh. **Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira**: grãos, décimo primeiro levantamento, safra 2013/14. Brasília: CONAB, 2015. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_02_09_09_15_16_boletim_graos_fevereiro_2015.pdf. Acesso em: 2 jan. 2023.
- CONFEDERAÇÃO Nacional do Transporte. **Boletim Estatístico**, 2016. Disponível em: www.cnt.org.br. Acesso em: ago. 2022.
- CONFEDERAÇÃO Nacional do Transporte. **Boletim Estatístico**, 2021. Disponível em: www.cnt.org.br. Acesso em: set. 2023.
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Carta de Olinda**. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Consea; 2004.
- CONTINI, Elisio; ARAGÃO, Adalberto. **O Agro brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas**. Embrapa, 2021. Disponível em: <https://agroemdia.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Populacao-alimentada-pelo-Brasil.pdf>. Acesso em: 17 abril. 2024.
- CONTAG, 2023. **Agricultura Familiar**: quem não vive dela, depende dela para viver! Anuário Estatístico da Agricultura Familiar – 2023. ano 2. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17916-696048-anua%CC%81rio-agricultura-2023-web-revisado.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- CONTERATO, Marcelo. NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; SCHNEIDER, Sergio. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. *In*: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio (org.). **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67- 89.
- CORREA, Vivian Helena Capacle; RAMOS, Pedro. A Precariedade do Transporte Rodoviário Brasileiro para o escoamento da Produção de Soja do Centro-Oeste: situação e perspectivas. **Revista Brasileira de Economia Rural e Sociologia**

(Revista de Economia e Sociologia Rural -RESR) , Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, v. 48 n. 2, p. 1-26, junho, 2010.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015. Disponível em: Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Costa, S. da S. Pandemia e desemprego no Brasil, **Rev. Adm. Pública** v. 54, n. 4, 2020.

COUNCIL OF LOGISTICS MANAGEMENT (CLM). **Supply Chain Management Definitions and Glossary** (2015). Disponível em: http://cscmp.org/CSCMP/Educate/SCM_Definitions_and_Glossary_of_Terms/CSCMP/Educate/SCM_Definitions_and_Glossary_of_Terms.aspx?hkey=60879588-f65f4ab5-8c4b-6878815ef921. Acesso em: 04 ago. 2022.

DAROLT, M. R. **Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Ecológicos: Reconectando Produtores e Consumidores**. In: ROCHA, Eloisa Morgado de Andrade; SPERANDIO, Daniel; XAVIER, Lucimara Baptista (orgs.). *Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

CRONIN, P.; Ryan, F.; COUGHLAN, M. (2008). Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês**. *Agriculturas*, v. 10, n. 2, 2013.

DASKIN, M.S. Logistics: an overview of the state of the art and perspectives on future research. **Transportation Research - A**, v. 19A, n. 5/6, p. 383- 393, 1985.

DE LIMA, Jandir Ferrera; PITAGUARI, Sinival. As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais, **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 6, n. 10, mar. 2005.

PAULA, N. M; SANTOS, Valéria Faria; PEREIRA, Wellington Silva. A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 2, outubro, 2015, p. 294-314 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Brasil.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico. Nota Técnica 2020 - O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a segurança alimentar e nutricional na crise da Covid-19: PL 786A/2020 e propostas do Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec231Pnae.html>. Acesso em: 09 mar. 2023.

DORNIER, P.P.; ERNEST, R.; FENDER, M.; KOUVELIS, P. **Logística e Operações Globais: Textos e Casos**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

DRUCKER, Peter. **O Gerente Eficaz**. São Paulo: Nobel, 2006.

DUBKE, A. F. **Modelo de localização de terminais especializados: um estudo de caso em corredores de exportação da soja**. 2006. 177p. Tese (Doutorado em Engenharia Industrial) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro, 2006.

ELIAS, L. P.; BELIK, W.; CUNHA, M. P.; GUILHOTO, J. J. M. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019.

EMBRAPA. **Geopolítica de Alimentos** - Brasil como fonte estratégica de alimentos para a Humanidade. Vieira, A.; Contini, E.; HENZ, G.; NOGUEIRA, V. G. (Editores Técnicos). Brasília: Embrapa, 2019, 317 p.

ERHART, Sabrina; PALMEIRA, Eduardo Mauch. Análise do Setor de Transportes. Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 71, dez. 2006. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/index.htm> . Acesso em: 17 ago. 2023.

ESALQ-LOG – Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2014.

UCHÔA DE MENDONÇA, L. C.; PEREIRA BATISTA, J. C.; COUTO DO NASCIMENTO, A.; DOS SANTOS SÁ, M.; BARROS DE SOUZA LEITE, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma Análise da Importância da Logística de Distribuição. Congresso de Gestão, Negócios e Tecnologia da Informação – CONGENTI, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/congenti/article/view/8434> . Acesso em: 17 ago. 2023.

FAOSTAT. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso: 11 nov. 2020.

FIGUEIREDO, K.; ARKADER, R. Da distribuição física ao supply chain management: o pensamento, o ensino e as necessidades de capacitação em logística. **Revista Tecnológica**, São Paulo, n. 33, p. 16, 1998.

FLEURY, A. C. C.; FLEURY, M. T. L. Estratégias competitivas e competências essenciais: perspectivas para a internacionalização da indústria no Brasil. **Gestão e Produção**, v.10, 2003.

FLEURY, P. F., WANKE, P., FIGUEIREDO, K. F. **Logística Empresarial: A Perspectiva Brasileira**. 1. ed. 15 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

FMI: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices>. Acesso: 01 nov. 2021.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Alimentação Escolar. 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FRANÇOIS, M. Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos. Inovação no meio rural. **Caderno n. 7**. [s. l.]: Observatório Europeu LEADER, jul. 2000.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. *In*: BELIK, L.; MALUF, R.S. **Abastecimento e segurança alimentar**. Campinas: Unicamp, 2000. p.1-21.

GABAN, A.C; GUARNIERI, P. Identificação de gargalos na logística agroindustrial: revisão sistemática da literatura. *In*: CONGRESSO DA SOBER, 53., 2015, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa, 2015.

GARAY, Angela. Gestão. *In*: CATTANI, Antonio David; HOZLMANN, Lorena (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (org.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOMES, F. S.; RIBEIRO, P. C. C. **Gestão da cadeia de suprimentos integrada à tecnologia da informação**. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

GOMES, L. S.; BEZERRA, J. A. B. Alimentação escolar e desenvolvimento social local: o caso da aquisição de gêneros da agricultura familiar. **Educação & formação**, v. 4, n. 11, p. 97-116, 2019.

GRAMALINA, L. L. Chamada Pública: Instrumento Legal de Compras da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. *In*: CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Orgs). Projeto Nutre SP: Análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010

GREGOLIN, Graciela Caroline *et al.* Participação da agricultura familiar como fornecedora da alimentação escolar no território sudoeste do Paraná. **Nucleus**, Ituverava, v. 13, n. 1, p. 169-184, abr. 2016.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *In*: **Anais [...]** 47º Congresso da SOBER, Porto Alegre, 2009.

GRISA, C.; WESZ Jr., V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o PRONAF: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.52, n.2, p. 323-346, 2014.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155–180.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469–483, 2013. DOI: 10.1590/s1982-45132013000300003

HOFFMANN, R. **Determinantes da insegurança alimentar no Brasil em 2004 e 2009, Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 219–235, 2013. DOI: 10.20396/san.v20i2.8634599. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634599> . Acesso em: 01 dez. 2023

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 18 jan. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Agricultura Familiar Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 365p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Capacidade de Armazenamento de Grãos no Brasil: Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 18 jan. 2023.

IGC - INTERNATIONAL GRAINS COUNCIL. Disponível em: [https:// AgroStat \(MAPA\). http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm](https://AgroStat(MAPA).http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm) . Acesso em: 01 nov. 2021.

KAC, G.; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, G. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 4-5, 2003, Suplemento.

KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os economistas).

KENT, John L.; FLINT, Daniel J. Perspectives on the Evolution of Logistics Thought. **Journal of Business Logistics** v.18, n.2, p. 15-29, 1997.

KEYNES; John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (Tradução do original em inglês 1936). São Paulo: Atlas, 1970.

KEYNES, J. M. (1982 [1936]) **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz; Revisão técnica de Cláudio R. Contador. São Paulo: Atlas, 1982.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1996.

LEÃO, M. (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Abrandh, 2013, 263 p.

LEITÃO, Marília (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.

LIMA, G. S. **Integrados ou Independentes?** Um Estudo acerca das relações de produção na Avicultura do Recôncavo da Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, 2015.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MACHADO, J. T. M.; BRATKOWSKI, G. R.; OLIVEIRA, L. D.; NASCIMENTO, E. R. M.; SILVA, V. L. Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar e os problemas para a aquisição de produtos da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 17, n. 1, p. 271-286, 2021.

MAIA, L. R.; SOUSA, L. C. M. de. Agricultura familiar e circuitos curtos de comercialização de alimentos: um estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Campo Maior - PI. *In*: GÓMEZ PERAZZOLI, A.; GAZZANO, I.; CARTELLE, A.; BIZZOZERO, F. (orgs.). **Abastecimento alimentar redes alternativas e mercados institucionais**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 345-364.

MALUF, R.S. **Segurança alimentar e nutricional**. 2. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil, Rede PENSSAN, 2021.

MALUF, Renato Sergio; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate** - Unicamp,

Campinas, v. IV, p. 23, 1996.

MARQUES, Amanda de Andrade *et al.* Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1329-1341, out./dez., 2014.

MARQUES, Paulo Eduardo; RETIÈRE, Morgane; ALMEIDA, Nayla; SANTOS, Carolina Ferraz Dos. A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: estudo de casos em municípios paulistas da região administrativa de Campinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 101–112, 2017. DOI: 10.20396/san.v24i2.8649835.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. **Food supply chain approaches**: exploring their role in rural development, *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MARTINS, R.S.; LOBO, D.S.; ALVES, A.F.; SPROESSER, R.L. Fatores relevantes na contratação de serviços em terminais intermodais para granéis agrícolas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 2, p. 347-364, abril/junho, 2014.

Menezes, F. & Motta, R. Direito humano à alimentação no Brasil em contexto de pandemia: desafios e perspectivas. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, 27, p. 1-17, 2020.

MEGGINSON, Leon C.; Mosley, Donald C.; Pietri, Jr., Paul H. Administração: conceitos e aplicações. São Paulo: Harbra, 1986.

MOSSMANN, Márcia Pozzagnol *et al.* Interface Between Family Farming and School Feeding: barriers and coping mechanisms from the perspective of different social actors in Southern Brazil. **Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília**, v. 55, n. 2, p. 325-342, abr./jun. 2017.

Muniz, Tiago Pereira. Educação profissional e inserção social: Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia / Tiago Pereira Muniz. – Salvador, 2019. 120 f.

MUSETTI, M. A. **A identificação da entidade gestora logística: uma construção para seu processo de formação e educação**. 2000. 159 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.

NOGUEIRA, R. M.; VILLAR, B. S.; BARONE, B.; LEONI, K. R.; GUIMARÃES, S. L. Q.; BEHRENS, J. H. Interpretação dos gestores da região de Campinas sobre a Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 27, p. e020001- e020001, 2020.

NOVAES, A. G. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2015.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**: estratégia, operações e planejamento. Rio de Janeiro: Campos, 2001.

OJIMA, Andréa L. R. O.; YAMAKAMI, Akebo. **Modelo de Programação Quadrática para Análise da Movimentação Logística e Comercialização da Soja Brasileira**. Eng. Agríc., Jaboticabal, v.26, n.2, p.552-560, maio/ago. 2006.

OLIVEIRA, L. G.; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá,

Minas Gerais, Brazil. **Ciência rural**, v. 47, n. 1, e201603095, 2017.

OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; JAIME, Patricia Constante. O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 1108–1121, 2016. DOI: 10.1590/S0104-12902016158424.

ONU - Organização das Nações Unidas. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo: Transformando Sistemas Alimentares para Alcançar a Agenda 2030**. Roma, 2020.

PAULI, R. I. P.; STEIDNORFF, K.; OLIVEIRA, S. V.; MARINHO, L. S. A Operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas Escolas Municipais de Santa Maria (RS). **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 25, n. 3, p. 1371-1395, 2020

PEDRAZA, Dixis Figueroa; DE MELO, Nadinne Livia Silva; SILVA, Franciely Albuquerque; ARAUJO, Erika Morganna Neves. Evaluation of the National School Food Program: Review of the literature. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1551–1560, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018235.17832016.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, p. 909–916, 2013. DOI: 10.1590/s1413-81232013000400002.

PÉRA, T. G. É crucial que a infraestrutura logística cresça mais do que a produção. [Entrevista cedida a] Tiago Cordeiro. *In*: INSPER. Home/Noticias, p.1, ago/2022. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/e-crucial-que-a-infraestrutura-logistica-cresca-mais-do-que-a-producao/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

PERA, Thiago Guilherme. **Modelagem das perdas na agrologística de grãos no Brasil: uma aplicação de programação matemática**. 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas Logísticos) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.3.2017.tde-17072017-160658

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, ADD A construção de mecanismos alternativos de mercados de alimentos ecológicos como forma de redesenhar os sistemas agroalimentares: uma proposta dos circuitos de proximidade. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS; 6., 2013, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: UFSC, 2013. v.1.

PESSOTI, F. C. C. L.; PESSOTI, G. C. **Panorama econômico da Bahia no século XXI**. Fortaleza: BNB Conjuntura Econômica. p. 385-408, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_24.pdf/648d12c9-650c-4cf0-effb-d13f21da463d. Acesso em: 18 jan. 2023.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO, Tatiana Resende *et al.* Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 256-268, dez. 2013.

QUEIROZ, G. de A.; FELIZARDO, ETM; OLIVEIRA, PGM de; ROCHA, B. da S.; ASSUNÇÃO, MVD de; ARAÚJO, FTDS. O uso indiscriminado do termo logística social. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.] , v. 6, n. 5, pág. 29184–

29193, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n5-390. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10308>. Acesso em: 02 abr. 2023.

RAMOS, R. **Definições de cadeia de suprimentos**. Infoescola. Disponível em: http://www.infoescola.com/administracao_/definicoes-de-cadeia-de-suprimentos. Acesso em: 29 ago. 2022.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.

SÁ, B.G.; MENDONÇA, C. **É assim o Brasil real**. Anuário Exame – Infraestrutura. p. 18-23, 2010/2011.

SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. **Organizações da sociedade civil: entre a solidariedade libertária e a liberal**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SANTOS, Tatiana Tomal Brondani dos; TORRES, Ricardo Lobato. Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e a Promoção do Desenvolvimento Inclusivo. *In: Anais do 59º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC)*. **Anais [...]** Brasília(DF) UnB, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/341422-POLITICAS-PUBLICAS-DE-SEGURANCA-ALIMENTAR-E-NUTRICIONAL-E-A-PROMOCAO-DO-DESENVOLVIMENTO-INCLUSIVO>. Acesso em: 03 mai. 2023

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & saúde coletiva**, v. 18, n.4, p. 2013.

SCHABARUM, Joseane Carla; TRICHES, Rozane Márcia. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: Análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 49–62, 2019. DOI: 10.1590/1234-56781806-94790570103.

SCHMITT, Claudia Job. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, [S. l.], v. 2, n. XIV, p.78–88, 2005.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, jan. 2015.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. *In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural***. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 93-140.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o

consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-45, out./dez. 2010.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Construção de mercados e Agricultura Familiar**: Desafios para o Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 93-140

SCHWARTZMAN, Flavia; MORA, Claudia Andrea Rodriguez; BOGUS, Claudia Maria; VILLAR, Betzabeth Slater. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, p. 1–15, 2017. DOI: 10.1590/0102-311X00099816.

SENADO, Notícias. CAE aprova novo cálculo do valor por aluno para merenda escolar. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/09/cae-aprova-novo-calculo-do-valor-por-aluno-para-merenda-escolar>. Acesso em: 25 out. 2023.

SILVA, José Graziano da. **Geopolítica da Fome** - o dilema brasileiro: pão ou aço. São Paulo: Moderna, 1996.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional**: projetos, descontinuidades e consolidação (Texto para Discussão no 1953). Brasília: IPEA, 2014.

SOARES, M.G.; CAIXETA FILHO, J.V. Caracterização do mercado de fretes rodoviários para produtos agrícolas. **Revista Gestão e Produção**, v.4, n.2, p. 186-204, ago. 1997

SONNINO, R.; MARSDEN, T. **Beyond the divide: rethinking relations between alternative and conventional food networks in Europe**. *Journal of Economic Geography*, v. 6, p.181-199, 2006.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Doutrina Keynesiana**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/doutrina-keynesiana.htm>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SOUZA, Liliane Batista Barbosa. Organizações da agricultura familiar no Estado de São Paulo e sua experiência de fornecimento para o PNAE. *In*: CORA, Maria Amélia Jundurian; BELIK, Walter (org.). **Projeto Nutre SP-análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

Souza, Márcio Nicory Costa S7293; **A teia da feira**: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia – Salvador, 2010. 252 f.: il.

STIGLITZ, Joseph. **Freefall**: America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy. Nova York: W. W. Norton & Company, 2010.

STRATE, Mirian Fabiane Dickel; CONTERATO, Marcelo Antonio. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p.227-245, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13052/pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SVENSSON, Birgitta; SVENSSON, Kerstin. **Inmates in motion**: metamorphosis as governmentality: a case of social logistics. Working paper-serien, n. 2006: 5, 2006.

TENHUNEN, Sirpa. Mobile technology in the village: ICTs, culture, and social logistics in India. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 14, n. 3, p. 515-534, 2008.

Teo, Carla Rosane & Mossmann, Márcia & Lamonatto Taglietti, Roberta. Desafios e mecanismos de enfrentamento na relação entre Agricultura Familiar e Alimentação Escolar. **Revista Grifos**. v. 26., 2017. 10.22295/grifos.v26i43.4054.

THE WORLD BANK. **Commodity Markets**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>. BANCO MUNDIAL. Acesso em: 01 nov. 2021.

TRICHES, R. M.; KILIAN, L. Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios paranaenses. *Redes*, v. 21, n. 3, p. 159-179, 30 set. 2016.

TRICHES, Rozane Márcia ; SCHNEIDER, S. . Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade (USP. Impresso)*, v. 19, p. 933-945, 2010.

TRICHES, Rozane Márcia; BACCARIN, José Giacomo. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. *In*: TEO, Carla Rozane Paz Arruda; TRICHES, Rozane Márcia (org.). **Alimentação escolar** — construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó: Argos, 2016. p. 89.

TROMBINI, Carlos Lourenço Atanázio; TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. A Logística como Instrumento de Apoio ao Desenvolvimento Regional – O Caso do Assentamento São Bento III em Mirante do Paranapanema (SP). **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 2, 2015.

TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 20–42, 2015. DOI: 10.20396/san.v16i2.8634783. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634783>. Acesso em: 17 abril. 2024.

USDA (PSD Online). Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery>. Acesso em: 01 nov. 2021.

VAN DER VORST, JACK G.A.J; SILVA, C. A.; TRIENEKENS, J. H. Agro-industrial supply chain management: concepts and applications. Agricultural management marketing and finance occasional paper. **Food and Agriculture Organization of The United Nations**. Rome, 2007. ISBN 978-92-5-105831-2.

VELASCO, A. O coronavírus nos tornou todos keynesianos novamente. *Exame*. São Paulo: Exame. ago. 2020. Disponível em: <https://exame.com/blog/visao-global/o-coronavirus-nos-tornou-todos-keynesianos-novamente/> Acesso: 12 dez. 2021.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA AGRICULTOR FAMILIAR

- a) O senhor(a) vende alimentos para merenda escolar? Se sim, partir para pergunta.
- b) Para quais escolas o senhor(a) fornece?
- c) Existe alguma dificuldade para você entregar esse alimento? Se sim, partir para pergunta d)
- d) Quais são essas dificuldades?
- e) O senhor(a) trabalha com alguma parceria para fazer o alimento chegar na escola? Caso existam parceria, partir para a próxima pergunta, caso negativo vá para pergunta h)
- f) Essa parceria é para que?
- g) O senhor(a) poderia me dizer quais são esses parceiros?
- h) Como o senhor(a) transporta a mercadoria para a escola?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR ESCOLAR CEEBC

- a) Quais são os principais documentos que norteiam o processo de compra da merenda escolar?
- b) Quais critérios são considerados na seleção dos fornecedores de alimentos para a merenda escolar?
- c) Como são definidos os alimentos a serem adquiridos para compor a merenda escolar?
- d) Como é realizada a elaboração do cardápio da merenda escolar, levando em consideração as recomendações nutricionais?
- e) Quais são os procedimentos para a prestação de contas dos recursos destinados à aquisição da merenda escolar?
- f) Como é feito o monitoramento e a fiscalização da qualidade dos alimentos adquiridos para a merenda escolar, conforme as exigências do PNAE?
- g) Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos adicionais sobre as diretrizes do PNAE para a compra da merenda escolar, qual é o canal de comunicação disponível para os responsáveis pela gestão escolar?

ANEXO A

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONDICIONANTES SOCIAIS NA LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PNAE

Pesquisador: TIAGO PEREIRA MUNIZ

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70307623.2.0000.5628

Instituição Proponente: Universidade Católica do Salvador

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.244.106

Apresentação do Projeto:

O título do projeto é: CONDICIONANTES SOCIAIS NA LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PNAE. Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Linha de pesquisa: Territorialidade e Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Demonstrar que a existência de condicionantes sociais na logística de distribuição de alimentos originários da agricultura familiar para alimentação escolar pelo PNAE, reduzem a eficácia da gestão escolar no cumprimento da lei Federal nº11.947, em contexto de insegurança alimentar.

Objetivos Secundários:

Demonstrar a insegurança alimentar como legitimamente justificadora do PNAE.

Entender e demonstrar o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE.

Sistematizar características sociais brasileiras que condicionam a logística de distribuição de alimentos.

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituaçu, Comitê de Ética, Prédio da

Bairro: PITUAÇU

CEP: 41.740-090

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3206-7830

E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 6.244.106

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A presente pesquisa apresenta riscos para os participantes na medida que pode haver uma possível desconforto em responder alguma pergunta da entrevista. Para minimizar será dado suporte com esclarecimentos acerca das perguntas e da confidencialidade das mesmas bem como salvaguardar a identidade de todos os voluntários que poderá optar em não responder a pergunta que lhe gerar tal desconforto ou se preferir terá a liberdade de ser retirada da pesquisa a qualquer momento sem que esse fato implique em qualquer dano ou prejuízo sendo garantido total sigilo do ocorrido.

Benefícios: Este estudo poderá ajudar a refletir sobre a importância do cumprimento do PNAE de forma eficaz e compreensão da dinâmica da logística de distribuição para atendimento do referido programa. Além disso, como benefícios indiretos, o estudo consiste em: promover a reflexão sobre como a gestão de escola pública estadual de bairro populoso, se insere na dinâmica de cumprimento do PNAE. Pretende-se, em termos de retorno social, contribuir para a produção científica, quanto para o campo de formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para alimentação escolar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O direito humano à alimentação está expresso no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, sendo um direito humano básico, reconhecido pelo Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado por 153 países, inclusive o Brasil. "A realização do Direito Humano à Alimentação Adequada requer a adoção de políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, acesso, consumo de alimentos seguros e de qualidade, promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável em todos os níveis federativos" (ABRANDH, 2013, p. 6). Essa lei se tornou um instrumento importante, impondo responsabilidades ao Estado para a efetivação da alimentação adequada de todos os cidadãos. Em decorrência da constatação de que aquele direito não está universalmente efetivado no Brasil, surgem as políticas públicas para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis sendo, tais políticas, "consequência da percepção de que o mercado falha em promover a produção, ou seja, tendo em conta as demandas atuais e futuras, o mercado adota opções contrárias ao interesse público" (EMBRAPA, 2019, p. 233)

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresentou todos os documentos obrigatórios: projeto completo, TCLE, carta de anuência, termo de confidencialidade, roteiro de entrevista, cronograma.

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê de Ética, Prédio da
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 6.244.106

Recomendações:

Não têm recomendações. O pesquisador respondeu satisfatoriamente às pendências que tinha a versão anterior do projeto: foram reelaborados os objetivos, o TCLE e apresentou uma versão mais completa da metodologia como foi pedido no anterior parecer.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto é pertinente e atual já que traz uma discussão entre a integração da agricultura familiar, a produção de alimentos, o mercado e os entraves sociais e econômicos desta relação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião do colegiado, ocorrida em 16/08/2023, fica deliberado que o projeto está aprovado, acatando o parecer do relator, e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2149767.pdf	08/07/2023 14:41:14		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	respostapendenciacepProjeto.pdf	08/07/2023 14:38:54	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	cartaanuenciaCEEBC.pdf	08/07/2023 14:14:24	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito
Outros	RESPOSTAASPENDENCIASAPONTADASNOPARECER.docx	04/07/2023 16:24:26	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLERespostapedencia.docx	04/07/2023 15:38:42	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	01/06/2023 11:50:41	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Confidencialidade.pdf	01/06/2023 11:50:20	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito
Outros	ENTREVISTA.docx	01/06/2023 11:49:47	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	01/06/2023 11:49:06	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê de Ética, Prédio da
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 6.244.106

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	01/06/2023 11:48:27	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	01/06/2023 11:46:45	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	01/06/2023 11:45:45	TIAGO PEREIRA MUNIZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 16 de Agosto de 2023

Assinado por:

João Marcos de Oliveira Cavalcanti
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê de Ética, Prédio da
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

ANEXO B



Orientação Alimentação Escolar DISUP 001/2024 31/01/2024

Objetivo: Orientar as unidades escolares acerca dos procedimentos a serem aplicados para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar ao longo do exercício.

Política da Alimentação Escolar: Deverá ser ofertada a todos os alunos da rede, pelo menos duas refeições, seguindo a seguinte frequência:

- a. Alunos regular: café da manhã e almoço (matutino) e almoço e lanche (vespertino);
- b. Alunos de tempo integral: café da manhã, almoço e lanche da tarde (reforçado);
- c. Alunos do noturno: ceia.

Recurso Financeiro: Será repassado para as unidades escolares:

- a. Per capita federal:
 - a. R\$ 0,50 (Regular)
 - b. R\$ 1,37 (Tempo Integral)
 - c. R\$ 0,41 (EJA)
 - d. R\$ 0,86 (Indígenas e Quilombolas)
- b. Per capita estadual:
 - a. R\$ 2,14 (Regular)
 - b. R\$ 3,93 (Tempo Integral)
 - c. R\$ 2,23 (EJA)
 - d. R\$ 1,78 (indígenas e Quilombolas)

Observações:

1. *Permanece a orientação da Portaria 11/2023, onde estabelece que 100% dos recursos federais (PNAE) serão investidos em gêneros da agricultura familiar. Vale lembrar que os recursos estaduais, (FAED ALIMENTAÇÃO) também poderão ser utilizados para aquisição de gêneros da agricultura familiar, através do instrumento: chamada pública.*
2. *Para esse primeiro repasse (fevereiro) será considerada o valor da última parcela do exercício de 2023, as demais já estarão adequadas a matrícula de 2024.*
3. **Lembrando que:**
 - a. **Pagamento do credenciamento utiliza-se Recurso Estadual (FAED ALIMENTAÇÃO);**



- b. Pagamento de chamada pública utiliza-se Recurso Federal, através do cartão PNAE e/ou conta UEX, podendo utilizar-se do Recurso Estadual (CARTÃO FAED), quando for necessário.***

Instrumentos para aquisição: Para aquisição de gêneros comuns será utilizado o credenciamento e para aquisição de gêneros da agricultura familiar, a chamada pública.

Prazos: Os processos de credenciamentos deverão ser registrados com validade de 200 dias letivos, que equivalem a 10 parcelas. Já a chamada pública será elaborada em duas etapas: a primeira para 70 dias letivos e a segunda para os 130 dias letivos restantes. Isto se dará a partir do envio da relação de sazonalidade dos gêneros da agricultura familiar, que será disponibilizada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR.

Obs.:

- a. Para as unidades escolares que tiverem vigentes em 2024 APS de credenciamento 2023, considerar para o próximo processo a diferença dos dias letivos. Ou seja: se a vigência da APS, atender até o mês de março, considerar no novo processo os dias letivos restantes;***
- b. Os processos de credenciamento e de chamada pública devem ser iniciados imediatamente, através de processo SEI;***
- c. A planilha de credenciamento permanece a mesma, considerando produtos e valores vigente;***
- d. Informar no Ofício Motivador o cronograma de entrega de acordo a necessidade da unidade escolar. (semanal, quinzenal e mensal)***

Especificidades:

- a.** Itens que constarem da lista de produtos da agricultura familiar e que estejam compondo a planilha do credenciamento, deverão ser comprados através de chamada pública. Será permitida a compra desses gêneros in natura através do credenciamento, apenas, nos municípios que não estejam disponíveis a aquisição através de cooperativas, associações e agricultores individuais;
- b.** Os NTE's 5, 19 e 26, deverão excluir de sua planilha de credenciamento e da chamada pública descentralizada, os seguintes itens: feijão, arroz, polpa de frutas, farinha, aipim à vácuo e flocão de milho, uma vez que está em curso uma chamada pública específica para esses NTE's, contendo esses produtos.

DATA / HORA



- c. Caso o quantitativo definido na chamada pública centralizada, não atender a demanda da unidade escolar, a aquisição poderá ser complementada utilizando-se do credenciamento.
- d. Todas as unidades escolares receberão os quantitativos dos gêneros mencionados acima e efetuarão o pagamento através do cartão PNAE;
- e. O processo de aquisição de gêneros da agricultura familiar, mantém o mesmo rito, ou seja, deverá ser avaliado pelo nutricionista, e enviado a Coordenação de Alimentação, para seguir para publicação de edital, no Diário Oficial.

Maiores esclarecimentos, a Coordenação de Alimentação.

Célia Dourado Déa Miranda
Coordenação Diretorias
DATA / HORA

ANEXO C

DADOS DA CAIXA ESCOLAR

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Chamada Pública n.º01/2019, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º 26/2013 e 04/2015.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

1. Todo o processo da Chamada Pública será realizado pela comissão de licitação da **Caixa Escolar**....., e os contratos serão assinados entre os fornecedores e o/apresidente da CaixaEscolar (Unidade Escolar), no quantitativo previsto conforme Anexo VII deste edital;
2. O início da entrega dos produtos deve observar o que diz o cronograma constanteno ANEXO V, imediatamente após assinatura do contrato celebrado entre ofornecedor e a unidade escolar. O cronograma de entrega poderá ser reajustado conforme vontade das partes;
3. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues isentos de substâncias terrosas,sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, parasitas, larvas ou outros animais, umidade externa anormal, odor e sabor estranho e enfermidades, como também, deverão ser entregues de acordo com as quantidades especificadas no ANEXO X.
4. Os gêneros deverão se adequar às seguintes disposições:
 - a. Os gêneros deverão ter prazo de validade impresso nas embalagens;
 - b. Os gêneros deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação;
 - c. Os gêneros deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local indicado da entrega;
 - d. Não serão aceitos gêneros que não atendam às especificações exigidas por Lei;

DADOS DA CAIXA ESCOLAR

- e. Os gêneros alimentícios a serem adquiridos para a alimentação Escolar deverão ser de primeira qualidade, além de atender ao disposto na legislação de alimentos estabelecida por seus respectivos serviços de sanidade abaixo:
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa/Ministério da Saúde) ou Anvisas locais ou estaduais;
 - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa/ Mapa) ou serviços de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM).
5. Todos os gêneros relacionados abaixo necessitam de apresentação dos certificados correspondentes à avaliação da qualidade dos gêneros que passaram por algum tipo de processamento devem ser analisados pelo Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e suas instâncias em âmbito Estadual, Regional e Municipal. Todos os gêneros de origem animal, inclusive ovos e mel, necessitam de avaliação sanitária. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem a responsabilidade de avaliar sanitariamente esses gêneros. Eles podem ser inspecionados por uma das seguintes instâncias: Serviço de Inspeção Municipal – SIM (permite a comercialização em âmbito Municipal); Serviço de Inspeção Estadual – SIE (permite a comercialização em âmbito Estadual) e Serviço de Inspeção Federal – SIF (permite a comercialização em todo território nacional).

CLASSIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS QUANTO À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA		
Alimentos Regulamentados pelo MAPA (SIM, SIE ou SIF)	Produtos exclusivamente de origem animal	Carne e derivados
		Leite e derivados
		Ovos e derivados
		Mel e derivados
		Pescado e derivados

DADOS DA CAIXA ESCOLAR

Alimentos regulamentados pela ANVISA	Demais alimentos processados	Todos os produtos que passaram por algum tipo de processamento devem ser analisados pelo Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e suas instâncias em âmbito Estadual, Regional e Municipal
Registro MAPA	Polpas de frutas	
	Bebidas em geral não alcoólicas	

6. Cabe aos Fornecedores a troca ou reposição, dentro de 05 (cinco) dias úteis, dos gêneros, que vierem a ser recusados por não se enquadrarem nas especificações e embalagens estipuladas, diferente do cotado no Projeto ou vencido, ou apresentar defeitos ou baixa qualidade, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.
7. O TERMO DE RECEBIMENTO se dará pelo fiscal do contrato da Unidade Executora-Escola e pelo contratado ou seu representante legal, no ato do recebimento, mediante suas assinaturas na própria Nota Fiscal, informando o devido recebimento dos gêneros;
8. As Certidões extraídas da internet serão entregues na forma original e os demais documentos serão apresentados em cópias autenticadas por Cartório competente (quando enviados pelos correios com aviso de recebimento, qual seja, ar, ou prestador de serviço equivalente), sob pena de inabilitação;
9. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos aqui exigidos;
10. A avaliação dos Projetos será considerada por Núcleo Territorial de Educação;
11. O Projeto de Venda deverá ser agrupado por Núcleo Territorial de Educação;
12. Caso haja interesse em participar de mais de um Núcleo Territorial de Educação, deverá encaminhar um Projeto de Venda referente a cada um dos Territórios;
13. O preço de aquisição dos gêneros alimentícios é o determinado pela Secretaria da Educação, a serem utilizados no Projeto de Venda que constam como Anexo

DADOS DA CAIXA ESCOLAR

a este Edital, conforme estipulado no § 1º do Art. 29 da Resolução nº 26/2013 e Resolução 4/2015 e que serão apresentados pelos proponentes;

14. O prazo de execução da entrega dos gêneros alimentícios será de até 100 (cem) dias letivos.
15. Os contratos serão assinados por todos os representantes legais conforme constem no estatuto social da entidade, com esse fim;
16. Poderá haver prorrogação dos contratos oriundos desta Chamada Pública, nos limites estabelecidos por Lei;

COMPÕE ESTA CHAMADA PÚBLICA:

1. Edital
2. Anexo I: Termo de Referência;
3. Anexo II: Especificações dos gêneros alimentícios;
4. Anexo III: Média de preço por Núcleo Territorial de Educação;
5. Anexo IV: Modelo de Projeto de Venda
6. Anexo V: Cronograma de entrega por quantidade
7. Anexo VI: Endereço das Unidades Escolares para entrega da alimentação
8. Anexo VII: Minuta do Contrato;
9. Anexo VIII: Cardápio;
10. Anexo IX: Quantidade de gêneros alimentícios por Núcleo Territorial da Educação
11. Anexo X: Quantidade de gênero alimentício por unidade escolar

ANEXO D

PAPEL TIMBRADO DA U.E

Ofício Motivador

Para: **Comissão Permanente de Credenciamento**

Interessado: **Colégio Estadual.....**

Cód. SEC:

Cód. MEC:

Assunto: **Contratação de fornecimento de gêneros Alimentícios para oferta da alimentação escolar.**

Em respeito aos princípios elencados no art. 3º, caput, da Lei Estadual 12.209, de 20 de abril de 2011, sobretudo em atenção ao Princípio da Motivação, explicita-se aqui as razões de fato e de direito pelas quais a demanda anexa a esta peça é realizada.

Vigente os Sistemas de Credenciamento para atender as demandas por serviços efetuadas dentro do Sistema Estadual de Educação passaram a seguir rito em que a Comissão Permanente de Credenciamento realiza a intermediação na contratação de serviços junto à iniciativa privada. Por essa razão, a essa, enviamos a descrição de demanda, conforme segue, sem olvidarmo-nos das razões de fato consoantes à mesma.

Solicita-se, portanto, que a comissão supra proceda à convocação de credenciado (a) para o fornecimento de **gêneros alimentícios** para o ano de **2024**. Essa prestação será norteada pela solicitação e pelos demais documentos constantes nas folhas seguintes a esse ofício motivador.

Importante registrar que a solicitação apresentada dos gêneros alimentícios, dá-se pela necessidade de suprir à unidade, com essa projeção objetiva-se a melhora da prestação do serviço, em favor do interesse público, o que é buscado primando-se não só pelo Princípio da Economicidade, mas também pelo Princípio da Eficácia.

Por essa razão, segue demanda para efetivação da compra a fim de atender ao alunado da rede estadual, garantindo o fornecimento contínuo da alimentação escolar.

CRONOGRAMA DE ENTREGA

Solicita-se a entrega dos itens elencados conforme período programado.

GRUPO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	PERÍODO
HOT FRUT GRANGEIROS	
CARNES /LATICÍNIOS	
NÃO PERECÍVEIS	

Município, **data**

Diretor (a)

Att,

Endereço da U. E – Município - BA
 CEP.....- Fone (DD)/e-mail:@nova.educacao.ba.gov.br

ANEXO E

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE
CAIXA ESCOLAR
Superintendência De Organização E Atendimento Da Rede Escolar - SUPEC
Diretoria de Administração Financeira - DIRAF



MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR												
NOME DA UNIDADE ESCOLAR			MUNICÍPIO			DIREC		ENDEREÇO				
COLÉGIO EDVALDO BRANDÃO CORREIA			SALVADOR			26		RUA VIRGÍLIO MOTTA LEAL, S/N				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	Rosineide		Leticia		João Nogueira		RESULTADO APURADO		
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MENOR PREÇO
1	Aipim	Kg	2400	7.69	18,456.00	7.71	18,504.00	7.73	18,552.00		7.69	Rosineide
2	Banana da prata	Kg	600	7.35	4,410.00	7.37	4,422.00	7.38	4,428.00		7.35	Rosineide
3	Banana da terra	Kg	600	9.89	5,934.00	9.92	5,952.00	9.95	5,970.00		9.89	Rosineide
4	Cebola	kg	600	6.98	4,188.00	6.99	4,194.00	7	4,200.00		6.98	Rosineide
5	Cenoura	kg	60	6.83	409.8	6.85	411	6.87	412.2		6.83	Rosineide
6	Coentro	Molho	600	4.5	2,700.00	4.53	2,718.00	4.56	2,736.00		4.5	Rosineide
7	Couve	Molho	360	4.55	1,638.00	4.57	1,645.20	4.6	1,656.00		4.55	Rosineide
8	Açafrão	kg	12	79	948	80	960	79.39	952.68		79	Rosineide
9	Tomate	kg	600	7.99	4,794.00	8.05	4,830.00	8.09	4,854.00		7.99	Rosineide
10	Batata inglesa	kg	480	9.68	4,646.40	9.7	4,656.00	9.74	4,675.20		9.68	Rosineide
11	Tangerina	kg	720	7.87	5,666.40	7.89	5,680.80	7.9	5,688.00		7.87	Rosineide
12	Melancia	kg	720	4.55	3,276.00	4.58	3,297.60	4.6	3,312.00		4.55	Rosineide
13	Abacaxi	UNID	360	6.5	2,340.00	6.55	2,358.00	6.58	2,368.80		6.5	Rosineide
14	Mamão	kg	480	6.48	3,110.40	6.5	3,120.00	6.59	3,163.20		6.48	Rosineide
15	Manjerição	Molho	60	5.5	330	5.55	333	5.56	333.6		5.5	Rosineide
16	Abóbora	Kg	360	6.16	2,217.60	6.2	2,232.00	6.2	2,246.40		6.16	Rosineide
17	Alface	Molho	120	7	840	7.09	850.8	7.12	854.4		7	Rosineide
18	Coco ralado in natura	Kg	360	16	5,760.00	16.19	5,828.40	16.2	5,832.00		16	Rosineide
19	Tapioca granulada	Kg	360	12	4,320.00	12.16	4,377.60	12.19	4,388.40		12	Rosineide
20	Broa de milho	UNID	7200	1.45	10,440.00	1.49	10,728.00	1.5	10,800.00		1.45	Rosineide
21	Leite liquido	UNID	144	6.38	918.72	6.39	920.16	6.42	924.48		6.38	Rosineide
22	Limão	Kg	30	7.56	226.8	7.58	227.4	7.6	228		7.56	Rosineide
23	Repolho	Kg	60	6.11	366.6	6.13	367.8	6.15	369		6.11	Rosineide
3 IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DA UNIDADE ESCOLAR												
NOME DO DIRIGENTE (LETRA DE FORMA)			CADASTRO			LOCAL		ASSINATURA				

ANEXO FSECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº 01/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA EDVALDO BRANDÃO
CORREIA e ROSINEIDE DE ASSIS RIBEIRO BATISTA

A Caixa Escolar da escola Edvaldo Brandão Correia CNPJ nº02746875/0001-62, de ora em diante denominado Contratante, com sede em Salvador na Rua Virgílio Motta Leal, s/n Bairro Cajazeiras 4, representada neste ato pelo(a) seu (a) Presidente _____ a empresa _____ vencedora da licitação realizada na modalidade Chamada Pública Nº 001/2023 Processo Administrativo nº001/2023 de ora em diante denominada Contratada, com sede _____ CPF _____, representada neste ato por _____ CPF _____ RG _____, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei federal nº 8.666/93 nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, semestre de 2021, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública nº 001/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 131.905,08 (cento e trinta e um mil novecentos e cinco reais e oito centavos).

O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea “a”, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no §7º do artigo 57 da Resolução do FNDE que dispõe sobre o PNAE as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
fiscalizar a execução do contrato;
aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 001 /2021, pela Resolução CD/FNDE n.º _ /20XX, pela Lei n.º 8.666/1993 e pela Lei n.º 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

por acordo entre as partes;
pela inobservância de qualquer de suas condições;
por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 30 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Salvador para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salvador, _____/_____, _____ de 202__.

CONTRATANTE – Presidente da Caixa Escolar	CONTRATADA
Testemunha (nome/CPF)	Testemunha (nome/CPF)

ANEXO G



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO - CPC
GRUPO 04 - NTE: 09,14,15,18,19,21 E 26

SOLICITAÇÃO MENSAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS POR CÓDIGO (USO INTERNO: UNIDADE ESCOLAR/NTE/COORD. ALIMENTAÇÃO/CPC)					
Unidade Escolar:			Data e Hora:	4/6/24 7:13	
Código SEC / INEP :					
Diretor (a) :			Telefone : ()		
Endereço:			Bairro:		
Município:			CEP:		
E-mail do Diretor (a) :					
Valor Total por Extenso:		#NAME?			
			Valor Total:	R\$	-
Fonte dos Recursos:				NTE:	
PREENCHER APENAS AS LINHAS CORRESPONDENTES AOS ITENS QUE PRETENDE QUE SEJAM ENTREGUES MENSALMENTE, CONFORME ANEXO VIII DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E ENTREGA FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - GRUPO 04					
Itens/Códigos		Unidade	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
Descrição	Código				
PEITO, de frango	01.35.11.00076562-7	KG	0	R\$ 18,37	R\$ 0,00

PEIXE, curvina	01.35.11.00076563-5	KG	0	R\$ 34,00	RS 0,00
CARNE, bovina, charqueada	01.35.11.00076569-4	KG	0	R\$ 49,74	RS 0,00
CARNE, bovina, de primeira, congelada, moída	01.35.11.00076536-8	KG	0	R\$ 34,90	RS 0,00
CARNE, bovina, de patinho	01.35.11.00076568-6	KG	0	R\$ 47,46	RS 0,00
CARNE, bovina, músculo	01.35.11.00076571-6	KG	0	R\$ 38,90	RS 0,00
CARNE, Bovina, músculo em cubos	01.35.11.00076572-4	KG	0	R\$ 41,00	RS 0,00
MANTEIGA, com sal, de primeira qualidade	01.35.11.00076538-4	UN 500 g	0	R\$ 30,47	RS 0,00
Creme, de Leite	01.35.11.00076603-8	UN 200g	0	R\$ 4,54	RS 0,00
LEITE líquido, integral, pasteurizado, longa vida	01.35.11.00076609-7	LT	0	R\$ 7,54	RS 0,00
OVO tipo extra, classe A, branco	01.35.11.00076539-2	DZ	0	R\$ 8,39	RS 0,00
LEITE em pó integral	01.35.11.00076608-9	KG	0	R\$ 39,83	RS 0,00
FEIJÃO, cariquinho	01.35.11.00076537-6	KG	0	R\$ 10,97	RS 0,00
ARROZ, branco	01.35.11.00076532-5	KG	0	R\$ 7,08	RS 0,00
ARROZ parboilizado	01.35.11.00076533-3	KG	0	R\$ 7,10	RS 0,00
FEIJÃO, fradinho	01.35.11.00076606-2	UN 500g	0	R\$ 7,37	RS 0,00
FEIJÃO, branco	01.35.11.00076640-2	UN 500g	0	R\$ 9,83	RS 0,00

FEIJÃO, preto	01.35.11.00076607-0	UN 500g	0	R\$ 9,34	RS 0,00
MILHO, branco	01.35.11.00076541-4	UN 500g	0	R\$ 4,89	RS 0,00
MILHO, verde	01.35.11.00076542-2	LT 200g	0	R\$ 4,83	RS 0,00
ERVILHA, reidratadas, em conserva	01.35.11.00076604-6	LT 200g	0	R\$ 4,57	RS 0,00
BROA, de milho	01.35.11.00076549-0	SC 10 UM	0	R\$ 6,90	RS 0,00
FARINHA de tapioca	01.35.11.00076548-1	UN 500g	0	R\$ 7,30	RS 0,00
FARINHA, DE MANDIOCA	01.35.11.00076553-8	KG	0	R\$ 6,50	RS 0,00
AVEIA, em flocos finos	01.35.11.00076535-0	UN 500g	0	R\$ 9,00	RS 0,00
PROTEÍNA, de soja, texturizada, cor clara	01.35.11.00076552-0	UN 500g	0	R\$ 6,43	RS 0,00
FUBÁ, de milho	01.35.11.00076551-1	UN 500g	0	R\$ 4,07	RS 0,00
FARINHA, de trigo, especial	01.35.11.00076639-9	KG	0	R\$ 6,70	RS 0,00
XEREM	01.35.11.00076554-6	UN 500g	0	R\$ 4,37	RS 0,00
MACARRÃO, tipo espaguete	01.35.11.00076610-0	UN 500g	0	R\$ 4,42	RS 0,00
MASSA, de sopa	01.35.11.00076612-7	UN 500g	0	R\$ 5,28	RS 0,00
MACARRÃO, tipo parafuso	01.35.11.00076614-3	UN 500g	0	R\$ 5,73	RS 0,00
GRANOLA	01.35.11.00076625-9	SC C/ 200 pct 30 g	0	R\$ 237,65	RS 0,00

MEL de abelha	01.35.11.00076643-7	LT	0	R\$ 61,50	RS 0,00
DOCE, de leite	01.35.11.00076623-2	UN 400g	0	R\$ 12,55	RS 0,00
AÇÚCAR, cristalizado	01.35.11.00076531-7	KG	0	R\$ 4,85	RS 0,00
GOIABADA	01.35.11.00076624-0	BALDE 4,8 KG	0	R\$ 47,97	RS 0,00
MARGARINA	01.35.11.00076642-9	UN 500g	0	R\$ 7,90	RS 0,00
ÓLEO	01.35.11.00076648-8	UN 900ml	0	R\$ 11,84	RS 0,00
VINAGRE de álcool	01.35.11.00076665-8	UN 500ml	0	R\$ 3,50	RS 0,00
EXTRATO, de tomate	01.35.11.00076638-0	UN 350g	0	R\$ 3,90	RS 0,00
COCO, ralado	01.35.11.00076636-4	UN pct 100g	0	R\$ 4,50	RS 0,00
CRAVO	01.35.11.00076637-2	UN 40g	0	R\$ 6,75	RS 0,00
MOLHO, de tomate	01.35.11.00076647-0	UN 500g	0	R\$ 5,00	RS 0,00
CAFÉ	01.35.11.00076635-6	KG	0	R\$ 35,00	RS 0,00
FLOCOS, de milho	01.35.11.00076579-1	UN 500g	0	R\$ 3,77	RS 0,00
TOMATE	01.35.11.00076585-6	KG	0	R\$ 8,40	RS 0,00
CEBOLA	01.35.11.00076566-0	KG	0	R\$ 7,00	RS 0,00
PIMENTAO	01.35.11.00076584-8	KG	0	R\$ 7,24	RS 0,00

ALHO	01.35.11.00076547-3	KG	0	R\$ 33,50	RS 0,00
COENTRO	01.35.11.00076575-9	UN	0	R\$ 4,50	RS 0,00
HORTELA	01.35.11.00076580-5	UN	0	R\$ 4,05	RS 0,00
CEBOLINHA	01.35.11.00076567-8	UN	0	R\$ 3,20	RS 0,00
BANANA, da terra	01.35.11.00076560-0	KG	0	R\$ 9,45	RS 0,00
AIPIM	01.35.11.00076710-7	KG	0	R\$ 8,90	RS 0,00
CHUCHU	01.35.11.00076574-0	KG	0	R\$ 4,97	RS 0,00
ABOBORA	01.35.11.00076716-6	KG	0	R\$ 6,60	RS 0,00
BATATA, do reino	01.35.11.00076564-3	KG	0	R\$ 8,43	RS 0,00
BATATA, doce	01.35.11.00076565-1	KG	0	R\$ 6,11	RS 0,00
CENOURA	01.35.11.00076570-8	KG	0	R\$ 6,17	RS 0,00
COUVE	01.35.11.00076576-7	UN	0	R\$ 4,00	RS 0,00
ALFACE	01.35.11.00076543-0	UN	0	R\$ 4,80	RS 0,00
REPOLHO	01.35.11.00076597-0	KG	0	R\$ 5,95	RS 0,00
PEPINO	01.35.11.00076595-3	KG	0	R\$ 5,28	RS 0,00
BETERRABA	01.35.11.00076561-9	KG	0	R\$ 8,22	RS 0,00

QUIABO	01.35.11.00076596-1	KG	0	R\$ 7,45	RS 0,00
BANANA, da prata	01.35.11.00076559-7	KG	0	R\$ 8,30	RS 0,00
ABACAXI	01.35.11.00076715-8	UN	0	R\$ 6,25	RS 0,00
LARANJA	01.35.11.00076586-4	KG	0	R\$ 5,75	RS 0,00
TANGERINA	01.35.11.00076605-4	KG	0	R\$ 6,85	RS 0,00
MELANCIA	01.35.11.00076644-5	KG	0	R\$ 3,45	RS 0,00
MANGA	01.35.11.00076556-2	KG	0	R\$ 7,80	RS 0,00
GOIABA	01.35.11.00076578-3	KG	0	R\$ 6,66	RS 0,00
MAÇÃ	01.35.11.00076588-0	KG	0	R\$ 11,28	RS 0,00
LIMÃO	01.35.11.00076587-2	KG	0	R\$ 7,30	RS 0,00
MILHO, de primeira, in natura, verde, em espiga	01.35.11.00076592-9	KG	0	R\$ 6,90	RS 0,00
FEIJAO, verde	01.35.11.00076577-5	KG	0	R\$ 11,00	RS 0,00
IOGURTE, natural, sabor morango	01.35.11.00076582-1	UN 200ML	0	R\$ 3,50	RS 0,00
IOGURTE, natural, sabor ameixa	01.35.11.00076581-3	UN 200ML	0	R\$ 3,50	RS 0,00
ATUM, ralado em lata, óleo comestível	01.35.11.00076534-1	UN 170g/180g	0	R\$ 6,90	RS 0,00
PÃO, Frances, tipo cacetinho	01.35.11.00076593-7	KG	0	R\$ 13,90	RS 0,00

PÃO, PARA HAMBÚRGUER	01.35.11.00076594-5	UN	0	R\$ 1,04	RS 0,00
COXA E SOBRECOXA, DE FRANGO	01.35.11.00076602-0	KG	0	R\$ 16,70	RS 0,00
SARDINHA	01.35.11.00076621-6	UN 130 g	0	R\$ 4,20	RS 0,00
MASSA, para Lasanha	01.35.11.00076629-1	Un 500 g	0	R\$ 8,40	RS 0,00
SAL, refinado	01.35.11.00076661-5	KG	0	R\$ 2,25	RS 0,00
COLORIFICO, ALIMENTÍCIO A BASE DE URUCUM	01.35.11.00076622-4	UN 100 g	0	R\$ 2,50	RS 0,00
COMINHO EM PÓ	01.35.11.00076620-8	UN 60 g	0	R\$ 3,40	RS 0,00
LINGÜIÇA SUÍNA	01.35.11.00076628-3	KG	0	R\$ 30,50	RS 0,00
QUEIJO, TIPO LANCHE	01.35.11.00076659-3	KG	0	R\$ 42,00	RS 0,00
PRESUNTO	01.35.11.00076632-1	KG	0	R\$ 38,70	RS 0,00
CANELA, EM CASCA	01.35.11.00076619-4	UN 20 g	0	R\$ 4,50	RS 0,00
CANELA, EM PÓ	01.35.11.00076618-6	UN 30 g	0	R\$ 5,75	RS 0,00
GRÃO DE BICO	01.35.11.00076626-7	UN 500 g	0	R\$ 11,20	RS 0,00
PEIXE, MERLUZA EM FILÉ	01.35.11.00076631-3	KG	0	R\$ 44,57	RS 0,00
PÃO, DE HOTDOG	01.35.11.00076649-6	UN	0	R\$ 1,30	RS 0,00
POLPA, de fruta, integral, sabor acerola	01.35.11.00076651-8	KG	0	R\$ 12,63	RS 0,00

POLPA, de fruta, integral, sabor abacaxi	01.35.11.00076650-0	KG	0	R\$ 13,50	R\$ 0,00
POLPA, de fruta, integral, sabor umbu	01.35.11.00076657-7	KG	0	R\$ 13,00	R\$ 0,00
POLPA, de fruta, integral, sabor cajá	01.35.11.00076652-6	KG	0	R\$ 14,45	R\$ 0,00
POLPA, de fruta, integral, sabor goiaba	01.35.11.00076654-2	KG	0	R\$ 13,00	R\$ 0,00
POLPA, de fruta, integral, sabor maracujá,	01.35.11.00076656-9	KG	0	R\$ 14,50	R\$ 0,00
POLPA, de fruta, integral, sabor caju	01.35.11.00076653-4	KG	0	R\$ 12,50	R\$ 0,00
POLPA, de fruta, integral, sabor manga	01.35.11.00076655-0	KG	0	R\$ 12,50	R\$ 0,00
POLPA, de fruta, natural, sabor cacau	01.35.11.00076658-5	KG	0	R\$ 14,33	R\$ 0,00
REQUEIJÃO CREMOSO	01.35.11.00076660-7	UN 250g	0	R\$ 9,78	R\$ 0,00
LEITE, de coco	01.35.11.00076627-5	UN 500ml	0	R\$ 6,70	R\$ 0,00
MAMÃO	01.35.11.00076589-9	KG	0	R\$ 5,13	R\$ 0,00
INHAME	01.35.11.00076677-1	KG	0	R\$ 12,60	R\$ 0,00
JILÓ	01.35.11.00076668-2	KG	0	R\$ 7,35	R\$ 0,00
MAXIXE	01.35.11.00076672-0	KG	0	R\$ 6,30	R\$ 0,00
MARACUJÁ	01.35.11.00076670-4	KG	0	R\$ 9,71	R\$ 0,00
SALSA	01.35.11.00076676-3	UM	0	R\$ 3,95	R\$ 0,00

PIMENTA	01.35.11.00076674-7	KG	0	R\$ 22,50	R\$ 0,00
AÇAFRÃO da terra em pó	01.35.11.00077943-1	Un 50g	0	R\$ 4,85	R\$ 0,00
ADOÇANTE líquido	01.35.11.00077944-0	200ml	0	R\$ 7,30	R\$ 0,00
AMENDOIM torrado sem casca	01.35.11.00077945-8	Kg	0	R\$ 22,00	R\$ 0,00
AMIDO DE MILHO	01.35.11.00077946-6	Kg	0	R\$ 14,00	R\$ 0,00
ARROZ, integral	01.35.11.00077947-4	Kg	0	R\$ 8,87	R\$ 0,00
FARINHA, de trigo integral	01.35.11.00077948-2	Kg	0	R\$ 8,58	R\$ 0,00
FERMENTO biológico	01.35.11.00077949-0	Un 125g	0	R\$ 12,50	R\$ 0,00
FERMENTO químico	01.35.11.00077952-0	Un 100g	0	R\$ 6,80	R\$ 0,00
LEITE desnatado	01.35.11.00077953-9	Lt	0	R\$ 7,89	R\$ 0,00
LEITE líquido, sem lactose	01.35.11.00077954-7	Lt	0	R\$ 9,00	R\$ 0,00
LENTILHA	01.35.11.00077958-0	Kg	0	R\$ 26,90	R\$ 0,00
MACARRÃO integral	01.35.11.00077959-8	500g	0	R\$ 6,58	R\$ 0,00
MANGERICÃO desidratado	01.35.11.00077951-2	Un 50g	0	R\$ 12,50	R\$ 0,00
PÃO, de forma integral	01.35.11.00077960-1	Un 500g	0	R\$ 9,19	R\$ 0,00
PASSA, uva	01.35.11.00077957-1	1 KG	0	R\$ 30,00	R\$ 0,00
PEQUI	01.35.11.00077956-3	Kg	0	R\$ 60,00	R\$ 0,00
POLPA, de fruta, integral, sabor graviola	01.35.11.00077955-5	KG	0	R\$ 14,13	R\$ 0,00
TRIGO, para quibe	01.35.11.00077950-4	500g	0	R\$ 9,30	R\$ 0,00
VALOR MENSAL					R\$ -
ESTE FORNECIMENTO ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 10 (DEZ) MESES , REPRESENTANDO UM COMPROMISSO TOTAL DE :					R\$ -

ESTE PEDIDO MENSAL OCASIONARÁ EM CONVOCAÇÃO DO CREDENCIADO MELHOR CLASSIFICADO PARA FORNECIMENTO DOS GÊNEROS NO MUNICÍPIO, SENDO ESTE, CONTRATADO PARA O RESPECTIVO FORNECIMENTO DOS ITENS, NAS QUANTIDADES E VALORES INDICADOS, POR UM PERÍODO DE ATÉ **10 (DEZ) MESES**

OBS: Solicitar ao fornecedor a descrição da fonte do recurso no rodapé da nota fiscal nos dados adicionais (igual a fonte de recurso do cabeçalho) cabe a U.E conferir na hora do recebimento das compras, se não constar solicitar.
EX: FNDE/PNAE/TEMPO INTEGRAL - FNDE/PNAE/EJA - FNDE/PNAE ENSINO MEDIO.....

Local/Data:	Recebido	
	Local/Data:	Hora:
Assinatura do gestor da Unidade Escolar	Assinatura do Membro do Núcleo Territorial	





Local/Data:	Recebido	
	Local/Data:	Hora:
Assinatura do gestor da Coordenação de Alimentação/SEC	Assinatura da Comissão de Credenciamento/SEC	

ANEXO H


Estado da Bahia | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ENSINO MÉDIO – MATUTINO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE									
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – MATUTINO									
1ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA				
CAFÉ DA MANHÃ	BAHIANA DA TERRA COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	CUSCUZ DE MILHO TEMPERADO (CEBOLA E TOMATE) COM OVO + SUCO DE POLPA DE CAJÁ	AIPIM COZIDO COM MANTEIGA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	MUNGUNZÁ + MAMÃO	PÃO COM MANTEIGA + VITAMINA DE BAHIANA COM LEITE E AVEIA				
ALMOÇO	ESPAGUETE A BOLONHESA (CARNE MOÍDA, CENOURA RALADA, COENTRO, CEBOLINHA E MANJERICÃO) + TANGERINA	ENSOPADINHO DE CARNE COM BATATA + ARROZ PARBOILIZADO COM COUVE + FEIJÃO CALDO	ESTROGONOFE DE FRANGO + ARROZ PARBOILIZADO + SALADA CRUA (CENOURA E BETERRABA RALADAS) + MELANCIA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO	FEIJÃO TROPEIRO (FEIJÃO FRADINHO, LINGUIÇA SUÍNA, CARNE BOVINA E FARINHA) + SALADA CRUA (ALFACE E TOMATE)				
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (30% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	769,48	28,55	28,34	103,11	277,79	5,80	112,88	73,18	533,03
<p>O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020; Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações;</p> <p>Elaborado por: Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-end; margin-top: 10px;"> <div style="text-align: center;">  <small>Elaine Paula Pereira dos Santos Cof. 92518375 Nutricionista - QTPNAE/SEC CRN5 13462</small> </div> <div style="text-align: center;">  <small>Jociene Lopes dos Santos Cof. 92519388 Nutricionista - QTPNAE/SEC CRN5 9258</small> </div> <div style="text-align: center;">  <small>Tayane de Jesus Freitas Cof. 92552282 Nutricionista - QTPNAE/SEC CRN5 9619</small> </div> <div style="text-align: center;">  <small>Elaine Paula Pereira dos Santos Cof. 11182 114-5 Nutricionista / QN 5 1019 / SEC</small> </div> </div>									

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – MATUTINO

2ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
CAFÉ DA MANHÃ	BROA DE MILHO + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL + MAMÃO	CUSCUZ DE MILHO TEMPERADO (CEBOLA E TOMATE) COM OVO + SUCO DE POLPA DE ACEROLA	BANANA DA TERRA COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	PÃO COM MANTEIGA + IOGURTE + BANANA PRATA	AIPIM COZIDO COM OVO + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL
ALMOÇO	FRANGO ENSOPADO COM BATATA + FEIJÃO CALDO + ARROZ PARBOILIZADO + BANANA DA PRATA	MACARRÃO COM CARNE MOÍDA E CENOURA RALADA + MELANCIA	ISCA DE FRANGO + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO + TANGERINA	QUIABADA (QUIABO E MÚSCULO) + ARROZ PARBOILIZADO + SALADA CRUA (PEPINO COM TOMATE)

COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (30% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPÍDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	772,46	29,94	25,83	108,40	289,80	7,24	102,49	146,10	502,97

O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020; Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações;
 Elaborado por:
 Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462;
 Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258;
 Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.


 Elaine Paula Pereira dos Santos
 Cof. 02018275
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 13.462


 Jociene Lopes dos Santos
 Cof. 92018258
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 9258


 Tayane de Jesus Freitas
 Cof. 92052292
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 9619


 Nª Isabel Nogueira Cardoso
 Analista Técnico
 Cof. 11.192.114-5
 Nutricionista / CRN 5 0916 / SEC


SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE


PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – MATUTINO


3ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
CAFÉ DA MANHÃ	BATATA DOCE COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	CUSCUZ DE MILHO COM OVO + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	PÃO COM MANTEIGA + VITAMINA DE BANANA COM LEITE AVEIA	MINGAU DE MILHO + MAÇÃ	BANANA DA TERRA COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL
ALMOÇO	ISCA DE FÍGADO + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO + MELANCIA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA E CHUCHU + ARROZ PARBOILIZADO + MELÃO	RISOTO DE FRANGO (ARROZ PARBOILIZADO E FRANGO DESFIADO) + SALADA COZIDA (CENOURA E BATATA) + SUCO DE POLPA DE MANGA	MÚSCULO COZIDO COM BATATA + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	ENSOPADO DE FRANGO COM LEGUMES (QUIABO E ABÓBORA) + ARROZ PARBOILIZADO COM COUVE + FEIJÃO CALDO


COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (30% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPÍDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	688,68	27,70	21,83	98,54	294,38	5,97	742,70	55,19	544,75

O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020; Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações;
 Elaborado por:
 Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462;
 Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258;
 Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.


 Elaine Paula Pereira dos Santos
 Cof. 02018275
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 13.462


 Jociene Lopes dos Santos
 Cof. 92018258
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 9258


 Tayane de Jesus Freitas
 Cof. 92052292
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 9619


 Nª Isabel Nogueira Cardoso
 Analista Técnico
 Cof. 11.192.114-5
 Nutricionista / CRN 5 0916 / SEC

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE


PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – MATUTINO


4ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
CAFÉ DA MANHÃ	APIIM COZIDO COM MANTEIGA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	CUSCUZ DE MILHO TEMPERADO (CEBOLA E TOMATE) COM OVO + SUCO DE POLPA DE CAJU	BATATA DOCE COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	PÃO COM OVO + IOGURTE	BANANA DA TERRA COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL
ALMOÇO	CARNE MOÍDA REFOGADA + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	RISOTO DE FRANGO (ARROZ PARBOILIZADO E FRANGO DESFIADO) + SALADA CRUA (BETERRABA RALADA) + TANGERINA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA E QUIABO + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO	FEIJÃO TROPEIRO (FEIJÃO FRADINHO, LINGUIÇA SUÍNA E CARNE BOVINA, FARINHA) + SALADA CRUA (TOMATE E CEBOLA) + MELÃO	ENSOPADO DE MÚSCULO COM LEGUMES (BATATA INGLESA E CENOURA) + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO

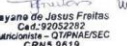
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (30% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	723,17	28,99	28,81	89,11	258,96	6,39	95,76	59,41	533,57


O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020; Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações;

Elaborado por:
 Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462;
 Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258;
 Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.


 Elaine Paula Pereira dos Santos
 Cof. 92019375
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 13462


 Jociene Lopes dos Santos
 Cof. 92019329
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 9258


 Tayane de Jesus Freitas
 Cof. 92052782
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 9619


 Isabel Nogueira Cortez
 Analista Técnico
 Cof. 11102 114-5
 Nutricionista / CRN 5. 0370 / SEC



Estado da Bahia

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ENSINO MÉDIO – VESPERTINO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE									
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – VESPERTINO									
1ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA				
ALMOÇO	ESPAGUETE A BOLONHESA (CARNE MOÍDA, CENOURA RALADA, COENTRO, CEBOLINHA E MANJERICÃO) + TANGERINA	ENSOPADINHO DE CARNE COM BATATA + ARROZ PARBOILIZADO COM COUVE + FEIJÃO CALDO	ESTROGONOFE DE FRANGO + ARROZ PARBOILIZADO + SALADA CRUA (CENOURA E BETERRABA RALADAS) + MELANCIA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO	FEIJÃO TROPEIRO (FEIJÃO FRADINHO, LINGUIÇA SUÍÇA, CARNE BOVINA E FARINHA) + SALADA CRUA (ALFACE E TOMATE)				
LANCHE DA TARDE	PÃO COM OVO + SUCO DE POLPA DE MARACUJÁ	BOLO TRADICIONAL + SUCO DE POLPA DE MANGA + MAMÃO	SANDUÍCHE NATURAL (FRANGO E CENOURA RALADA) + SUCO DE POLPA DE CAJU	SALADA DE FRUTAS (MELANCIA, MAMÃO, MELÃO, MANGA, LEITE EM PÓ E GRANOLA)	CUSCUZ DE MILHO COM OVOS MEXIDOS + SUCO DE POLPA DE GOIABA + MELÃO				
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (30% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	714,66	28,57	27,80	90,87	206,86	6,31	69,20	118,42	653,11
O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020, Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações; Elaborado por: Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.									

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE									
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – VESPERTINO									
2ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA				
ALMOÇO	FRANGO ENSOPADO COM BATATA + FEIJÃO CALDO + ARROZ PARBOILIZADO + BANIANA DA PRATA	MACARRÃO COM CARNE MOÍDA E CENOURA RALADA + MELANCIA	ISCA DE FRANGO + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO + TANGERINA	QUIABADA (QUIABO E MÚSCULO) + ARROZ PARBOILIZADO + SALADA CRUA (PEPINO COM TOMATE)				
LANCHE DA TARDE	BATATA DOCE COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	PÃO COM MANTEIGA + IOGURTE + BANIANA DA PRATA	CUSCUZ DE MILHO TEMPERADO COM OVOS MEXIDOS + SUCO DE POLPA DE ACEROLA	EMSPANADA DE FRANGO + SUCO DE POLPA DE GOIABA	PÃO COM OVO + SUCO DE POLPA DE UMBU				
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (30% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	754,70	29,90	27,71	99,40	261,96	7,43	80,62	161,97	650,15
O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020, Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações; Elaborado por: Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.									

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE									
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – VESPERTINO									
3ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA				
ALMOÇO	ISCA DE FÍGADO + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO + MELANCIA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA E CHUCHU + ARROZ PARBOILIZADO + MELÃO	RISOTO DE FRANGO (ARROZ PARBOILIZADO E FRANGO DESFIAO) + SALADA COZIDA (CENOURA E BATATA) + SUCO DE POLPA DE MANGA	MÚSCULO COZIDO COM BATATA + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	ENSOPADO DE FRANGO COM LEGUMES (QUIABO E ABÓBORA) + ARROZ PARBOILIZADO COM COUVE + FEIJÃO CALDO				
	LANCHE DA TARDE	CUSCUZ DE TAPIOCA COM LEITE DE COCO + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	SALADA DE FRUTAS (MELANCIA, MAMÃO, MELÃO, MANGA, LEITE EM PÓ E GRANOLA)	AIPIM COZIDO COM OVO + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	CUSCUZ DE MILHO TEMPERADO (CEBOLA E TOMATE) COM MANTEIGA + SUCO DE POLPA DE ACEROLA	PÃO COM OVO + SUCO DE POLPA DE CAJÁ + MAÇÃ			
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (30% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPÍDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	673,78	27,49	21,91	94,17	267,24	6,17	731,50	120,52	588,51
<p>O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020; Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações;</p> <p>Elaborado por: Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.</p>									

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE									
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – VESPERTINO									
4ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA				
ALMOÇO	CARNE MOÍDA REFOGADA + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	RISOTO DE FRANGO (ARROZ PARBOILIZADO E FRANGO DESFIAO) + SALADA CRUA (BETERRABA RALADA) + TANGERINA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA E QUIABO + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO	FEIJÃO TROPEIRO (FEIJÃO FRADINHO, LINGUIÇA SUÍÇA E CARNE BOVINA, FARINHA) + SALADA CRUA (TOMATE E CEBOLA) + MELÃO	ENSOPADO DE MÚSCULO COM LEGUMES (BATATA INGLESA E CENOURA) + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO				
	LANCHE DA TARDE	BOLO DE MILHO + SUCO DE POLPA DE ACEROLA	BANANA DA TERRA COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	PÃO COM OVO + IOGURTE	CUSCUZ DE MILHO COM MANTEIGA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	SANDUÍCHE NATURAL (FRANGO COM MILHO VERDE) + SUCO DE POLPA DE MANGA + MAMÃO			
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (30% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPÍDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	755,65	30,31	30,23	93,58	262,13	7,02	75,54	113,37	643,93
<p>O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020; Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações;</p> <p>Elaborado por: Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.</p>									



ENSINO MÉDIO – TEMPO INTEGRAL

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – TEMPO INTEGRAL

1ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
CAFÉ DA MANHÃ	BANANA DA TERRA COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	CUSCUZ DE MILHO TEMPERADO (CEBOLA E TOMATE) COM OVO + SUCO DE POLPA DE CAJÁ	AIPIM COZIDO COM MANTEIGA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	MUNGUNZÁ + MAMÃO	PÃO COM MANTEIGA + VITAMINA DE BANANA COM LEITE E AVEIA
ALMOÇO	ESPAGUETE A BOLONHESA (CARNE MOÍDA, CENOURA RALADA, COENTRO, CEBOLINHA E MANJERICÃO) + TANGERINA	ENSOPADINHO DE CARNE COM BATATA + ARROZ PARBOILIZADO COM COUVE + FEIJÃO CALDO	ESTROGONOFE DE FRANGO + ARROZ PARBOILIZADO + SALADA CRUA (CENOURA E BETERRABA RALADAS) + MELANCIA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO	FEIJÃO TROPEIRO (FEIJÃO FRADINHO, LINGUIÇA SUÍNA, CARNE BOVINA E FARINHA) + SALADA CRUA (ALFACE E TOMATE)
LANCHE DA TARDE	PÃO COM OVO + SUCO DE POLPA DE MARACUJÁ	BOLO TRADICIONAL + SUCO DE POLPA DE MANGA + MAMÃO	SANDUÍCHE NATURAL (FRANGO E CENOURA RALADA) + SUCO DE POLPA DE CAJU	SALADA DE FRUTAS (MELANCIA, MAMÃO, MELÃO, MANGA, LEITE EM PÓ E GRANOLA)	CUSCUZ DE MILHO COM OVOS MEXIDOS + SUCO DE POLPA DE GOIABA + MELÃO

COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (70% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	1.033,62	36,94	37,49	141,97	361,77	7,32	159,25	137,66	829,28

O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020; Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações;

Elaborado por:
 Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462;
 Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258;
 Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.





Elaine Paula Pereira dos Santos
 Elaine Paula Pereira dos Santos
 CRN5 13462
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC

Jociene Lopes dos Santos
 Jociene Lopes dos Santos
 CRN5 9258
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC





Tayane de Jesus Freitas
 Tayane de Jesus Freitas
 CRN5 9619
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC

Wesley Gabriel Nogueira Cortez
 Wesley Gabriel Nogueira Cortez
 CRN5 9258
 Nutricionista / CRN 5 0376 / SEC

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE										
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – TEMPO INTEGRAL										
2ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA					
CAFÉ DA MANHÃ	BROA DE MILHO + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL + MAMÃO	CUSCUZ DE MILHO TEMPERADO (CEBOLA E TOMATE) COM OVO + SUCO DE POLPA DE ACEROLA	BANANA DA TERRA COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	PÃO COM MANTEIGA + IOGURTE + BANANA PRATA	AIPIM COZIDO COM OVO + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL					
ALMOÇO	FRANGO ENSOPADO COM BATATA + FEIJÃO CALDO + ARROZ PARBOILIZADO + BANANA DA PRATA	MACARRÃO COM CARNE MOÍDA E CENOURA RALADA + MELANCIA	ISCA DE FRANGO + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO + TANGERINA	QUIABADA (QUIABO E MÚSCULO) + ARROZ PARBOILIZADO + SALADA CRUA (PEPINO COM TOMATE)					
LANCHE DA TARDE	BATATA DOCE COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	PÃO COM MANTEIGA + IOGURTE + BANANA DA PRATA	CUSCUZ DE MILHO TEMPERADO COM OVOS MEXIDOS + SUCO DE POLPA DE ACEROLA	EMPAÑADA DE FRANGO + SUCO DE POLPA DE GOIABA	PÃO COM OVO + SUCO DE POLPA DE UMBU					
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (70% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)	
Média Semanal	1.083,03	39,70	36,98	151,96	406,51	8,89	156,88	243,50	838,56	
<p>O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020, Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações; Elaborado por: Elane Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.</p>										
<p style="text-align: right;">  Elane Paula Pereira dos Santos  Jociene Lopes dos Santos  Tayane de Jesus Freitas  Mª Isabel Projeção Cardoso <small>Analista Técnico</small> <small>Coordenadora / CRN 5 1019 / SEC</small> </p>										

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE										
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – TEMPO INTEGRAL										
3ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA					
CAFÉ DA MANHÃ	BATATA DOCE COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	CUSCUZ DE MILHO COM OVO + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	PÃO COM MANTEIGA + VITAMINA DE BANANA COM LEITE AVEIA	MINGAU DE MILHO + MAÇÃ	BANANA DA TERRA COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL					
ALMOÇO	ISCA DE FÍGADO + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO + MELANCIA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA E CHUGHU + ARROZ PARBOILIZADO + MELÃO	RISOTO DE FRANGO (ARROZ PARBOILIZADO E FRANGO DESFIADO) + SALADA COZIDA (CENOURA E BATATA) + SUCO DE POLPA DE MANGA	MÚSCULO COZIDO COM BATATA + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	ENSOPADO DE FRANGO COM LEGUMES (QUIABO E ABÓBORA) + ARROZ PARBOILIZADO COM COUVE + FEIJÃO CALDO					
LANCHE DA TARDE	CUSCUZ DE TAPIÓCA COM LEITE DE COCO + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	SALADA DE FRUTAS (MELANCIA, MAMÃO, MELÃO, MANGA, LEITE EM PÓ E GRANOLA)	AIPIM COZIDO COM OVO + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	CUSCUZ DE MILHO TEMPERADO (CEBOLA E TOMATE) COM MANTEIGA + SUCO DE POLPA DE ACEROLA	PÃO COM OVO + SUCO DE POLPA DE CAJÁ + MAÇÃ					
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (70% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)	
Média Semanal	970,73	36,08	30,26	142,60	442,13	7	823,14	127,17	765,51	
<p>O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020, Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações; Elaborado por: Elane Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.</p>										
<p style="text-align: right;">  Elane Paula Pereira dos Santos  Jociene Lopes dos Santos  Tayane de Jesus Freitas  Mª Isabel Projeção Cardoso <small>Analista Técnico</small> <small>Coordenadora / CRN 5 1019 / SEC</small> </p>										

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – ENSINO MÉDIO – TEMPO INTEGRAL

4ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
CAFÉ DA MANHÃ	AIPIM COZIDO COM MANTEIGA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	CUSCUZ DE MILHO TEMPERADO (CEBOLA E TOMATE) COM OVO + SUCO DE POLPA DE CAJU	BATATA DOCE COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	PÃO COM OVO + IOGURTE	BANANA DA TERRA COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL
ALMOÇO	CARNE MOÍDA REFOGADA + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	RISOTO DE FRANGO (ARROZ PARBOILIZADO E FRANGO DESFIADO) + SALADA CRUA (BETERRABA RALADA) + TANGERINA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA E QUIABO + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO	FEIJÃO TROPEIRO (FEIJÃO FRADINHO, LINGUIÇA SUÍNA E CARNE BOVINA, FARINHA) + SALADA CRUA (TOMATE E CEBOLA) + MELÃO	ENSOPADO DE MÚSCULO COM LEGUMES (BATATA INGLESA E CENOURA) + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO
LANCHE DA TARDE	BOLO DE MILHO + SUCO DE POLPA DE ACEROLA	BANANA DA TERRA COZIDA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	PÃO COM OVO + IOGURTE	CUSCUZ DE MILHO COM MANTEIGA + CAFÉ COM LEITE EM PÓ INTEGRAL	SANDUÍCHE NATURAL (FRANGO COM MILHO VERDE) + SUCO DE POLPA DE MANGA + MAMÃO

COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (70% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LIPÍDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	1.026,45	38,64	38,57	134,92	400,96	8,13	155,41	132,70	821,65

O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020;

Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra;

Cardápio sujeito a alterações;

Elaborado por:

Eliane Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462;

Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258;

Tayana de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.

Eliane Paula Pereira dos Santos
 Eliane Paula Pereira dos Santos
 Cnt. 92018328
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 13462

Jociene Lopes dos Santos
 Jociene Lopes dos Santos
 Cnt. 92018328
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 9258

Tayana de Jesus Freitas
 Tayana de Jesus Freitas
 Cnt. 92052202
 Nutricionista - QT/PNAE/SEC
 CRN5 9619

Mª Isabel Nepesina Cortazzo
 Mª Isabel Nepesina Cortazzo
 Analista Técnico
 Cnt. 111021144-9
 Nutricionista / CRN 5 0370 / SEC



Estado da Bahia

SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

NOTURNO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE									
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS – EJA – NOTURNO									
1ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA				
CEIA	ESPAGUETE A BOLONHESA (CARNE MOÍDA, CENOURA RALADA, COENTRO, CEBOLINHA E MANJERICÃO) + TANGERINA	ENSOPADINHO DE CARNE COM BATATA + ARROZ PARBOILIZADO COM COUVE + FEIJÃO CALDO	ESTROGONOFE DE FRANGO + ARROZ PARBOILIZADO + SALADA CRUA (CENOURA E BETERRABA RALADAS) + MELANCIA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO	FEIJÃO TROPEIRO (FEIJÃO FRADINHO, LINGUIÇA SUÍNA, CARNE BOVINA E FARINHA) + SALADA CRUA (ALFACE E TOMATE)				
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (20% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	450,52	20,19	18,65	52,02	122,87	4,78	22,83	53,94	356,86
O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020, Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações; Elaborado por: Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.									

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE									
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS – EJA – NOTURNO									
2ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA				
CEIA	FRANGO ENSOPADO COM BATATA + FEIJÃO CALDO + ARROZ PARBOILIZADO + BANANA DA PRATA	MACARRÃO COM CARNE MOÍDA E CENOURA RALADA + MELANCIA	ISCA DE FRANGO + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO + TANGERINA	QUIABADA (QUIABO E MÚSCULO) + ARROZ PARBOILIZADO + SALADA CRUA (PEPINO COM TOMATE)				
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (20% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	444,13	20,14	16,56	55,84	145,24	5,78	26,23	64,57	314,55
O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020, Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações; Elaborado por: Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.									

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE									
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS – EJA – NOTURNO									
3ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA				
CEIA	ISCA DE FÍGADO + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO + MELANCIA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA E CHUCHU + ARROZ PARBOILIZADO + MELÃO	RISOTO DE FRANGO (ARROZ PARBOILIZADO E FRANGO DESFIADO) + SALADA COZIDA (CENOURA E BATATA) + SUCO DE POLPA DE MANGA	MÚSCULO COZIDO COM BATATA + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	ENSOPADO DE FRANGO COM LEGUMES (QUIABO E ABÓBORA) + ARROZ PARBOILIZADO COM COUVE + FEIJÃO CALDO				
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (20% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	391,73	19,11	13,47	50,11	119,49	5,14	651,06	48,54	367,75
O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020, Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações; Elaborado por: Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.									

Elaine Paula Pereira dos Santos
 Diretora PNAE / SEC
 CRN5 13462
 Jociene Lopes dos Santos
 CRN5 9258
 Tayane de Jesus Freitas
 CRN5 9619
 Isabel Nogueira Cortez
 Analista Técnico
 CRN5 11182-114-5

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC
 SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR – SUPEC
 DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO ESCOLAR – DISUP
 COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE									
CARDÁPIO 2024 – NTE 26 – EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS – EJA – NOTURNO									
4ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA				
CEIA	CARNE MOÍDA REFOGADA + ARROZ PARBOILIZADO COM CENOURA + FEIJÃO CALDO	RISOTO DE FRANGO (ARROZ PARBOILIZADO E FRANGO DESFIADO) + SALADA CRUA (BETERRABA RALADA) + TANGERINA	ENSOPADO DE PEIXE COM ABÓBORA E QUIABO + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO	FEIJÃO TROPEIRO (FEIJÃO FRADINHO, LINGUIÇA SUÍNA E CARNE BOVINA, FARINHA) + SALADA CRUA (TOMATE E CEBOLA) + MELÃO	ENSOPADO DE MÚSCULO COM LEGUMES (BATATA INGLESA E CENOURA) + ARROZ PARBOILIZADO + FEIJÃO CALDO				
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (20% das necessidades nutricionais diárias)	ENERGIA Kcal	PROTEÍNA (g)	LÍPIDEOS (g)	CARBOIDRATOS (g)	CÁLCIO (mg)	FERRO (mg)	VIT. A (mcg)	VIT. C (mg)	SÓDIO (mg)
Média Semanal	452,36	20,66	20,47	47,78	120,13	5,28	15,88	40,08	355,85
O Cardápio deve permanecer fixado na cozinha da escola e disponibilizado para a comunidade escolar, conforme a Resolução FNDE nº 06/2020, Frutas e vegetais poderão sofrer alteração em virtude da safra; Cardápio sujeito a alterações; Elaborado por: Elaine Paula Pereira dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 13462; Jociene Lopes dos Santos – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9258; Tayane de Jesus Freitas – Nutricionista PNAE (QT) – CRN5 9619.									

Elaine Paula Pereira dos Santos
 Diretora PNAE / SEC
 CRN5 13462
 Jociene Lopes dos Santos
 CRN5 9258
 Tayane de Jesus Freitas
 CRN5 9619
 Isabel Nogueira Cortez
 Analista Técnico
 CRN5 11182-114-5